

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE URBANISMO E ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE

**CANDEAL PEQUENO, SALVADOR-BA:
ESTRATÉGIAS COGNITIVAS DE APROPRIAÇÃO E AVALIAÇÃO PÓS-
OCUPAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES
IMPLANTADOS PELO PROGRAMA VIVER MELHOR**

Salvador
2005

KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE

**CANDEAL PEQUENO, SALVADOR-BA:
ESTRATÉGIAS COGNITIVAS DE APROPRIAÇÃO E AVALIAÇÃO PÓS-
OCUPAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES
IMPLANTADOS PELO PROGRAMA VIVER MELHOR**

Trabalho para conclusão de curso e obtenção do grau de mestre em Arquitetura e Urbanismo, através da Universidade Federal da Bahia. Dissertação realizada por Karla Eugênia de Souza Andrade.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Perret Serpa

Salvador
2005

Faculdade de Arquitetura da UFBA - Biblioteca

Andrade, Karla Eugênia de Souza.

A553 *Candeal Pequeno, Salvador Bahia: estratégias cognitivas de apropriação e avaliação pós-ocupação dos conjuntos habitacionais populares implantados pelo Programa Viver Melhor. - 2005.*

264 f. : il

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Perret Serpa.

Mestrado (dissertação) – Universidade Federal da Bahia, Fac. de Arquitetura, 2005.

1. Habitação popular - Salvador, BA. 2. Política habitacional. 3. Cognição. I. Título
II. Programa Viver Melhor.

CDU: 728.1(813.8):165.71

TERMO DE APROVAÇÃO

KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE

**CANDEAL PEQUENO, SALVADOR-BA:
ESTRATÉGIAS COGNITIVAS DE APROPRIAÇÃO E AVALIAÇÃO PÓS-
OCUPAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES
IMPLANTADOS PELO PROGRAMA VIVER MELHOR**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia - UFBA, pela seguinte banca
examinadora:

Ângelo Perret Serpa – Orientador _____
Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental pela Universidade de Viena-Áustria
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Ângela Gordilho _____
Doutora em Arquitetura e Urbanismo FAUUSP
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Débora Nunes Sales _____
Doutora em Urbanismo e Planejamento pela Universidade Paris XII - França
Universidade Salvador

Salvador,de.....de 2005

DEDICATÓRIA

À minha mãe pelo exemplo de coragem e força que demonstra na condução de sua vida. Pelo amor, amizade e apoio que dedica a mim e a meu filho.

Ao meu pai que com o seu exemplo, me ensinou a ser uma mulher guerreira, uma pessoa independente, me incentivando ao gosto pelo estudo e pelo trabalho.

À Zazau pelo amor, companheirismo e paciência.

À Ricardinho pela felicidade e realização de ser mãe.

À tia Vilma e Mário Negromonte por me amarem como filha e por incentivarem e apoiarem a minha caminhada profissional.

À minha querida família, meus avós, meus irmãos, cunhados, tios, primos, sobrinhos por fazerem parte da minha vida e estarem sempre torcendo pelo meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a todos os seres visíveis e invisíveis que estiveram me auxiliando na realização deste trabalho. À energia do Castelar Alvorada onde busquei refúgio, reenergização e fortalecimento neste processo do mestrado.

Honro o professor Ângelo Serpa por sua generosidade e por ser a pessoa que é: sensível, competente, exigente, perspicaz, dedicado. Agradeço pela amizade e por ter me estimulado a compreender a localidade Candeal Pequeno no âmbito do conhecimento sensível.

Agradeço aos moradores do Candeal Pequeno que abriram as portas das suas casas e de seus corações para a realização deste trabalho.

Aos meus alunos e bolsistas, que foram meus maiores companheiros nesta jornada:

Ana Virgínia Santos Nascimento- UFBA

Sílvia Bochicchio - UNEB

Paula Targínio - UNIFACS

Vanessa Silva dos Santos - UNIFACS

Telma Maria Ferreira - UNIFACS

#

À amiga Débora Nunes pelo carinho, amizade, por acreditar em meu potencial e por me incentivar a seguir a carreira acadêmica.

Aos colegas da UNIFACS e especialmente a Airton Ferreira, Gilberto Sarkys, James Farias, Márcio Campos, Roberto Fajer, que estiveram ao meu lado ao longo deste período, pela compreensão e companheirismo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA: Ângela Gordilho, Heliódório Sampaio, Heloísa Petti, Marco Aurélio e Milton Esteves.

E, por fim, à FAPESB ao apoio na concessão de bolsa.

RESUMO

A presente dissertação discorre sobre o conhecimento do ambiente construído pós-ocupado da localidade Candeal Pequeno, no âmbito dos conjuntos habitacionais implantados pelo Programa Viver Melhor. Objetiva identificar a satisfação dos moradores em relação ao desempenho funcional das unidades habitacionais e dos serviços urbanos, como estão promovendo alterações no ambiente construído, como o apreendem e qual o sentimento deles quanto ao lugar de moradia. Para entendimento deste objeto, a fundamentação teórica e metodológica situa-se na área de conhecimento das Relações Ambiente-Comportamento (RAC), no âmbito da Avaliação Pós-Ocupação (APO) (Wolfgang Preiser, Sheila Ornstein, Marcelo Romero, Antônio Reis) e da percepção e cognição ambiental (Kevin Lynch, Amos Rapoport, Yi Fu Tuan), que possibilitaram a análise quantitativa e qualitativa do objeto de estudo. No desenvolvimento do trabalho, identificam-se os problemas existentes, questiona-se a atuação do Programa Viver Melhor em relação ao cumprimento de seus objetivos, como também do Projeto Tá Rebocado, que apesar de ter promovido reuniões semanais com os moradores para definições projetuais, adotou algumas soluções desconectadas da expectativa destes. Acredita-se que o trabalho aqui apresentado, fundamentado no aprendizado com a experiência vivida, possa contribuir para a realimentação do processo projetual, para que sejam evitados os erros, gerando reflexão crítica sobre a área de habitação de interesse social.

Palavras-chave: Relação Ambiente-Comportamento; Avaliação Pós-Ocupação; Percepção Ambiental; Cognição; Habitação.

ABSTRACT

The present dissertation argues about the knowledge of the post-occupied built environment in *Candeal Pequeno*, at the house complexes implanted by the program *Viver Melhor*. It aims at identifying the inhabitants' satisfaction in relation to the functionality of the urban sprawl; especially in relation to the way those modifications are being carried out, how they are being apprehended and which feelings they arouse. To comprehend this objective, the theoretical and methodological basis is founded on the field of Environment-Behaviour Relations (Relações Ambiente-Comportamento, RAC), on the area of Post-Occupational Evaluation (Avaliação Pós-Ocupação, APO) (Wolfgang Preisler, Sheila Ornstein, Marcelo Romero, Antônio Reis) and on the area of Environmental Perception and Cognition (Kevin Lynch, Amos Rapoport, Yi Fu Tuan), fields which contributed to the quantitative and qualitative analysis of the object. Along the development of the paper the existent problems are identified, and the performance of the *Viver Melhor* program is questioned especially with reference to the attainment of its objectives, as with the *Tá Rebocado* project, which, in spite of having promoted weekly meetings with the residents in order to agree on the projects' definition, it has favored some ideas disconnected from de residents' expectations. It is believed that this paper, based on experience, contributes to encourage feedback in the process of projects, so as to avoid mistakes by generating critical reflection on the area of social interest habitation.

Key words: Environment-Behaviour Relations; Post-Occupational Evaluation; Environmental Perception; Cognition; Habitation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Amostragem da pesquisa de avaliação pós-ocupação.....	39
Tabela 2	Amostragem para pesquisa de percepção ambiental.....	42
Tabela 3	Programas da Política Habitacional de 1996.....	49
Tabela 4	Programa Habitar Brasil e Pró-Moradia.....	50
Tabela 5	Programas Federais da Política Habitacional.....	54
Tabela 6	Viver Melhor I - Áreas que sofreram intervenção via Pró- Moradia 1ª etapa 1995 a 1997.....	60
Tabela 7	Viver Melhor I - Áreas que sofreram intervenção via Pró-Moradia 2ª etapa 1997.....	61
Tabela 8	Viver Melhor I - Áreas com intervenção na 3ª etapa do Pró-Moradia.....	62
Tabela 9	Viver Melhor I - Áreas que sofreram intervenção via Habitar Brasil 1ª etapa 1996-1997	64
Tabela 10	Viver Melhor I - Áreas com intervenção do Pró-Saneamento – Pró-Sanear 1997	64
Tabela 11	Densidade por tipologia habitacional.....	135
Tabela 12	Áreas úteis mínimas recomendadas por cômodo (m ²)	136
Tabela 13	Ampliação da tipologia verticalizada	140
Tabela 14	Ampliação da tipologia escalonada	143
Tabela 15	Ampliação da tipologia isolada	145
Tabela 16	Relação entre número de famílias e indicador de intimidade (MASCARÓ, 1998)	162
Tabela 17	Avaliação da unidade habitacional por tipologia	186
Tabela 18	Avaliação geral dos serviços e equipamentos urbanos	187
Tabela 19	Elementos representados nos mapas cognitivos dos moradores: resultado geral.....	225
Tabela 20	Elementos citados nas entrevistas pelos moradores: resultado geral.....	227

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Grau de satisfação quanto a ampliação do imóvel por tipologia habitacional	137
Gráfico 2	Grau de satisfação dos moradores quanto a ampliação do imóvel nos Conjuntos Verticalizados.....	137
Gráfico 3	Grau de satisfação dos moradores quanto ao espaço livre da casa (quintal, varanda) por tipologia habitacional.....	146
Gráfico 4	Grau de satisfação dos moradores quanto ao espaço livre da casa nos Conjuntos Verticalizados.....	148
Gráfico 5	Grau de satisfação dos moradores quanto a localização do sanitário por tipologia habitacional.....	152
Gráfico 6	Grau de satisfação dos moradores quanto a localização do sanitário nos Conjuntos Verticalizados.....	152
Gráfico 7	Grau de satisfação dos moradores quanto ao tamanho da cozinha por tipologia habitacional.....	153
Gráfico 8	Grau de satisfação dos moradores quanto ao tamanho da cozinha nos Conjuntos Verticalizados.....	154
Gráfico 9	Grau de satisfação dos moradores quanto a estrutura por tipologia habitacional.....	154
Gráfico 10	Grau de satisfação dos moradores quanto a qualidade de portas e janelas por tipologia habitacional.....	158
Gráfico 11	Grau de satisfação dos moradores quanto a ruídos e barulhos nos Conjuntos Verticalizados.....	160
Gráfico 12	Grau de satisfação dos moradores quanto a ruídos e barulhos por tipologia habitacional.....	161
Gráfico 13	Grau de satisfação dos moradores quanto a segurança contra fogo por tipologia habitacional.....	162
Gráfico 14	Grau de satisfação dos moradores quanto a segurança contra fogo nos Conjuntos Verticalizados.....	163
Gráfico 15	Grau de satisfação dos moradores quanto a segurança contra terceiros por tipologia habitacional.....	164
Gráfico 16	Grau de satisfação dos moradores quanto a segurança contra terceiros nos Conjuntos Verticalizados.....	164
Gráfico 17	Grau de satisfação dos moradores quanto a adaptação da casa ao uso do deficiente por tipologia habitacional.....	166
Gráfico 18	Grau de satisfação dos moradores quanto a distância da casa em relação à do vizinho nos Conjuntos Verticalizados.....	168
Gráfico 19	Grau de satisfação dos moradores quanto a distância da casa em relação à do vizinho por tipologia habitacional.....	169
Gráfico 20	Grau de satisfação dos moradores quanto a rede de esgoto por Localização.....	170

Gráfico 21	Grau de satisfação dos moradores quanto a segurança pública por Localização.....	172
Gráfico 22	Pavimentação no acesso à moradia antes da intervenção - Resultado geral.....	174
Gráfico 23	Grau de satisfação dos moradores quanto a pavimentação por Localização.....	175
Gráfico 24	Grau de satisfação dos moradores quanto a distância de escolas por Localização.....	176
Gráfico 25	Grau de satisfação dos moradores quanto a distância de postos de saúde por localização.....	178
Gráfico 26	Grau de satisfação dos moradores quanto a facilidade de compras e abastecimento por localização.....	180
Gráfico 27	Grau de satisfação dos moradores quanto a distância de locais para lazer por Localização.....	180
Gráfico 28	Grau de satisfação dos moradores quanto a espaços livres para crianças brincarem por localização.....	183

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Fotografia aérea do Candeval Pequeno – Salvador	23
Foto 2	Rua da vala, antes do Viver Melhor.....	98
Foto 3	Situação de algumas ruas do Candeval quando chovia.....	98
Foto 4	Características do Zé Botinha antes do Viver Melhor.....	99
Foto 5	Terreno em declive onde implantou-se o Zé Botinha.....	99
Foto 6	Imagem de apresentação da Timbalada no Candyall Guetho Square	106
Foto 7	Ampliação, conjunto Sapucaia, 2004	139
Foto 8	Ampliação, conjunto Vila do Jair, 2004	139
Foto 9	Conjunto Zé Botinha, 2004	143
Foto 10	Quintais, conjunto Chácara do Candeval, 2004	148
Foto 11	Restaurante, conjunto Jardim Candeval, 2004	149
Foto 12	Restaurante, conjunto Jardim Candeval, 2004	149
Foto 13	Restaurante, conjunto Jardim Candeval, 2004	149
Foto 14	Bar, conjunto Chácara do Candeval, 2004	150
Foto 15	Lixo na frente da casa, conjunto Chácara do Candeval, 04	151
Foto 16	Roupas estendidas, conjunto Chácara do Candeval, 2004	151
Foto 17	Reservatório, conjunto Sapucaia, 2004	155
Foto 18	Tubulação hidráulica, conjunto Jardim Candeval, 2004	155
Foto 19	Infiltração, conjunto Zé Botinha, 2004	155
Foto 20	Rachadura, conjunto Zé Botinha, 2004	155
Foto 21	Escada, conjunto Sapucaia, 2004	156
Foto 22	Escada, conjunto Zé Botinha, 2004	156
Foto 23	Fachada, conjunto Jardim Candeval, 2004	157
Foto 24	Esquadria, conjunto Sapucaia, unidades isoladas, 2004	158
Foto 25	Fechamento, unidades isoladas, 2004	165
Foto 26	Fechamento Conjunto Sapucaia, 2004	165
Foto 27	Acessibilidade, conjunto Sapucaia, 2004	167
Foto 28	Acessibilidade, conjunto Zé Botinha, 2004	167
Foto 29	Acessibilidade, conjunto Sapucaia, 2004	168
Foto 30	Acessibilidade, conjunto Jardim Candeval, 2004	168
Foto 31	Drenagem, conjunto Sapucaia, 2004	171
Foto 32	Drenagem, conjunto Sapucaia, 2004	171
Foto 33	Lixo, proximidades do Conjunto Sapucaia	174
Foto 34	Lixo, lateral do Conjunto Sapucaia	174
Foto 35	Escada localizada na Rua Paulo Afonso	177
Foto 36	Travessa da Rua Paulo Afonso, 2004	179
Foto 37	Praça El Milagre do Candeval, 2004	181
Foto 38	Campo de futebol, 2004	181
Foto 39	Rua Nova da Vala, 2004	181
Foto 40	Rua Nova da Vala, 2004	182
Foto 41	Espaço livre, conjunto Zé Botinha, 2004	183
Foto 42	Espaço livre, conjunto Chácara do Candeval, 2004	184
Foto 43	Área ao lado do Conjunto Chácara do Candeval, 2004	184

Foto 44	Árvore no Chácara do Candéal, 2004	212
Foto 45	Candyall Gueto Square, 2004	214
Foto 46	Escola Pracatum, 2004	215
Foto 47	Bica, 2004	217
Foto 48	Bica, 2004	217
Foto 49	Associação 9 de Outubro, 2004	218
Foto 50	Campo de futebol / quadra, 2004	219
Foto 51	Bar dos Colegas, 2004	220
Foto 52	Bar, 2004	220
Foto 53	Minimercado, 2004	220
Foto 54	Mercadinho Candéal, 2004	220
Foto 55	Mercado Super Miranda, 2004	221
Foto 56	Posto de saúde, 2004	221

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sub-núcleos do Candéal Pequeno.....	97
Figura 2	Mapa de localização dos conjuntos habitacionais	121
Figura 3	Conjunto Habitacional Chácara do Candéal – tipologia térrea.....	122
Figura 4	Conjunto Habitacional Chácara do Candéal – tipologia térrea com pé direito duplo.....	123
Figura 5	Conjunto Habitacional Chácara do Candéal – tipologia verticalizada	124
Figura 6	Unidades Habitacionais Sapucaia – tipologia isolada.....	125
Figura 7	Conjunto Habitacional Sapucaia – tipologia verticalizada.....	126
Figura 8	Conjunto Habitacional Jardim Candéal – tipologia verticalizada.....	127
Figura 9	Conjunto Habitacional Vila do Jair – tipologia verticalizada.....	128
Figura 10	Conjunto Habitacional Zé Botinha – tipologia escalonada.....	129
Figura 11	Sistema Viário	130
Figura 12	Rede de Drenagem Pluvial	131
Figura 13	Rede de Esgotamento Sanitário	132
Figura 14	Rede de Abastecimento de Água	133
Figura 15	Adequação das Unidades Habitacionais pelos moradores – Conjunto Chácara do Candéal / tipologia isolada.....	188
Figura 16	Adequação das Unidades Habitacionais pelos moradores – Conjunto Chácara do Candéal / tipologia verticalizada.....	189
Figura 17	Adequação das Unidades Habitacionais pelos moradores – Conjunto Jardim Candéal / tipologia verticalizada.....	190
Figura 18	Adequação das Unidades Habitacionais pelos moradores – Conjunto Sapucaia / tipologia verticalizada.....	191
Figura 19	Adequação das Unidades Habitacionais pelos moradores – Conjunto Vila do Jair / tipologia verticalizada.....	192
Figura 20	Adequação das Unidades Habitacionais pelos moradores – Conjunto Zé Botinha / tipologia escalonada.....	193
Figura 21	Adequação das Unidades Habitacionais pelos moradores – Conjunto Sapucaia / tipologia isolada.....	194
Figura 22	por José Jorge dos Santos, 42 anos, casa 212 - Sapucaia, 2004	198
Figura 23	por Maiane Oliveira Pereira Santos, casa 202 - Jardim Candéal, 2004	198
Figura 24	por Norma Pereira dos Anjos, casa 102 - Jardim Candéal, 2004	199
Figura 25	por Adriana dos Santos Silva, casa 1 – Chácara do Candéal, 2004	200
Figura 26	por Manoel de Jesus Silva, casa 1 - Chácara do Candéal, 2004.....	201
Figura 27	por Manoel de Jesus Silva, casa 1 – conjunto, 2004	202
Figura 28	por Marinalva de Moraes Pereira, casa 9 – Chácara do Candéal, 2004	203
Figura 29	por Railda Cristina da Silva Ramos, casa 15- Zé Botinha, 2004	204
Figura 30	por Gederson dos Santos Pereira, casa 202- Jardim Candéal, 2004	208
Figura 31	por Vera Lúcia de Freitas Souza, casa 10 – Chácara do Candéal, 2004	212
Figura 32	por Solange da Silva Andrade, casa 04 – Chácara do Candéal, 2004	213
Figura 33	por Leila Silva de Almeida, casa 104 - Conjunto Jardim Candéal, 2004	215
Figura 34	por Fernando de Jesus, casa 04 - unidades isoladas Sapucaia, 2004	223

Figura 35	Mapa Geral cognitivo e de percurso	228
Figura 36	Mapa cognitivo e de percurso do Conj. habitacional Chácara do Candeal ...	229
Figura 37	Mapa cognitivo e de percurso do Conjunto habitacional Jardim Candeal	230
Figura 38	Mapa cognitivo e de percurso do Conjunto habitacional Sapucaia	231
Figura 39	Mapa cognitivo e de percurso do Conjunto habitacional Vila do Jair	232
Figura 40	Mapa cognitivo e de percurso do Conjunto habitacional Zé Botinha	233

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADEMI	Associação dos Dirigentes de Empresas Imobiliárias
AMFOGO	Associação de Moradores da Fonte do Governo
APAS	Associação Pracatum de Ação Social
APO	Avaliação Pós-Ocupação
ASPLAN	Assessoria de Planejamento (CONDER)
AVSI	Associação Voluntários para o serviço Internacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEASA	Centrais de Abastecimento da Bahia
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPED	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
CIA	Companhia Industrial de Aratu
CIBRASEC	Companhia Brasileira de Securitização
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
COHAB	Companhia Habitacional
ConCidades	Conselho das Cidades
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPEC	Pólo Petroquímico de Camaçari
CTE	Centro de Tecnologia de Edificações
DEASO	Departamento de Ação Social (CONDER)
DIPLAN	Diretoria de Planejamento Urbano e Habitação (CONDER)
EASP	<i>European Association of Experimental Social Psychology</i>
EDRA	<i>Enviromental Design Research Association</i>
EMBASA	Empresa Bahiana de Saneamento
EPUCS	Escritório de Planejamento e Urbanismo da Cidade de Salvador
EUA	Estados Unidos da América
FABS	Federação de Associações de Bairro de Salvador
FAU / USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de São Paulo
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FICAM	Financiamento para Construção, Ampliação e Melhoria
GECAP	Gerência de Cadastro e Pesquisa Sócio-econômico (CONDER)
GEPA	Grupo de Estudos Pessoa-Ambiente
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IAPI	Instituto para Aposentadoria e Pensão dos Industriários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INOCOOP	Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais

IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
LIMPURB	Empresa de Limpeza Urbana de Salvador
LNEC	Laboratório Nacional de Construção Civil
MDF	Movimento em Defesa dos Favelados
MP	Ministério Público
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
NBR	Norma Brasileira Técnica
NORIE	Núcleo Orientado para Inovação da Edificação
NUTAU	Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo
OCBS	Organizações Comunitárias de Base
OECF	<i>Overseas Economic Corporation Fund</i>
OGU	Orçamento Geral da União
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
PAH	Programa de Assistência Habitacional
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PATS	Projeto de Apoio Técnico e Social
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PEHP	Programa Especial de Habitação Popular
PEMAS	Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais
PEP	Plano Empresário Popular
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima
PL	Projeto de Lei
PLANDURB	Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PRODUR	Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-estrutura Urbana
PROFILURB	Programa de Financiamento de Lotes Urbanos
PROHAP	Programa de Habitação Popular
PROMORAR	Programa de Erradicação de Sub-habitação
PROTECH	Programa de Desenvolvimento de Alternativa e Difusão Tecnológica
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
RAC	Relação Ambiente Comportamento
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia
SET	Superintendência de Engenharia de Tráfego
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção Civil
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SPU	Serviço de Patrimônio da União
SUCOM	Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município
UCV	Universidade Cultural da Venezuela
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNAM	Universidade Nacional do México
URBIS	Habitação e Urbanização da Bahia S.A.

SUMÁRIO

Resumo	7
Abstract	8
Introdução	22
Capítulo 1 - Sobre Habitação e Viver Melhor	45
1.1. Políticas habitacionais no Brasil	45
1.2. Política habitacional atual.....	52
1.3. Processo de Urbanização da Cidade de Salvador no século XX.....	55
1.4. O Programa Viver Melhor	59
1.5. Avaliação Pós-Ocupação (APO) pelos alunos da UNEB.....	66
1.6. Avaliações Pós-Ocupação realizada pela CONDER.....	69
1.6.1. APO realizada pela CONDER em 1998.....	69
1.6.2. APO realizada pela CONDER em 1999.....	71
Capítulo 2 – Avaliação Pós-Ocupação, Percepção e Cognição Ambiental:	
Abordagem Teórico-Metodológica	73
2.1. Estudos da Relação Ambiente-Comportamento (RAC)	73
2.2. Percepção e Cognição Ambiental.....	77
2.3 A contribuição de Kevin Lynch no campo teórico da Percepção e Cognição Ambiental	79
2.4. Critérios Adotados para análise do objeto de estudo	82
2.4.1. Sentido	82
2.4.2. Adequação	84
2.5. Breve histórico do desenvolvimento de pesquisas relacionadas com Ambiente-Comportamento e APO	85
2.6. A Contribuição da Avaliação Pós-Ocupação	91
2.6.1. Conceituação	91
2.6.2. Níveis da Avaliação Pós-Ocupação	92
2.6.3. A metodologia da APO	94
2.7. Indicadores funcionais	96
Capítulo 3 – O projeto Tá Rebocado	97
3.1. Características gerais do Candéal Pequeno	97

3.2.	História	100
3.3.	Contexto sócio-económico	102
3.4.	Características gerais do Projeto Tá Rebocado	110
3.4.1.	O projeto urbanístico	112
3.4.1.1.	Infra-estrutura sanitária	113
3.4.1.2.	Equipamentos urbanos	114
3.4.2.	O projeto habitacional	115
Capítulo 4 – Adequação da unidade habitacional e dos serviços urbanos pelos moradores do Candeal Pequeno		134
4.1.	Adequação da unidade habitacional	134
4.1.1.	Densidade	134
4.1.2.	Ampliação do imóvel	136
4.1.2.1.	Unidades verticalizadas.....	137
4.1.2.2.	Unidades escalonadas.....	142
4.1.2.3.	Unidades isoladas.....	145
4.1.3.	Espaço livre da casa	147
4.1.4.	Realização de trabalho em casa	148
4.1.5.	Alteração do sanitário	151
4.1.6.	Alterações na cozinha	153
4.1.7.	Estrutura	154
4.1.8.	Materiais de revestimento	156
4.1.9.	Portas e janelas	157
4.1.10.	Conforto quanto à temperatura, ventilação e iluminação	159
4.1.11.	Conforto acústico	160
4.1.12.	Segurança contra fogo	162
4.1.13.	Segurança contra terceiros	163
4.1.14.	Adaptação da casa ao uso do deficiente e do idoso	165
4.1.15.	Distância da casa em relação à do vizinho	168
4.2.	Adequação dos moradores do Candeal Pequeno quanto aos serviços urbanos pós-Programa Viver Melhor	169
4.2.1.	Água / energia elétrica / iluminação	169
4.2.2.	Rede de esgoto	170

4.2.3.	Segurança pública	172
4.2.4.	Limpeza urbana e coleta de lixo	173
4.2.5.	Pavimentação	174
4.2.6.	Transporte público	175
4.2.7.	Distância dos equipamentos públicos à unidade residencial	176
4.2.7.1.	Distância a escolas	176
4.2.7.2.	Distância a postos de saúde	178
4.2.7.3.	Facilidade de compras e abastecimento	178
4.2.7.4.	Distância a locais para lazer	180
4.2.8.	Espaços livres para crianças brincarem	182
Capítulo 5 – Estratégias Cognitivas: o “sentido” do Candeal Pequeno para os moradores		195
5.1.	Percepção e Cognição Ambiental pelos moradores do Candeal Pequeno	195
5.1.1.	Estrutura formal	198
5.1.2.	Percursos usuais	204
5.1.3.	Os percursos x mapas cognitivos	205
5.1.4.	Identidade e legibilidade: os elementos do lugar e seu significado pelos moradores do Candeal Pequeno	207
5.1.4.1.	Candeal Pequeno	208
5.1.4.2.	Conjunto Habitacional	209
5.1.4.3.	Casa	210
5.1.4.4.	Árvore	213
5.1.4.5.	Candyall Guetho Square	213
5.1.4.6.	Escola Pracatum	215
5.1.4.7.	Bica	216
5.1.4.8.	Lactomia	218
5.1.4.9.	Associações	218
5.1.4.10.	Campo de Futebol / Quadra	219
5.1.4.11.	Bares e barracas	219
5.1.4.12.	Mercados	220
5.1.4.13.	Posto de Saúde	221
5.1.4.14.	Outros elementos	221

5.1.5.	Nomes dos lugares	222
Capítulo 6. Considerações Finais		234
6.1.	Sobre o Programa Viver Melhor	235
6.2.	Sobre a adequação das unidades habitacionais	237
6.3.	Como os moradores da Candeal Pequeno percebem, vivenciam as transformações ocorridas em seu lugar de moradia ? Qual o “sentido” do Candeal Pequeno para os moradores?.....	245
6.4.	Recomendações	248
Referências bibliográficas		251
Apêndice A - Modelos de Questionários e Entrevistas Adotados na Pesquisa		262

INTRODUÇÃO

A presente dissertação discorre sobre a avaliação da intervenção habitacional implantada no Candeal Pequeno pelo Programa Viver Melhor. A fundamentação teórica situa-se na área de conhecimento que estuda as relações Ambiente e Comportamento, no âmbito da Avaliação Pós-Ocupação, da Percepção e Cognição Ambiental.

A escolha do estudo de caso deve-se à peculiaridade de como ocorreu o processo projetual e de implantação dos conjuntos habitacionais no Candeal Pequeno, através do Projeto Tá Rebocado, adotando práticas inovadoras que o diferencia de outros exemplos implantados pelo Programa Viver Melhor, considerando-se:

- A responsabilidade pelo projeto ficou a cargo da ONG Pracatum, foi concebido e desenvolvido por equipe multidisciplinar, constituída por profissionais da área de arquitetura, urbanismo, sociologia, engenharia e pedagogia.
- A intenção da equipe do projeto em conhecer as necessidades reais da população, neste sentido, realizou-se pesquisa censitária, incluindo o cadastramento dos imóveis existentes. Além disso, estabeleceram um canal de comunicação direto com os moradores durante o processo projetual, construtivo e posteriormente na instalação das famílias nas novas moradias. Eram realizadas reuniões semanais com a participação dos moradores e dos técnicos, característica inovadora em relação à implantação de outros conjuntos habitacionais por este programa.
- A aproximação entre a comunidade do Candeal Pequeno e a equipe técnica, além da limitação da topografia e de terreno disponível para implantação das unidades habitacionais, possibilitou expressões próprias na definição do partido arquitetônico, constando de três tipologias diferenciadas: unidades escalonadas, unidades verticalizadas, unidades isoladas, caracterizadas principalmente pela valorização cultural e pela flexibilidade do projeto.

A realidade do Candeal Pequeno (à guisa de introdução)

O Candeal Pequeno é uma aglomeração, surgida nos anos 1930/1940, no perímetro de expansão da cidade antiga, partindo da cumeada de Brotas. Fazia parte da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, que se estendia até Itapoã. Foi habitada

inicialmente por população de baixa renda. O povoamento mais intenso data do século XX, sendo que o registro oficial do primeiro loteamento data de 1938. Tem aproximadamente 4.057 habitantes (PRACATUM, 2000), de média e baixa renda, localiza-se na região metropolitana de Salvador e encontra-se encravado numa localidade maior denominada Candéal no Bairro de Brotas. Limita-se com o Horto Florestal, com a Cidade Jardim e com o condomínio Quinta do Candéal, localidades que caracterizam-se por habitações de padrão médio e alto, bem servidas em infra-estrutura e serviços urbanos.



Foto.1 – fotografia aérea do Candéal Pequeno –Salvador / Fonte: CONDER, 2002.

Sua ocupação originou-se da subdivisão de antigas roças herdadas, inicialmente de um núcleo de poucas famílias, que constitui atualmente uma parte da área ocupada, com aproximadamente 450 lotes do total. Posteriormente, ampliou-se com a implantação do Loteamento Roça dos Netos, que teve uma parte de seus lotes subdivididos, principalmente nas áreas de encostas e baixadas. Existem também nessa área outros pequenos núcleos diferenciados, de ocupação espontânea, em terrenos de área pública, ocorrida no final da década de 1980, na baixada (GORDILHO-SOUZA, 2000).

Apesar da proximidade com estas áreas urbanizadas da cidade formal, o Candeal Pequeno desenvolveu-se como área de periferia social, com ocupações em áreas de encostas e fundos de vale, com carência de infra-estrutura urbana, com sistema viário precário, ausência de rede de esgotos e serviços urbanos. As habitações são predominantemente de materiais rústicos, simples, geralmente inacabadas, sem reboco ou pintura. Cresceu, portanto, como cidade informal, segregada da cidade formal, apesar da sua localização.

O Candeal Pequeno tem despertado a atenção da cidade de Salvador inicialmente através das atividades culturais vinculadas à música promovidas pelo *Candyall Gueto Square*, sede do grupo musical Timbalada, inaugurado em 1997, onde se realizavam ensaios e shows musicais, que atraíam aproximadamente 2.000 pessoas, geralmente de classe social média e alta. Evidenciando-se, a partir daí, um fenômeno atípico, que é a frequência de pessoas da cidade formal a uma localidade predominantemente carente.

Os shows que perduraram até 2003 significavam para os moradores da localidade, a possibilidade de desenvolver trabalhos informais para complementação da renda familiar. Neste mesmo ano, a movimentação de multidões em direção aos shows e as características das mesmas, motivaram os moradores das localidades vizinhas, Cidade Jardim e Quinta do Candeal, a encaminharem um processo judicial contra o *Candyall Gueto Square*. Alegava-se o volume alto do som, a falta de estrutura necessária, como sanitários públicos e áreas de estacionamento. Argumentavam ainda sobre o impacto causado pelo grande fluxo de pessoas, que causavam tumultos, perturbando a privacidade e a tranquilidade dos moradores, além de prejudicarem as vendas no mercado imobiliário destes bairros.

A grande polêmica devia-se, também, ao fato do *Candyall Gueto Square* não ter alvará de utilização sonora, concedido pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (SUCOM) e o volume do som que chegava nas residências acima do permitido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), mesmo depois de ter sido realizado o tratamento acústico no *Candyall Gueto Square*. Como consequência desta ação judicial os shows deixaram de acontecer no Candeal Pequeno.

Além do *Candyall Gueto Square* e toda a polêmica vinculada ao tema dos “ensaios”, a comunidade local, através da ONG Pracatum, liderada pelo músico Carlinhos Brown, atraiu também investimentos públicos significativos para seu

ambiente construído. Trata-se da Escola Profissionalizante de Músicos Pracatum e da implementação do Projeto “Tá Rebocado”, que compreende a proposta de intervenção urbanística no Candeal Pequeno, aprovada em 1998 no âmbito do Programa Viver Melhor. Este projeto tinha o objetivo de, além das intervenções urbanísticas habitacionais e de legalização fundiária previstas no referido programa, “a potencialização de vocações e identidades desse lugar e a promoção de projetos de crescimento humano, individual e coletivo, para essa comunidade e as demais envolvidas, podendo provocar a urbanização e melhorias da habitação” (Documento Proposta, 1997 apud GORDILHO-SOUZA, 2000, p.363).

“Observa-se que as iniciativas que a comunidade do Candeal vem tomando para melhoria do bairro, se fortaleceram nos últimos anos, com as realizações do movimento musical dos chamados timbaleiros. Primeiro com a criação de um grupo musical formado por moradores da área e denominado “Vai quem Vem”, origem da Timbalada, logo seguidos pela formação do grupo feminino de percussionistas “Bolacha Maria”, além da construção de quadra para eventos artísticos comunitários “Candyall Ghetto Square”, “Armazém de Tambores” e a Escola Profissionalizante de Músicos de Rua - “Pracatum”, para adolescentes da localidade com vocações artísticas, projetos esses acionados pela liderança do músico e ativista cultural Carlinhos Brown. Agora, cada vez mais cresce a vontade coletiva de qualificar o lugar para seus moradores e para a cidade do Salvador com o projeto “Tá Rebocado”, que pretende melhorar as condições de moradia do Candeal Pequeno, alavancado por essas iniciativas” (GORDILHO-SOUZA, 2000, p.364).

Segundo depoimento de Vera Lyra em entrevista, durante a inauguração do *Candyall Gueto Square*, o músico Carlinhos Brown surpreendeu a todos solicitando ao Governador do Estado o título de posse para os moradores do Candeal Pequeno. O pedido foi concedido uma semana depois, porém, condicionando a responsabilidade da realização do Projeto à ONG Pracatum.

O “espetáculo”, combustível da sociedade contemporânea, mobilizou, neste caso, diversos interesses: de *marketing*, políticos, comerciais, de lazer, de sobrevivência, de promoção artística, de turismo, etc. O Candeal Pequeno era notícia, as atenções da cidade estavam voltadas para lá. Enxergou-se o potencial do lugar mesmo antes da inauguração do *Candyall Gueto Square*, os shows aconteciam nas ruas mobilizando multidões, além da projeção internacional da Timbalada e da Escola de Música Pracatum.

A intervenção da primeira etapa do Projeto Tá Rebocado no Candéal Pequeno foi implementada pelo Programa Viver Melhor, com início em outubro de 1998 e conclusão em abril de 2003, compreendendo:

- Construção de 114 casas e 29 melhorias habitacionais;
- Serviços de urbanização: Terraplenagem, contenção, implantação de rede de abastecimento de água e rede de esgotamento sanitário, drenagem das ruas, pavimentação em concreto, urbanização da Fonte da Bica;
- Implantação de campo de futebol e posto de saúde.

A escassez de recursos para implantação do projeto foi um fator preponderante para definição do partido urbanístico e arquitetônico, limitando o valor de R\$ 7.000 (sete mil reais) por família. Apesar disso, o projeto Tá Rebocado tem se destacado dos outros projetos implantados pelo Viver Melhor. Segundo depoimento de Nelrimar Gonçalves, engenheiro da Conder que fiscaliza obras do Viver Melhor, as casas, a qualidade da obra e a qualidade dos serviços urbanos implantados no Candéal Pequeno, possuem “um padrão muito bom, inclusive é um padrão superior ao que a Conder tem feito em construções populares”.

Nas diretrizes projetuais da primeira etapa, indicou-se a **substituição total** de algumas unidades residenciais para os casos de unidades construídas com materiais precários (madeira, adobe, taipa, etc), unidades a serem relocadas e unidades com situação de risco como alagamento, instabilidade de encosta e de estrutura e insalubridade da unidade.

Optou-se também, pela **melhoria parcial** no próprio lote, nos casos de algumas unidades em estado precário de conservação (sanitário e cozinha deficientes e/ou inexistentes, cobertura inadequada e recuos/restituições para melhorias de sistema viário, além de situação de risco como alagamento, instabilidade de estrutura da unidade).

Uma das áreas beneficiadas foi o “Zé Botinha”, considerada de alto risco, devido ao alto declive do terreno (42%). O partido adotado no caso do “Zé Botinha” foi dispor as unidades habitacionais de forma escalonada como uma vila, com uma grande escadaria central que dá acesso aos diversos níveis. A utilização de cores variadas como elemento de valorização das fachadas, marca o escalonamento das unidades habitacionais proporcionando uma alegria e um colorido especial ao lugar.

Alguns conjuntos de dois pavimentos foram implantados: Conjunto Sapucaia, Conjunto Chácara do Candeal e Conjunto Jardim Candeal. Cada unidade residencial possui área útil total de 35m². As unidades do pavimento térreo foram construídas com o pé-direito duplo de 5,30m, possibilitando com isso a ampliação vertical, diferenciando-se da maioria dos projetos arquitetônicos adotados em programas habitacionais no Brasil (ver plantas no capítulo III).

Foram construídas, também, 16 unidades habitacionais isoladas, de pavimento único, em terreno próprio, para substituição das casas existentes, com programa de 2 quartos, sala, cozinha, sanitário e área de serviço, com área total de 35m². Além destas, foram feitas melhorias parciais em 23 residências.

Delimitação do objeto de pesquisa

No âmbito da delimitação do objeto da pesquisa desta dissertação, pretende-se focar as realizações da primeira etapa do projeto Tá Rebocado no Candeal Pequeno, destacando a implantação das unidades habitacionais que foram substituídas em sua totalidade. Neste caso, não está incluída a análise da intervenção urbanística e dos equipamentos sociais: posto de saúde e campo de futebol.

Vale ressaltar que a segunda etapa, com início em outubro de 2001 e conclusão em 2004, compreendeu a construção de 37 unidades sanitárias e 136 melhorias habitacionais, a construção da Praça El Milagre do Candeal (75,00m²), além da reforma nos Centros Sociais: Fonte do Governo (103,00m²) e Ordem, Defesa e Progresso (150,00 m²). Estas intervenções promovidas na segunda etapa do projeto Tá Rebocado não estarão inseridas nas avaliações promovidas por este trabalho, por não estarem concluídas em sua totalidade e ainda não terem sido utilizadas e apropriadas pelos moradores do lugar.

Algumas questões a respeito das intervenções no âmbito da primeira etapa do programa Viver Melhor no Candeal Pequeno estimularam o desenvolvimento deste trabalho: **O modelo habitacional proposto pelo Projeto Tá Rebocado atende às reais necessidades dos moradores do Candeal Pequeno? Como ocorre a adequação dos moradores ao novo ambiente e vice-versa? Como os moradores percebem, vivenciam as transformações ocorridas em seu lugar de moradia? Quais as mudanças comportamentais por parte dos moradores?**

A importância do tema

A relevância deste trabalho justifica-se sob três aspectos:

A. Habitação de Interesse Social

Compreende-se a habitação de interesse social, segundo os conceitos apresentados na Agenda Habitat (1996). De acordo com o parágrafo 43, adequada habitação significa: 1. adequada privacidade, adequado espaço, acesso físico, adequada segurança, incluindo a garantia de posse, durabilidade e estabilidade da estrutura física, adequada iluminação, aquecimento e ventilação; 2. adequada infra-estrutura básica, fornecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos, apropriada qualidade ambiental e de saúde, adequada localização em relação ao trabalho e serviços básicos; 3. Que esses componentes tenham um custo acessível para todos.

O problema habitacional que enfrenta as cidades brasileiras está associado ao processo de urbanização das cidades, ao crescimento da população urbana e à pobreza que enfrenta a maioria da população. O Brasil deixou o século XIX com aproximadamente 10% da população nas cidades (SANTOS, 1991). Em 1940, a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes, equivalente a 26,3% do total, em 2000 ela é de aproximadamente 138 milhões, correspondendo a 81,2% (MARICATO, 2001). Pelos dados do IBGE (s.n.t.a), elaborados pela Fundação João Pinheiro, em 1995 no Brasil, havia um déficit de cerca de 5.618.564 moradias, das quais 70,7% em áreas urbanas.

O déficit habitacional é decorrente do aumento demográfico explosivo nos grandes centros e é consequência das políticas habitacionais adotadas no País ao longo dos últimos sessenta anos, fundamentadas, segundo Nabil BONDUKI (1997), no modelo “central-desenvolvimentista”, que foi iniciado no País a partir do governo de Vargas (1930-45) e que se consolidou durante o regime militar (1964-85). Esta política central-desenvolvimentista teve sua consolidação com o crescimento econômico das cidades, com a intensificação do processo de urbanização, período em que surgiram novas cidades, marcado também pela desigualdade social, bastante agravada com a queda da remuneração do trabalho após 1964. Esta política caracterizava-se pela crença de que “o desenvolvimento e o crescimento a qualquer custo seriam sempre positivos e

que a centralização de poderes no Estado para intervir sobre a cidade traria as soluções adequadas para resolver seus problemas” (BONDUKI, 1997, p.62).

A crítica às políticas habitacionais adotadas até então no País baseiam-se no fato destas apoiarem-se apenas na promoção pública, em um País onde o mercado é a referência central para as políticas urbanas; desconhecem e não incluem a gestão pública sobre as questões fundiária e urbana; são dirigidas por lógica compensatória ou por interesses empresariais privados; tomam como referência o conceito da unidade residencial e não do habitat; limitam-se a experiências pontuais (MARICATO, 2001).

Nabil BONDUKI (1997) aponta ainda como as principais falhas do sistema habitacional brasileiro: “o autoritarismo, a centralização da gestão, a ausência da participação - em qualquer nível - dos usuários e da sociedade em geral, o desrespeito ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, numa lógica em que predominou o mito da modernidade como sinônimo da transformação urbana, sem compromissos com o ambiente e os valores culturais; a desarticulação das políticas setoriais; a priorização do transporte individual; a preferência pelas grandes obras, às vezes desnecessárias, canalizando recursos públicos para empreiteiras e relegando, a segundo plano, as iniciativas na área social; a priorização nos financiamentos habitacionais para os setores de maior renda” (BONDUKI, 1997, p.62).

Outro problema das políticas habitacionais implantadas até então, é a solução de construir-se uma habitação mínima, muito utilizada pelas políticas habitacionais da América Latina e do Brasil; neste caso é entregue ao morador uma habitação mínima para ser futuramente ampliada. O grande problema desta opção é a dificuldade que os programas habitacionais têm de controlar estas expansões, ocasionando a apropriação pelos moradores de áreas indevidas, que ampliam suas casas para todos os lados (KLEIN, 1980). Além disto, a infra-estrutura na maioria dos casos não é implantada, embora haja leis que determinam que a venda do lote esteja vinculada à conclusão da infra-estrutura do loteamento que já deve estar construída e aprovada pelo município.

“Sendo o momento adequado para repensar o imenso esforço que foi a construção de casas neste país nos últimos vinte anos, e constatando-se a dimensão pífia do desenvolvimento tecnológico a ele associado, é que se propõe aqui o início imediato de avaliação sistemática pós-ocupação, para que não se inicie logo uma nova etapa no processo com as mesmas marcas de desperdício e frustração que caracterizam a anterior” (SERRA, 1989, p.72).

B. Estudos das relações ambiente-comportamento (RAC)

Não existe uma prática nacional em controlar a qualidade da produção habitacional de interesse social. Entende-se o termo qualidade como os aspectos do produto ou serviço que satisfazem as necessidades do usuário, está associado ao desempenho satisfatório dos ambientes e das relações ambiente-comportamento (RAC). É necessário avaliar a situação real desses conjuntos construídos em relação à qualidade construtiva da unidade habitacional e do conjunto como um todo, como também em relação às condições ambientais, de modo que possam promover o cultivo e a melhoria da sua cultura urbana, nos hábitos de viver em comunidade, exercendo seus direitos e respeitando os do próximo. Como também é preciso identificar e mensurar a satisfação e as demandas dos moradores em relação ao seu lugar de moradia, e avaliar como ocorrem as relações entre o ser humano e o ambiente, ou seja, a influência destes espaços no comportamento de seus habitantes e vice-versa, como estes se apropriam, se adequam e alteram os mesmos.

Gary T. MOORE (1984) defende a importância para a arquitetura, do enfoque explícito no relacionamento ambiente-comportamento. Acredita que grande parte dos problemas projetuais em arquitetura ocorre devido à falta de conhecimento pelo arquiteto das necessidades, percepções e valores do usuário para quem se está projetando. A situação se agrava principalmente pelas atitudes e valores (o repertório) dos profissionais serem muito diferentes daqueles dos cidadãos e usuários a quem se propõem servir. Além das diferenças sociais que podem ocorrer, “o treinamento profissional leva o arquiteto a pensar em ambientes construídos de uma maneira diferente da maioria das pessoas. (...) A maioria das pessoas pensam verbalmente, enquanto os arquitetos pensam visualmente” (MOORE, 1984, p. 66).

MOORE enfatiza o conhecimento prévio da realidade cultural e das expectativas do usuário em relação ao projeto pelo arquiteto. Indica a avaliação pós-ocupação como uma área de informações valiosa para projetos e que pode ser expandida pelos pesquisadores de arquitetura, no sentido de realimentar o ciclo do processo projetual, influenciando as tomadas de decisão na arquitetura (MOORE, 1984).

Os estudos de Oscar NEWMAN (1996) enfocam o comportamento dos moradores de conjuntos habitacionais populares em relação ao controle e à manutenção das áreas coletivas dos espaços exteriores. Conclui que os moradores só mantêm controlados os espaços que são claramente demarcados e identificáveis como sua

propriedade e que os espaços interiores das moradias, mesmos modestos, são bem cuidados, ao contrário dos espaços externos, que acabam tornando-se espaços públicos anônimos onde tudo acontece: vandalismo, depósito de lixo e até crimes. Cita que um dos motivos da falta de segurança nestes conjuntos habitacionais populares é a falta de integração das áreas verdes e de lazer com as unidades habitacionais.

A tese doutoral de Nirce Saffer MEDVEDOVSKI (1998) refere-se aos problemas de indefinição de propriedade e responsabilidade sobre espaços coletivos em conjuntos habitacionais de interesse social, que se encontram abandonados ou privatizados por alguns usuários do conjunto, que se apropriam indevidamente dos espaços coletivos como área de ampliação da própria casa, sem qualquer sanção, seja por parte do poder público ou dos vizinhos que foram deixados à margem, vendo seus direitos violados.

Segundo Sheila ORNSTEIN (1995), apenas os Países desenvolvidos possuem indicadores sobre a origem dos problemas patológicos nas construções: pesquisas pós-uso aplicadas na Bélgica, Grã-Bretanha, Alemanha e Dinamarca indicam que 36 a 49% das construções apresentam patologias decorrentes de falhas de projeto e de falhas no decorrer da execução (19 a 31%). No Brasil, apesar de ter crescido o número de estudos sobre qualidade na década de 1990, a prática maior incide na aplicação da gestão de qualidade, para execução e fabricação de materiais e de componentes, que visam ao aumento da produtividade da mão-de-obra e à redução do desperdício.

Quanto à implantação de programas de qualidade na etapa do projeto, poucas são as empresas de consultoria ou construtoras que já adotaram programas direcionados para o tema. Não existe ainda esta cultura no Brasil, a ênfase maior está no fator qualidade no atendimento ao cliente externo (o contratante), e nunca se tem em vista o usuário final (o morador). Neste sentido, o impacto sócio-ambiental se agrava quando o assunto é aplicar o conceito de qualidade em habitação de baixa renda, principalmente porque o repertório cultural, hábitos, atitudes e crenças da população de baixa renda diferenciam-se do repertório dos projetistas, que vêm adotando, nas últimas décadas, soluções urbanísticas, arquitetônicas e construtivas repetitivas em larga escala para conjuntos habitacionais.

“No Brasil, os profissionais desconhecem o que ocorre no ambiente construído (espaço edificado ou área livre) no decorrer do uso, em relação ao desempenho físico, à satisfação do usuário e ao atendimento das necessidades. Ou seja, não existe uma prática de controlar a qualidade destes ambientes. O

levantamento, a análise e as recomendações extraídas de dados, visando realimentar o próprio estudo de caso, bem como futuros projetos, trata-se de um instrumental de controle de qualidade que pode ser colocado em prática através da metodologia da APO” (ORNSTEIN, 1995, p.29).

C. A Avaliação Pós-Ocupação

Define-se a Avaliação de Pós-Ocupação como uma alternativa metodológica para avaliação de desempenho de ambientes construídos e como um instrumental capaz de aferir por realimentação os erros e acertos encontrados no objeto de estudo avaliado a partir do ponto de vista dos usuários (LAY; REIS, 1994, P.29). Ela permite a avaliação de aspectos técnico-construtivos, funcionais, econômicos, estéticos e comportamentais do ambiente construído, levando em conta tanto o ponto de vista de especialistas técnicos, como dos usuários que diariamente se deparam com a realidade. Os resultados podem ser usados como novos insumos e diretrizes para futuros projetos com características semelhantes, mas podem, sobretudo, serem utilizados para adaptações, renovações, reformas e reorganizações naqueles ambientes estudados (ORNSTEIN, 1992).

Acredita-se que a metodologia da avaliação pós-ocupação (APO) possa responder estas questões como um conjunto metodológico que pode promover a ação (ou intervenção) com a finalidade de propiciar a melhoria da qualidade de vida daqueles que usam um dado ambiente, produzir informação na forma de banco de dados, gerar conhecimento sistematizado sobre o ambiente e suas relações ambiente-comportamento (RAC).

“A APO passa a ser mais relevante no caso de programas de interesse social, tais como conjuntos habitacionais, nos quais, no caso brasileiro, nas últimas décadas, tem-se adotado soluções urbanísticas, arquitetônicas e construtivas repetitivas em larga escala, para atender a uma população, via de regra, muito heterogênea, cujo repertório cultural, hábitos, atitudes e crenças, são bastante distintos no próprio conjunto dos daqueles dos projetistas” (ORNSTEIN, 1995, p.30).

O que esta dissertação trás de novo em relação a outros trabalhos de Avaliação Pós-Ocupação (APO)?

As Avaliações Pós-ocupações realizadas pela CONDER em 1998 e 1999 e também por estudantes do Curso de Urbanismo da UNEB em 2001, no ambiente construído pós-intervenção do Programa Viver Melhor (assunto tratado com mais detalhe no Capítulo I), enfocam principalmente a satisfação dos moradores em relação ao desempenho funcional da intervenção urbanística. A análise não se aprofunda nos aspectos habitacionais e comportamentais.

Tomando-se exemplos de APOs realizadas no Brasil, evidencia-se que tratam principalmente sobre o desempenho funcional dos conjuntos habitacionais aprofundando-se pouco em relação aos aspectos comportamentais (assunto abordado no capítulo II) (ORNSTEIN, 1995).

A presente dissertação diferencia-se destes trabalhos porque:

- a) Enfoca principalmente a análise das intervenções habitacionais realizadas pelos moradores, a adequação destes aos serviços e equipamentos urbanos. Além disso, trata da percepção e cognição dos moradores em relação ao Candeal Pequeno.
- b) O cruzamento de duas vertentes teóricas, incluindo a Avaliação Pós-Ocupação, e a Percepção e Cognição Ambiental em um mesmo trabalho, é uma característica inovadora em relação a outros trabalhos desta natureza, que geralmente enfocam um aspecto ou outro.

Os critérios de análise

A presente dissertação está fundamentada na área de conhecimento dos estudos que relacionam o ambiente e o comportamento (RAC), especificamente na área da Avaliação Pós-Ocupação e na área da percepção e cognição ambiental. A primeira vai auxiliar na avaliação da “adequação” da habitação e dos serviços urbanos aos moradores do Candeal Pequeno; a segunda na análise do “sentido”, na percepção e no sentimento dos moradores do Candeal em relação à localidade em que moram.

Estudos da relação ambiente-comportamento (RAC) iniciaram-se há mais de um século, porém tiveram seu momento de consolidação a partir dos anos 1940, através de estudos, hoje considerados clássicos, de autores influentes, tais como: R. Barker e H. F. Wright (fundadores da psicologia ecológica), Maurice Merleau-Ponty (fenomenologia

da percepção), Edward Hall (conceito de territorialidade), Robert Sommer (conceito de espaço social), James Gibson (percepção visual), Kevin Lynch (imagem da cidade e mapas mentais), David Canter (psicologia do lugar), Robert Gutman (comportamento de moradores de edifícios), Chombart de Lauwe (psicossociologia do espaço urbano), Christian Norberg-Schulz (fenomenologia da arquitetura), Amos Rapoport (percepção, cultura e arquitetura) e Yi-fu Tuan (topofilia ou elo afetivo entre homem e o lugar).

Destacam-se da década de 1970 até hoje, como participantes ativos: Preiser, Cooper Marcus, Newman, Farbstein, Kantrowitz, Moore, Shibley, Hershberger, Ornstein e outros. Estes estudos visavam constatar em que medida o ambiente afeta o usuário e vice-versa, utilizando como “laboratório” o ambiente natural da vivência cotidiana das pessoas. O ambiente construído e seu processo de produção e uso são encarados não como expressões físicas e artefatos, mas como expressão e interpretação da reação dos usuários, considerando as necessidades humanas, os modos de pensar, as atitudes, os valores, as imagens, os domínios, impregnados em sua cultura.

Para definição dos critérios a serem avaliados neste trabalho, considerou-se a contribuição do professor americano urbanista Kevin LYNCH na obra “A Boa Forma da Cidade” (1981). LYNCH extrai a partir das teorias normativas, características da forma da cidade importantes para os valores humanos, delineia a partir destes um conjunto de cinco “dimensões” para uma “boa cidade”: ”vitalidade”, “sentido”, “adequação”, “acesso”, e “controle”. Destas dimensões trabalharemos com “adequação” e “sentido” (LYNCH, 1981, p.114).

Sentido: Esta dimensão reporta-se à “Imagem da Cidade” relacionando a forma do ambiente e os processos humanos de percepção e cognição. É “o grau em que um aglomerado populacional pode ser compreendido e mentalmente diferenciado e estruturado no tempo e no espaço” (LYNCH, 1981, p.127).

Adequação: avalia como o “padrão espacial e temporal corresponde ao comportamento habitual dos seus habitantes” (LYNCH, 1981, p.145). É o grau em que, num aglomerado populacional, a forma e a capacidade dos espaços, canais e equipamentos correspondem ao padrão de atividades em que as pessoas se envolvem ou desejam se envolver. “Os locais são modificados para se adequarem a comportamentos e os comportamentos são alterados para se adequarem a um local” (LYNCH, 1981, p.145).

Retomando-se o projeto original da pesquisa, explicita-se aqui o seu **objetivo geral** de identificar como ocorre a relação ambiente-comportamento, no âmbito do

espaço habitacional implantado pelo Programa Viver Melhor no Candéal Pequeno e os moradores beneficiados. Como **objetivos específicos** pretende-se:

1. Identificar o grau de **satisfação** dos moradores do Candéal Pequeno em relação aos aspectos funcionais da nova moradia e aos serviços urbanos.
2. Detectar como está ocorrendo a “**adequação**” dos espaços habitacionais para atenderem ao comportamento e às necessidades dos moradores, analisando as interferências produzidas por estes no ambiente construído, relacionando-as com o projeto original.
3. Analisar como os moradores do Candéal Pequeno apreendem e se identificam com o seu lugar de moradia, ou seja, como ocorre o processo de percepção e cognição em relação à nova realidade que vivenciam pós-intervenção do Viver Melhor (este objetivo está relacionado com o indicador “**sentido**” proposto por Kevin Lynch, no livro *A Boa Forma da Cidade*) (LYNCH, 1981, p.127).

Metodologia adotada

A pesquisa compreendeu três etapas: levantamento de arquivo, aplicação das entrevistas e levantamento de campo.

I. Levantamento de arquivo

Buscou-se adquirir todos os documentos necessários para análise do objeto de estudo: o projeto urbanístico e arquitetônico completo (visita à CONDER e à PRACATUM); dados censitários sobre a população do Candéal Pequeno (visita ao IBGE); notas em jornais locais sobre o Candéal.

Sobre o tema habitação de interesse social com enfoque nas relações ambiente-comportamento, fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, a partir daí,

identificou-se as normas técnicas e os indicadores de desempenho funcional para habitação.

II. Aplicação de entrevistas

Foram aplicadas entrevistas aos técnicos que participaram do processo de implantação do programa Viver Melhor e aos líderes comunitários, a fim de apreender as diversas fases do processo e as diversas visões sobre o assunto.

Entrevistas aplicadas aos profissionais envolvidos no processo projetual e construtivo:

O projeto arquitetônico foi desenvolvido por uma equipe de profissionais contratados pela ONG Pracatum, cuja sede fica no Candeal Pequeno. A equipe técnica envolvida no processo projetual do Projeto Tá Rebocado constitui-se em:

Coordenação geral: Vera Lyra (pedagoga).

Consultores: Ângela Gordilho Souza (arquiteta), Ana de Lourdes R. Costa, Rosa Andrade.

Arquitetos: Neyse Souto, Emmanuel Blamont, Lucinei Caroso, José Augusto Almeida.

Engenheira sanitarista: Patrícia Marchesini.

Sociólogo: Bernd Reiter.

Estagiários: Liege Maria Abbehusen e Rodrigo Rebouças Lyra

Por ocasião da pesquisa, alguns destes técnicos já haviam se desvinculado do escritório da Pracatum e estavam morando em outros países. Destes destacam-se: Neyse Souto (Espanha), Emmanuel Blamont (França) e Bernd Reiter (Espanha). Anteriormente a esta fase, ainda quando preparava-se o ante-projeto de dissertação para ingresso no mestrado, teve-se contato informal com Neyse Souto, que explicou de forma geral, como tinha ocorrido o processo de concepção do Projeto Tá Rebocado, ocasião em que emprestou documento contendo resultados da pesquisa censitária realizada pelos técnicos junto às famílias da localidade Candeal Pequeno, como também dados sobre o Projeto, mostrou fotos de como a localidade era antes da intervenção,

outras da fase de construção e de como estava atualmente. Falou também dos problemas da relocação das famílias para casas alugadas pelo Projeto.

O escritório da Pracatum, depois da conclusão das obras, ficou sob a responsabilidade de Patrícia Marchesini, que cedeu para a pesquisa um arquivo em CD contendo dados sobre o Projeto Tá Rebocado e sobre a Pracatum. Tentou-se marcar uma entrevista com a engenheira, mas não foi possível, pois estava envolvida com outros projetos e não possuía disponibilidade de tempo. Neste ínterim, Patrícia viajou para Estados Unidos e Espanha para o lançamento do filme “El Milagre do Candeal”. Considerava-se que esta entrevista seria de contribuição para este trabalho, pois a mesma foi responsável pelo projeto de esgotamento sanitário dos Conjuntos Habitacionais que constitui-se num dos grandes problemas do projeto.

A professora Ângela Gordilho esclareceu aspectos sobre a concepção do Projeto Tá Rebocado no âmbito urbanístico e habitacional, como membro da banca, em ocasião das qualificações I e II deste trabalho.

Entrevistou-se a coordenadora do projeto, a pedagoga Vera Lyra, o arquiteto Augusto Almeida, alguns técnicos da CONDER, participantes da fase de execução do Projeto Tá Rebocado: Ana Carla Lins Godoi (assistente social) e Nelrimar Gonçalves Júnior (engenheiro civil).

Entrevistas aplicadas aos líderes comunitários

Entrevistou-se alguns líderes das associações locais e alguns moradores que se destacam pela atuação participativa: Aridalva Arcanjo (Presidente da Associação Defesa e Progresso), Graciete Batista Bispo (Presidente da Associação 9 de Outubro), Ivanise Sena Barbosa (moradora conhecida por Dona Branca), Raimundo Lázaro Querino (membro fundador da Associação dos Moradores da Fonte do Governo-AMFOGO).

Tentou-se entrevistar o músico Carlinhos Brown, porém não foi possível conciliar um horário compatível, no período estava realizando carnaval em Barcelona, logo depois estava envolvido no lançamento do filme “El milagre do Candeal” também na Espanha.

III. Levantamento de campo

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas: **A primeira etapa** visou aferir a satisfação dos moradores do Candeal Pequeno em relação ao desempenho funcional das unidades habitacionais e urbanísticas, e a adequação destes em relação a seu novo lugar de moradia e vice-versa. Para estruturar esta pesquisa, fundamentou-se na metodologia da Avaliação Pós-Ocupação.

O enfoque da **segunda etapa** da pesquisa, embasada em Kevin LYNCH, no livro “A Imagem da Cidade” (1980), consistiu em compreender a relação dos moradores do Candeal Pequeno com o bairro em que moram, em relação à percepção e cognição ambiental: Como percebem, como compreendem a estrutura formal, quais os elementos da localidade mais marcantes e significativos para estes, quais os percursos mais usuais.

A pesquisa foi estruturada para possibilitar uma análise comparativa dos dados em relação à diversidade tipológica das habitações e em relação à sua localização. Isto se deu, porque as unidades habitacionais foram implantadas em diferentes locais, acredita-se que este fator pode influenciar na relação espaço-tempo dos moradores em relação às atividades usuais do dia-a-dia, além disso, as características geo-ambientais do sítio podem influenciar no prazer ou desprazer de se morar em determinado lugar, considerando-se a ventilação, altitude, insolejamento, vegetação, etc.

A. Primeira etapa

Esta etapa fundamentou-se na metodologia da Avaliação Pós-Ocupação técnico-funcional. Aplicou-se questionários aos moradores das habitações construídas pelo programa Viver Melhor, realizou-se, também, cadastros técnicos daquelas habitações que foram alteradas construtivamente pelos moradores em relação ao projeto original.

Na determinação da amostragem, considerou-se, segundo BECHTEL (1990, p.17) apud ORNSTEIN (1992, p.85), para o caso de APOs aplicadas em conjuntos habitacionais ou em escalas urbanas mais amplas, tais como uma quadra ou um bairro “**mais apropriada uma amostragem de casas do que de pessoas**”, no entanto deve-se “conversar com toda a família em cada unidade se não houver ampla disparidade de idade e de raça, por exemplo na população”.

No caso do Candeal Pequeno, do total de 115 unidades habitacionais construídas pelo Programa Viver Melhor, adotou-se uma amostragem aleatória considerando-se as

unidades construídas e não o número de moradores beneficiados, definiu-se também que os questionários seriam aplicados às famílias que se mostrassem acessíveis e disponíveis a participar da pesquisa, resultando em 81 questionários, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1: Amostragem da Pesquisa de Avaliação Pós-ocupação

Conjunto Habitacional	Unidades Construídas	Questionários Aplicados	Amostragem
Zé Botinha	16	13	81,25%
Sapucaia (verticalizado)	32	21	65,6%
Sapucaia (isoladas)	12	8	66,6%
Jardim Candeal	22	12	54,54%
Chácara do Candeal	25	22	88%
Vila do Jair	8	5	62,5%
Total	115	81	70,43%

Fonte: organizada pela autora.

Realizou-se o levantamento cadastral das unidades habitacionais que foram alteradas construtivamente pelos moradores, objetivando identificar a tendência de adequação dos espaços pelos moradores, como estão utilizando os espaços, como estão acontecendo os arranjos, para depois analisar comparativamente o resultado pós-intervenção dos moradores com a proposta do projeto arquitetônico original.

Durante a aplicação do questionário foram feitas anotações das observações técnicas e fotografias, em relação ao desempenho funcional da habitação, ao comportamento dos moradores nas habitações, nas áreas comuns de cada conjunto e na localidade Candeal Pequeno. Objetivou-se, dessa forma, checar tecnicamente os aspectos funcionais das habitações e compará-las com as respostas dos moradores. Posteriormente os cadastros atualizados foram desenhados em auto-cad.

As análises dos aspectos referentes à **unidade habitacional** foram realizadas através da análise comparativa por tipologia (unidades verticalizadas, unidades isoladas, unidades escalonadas), pois cada uma possui características próprias em relação ao projeto arquitetônico e à implantação no terreno. Foram analisados os seguintes aspectos: densidade, ampliação do imóvel, segurança, estrutura, materiais de

revestimento, portas e janelas, instalações elétricas e hidráulicas, ventilação, iluminação, temperatura, adaptação ao uso do deficiente físico e do idoso.

Quanto à análise dos resultados da pesquisa sobre a adequação dos moradores aos **serviços urbanos** (energia elétrica, iluminação pública, fornecimento de água, limpeza urbana, transporte público, rede de esgoto, segurança pública) utilizou-se como metodologia a comparação dos dados considerando a localização dos conjuntos habitacionais.

B. Segunda etapa

A segunda etapa da pesquisa de campo colheu dados referentes à “percepção” e à “cognição ambiental” dos moradores do Candéal Pequeno (beneficiados pelo programa Viver Melhor) em relação à localidade Candéal Pequeno (LYNCH, 1980; RAPOPORT, 1978).

Inicialmente, foram realizadas duas reuniões: Na primeira estavam presentes 8 moradores do Conjunto Chácara do Candéal; na segunda, com os moradores do Jardim Candéal e do Zé Botinha, participaram 6 pessoas. Estas reuniões aconteceram nas sedes das associações de moradores, com o objetivo de promover uma aproximação maior entre pesquisadores e moradores, identificar os elementos considerados marcantes pelos moradores, qual o significado e valores atribuídos a estes elementos. Além disso, compreender como apreendem a estrutura formal da localidade através do desenho de mapas mentais. Os moradores foram estimulados a desenhar o Candéal Pequeno como se estivessem fazendo um mapa para algum amigo que fosse visitá-los.

Nestas reuniões, inicialmente aconteciam apresentações, incentivava-se os participantes a fazerem uma apresentação rápida, a equipe de pesquisadores também se apresentava e explicava o objetivo da reunião. Em seguida, era feito um trabalho de relaxamento e descontração através de música, dança e de exercícios de bioenergética. Seguia-se um roteiro com algumas perguntas a serem feitas aos moradores para que cada qual respondesse. As respostas de cada morador eram registradas em gravador além de serem também anotadas pelos pesquisadores.

O roteiro foi feito com base na metodologia utilizada por Kevin Lynch (1980) em seu livro “A Imagem da Cidade”:

a) Quando ouve a palavra Candéal Pequeno, qual a primeira lembrança que simboliza a palavra em si?

- b) Quais os percursos que faz usualmente indo e voltando ao trabalho? O que pode ver, cheirar, ouvir ao longo do caminho?
- c) Ao longo desse percurso quais os elementos físicos que lhe chamam mais atenção?
- d) O que sente quando percorre este caminho, ele desperta em você algumas sensações emocionais?
- e) Quanto tempo leva a percorrê-lo?
- f) Há locais no percurso que lhe deixa inseguro?Quais?
- g) Quais os elementos do seu bairro Candeal Pequeno que considera de mais destaque, que lhe chama mais atenção, por que?
- h) Tem algum sentimento emotivo por ele? O que ele simboliza para você?
- i) Qual o seu sentimento em relação ao seu conjunto de moradia?
- j) Fazer um mapa do seu bairro Candeal Pequeno, como se estivesse fazendo para um visitante, não esquecendo as suas características principais.
- k) Fazer um desenho do seu conjunto de moradia, podendo introduzir elementos que considere importantes para melhorar o aspecto visual do lugar que você mora.

Estas reuniões foram muito proveitosas auxiliando na identificação de alguns problemas existentes em relação à convivência e à gestão dos problemas comuns nos conjuntos que não tinham sido identificados na ocasião da aplicação dos questionários.

No início, sentiu-se certa expectativa dos moradores em relação à temática da reunião, eles pensavam que trataria sobre a legalização das suas casas, pois até aquele momento não tinha sido regularizada a posse das mesmas, o que causava uma grande insegurança nos moradores beneficiados. Além disso, estes trouxeram alguns problemas do conjunto habitacional para serem discutidos, particularmente com a administração das áreas comuns, pois os moradores não estão sabendo ou conseguindo se organizar para resolver estes problemas.

Ana Carla Godoi, assistente social da CONDER, relatou em entrevista, que no processo de relocação das famílias, procurou-se respeitar a vizinhança existente, por exemplo, as famílias que moravam na rua da vala foram transferidas para o Conjunto Jardim Candeal, as que moravam no Zé Botinha foram transferidas para moradias de aluguel, voltando posteriormente à conclusão da obra para o novo Conjunto Zé Botinha. Afirmou também, que os moradores tiveram acompanhamento no âmbito social, em todas as fases do processo, na fase de concepção do projeto, durante as obras e depois que já estavam instalados. Apesar disso, observa-se que os moradores ficaram

dependentes da Associação Pracatum e com dificuldade em assumir a gestão dos assuntos condominiais.

Foram convocadas três reuniões, porém só ocorreram duas, pois uma delas coincidiu com o comício de um político local e ninguém esteve presente, além disso, a quantidade de participantes era pequena em relação ao número total de moradores por conjunto habitacional. A produção destas reuniões absorvia muito tempo da equipe de pesquisa, pois era necessário fazer a divulgação convidando os moradores a participar dois dias antes da reunião, na maioria das vezes o convite tinha que ser reafirmado no dia da reunião.

Observou-se que com as vivências coletivas, o objetivo principal da pesquisa, em relação à percepção dos moradores sobre o Candéal Pequeno, não estava sendo alcançado. Além do mais, a resposta de um influenciava na resposta do outro, enquanto um respondia os outros participavam, confundindo, também, o registro das respostas. Todos estes aspectos conduziram a mudar a metodologia da pesquisa, resolveu-se então que as informações seriam obtidas não através de reuniões, mas o pesquisador indo de porta em porta.

Com esta mudança na metodologia, conseguiu-se atingir o objetivo da pesquisa, porém perdeu-se o contato com o coletivo e a possibilidade de participar do processo de reflexão e debate sobre os problemas que enfrentam.

Foram introduzidas algumas perguntas no questionário original em relação à gestão dos problemas comuns: Qual o seu sentimento em relação ao conjunto em que você mora? Quais são os principais problemas do conjunto em que você mora? Como vocês administram ou gerenciam os problemas comuns? Como se dá o relacionamento entre os vizinhos? Quais são as comemorações que a comunidade (do conjunto) celebra em grupo? Onde? Quais as atividades de lazer praticadas pelas crianças? Onde? Quais são as atividades de lazer mais praticadas pelos adultos? Onde?

Tabela 2: Amostragem para Pesquisa de Percepção Ambiental

Conjunto Habitacional	Moradores (unid. habit. X 5)	Questionários Aplicados	Amostragem
Zé Botinha	80	9	11,25%
Sapucaia (verticalizado)	160	16	10%
Sapucaia (isoladas)	60	6	10%
Jardim Candéal	110	11	10%

Chácara do Candeal	125	14	11,2%
Vila do Jair	40	4	10%
Total	575	60	10,43%

Fonte: organizada pela autora.

Na determinação da amostragem, considerou-se aproximadamente 10% do total de moradores por conjunto. Considerando a densidade média de 5 moradores por habitação, entrevistou-se 60 moradores no total, sendo este número proporcional à quantidade de moradores beneficiados por conjunto.

A entrevista foi aplicada à família que se mostrasse acessível à abordagem do pesquisador, ou seja, àquela que recebeu o pesquisador de “portas abertas”.

O material resultante da pesquisa, de percepção e cognição ambiental pelos moradores do Candeal Pequeno, são mapas cognitivos e respostas textuais, produzidos pelos moradores na ocasião da aplicação das entrevistas. No decorrer da pesquisa, solicitou-se aos moradores que explicassem o conteúdo do mapa cognitivo. Dessa forma, pode-se apreender o significado dos elementos desenhados pelos moradores, percebendo-se o elo afetivo destes em relação a alguns lugares da localidade. A partir daí organizou-se tabelas, mapas de percurso e cognitivo, por localização dos Conjuntos Habitacionais.

Considerando-se as diversas abordagens que foram feitas sobre o mesmo tema, a dissertação está organizada em 6 capítulos:

- a) O **primeiro capítulo** discorre sobre o tema habitação de interesse social, a respeito das políticas habitacionais que atuaram no século XX no Brasil e em Salvador, para *a posteriori* enfatizar o Programa Viver Melhor do governo do Estado da Bahia, que promoveu a implementação do projeto de intervenção urbanística e habitacional no Candeal Pequeno, objeto desta pesquisa.
- b) O **segundo capítulo** trata da fundamentação teórica e metodológica da dissertação, contextualizada a partir dos estudos das relações ambiente e comportamento, com enfoque na avaliação pós-ocupação e na percepção e cognição ambiental.
- c) O **terceiro capítulo** diz respeito à descrição do estudo de caso: a localidade Candeal Pequeno e o Projeto Tá Rebocado.

d) O **quarto capítulo** discorre sobre como está ocorrendo a “adequação” das unidades habitacionais e dos serviços urbanos aos moradores do Candeal Pequeno, e sobre a satisfação destes em relação à intervenção do Programa Viver Melhor na localidade.

e) O **quinto capítulo** trata do critério “sentido”, diz respeito aos sentimentos dos moradores em relação à localidade do Candeal Pequeno, como percebem a “estrutura formal”, como estabelecem a “identidade” com os elementos da imagem do local e qual o significado destes para os moradores do Candeal Pequeno (“legibilidade”) (LYNCH, 1981).

f) O **sexto capítulo** discorre sobre as considerações finais do trabalho.

Capítulo 1

Sobre Habitação e Viver Melhor

Neste capítulo enfoca-se o tema da habitação de interesse social, procura-se resgatar o histórico das políticas habitacionais que atuaram no século XX no Brasil e em Salvador, dá-se destaque ao Programa Viver Melhor por tratar-se do Programa do Governo do Estado da Bahia que promoveu a implementação do projeto de intervenção urbanística e habitacional no Candeal Pequeno, objeto desta pesquisa.

1.1. Políticas habitacionais no Brasil

No período correspondente à metade do século XIX até 1920, o Brasil viveu o início da expansão do capitalismo, baseado na produção do café. Apesar da base da economia nacional ser rural, as atividades industriais na área urbana estavam em franca expansão, iniciando-se a migração de trabalhadores rurais para a cidade grande, mão-de-obra que foi absorvida pela indústria, e que pressionou a construção de unidades habitacionais de baixo custo. Registrou-se, em 1880, a construção de vilas operárias por agências governamentais e por companhias privadas (COELHO, 2000).

Com intuito de minimizar o problema de moradia destes trabalhadores o presidente Epitácio Pessoa, em 1920, estabeleceu o programa oficial para construção de acomodações para locação. Em 1923, o Presidente Arthur Bernardes criou as **caixas de aposentadoria e pensão** com o objetivo de prover habitação para os trabalhadores de estradas de ferro. Além destas, foram criadas caixas para outros setores da classe trabalhadora, totalizando, no ano de 1930, 47 caixas com 140 mil associados (COELHO, 2000).

O período de 1930 a 1955 é marcado pela intervenção do Estado na economia, cuja ênfase se deu no sentido de uma política industrial de substituição de importações, intensificou-se o processo de urbanização, ampliou-se o êxodo rural, com o aumento do número de favelas e outras formas de moradias informais. Com isso, o Estado passou a fortalecer o programa de caixas de aposentadoria e pensão. Em 1933, são fundados os **IAPs** (Institutos de Aposentadoria e Pensão), que construíam unidades habitacionais de tipologia horizontal, distribuídas de forma isolada e/ou semi-isolada; registrou-se no ano de 1937 a implantação de 107 institutos e caixas com 844.801 associados, naquele ano

foram construídos 118 blocos habitacionais em todo o País, número inexpressivo frente à demanda. O objetivo dos IAPs era atender a questão da moradia apenas para os associados (funcionários públicos e operariado) e não para a população em geral (COELHO, 2000).

Como extensão dos IAPs, em 1940, cria-se o **IAPI** (Instituto para Aposentadoria e Pensão dos Industriários), com o objetivo de aproveitar as vantagens da produção em massa para prover habitação mais barata para os trabalhadores da indústria. Neste caso, a tipologia adotada diferia da dos IAPs. Foram construídos conjuntos de edifícios. Até o ano de 1950, o IAPI tinha construído 31.587 moradias no País. Os problemas enfrentados pelos IAPs e IAPI referiam-se aos financiamentos que não sofriam reajustes acompanhando a inflação, provocando prejuízos e dificultando a reprodução de projetos.

Em 1946, o Governo Federal criou o primeiro órgão, a **FCP** – Fundação da Casa Popular, destinado a elaborar uma política de habitação para a população e, principalmente, oferecer moradia própria aos trabalhadores (Decreto lei 9.218 de 01/05/46), com a finalidade de agregar atividades de diferentes agências envolvidas na produção de residências de baixo custo. A FCP foi extinta nos anos 1960 com produção pouco significativa, evidenciando a incapacidade do Estado em equacionar o problema de moradia, transferindo para os próprios moradores a equação do problema através da auto-construção (BONDUKI, 1998).

No Brasil, na década de 1950, vai ocorrer o crescimento econômico do País através da ampliação e modernização do desenvolvimento industrial, o que vai provocar a intensificação de fluxos migratórios inter-regionais, acelerando os processos de urbanização nas cidades capitais e o aumento da população urbana. Na política, o Estado passou a interagir com os segmentos capitalistas, industrial e imobiliário, e com um contingente populacional maior. No período de 1955 a 1964, pouco se fez em relação ao problema habitacional. O Presidente Jânio Quadros estabeleceu em 1963 o **Plano de Assistência Habitacional** (PAH) com o intuito de construir 100.000 unidades em 18 meses. Além deste, planejou o **Instituto Brasileiro de Habitação** como substituto para a Fundação da Casa Popular. No entanto, estes projetos não foram bem sucedidos. Aliás, até o ano de 1964 nenhum destes programas até então implantados foram eficientes na erradicação do problema da habitação de interesse social no País. O déficit de moradia em 1964 foi estimado em 8 milhões de unidades habitacionais (COELHO, 2000).

O período de 1964 a 1986, ditado pelo regime militar, teve no âmbito habitacional, duas ações relevantes: a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a lei de âmbito federal que promove o descongelamento dos preços dos aluguéis. O **BNH** visava à centralização do conjunto de ações do Estado no que diz respeito à produção e à distribuição de unidades habitacionais, além disto, geria o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), destinado a financiar a produção de moradias para população de baixa renda e o SBPE, Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, que atendia à chamada faixa do mercado, operando sem a intervenção direta do governo, com as etapas de financiamento, produção e distribuição habitacional nas mãos da iniciativa privada. Esses dois subsistemas, FGTS e SBPE, compunham o **SFH** (Sistema Financeiro de Habitação) (ARRETCHE 1990 apud COELHO, 2000). O mercado de baixa renda era operado por agências estatais como agentes promotores, normalmente as COHABs, órgãos locais ou regionais equivalentes, ou os próprios governos estaduais e municipais.

O objetivo principal do BNH era prover moradias para camadas de renda mais baixa da população, porém, entre a metade da década de 1970 e início de 1980 as Companhias de Habitação (COHABs) concentraram seus investimentos nas famílias com rendimento de 3 a 5 salários mínimos e as INOCOOPS para faixas de até 12 salários mínimos. Estavam excluídas, portanto, as famílias que não dispunham de renda mínima ou comprovação de renda (AZEVEDO & ANDRADE, 1982).

Evidencia-se que esta política privilegiou os agentes financeiros, os incorporadores e os empreiteiros, além do interesse explícito de fortalecer a indústria da construção civil, pois tanto nesse subsistema, como naquele destinado às classes média e alta, o Estado atuou apenas como regulador, a produção habitacional foi realizada por iniciativa privada (ARRETCHE, 1990). O número total de unidades financiadas pelo SFH até 1984 foi de 4.356.963 unidades, sendo que 40,9% pelo SBPE, 27% pelas COHABs e 11,2% pelas Cooperativas Habitacionais (CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, 1986).

Outros programas alternativos foram criados no período final de existência do BNH: o **PROFILURB** (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), o **FICAM** (Financiamento para Construção, Ampliação e Melhoria), o **PROMORAR** (Programa de Erradicação de Sub-habitação), além do programa de auto-ajuda assistida chamado João de Barro. Comparando-se com a produção do SFH, os projetos alternativos tiveram uma produção bastante reduzida: PROFILURB, 73.742 unidades, o FICAM,

81.872, o PROMORAR, 206.607 e o Programa João de Barro apenas 7.000 unidades (CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, 1986), concentrada nos últimos anos da Ditadura.

O SFH foi extinto na crise dos anos 1980, com a elevação da inflação e o não reajuste dos salários na mesma proporção. É importante lembrar que este sistema era operado com a lógica de empresa privada, na qual investimentos sem retorno inviabilizariam o processo. A crítica a esta política habitacional, que marcou o período da ditadura militar, diz respeito à centralização de todos os recursos disponíveis dos investimentos em habitação e saneamento no Brasil por 21 anos consecutivos. Além disso, não atendeu a grupos, associações, comunidades que, organizados, buscaram financiamento para auto-construção com preços baixos de suas moradias.

A lógica do SFH baseava-se no “financiamento ao produtor e não ao usuário final” e no “equilíbrio financeiro do sistema”, rebaixando a qualidade construtiva e o tamanho da unidade habitacional, construindo cada vez mais moradias menores, mais precárias e distantes do centro da cidade. Os resultados desta produção em massa, promovida pelo SFH, foram conjuntos habitacionais caracterizados pela monotonia arquitetônica, sem relação com o entorno, demonstrando a total despreocupação com a qualidade dos projetos e da construção, com a preservação ambiental, ou com a participação comunitária. Neste processo de gestão centralizada, contratava-se as empreiteiras, que construíam as moradias e as entregavam prontas aos moradores finais. Estes conjuntos eram predominantemente implantados em áreas periféricas da cidade (BONDUKI, 1997, p.62).

“A falta de alternativa de projetos sociais, que incluíssem a população de baixa renda, provocou um intenso processo de especulação imobiliária, gerando o “crescimento das ocupações de terra e da favelização e a abertura generalizada de loteamentos irregulares ou clandestinos, totalmente à margem da legislação” (BONDUKI, 1997, p.65).

Os debates críticos em oposição ao regime autoritário vão provocar mudanças no teor das propostas de gestão urbana. A partir da década de 1980 surgem novas alternativas de políticas urbanas e setoriais, encabeçadas pela imprensa, pelas universidades, organizações e pelos movimentos comunitários, entidades profissionais, etc. As questões de destaque neste debate relacionam-se principalmente com:

“A participação comunitária e o respeito ao meio ambiente- como balizadores do desenvolvimento a qualquer custo que

predominava anteriormente, a necessidade de enfrentar o desafio da cidade real, o desenvolvimento de novas formas de gestão dos empreendimentos habitacionais, como a autogestão e a co-gestão, incorporando a parceria com organizações não-governamentais e a priorização do transporte coletivo” (BONDUKI, 1997, p.66).

Em 1986, a Caixa Econômica Federal (CEF) assumiu os tributos do BNH, que, até 1985, era subordinado ao Ministério do Interior e depois ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Após a extinção do BNH/SFH, ocorre o retraimento do papel do Estado na produção da habitação, principalmente na primeira metade da década de 1990, quando ocorre a queda nos investimentos federais. Mas as camadas populacionais de baixa renda continuam produzindo intensivamente ocupações desordenadas, através do adensamento verticalizado no ambiente já construído ou promovendo novas ocupações coletivas de áreas livres urbanas. Ou seja, o problema habitacional foi deixado em segundo plano pelas instâncias formais de poder, que tinham suas ações em intervenções públicas voltadas para o embelezamento e infraestrutura de apoio a serviços urbanos das áreas formais.

De 1986 a 1990, as atividades relativas à habitação foram remanejadas várias vezes, passando por diversos ministérios e secretarias. Em 1990, a Secretaria de Habitação e a de Saneamento estavam subordinadas ao Ministério da Ação Social, que, em 1993, passou a se chamar Ministério do Bem Estar Social. Foi então criado o **Fundo Especial de Habitação Popular** e foram lançados os **Programas Habitar Brasil e Morar Município**. Em 1995, foram criados os Departamentos de Habitação, de Saneamento, e de Programas e Projetos Especiais, atrelados à Secretaria de Política Urbana, no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Em 1996 publica-se a Política Nacional de Habitação do Governo de Fernando Henrique Cardoso, que compreende diversas linhas de ação com programas de apoio ao poder público, ao cidadão, à produção, discriminados a seguir na tabela 3:

Tabela 3: **Programas da Política Habitacional de 1996**

Linhas de ação	Programas Habitacionais
Programas de apoio ao poder público	Pró-moradia, Pró-saneamento, Habitar-Brasil, PASS e Pró-Infra; Recursos internacionais; Programas de habitação na área rural; Ações Habitacionais de Defesa Civil; Imóveis da União para Habitação.
Programas de apoio ao cidadão	Carta de Crédito-FGTS; Carta de Crédito-CEF; Poupanção-CEF; Caderneta de Poupança para Aquisição; Liberação do FGTS para

	Habitação.
Programas de apoio à produção	Apoio à Produção-FGTS; Caderneta de Poupança para Produção; Conjuntos Habitacionais Irregulares.
Outros programas	Comércio de Materiais de Construção; Emprego na Construção Civil; Ligações Elétricas Residenciais; Investimentos em Saneamento e Infra-Estrutura Urbana.

Fonte: organizada pela autora com informações do MPO 1997.

Dos programas habitacionais destinados ao poder público, o Programa Habitar-Brasil, o Pró-Moradia e o Pró-Saneamento foram as linhas adotadas pelo Governo do Estado da Bahia para implementação do Programa Viver Melhor, objeto desta dissertação.

O Programa **Habitar-Brasil** e o **Pró-Moradia** foram criados para atender famílias que ganhavam até três salários mínimos e que viviam em áreas degradadas, de risco, insalubres e impróprias para moradia. Os princípios são semelhantes, mas diferem entre si quanto à origem dos recursos e quanto aos objetivos, ver tabela 4.

Tabela 4: **Programa Habitar Brasil e Pró-Moradia**

Programa	Recursos	Objetivos	Limite do financiamento por família atendida
Habitar Brasil	Orçamento Geral da União (OGU) complementados por recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Mundial	a) urbanização de áreas ocupadas por sub-habitações; b) urbanização de áreas não ocupadas; c) desenvolvimento comunitário	R\$ 7.000,00
Pró-Moradia	FGTS, com juros de 5% ao ano e da contrapartida dos mutuários de no mínimo 10% do valor investido	a) urbanização de áreas ocupadas ou não ocupadas; b) aquisição e/ou produção de lotes urbanizados; c) cesta de materiais de construção; d) infra-estrutura em conjuntos habitacionais; e) produção de conjuntos habitacionais	a) R\$ 7.000,00 b) R\$ 4.500,00 c) R\$ 4.000,00 d) R\$ 3.000,00 e) R\$ 8.500,00

Fonte: organizada pela autora com informações do MPO (1997)

As diretrizes dos dois programas incluíram a participação do beneficiário final em todas as fases do projeto. O proponente fica responsabilizado de desenvolver um projeto de trabalho social, comprometendo-se a:

- “Planejar e executar o projeto de acordo com as necessidades e aspirações das famílias beneficiadas;
- Mobilizar e conscientizar os beneficiários para o exercício de seus deveres e responsabilidades;
- Orientar quanto a adequada utilização das benfeitorias e serviços existentes na área objeto de intervenção;
- Desenvolver atividades específicas de educação sanitária;
- Aproveitar a mão-de-obra local e desenvolver projetos que estimulem atividades geradoras de renda;
- Estimular a formação e atuação de bases organizacionais representativas na comunidade, com vistas a sua própria promoção e desenvolvimento” (MPO, 1996).

Os Programas Pró-Saneamento, o Pró-Sanear e o PASS (Programa de Ação Social em Saneamento) fizeram parte da Política Nacional de Saneamento em áreas ocupadas por população de baixa renda, precárias ou ausente de condições sanitárias e ambientais mínimas. Os recursos são originários do FGTS. O Programa foi implementado através da concessão de financiamentos aos Estados, Distrito Federal ou aos Municípios, bem como às concessionárias dos serviços de saneamento e órgãos autônomos municipais.

O Programa **Pró-Saneamento** possuía as seguintes modalidades de atuação: Abastecimento de água, destinado ao aumento da cobertura de sistemas de esgotamento sanitário e/ou ao adequado tratamento e destinação final dos afluentes. As ações do **Pró-Sanear** compreendiam a ações integradas de saneamento, por meio de soluções técnicas adequadas, com participação comunitária e educação sanitária. Além disso, incluem-se também, o desenvolvimento institucional; a drenagem urbana; os resíduos sólidos e estudos e projetos.

Na modalidade Programas de Apoio ao Cidadão, criou-se os programas **Carta de Crédito** (individual, associativo) e **Crédito Direto ao Consumidor**, com atendimento direto à demanda, as linhas de crédito permitiam que as famílias, de forma individualizada ou em associação, fizessem a opção pela melhor solução para seus problemas de moradia: aquisição de lote, construção, melhoria, ampliação ou aquisição

da casa própria. Os recursos são provenientes do FGTS, para financiamento a famílias com renda de 3 a 12 salários mínimos, sem casa própria.

Como complementação destas duas linhas de crédito o Governo federal instituiu também “ações voltadas para a melhoria do funcionamento do mercado habitacional” (Brasil, 2001, p.12): ações de aperfeiçoamento do mercado, estímulo à qualidade das construções, além de medidas de diversificação ao acesso à moradia, bem como outras direcionadas para as populações de renda média e alta. Os recursos são provenientes do FGTS, financiando famílias com renda de 3 a 12 salários mínimos, sem casa própria.

O **Programa de Apoio à Produção de Habitações** era destinado a pessoas jurídicas voltadas à produção habitacional, objetivava financiar empreendimentos em que pelo menos 50% das moradias estivessem direcionadas ao público alvo do FGTS (fundo provedor dos recursos). O empréstimo era recebido pelo agente financeiro que repassava para o mutuário final, pelo valor de até 80% do menor montante dos preços de venda e de avaliação, limitado a R\$ 31.500,00 por unidade, sendo que o valor total do investimento de cada imóvel não poderia ser superior a R\$ 58.000,00, com taxa de juros de 10% ao ano (BRASIL, 1997 apud COELHO, 2000).

1.2. Política habitacional atual

O novo Governo Federal, eleito em 2002, criou o **Ministério das Cidades** e com ele estruturou-se a Política Nacional de Habitação com a ajuda do **Conselho Nacional das Cidades** (Concidades) e do **Conselho Curador do FGTS**. O Concidades é um órgão colegiado, integrante da estrutura do Ministério das Cidades, que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, tem por finalidade assessorar, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional com participação social e integração das políticas fundiária, de planejamento territorial e de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana. O Concidades é eleito na Conferência das Cidades.

A **Conferência das Cidades**, fórum de discussão e de proposições para a política de desenvolvimento urbano e suas temáticas, tem o objetivo de promover a participação cidadã de variados setores sociais. Na Conferência das Cidades são definidas diretrizes, prioridades e realizadas avaliações sobre a execução da política de desenvolvimento urbano em cada nível da Federação. As Conferências Nacionais são precedidas de Conferências Estaduais e Municipais.

A 1ª Conferência Nacional das Cidades foi realizada em 2003, ocasião em que foi criado o Conselho das Cidades (ConCidades), empossado em 2004. As discussões deste evento centraram-se em políticas setoriais como habitação e política fundiária, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial urbano. De lá para cá, o tema foi debatido em todo o país e as propostas recolhidas serão sistematizadas na 2ª Conferência e servirão de base para a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e do Projeto de Lei (PL).

O ConCidades aprovou em 18 meses de existência as principais ações e políticas definidas pelo Ministério das Cidades, além disso, apontou quatro temas que refletem os principais desafios para implantação do PNDU no País: Participação e controle social; questão federativa; política urbana regional e metropolitana e financiamento do desenvolvimento urbano. Estes temas fundamentam a pauta da 2ª Conferência das Cidades que ocorrerá em Brasília de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2005.

A política do Governo Lula na área de saneamento ambiental, promoveu a integração das ações de quatro ministérios (Cidades, Saúde, Meio Ambiente, e Integração Social) e a racionalização de esforços, com a redução da quantidade de programas existentes de 23 para 11 programas. O investimento do Governo Federal nos anos de 2003 e 2004 totalizou o valor de R\$ 6,1 bilhões com recursos do FGTS (MARICATO, 2005).

A nova política habitacional, regulamentada pelo FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social previstos na Lei Federal 11.124/2005, tem como diretrizes: “**ampliar recursos financeiros para o mercado privado de moradias para classe média**” evitando-se que a classe média não dispute recursos federais com as de baixa renda e **ampliar recursos para faixas de renda inferior a 5 salários mínimos**, com o objetivo de conter o crescimento das favelas e das ocupações ilegais. Nos anos de 2003 e 2004 contratou-se R\$ 10,6 bilhões para atender a 811 mil famílias nas modalidades; imóveis novos e usados, aquisição de materiais de construção, reforma de moradia e urbanização de favelas (MARICATO, 2005).

No ano de 2005 devido a resolução 460 do Conselho Curador do FGTS houve aprovação de recursos para oferta habitacional às famílias com renda inferior a cinco salários mínimos no valor de R\$ 1,2 bilhão. Ocorreu também mudança nas normas dos Programas habitacionais federais PSH e PAR, além de terem sido criados novos

programas, o Programa de Crédito Solidário e o PEHP (Programa Especial de Habitação Popular) (MARICATO, 2005). Na tabela abaixo encontram-se relacionados alguns dos novos programas habitacionais do Governo Federal:

Tabela 5: Programas Federais da Política Habitacional

Programas Federais	Linhas de atuação	Faixa de renda atendida
PSH- Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social	Aquisição ou produção da unidade habitacional, com o custo total da Instituição Financeira relativo à geração e manutenção do financiamento habitacional.	Atendia famílias com renda mensal até 5 SM, até 2002, a partir da nova política, foram direcionados para a faixa de renda até 3 SM
PAR- Programa de Arrendamento Residencial	Direcionado para imóveis a serem construídos, em construção ou a recuperar/ reformar.	Inicialmente atendia famílias com renda mensal até 6 salários mínimos, com a nova política, o direcionamento de 40% dos recursos para a faixa de renda de 04 salários mínimos.
Programa de Crédito Solidário	para construção de casas, compra de terreno e aquisição de material de construção.	Atende famílias até 3 salários mínimos e que estejam organizadas em cooperativas ou associações de habitação.
PEHP- Programa Especial de Habitação Popular	Estabelecer parceria com estados e municípios, priorizando os principais problemas, e otimizando fontes de recursos.	

Fonte: Organizada pela autora a partir de dados do Ministério das Cidades, 2005.

O Governo Federal de acordo com o **Estatuto da Cidade**, Lei Federal n ° 10.257, aprovada em 2001, lançou campanha para elaboração de Planos Diretores, obrigando mais de 1700 municípios a elaborar seus Planos Diretores até outubro de 2006. Além disso, “o Governo Federal está apoiando diretamente os municípios, por intermédio de financiamento a 370 municípios e ou realização de cursos de capacitação às equipes de 173 municípios” (MARICATO, 2005).

1.3. Processo de Urbanização da Cidade de Salvador no século XX

O processo de modernização que viveu a cidade de Salvador nas primeiras décadas do século XX teve como principais campos de trabalho: a construção de ferrovias, as obras de infra-estrutura da cidade e obras de embelezamento, numa tentativa de acompanhar padrões estéticos europeus e de criar uma imagem de modernidade. Buscava-se resolver ou atenuar os problemas existentes na cidade, de forma parcelar e pontual, no âmbito do saneamento básico, da adequação da cidade antiga aos novos meios de transporte, da erradicação de cortiços e “avenidas” localizadas no centro, de barracos e de casebres nas áreas periféricas. Neste período registra-se pouca atuação do Estado na produção da habitação. Esta produção acontecia para famílias de renda mais alta e através da igreja, que eram os grandes proprietários e arrendatários da terra urbana.

No âmbito da área urbana as novas habitações dos ricos localizavam-se na direção sul, próximas do centro e dos serviços urbanos, já na direção norte predominava as habitações de camadas de renda baixa, os operários procuravam ocupar áreas próximas às primeiras fábricas nos arredores da cidade. O Código de Posturas Municipais de 1920 e 1926 introduziu normas que condicionaram a localização das habitações para camadas de baixa renda e regras em relação ao retalhamento das quadras e lotes na ocupação imobiliária da cidade, delineando-se a partir daí o processo de segregação espacial da cidade de Salvador.

Até os anos 1940, as ocupações informais ocorriam sem maiores problemas, inclusive porque a demanda era baixa, muitas vezes incentivada pelos proprietários de terras, que viam nestas práticas a possibilidade de valorização destas, com a implantação de serviços urbanos e infra-estrutura. Além disso, estes proprietários e enfiteutas lucravam com as taxas cobradas anualmente a estas famílias. Os indicadores demonstram que a população passa de 1920 a 1940, de 283.422 para 290.443 habitantes, correspondente ao menor índice de crescimento populacional já registrado na cidade de Salvador (BRANDÃO, 1978).

Em 1940, registra-se os primeiros movimentos populares por moradia em Salvador, quando surgiram ocupações coletivas, com a forte crise habitacional que se abateu sobre a cidade. Um dos motivos desta nova demanda habitacional foi o movimento migratório de massas populares oriundas da zona rural, que mudaram-se

para os grandes núcleos urbanos com a esperança de melhorias de vida e possibilidade de emprego, devido à decadência da economia agro-exportadora e aos sinais de ampliação do processo de industrialização nas grandes cidades brasileiras. Estas migrações, somadas ao processo de industrialização das cidades, vão promover significativas mudanças no âmbito social, político e econômico, que vão se refletir na estruturação espacial das cidades, o que vai incorrer em uma grande crise habitacional. Registra-se nesta década as primeiras “invasões” de terra em Salvador, nos seguintes locais: Gengibirra, na Liberdade, Alagados, na Península de Itapagipe e no Corta Braço, em Pero Vaz (BRANDÃO, 1978).

O grande problema encontrado por essa população oriunda do campo em sua chegada à cidade de Salvador, estava na indisponibilidade de terras nos limites do núcleo urbano e também na falta de condições financeiras destas famílias, que não eram absorvidas no mercado formal de trabalho, vivendo de biscates, serviços domésticos, etc. Naquele período, predominava o sistema de aforamento e arrendamento de terras e aluguéis de casa, geralmente utilizado pelas famílias de média e baixa rendas, que ocupavam os cortiços nas áreas centrais degradadas, as séries de habitações coladas umas nas outras conhecidas por avenidas, situadas nas áreas residenciais antigas, e os bairros pobres surgidos na primeira metade do século. Registra-se que a população de Salvador no período entre 1940 e 1950, passa de 290.443 para 417.235 habitantes, ou seja, cresce 44% em dez anos, depois da estagnação anterior (BRANDÃO, 1978).

A implantação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (anos 1950) – CHESF – localizada no município de Paulo Afonso, no interior da Bahia, e da PETROBRÁS (anos 1950), em Salvador, vão impulsionar novos investimentos para a região, sendo Salvador o primeiro centro industrial da região nordestina. O desenvolvimento da Cidade de Salvador alavanca a partir da implantação da Refinaria (anos 50), do CIA - Centro Industrial do Aratu (anos 1960) e do Pólo Petroquímico, na vizinha cidade de Camaçari (anos 1970), quando a cidade e sua região metropolitana começam a se desenvolver de forma mais perceptível .

O desenvolvimento do setor industrial provocou um intenso processo de transformação do centro urbano, para atender às solicitações de novas funções administrativas e da ampliação do setor terciário. As famílias que aí moravam deixaram os casarões progressivamente dando lugar a novos edifícios. A ocupação das áreas periféricas mais distantes do núcleo urbano e também dos vales próximos desocupados e de difícil acesso continuou sendo a opção das camadas mais carentes da população. O

espaço habitacional oferecido na cidade urbanizada era incompatível com a capacidade de aquisição da população pobre, que cresceu inversamente proporcional com a possibilidade de emprego no mercado formal, sendo forçada a ocupar a periferia. Conflitos entre proprietários e ocupantes de terras improdutivas e ociosas marcaram o período implicando na intervenção do Estado.

A estrutura fundiária vigente até então era o sistema de enfiteuse, no qual o Estado e poucas famílias detinham o poder da propriedade do solo. Este sistema inviabilizava o crescimento da Cidade de Salvador, limitando as áreas disponíveis para ocupação. A partir da década de 50 observou-se também um processo de dinamização do mercado imobiliário de forma mais intensa, originado tanto pela valorização dos vazios ainda existentes, beneficiados pela ampliação da infra-estrutura urbana na direção da periferia, quanto pela incorporação dos novos espaços abertos pelas invasões (BRANDÃO, 1978). De 1950 a 1960 houve um incremento relativo de 60,81% e mais de 50% deste crescimento se deveu também as migrações de 1940 (MATTEDI, 1979, p.354).

Na década de 1960, a Prefeitura Municipal regulamentou a Lei Municipal 2.181/68, com a finalidade de impulsionar a reforma urbana do município, estabelecendo medidas para modernização do espaço urbano: propunha vender o domínio direto das terras foreiras e a propriedade plena das terras rendeiças do patrimônio municipal, ocupadas por terceiros. A crítica a esta medida deve-se aos interesses políticos que existiam beneficiando famílias vinculadas ao Governo. Esta medida, associada ao desenvolvimento industrial, impulsionou na década de 1970 a implantação de moderno sistema viário: Avenidas Paralela, Antônio Carlos Magalhães, Suburbana, Juracy Magalhães, Magalhães Neto e Vale do Bonocô. Na periferia urbana, construiu-se as estradas CIA-Aeroporto, via Parafuso (para Camaçari) e Acesso Norte.

No âmbito habitacional, no período entre 1964 e 1986 registrou-se a atuação de políticas com financiamentos maciços vinculadas ao mercado imobiliário para empreendimentos destinados a variadas faixas de renda através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação, representando $\frac{1}{4}$ de todo parque imobiliário produzido no País. Na Bahia, a URBIS atuou em faixas com renda até 5 salários mínimos, o INOCOOP atuou na construção de unidades habitacionais para famílias com renda de 5 a 12 salários mínimos. Até 1986, a URBIS tinha construído

43.850 unidades, sendo 6,1% destinados a famílias com renda de 1 a 3 salários mínimos (FRANCO; SERRA, 1992).

Segundo BORGES (1982) a participação do governo estadual nesta política se deu das seguintes maneiras: financiando a compra de moradia através do SFH e agenciando a produção de grandes conjuntos habitacionais para os grupos de média e baixa renda. Alguns conjuntos habitacionais foram implantados em bairros mais próximos à área central da cidade como Brotas e Federação, atendendo a camada populacional de renda média. Como solução para as camadas de renda inferior, outros conjuntos foram implantados no subúrbio ou em áreas distantes do centro, como Sete de Abril (inaugurado em abril de 1967) e Castelo Branco (implantado entre 1970 e 1974), que juntos contabilizaram a construção de 2.949 unidades habitacionais. Outros conjuntos foram implantados em novas áreas: Mussurunga, Narandiba, Cajazeiras/Fazenda Grande (CASTRO,2001).

O grande problema da atuação do BNH/SFH refere-se à população abaixo da faixa de renda de 3 SM, que ficou fora do sistema, promovendo o crescimento de ocupações informais, que consolidaram-se através de investimentos individuais e coletivos, evidenciando-se, portanto, a forte segregação espacial de classes de renda e a exclusão urbanística destas ocupações.

No início dos anos 1990 registra-se pouca atuação da CEF em projetos habitacionais, as diretrizes continuavam a não incluir a população com a faixa de renda de até 3 SM. Segundo GORDILHO-SOUZA (2000), até 1991, houve continuidade dos Programas de Cooperativa Habitacional através da INOCOOP, atendendo a faixa de 5 a 12 SM, sendo que os mutuários arcariam com todos os custos da implantação.

Os programas que existiram neste período foram: PROHAP (Programa de Habitação Popular), PEP (Plano Empresário Popular), PAIH (Plano de Ação Imediata para Habitação), os dois primeiros atuando na faixa acima de 3 SM e direcionados para investimentos do setor privado. O plano PAIH foi implantado no Governo Collor para construção de conjuntos habitacionais, com unidades tipo embrião, com áreas mínimas. O plano foi direcionado para agentes promotores públicos e privados. A crítica ao período incide na responsabilidade da implantação da infra-estrutura pública nos empreendimentos, cujo orçamento era repassado diretamente ao mutuário final, já que não havia envolvimento da administração pública, inviabilizando o programa (GORDILHO-SOUZA, 2000, p.339).

Em 1995, a Fundação João Pinheiro indica que o déficit de 13,3% na RMS é pouco superior à média nacional de 10,3%. Na RMS, calcula-se o significativo déficit de 112.075 unidades domiciliares. A coabitação representa 64% deste total e os domicílios rústicos representam 32% (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador – PDDU 2000. Anexo nº 2 – documentos técnicos – versão preliminar).

1.4. O Programa Viver Melhor

O Programa Viver Melhor, implementado pelo Governo Estadual da Bahia, através da URBIS, a partir de 1995, esteve associado ao retorno de investimentos federais através da CEF, utilizando-se das formas de financiamento **Pró-Moradia, Habitar Brasil e Pró-Saneamento**. Os financiamentos oriundos do Habitar Brasil realizaram-se a fundo perdido para a União e os demais programas foram financiados pelo FGTS, com o Governo do Estado responsável pelos custos de urbanização e infraestrutura. O financiamento direto às famílias foi realizado inicialmente pela URBIS, empresa de economia mista criada com a finalidade de desenvolver os projetos de habitação de interesse social do SFH/BNH. Após um processo de reforma administrativa, realizada pelo poder executivo estadual, a partir de janeiro de 1999, a URBIS foi extinta, e suas funções foram incorporadas pela CONDER, que passou a se chamar Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

O Programa Viver Melhor I atuou em todo o Estado da Bahia até o ano de 2004, passando a partir daí a chamar-se Viver Melhor II. Tinha como objetivo intervir em comunidades carentes, consideradas assentamentos sub-normais, de modo a reduzir as áreas ocupadas por habitações em situação de risco, ampliar o acesso à moradia para a população mais carente, priorizar intervenções na melhoria da qualidade da moradia e, em consequência, da qualidade de vida.

O programa Viver Melhor I possuía as seguintes vertentes de atuação (URBIS, 1998a):

- construção e/ou melhorias habitacionais;
- implementação de unidades sanitárias;
- obras de drenagem e pavimentação;
- regularização das redes de esgoto, água e de energia elétrica;
- construção de equipamentos comunitários;

- educação comunitária;
- serviços urbanos;
- regularização fundiária;
- ampliação da participação da sociedade civil;
- intensificação dos mecanismos de incentivo à geração e ampliação de renda nas áreas de intervenção.

A definição das primeiras áreas a serem beneficiadas pelo Programa Viver Melhor deu-se através da análise de estudos realizados pela UFBA, cujo diagnóstico indicava o total de 440 áreas de ocupação (áreas cujo ocupante não possui o direito de propriedade sobre as mesmas). Destas, foram selecionadas 13 áreas, que caracterizavam-se como áreas de risco para os moradores, pois situavam-se em encostas e eram carentes de infra-estrutura em geral. O processo iniciou-se em 1995, ocasião em que foram entregues os projetos à CEF, para inclusão no programa **Pró-Moradia**, na modalidade urbanização de favelas, mas a sua aprovação só ocorreu em 1996 (URBIS 1998a.). A partir daí outras áreas também foram incluídas no Programa financiado pelo Pró-Moradia, que, até 1997, ocorreu em 3 etapas:

- 1ª etapa: 13 comunidades de 1995 a 1997 (ver tabela 6)
- 2ª etapa: 20 comunidades em 1997 (ver tabela 7)
- 3ª etapa: 40 comunidades em 1997 (ver tabela 8)

Tabela 6 - Viver Melhor I: Áreas que sofreram intervenção via Pró-Moradia 1ª. Etapa

Ordem	Comunidade	Localização/Bairro
	Cajazeiras XI /Jardim Santa Bárbara	
01 02	Boca da Mata/Fazenda Independência ⁽¹⁾	Cajazeiras Fazenda Grande de Cajazeiras
03	Direito de Morar	Castelo Branco
04	Moscou I e II	Castelo Branco
05 06	Colina do Mar Fazenda Grande IV ⁽¹⁾	Paripe Fazenda Grande de Cajazeiras
07	São Cristóvão I ⁽¹⁾	Castelo Branco
08	São Cristóvão II ⁽¹⁾	Castelo Branco
09	Novo Brasil	Castelo Branco
10	Alternativa	Castelo Branco

11	Dom Lucas ⁽¹⁾	Cajazeiras
12 13	Silvio Leal Democrática ⁽¹⁾	Cajazeiras Castelo Branco

Nota: (1) Esta obra foi realizada através de mutirão, no sub-programa *Bairro Novo Vida Nova*.
Fonte: CONDER

Segundo a URBIS (1998) apud CASTRO (2001) as obras da primeira etapa do Pró-moradia (ver tabela 6) beneficiaram 5.292 famílias, envolvendo recursos de aproximadamente 23 milhões de reais. Realizou-se também algumas obras com a participação dos moradores através de mutirões nos fins de semana. Trata-se de uma ação implementada pela URBIS no sub-programa Bairro Novo Vida Nova, ver tabela 6 e 7.

Tabela 7 – Viver Melhor I: Áreas que sofreram intervenção via Pró-Moradia 2ª etapa

Ordem	Comunidade	Localização/Bairro
01	Alto de São João I e II	Boca do Rio/ Pituacu
02	Baixinha de Santo Antônio I	Arraial do Retiro
03	Baixa do Cajueiro	Subúrbio Ferroviário/ Escada
04	Baixa do Fiscal	Liberdade/ Bairro Guarani
05	Bate Coração I	Paripe
06	Bate Coração II	Paripe
07	Cajazeiras II - remanescente	Cajazeiras
08	Calabetão de Baixo	Calabetão
09	Cristo é Vida	Cajazeiras
10	Daniel Gomes	Via Regional/ Jardim Nova Esperança
11	Dique Pequeno ⁽¹⁾	Engenho Velho de Brotas/ Dique do Tororó
12	Irmã Dulce	Cajazeiras
13	Jaguaripe I – Setor B	Fazenda Grande de Cajazeiras
14	Jaguaripe I – Setor D	Fazenda Grande de Cajazeiras
15	Joanes Centro-Oeste	Lobato/ Aterro de Joanes
16	João de Barro I e II	Águas Claras
17	Nova Sussuarana	Sussuarana
18	São Marcos	Pau da Lima/ São Marcos
19	Santa Fé	Luís Anselmo
20	Souza Góes ⁽¹⁾	Castelo Branco

(1) Esta obra foi realizada através de mutirão no sub-programa Bairro Novo Vida Nova

Fonte: CONDER

Ainda no ano de 1997, 40 projetos foram encaminhados para os órgãos financiadores, mas apenas 11 tiveram êxito, ficando 29 áreas fora do processo. Segundo a CONDER, não foi possível atender a todas as solicitações devido a problemas na obtenção dos recursos. Estas áreas estão relacionadas a seguir, na tabela 8.

Tabela 8 – Viver Melhor I: Áreas com intervenção na 3ª etapa do Pró-Moradia

Ordem	Comunidade	Localização/ Bairro
01	Amazonas/ 19 BC ⁽¹⁾	Narandiba/ Cabula
02	Alto da Bela Vista I e II ⁽²⁾	Itapuã
03	Alto do Bom Viver ⁽¹⁾	Subúrbio Ferroviário/ Lobato
04	Baixa da Gia ⁽²⁾	Itapuã
05	Baixa de Sete de Abril ⁽¹⁾	Sete de Abril
06	Baixinha de Santo Antônio II – Setor I ⁽¹⁾	São Gonçalo do Retiro
07	Baixinha de Santo Antônio II – Setor II ⁽¹⁾	São Gonçalo do Retiro
08	Baixa do Cacau I ⁽³⁾	Subúrbio Ferroviário/ Lobato
09	Baixa do Caranguejo ⁽⁴⁾	Subúrbio Ferroviário/ Lobato
10	Baixa de Soronha ⁽¹⁾	Itapuã
11	Baixa do Pau da Lima I ⁽¹⁾	Pau da Lima
12	Baixa do Pau da Lima II ⁽¹⁾	Pau da Lima
13	Baixa do Pau da Lima III ⁽¹⁾	Pau da Lima
14	Baixa do Pau da Lima IV ⁽¹⁾	Pau da Lima
15	Baixa do Pau da Lima V ⁽¹⁾	Pau da Lima
16	Barrigudinha da Capelinha ⁽⁴⁾	São Caetano
17	Beira Dique ⁽⁴⁾	São Caetano
18	Vale das Dunas do Abaeté ⁽⁴⁾	São Cristóvão
19	Calabar II ⁽¹⁾	Federação/ Centenário
20	Calafate ⁽¹⁾	Avenida San Martin/ Faz. Grande do Retiro
21	Condor/ Loteamento Nogueira ⁽¹⁾	Águas Claras
22	Edgar Santos ⁽³⁾	Garcia
23	Vila Nanã ⁽¹⁾	Cabula/ Engomadeira
24	Nova República ⁽⁴⁾	Nordeste de Amaralina
25	Vila Nova de Pituacu ⁽⁵⁾	Pau da Lima/ São Rafael
26	Nova Sussuarana II ⁽²⁾	Sussuarana
27	Candeal Pequeno ⁽⁴⁾	Brotas

28	Roberto Santos I e II ⁽¹⁾	Narandiba
29	São Marcos II ⁽¹⁾	Pau da Lima/ São Marcos
30	Ulisses Guimarães ⁽¹⁾	Águas Claras
31	Vila Canária I e II ⁽¹⁾	Pau da Lima/ Vila Canária
32	Alagados I ⁽⁴⁾	Ribeira/ Alagados
33	Alagados II ⁽⁴⁾	Ribeira/ Alagados
34	Alagados III ⁽³⁾	Ribeira/ Alagados
35	Alagados IV ⁽³⁾	Ribeira/ Alagados
36	Alagados V ⁽³⁾	Ribeira/ Alagados
37	Alagados VI ⁽³⁾	Ribeira/ Alagados
38	Saboeiro ⁽¹⁾	Narandiba/ Saboeiro
39	Jardim Esperança/ Alto da Bola ⁽¹⁾	Federação
40	Fazenda Periperi ⁽¹⁾	Periperi

Notas: (1) Obra não iniciada, apenas com projeto concluído.

(2) Obra em fase de conclusão

(3) Esta comunidade foi contemplada apenas com as obras da primeira etapa, aguardando o início das obras da segunda etapa.

(4) Obras concluídas.

(5) Esta comunidade sofreu intervenção apenas quando da implantação do Pró-Sanear.

Fonte: CONDER.

Chama-se a atenção para a localidade Candeal Pequeno, objeto desta dissertação, que foi incluída na terceira etapa do Pró-Moradia em 1997.

Na modalidade de financiamento do Habitar Brasil, ainda no ano de 1997, a CEF aprovou mais oito áreas da cidade para serem beneficiadas pelo Programa Viver Melhor, encaminhadas pela URBIS (ver tabela 9).

Além destas intervenções, neste mesmo período, a URBIS interviu em outras áreas da Cidade, realizando ações também no âmbito habitacional: recuperação ambiental e promoção social da área de Novos Alagados; construção de “casas-embrião” para as famílias que foram remanejadas do antigo Clube Costa Azul, localizado na orla de Salvador e de outras áreas da cidade como Av. Contorno, São Caetano, entre outras, atingidas por acidentes de deslizamento de terra (URBIS, 1998a).

Tabela 9 – Viver Melhor I: Áreas que sofreram intervenção via Habitar Brasil 1ª etapa 1996-1997

Ordem	Comunidade	Localização/ Bairro
01	Bariri ⁽¹⁾	Engenho Velho de Brotas
02	Calabar II	Federação/ Centenário
03	Gamboa de Baixo	Avenida Contorno
04	Jaguaripe II	Est. Velha do Aeroporto/ Nova Brasília
05	Mudança	Ribeira
06	Yolanda Pires	Ogunjá/ Engenho Velho de Brotas
07	Vila Paraíso ⁽¹⁾	Engenho Velho de Brotas
08	Treze de Junho ⁽¹⁾	Sete de Abril

Nota: Esta obra foi realizada através de mutirão, no sub-programa Bairro Novo Vida Nova.

Fonte: URBIS, 1998.

Através do Programa Pró-Sanear algumas intervenções foram realizadas na Cidade de Salvador, nas comunidades de Castelo Branco, Fazenda Grande (I, II, III e IV) e Pau da Lima. Esta linha atua apenas em Salvador, com o recurso de aproximadamente 20,5 milhões de reais, com o objetivo de ampliar os serviços de água e esgoto e elevar a eficiência dos prestadores de serviços (URBIS, 1998a).

Tabela 10 – Viver Melhor I: Áreas com intervenção do Pró-Saneamento – Pró-Sanear 1997

Ordem	Comunidade	Localização/ Bairro
01	Castelo Branco	Vale do rio Cambonas
02	Fazenda Grande I, II, III e IV	Vale de Fazenda Grande
03	Pau da Lima	Vale de Pau da Lima

Nota: Todas as obras estão concluídas, com exceção do Vale de Pau da Lima.

Fonte: CONDER.

Segundo a CONDER, de 1996 até 2000, o valor total investido no programa Viver Melhor foi de R\$ 207.233.205,00, resultando num valor médio de investimento por família de R\$ 3.608,23. A origem dos recursos se deu da seguinte forma: R\$ 131.006.541,00 oriundos dos programas Pró-Moradia /Habitar Brasil (FGTS/OGU), R\$ 31.226.664,00 de recursos próprios do tesouro do Estado e R\$ 45.000.000,00 do PRODUR (Programa de Desenvolvimento Urbano), com recursos do Banco Mundial (CONDER, 2005). Assim, a participação na origem dos recursos utilizados no programa foi a seguinte:

- Programas Pró Moradia /Habitar Brasil: 63,2 % dos recursos;
- Estado da Bahia: 15% do montante;
- PRODUR: 21,8% do valor investido.

No período de 1996 até 2000, o programa Viver Melhor I foi responsável pela construção de 5.962 novas unidades habitacionais e pela melhoria e/ou construção de 12.198 unidades sanitárias. Com relação aos equipamentos construídos no período, têm-se: 20 creches, 32 escolas (num total de 160 salas de aulas), 38 centros comunitários e 58 quadras esportivas (CONDER, 2005).

Programa Viver Melhor II

O programa Viver Melhor II, em vigência a partir de 2004, amplia o conceito em relação à primeira etapa, propondo-se em promover uma ação social mais intensa, com enfoque na família, contando com esforços integrados de outras secretarias e órgãos públicos. Neste sentido, as principais linhas de ação do Viver Melhor II incluem o desenvolvimento habitacional e urbano, o desenvolvimento comunitário, social, econômico e o desenvolvimento institucional das associações comunitárias, cooperativas e outras entidades existentes nas áreas de intervenção (ASCOM/SEDUR, 2005).

Em Salvador, o programa prevê a elevação da qualidade de vida da população através de intervenções físicas em cerca de 30.000 unidades habitacionais classificadas como inadequadas por não possuírem as mínimas condições de habitabilidade, contemplando cerca de 120.000 habitantes. As primeiras 23 obras da segunda etapa do Viver Melhor – com recursos de R\$ 77 milhões para beneficiar 30 mil famílias – foram iniciadas em 2004, com empréstimo obtido junto à Caixa Econômica Federal (CEF), aplicação de recursos do Tesouro Estadual e do BIRD (ASCOM/SEDUR, 2005).

Em junho de 2005 foi firmado o contrato de financiamento com o Banco Mundial, com contrapartida do Estado, no valor global de US\$ 160 milhões. Desse total, serão destinados US\$ 40 milhões para as ações sociais, US\$ 51 milhões para habitação e US\$ 44 milhões para infra-estrutura (requalificação urbana). Está também acertada uma doação de 6 milhões de euros do Governo da Itália, através da Cooperação Italiana, para aplicação no PATS (Programa de Apoio Técnico e Social), com participação da AVSI e da Cities Alliance (Banco Mundial) (ASCOM/SEDUR, 2005).

Estes dados demonstram que existe uma mobilização dos interesses governamentais em reduzir o déficit habitacional existente. No entanto, pergunta-se: **Os moradores beneficiados estão satisfeitos com o Programa? Como estes moradores estão se adequando à nova realidade? Todas as habitações estão ligadas aos serviços de infra-estrutura urbana? Existe algum tipo de análise qualitativa das intervenções do Viver Melhor?**

A partir destas questões buscou-se subsídios para conhecimento da realidade do ambiente construído pós-intervenção do Viver Melhor através de algumas Avaliações Pós-Ocupações realizadas pelos estudantes do Curso de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e outras avaliações realizadas pela CONDER/ ASPLAN nos anos de 1998 (Pró-Moradia e Habitar Brasil, Uma avaliação Preliminar, 1998) e CONDER/DIPLAN/DEASO/GECAP em 1999 (Avaliação das Áreas que Sofreram Intervenção do Programa Viver Melhor, Pós-ocupação, 1999). Com a finalidade de posteriormente compará-las com os resultados obtidos na análise do Candeal Pequeno, fruto deste trabalho.

1.5. Avaliação Pós-Ocupação (APO) pelos alunos da UNEB

Segundo monografia realizada por Cássio CASTRO (2001) sobre Avaliações Pós-ocupações realizadas em 2001, pelos estudantes do Curso de Urbanismo da UNEB, sob orientação da Prof^a. Débora Nunes, nas comunidades de Baixinha do Santo Antônio, Araçás, Daniel Gomes e Baixa do Caranguejo, foram levantados dados a respeito dos aspectos sócio-econômicos das comunidades, da análise da intervenção do Programa Viver Melhor, do caráter e da forma de participação da população na condução do processo de intervenção. Neste âmbito, adotou-se a amostragem de 5 a 10%, considerando-se a homogeneidade das famílias das comunidades em relação aos aspectos sócio-econômicos. Aplicou-se uma média de 20 questionários por comunidade (CASTRO, 2001). Destacando-se os pontos relevantes da pesquisa tem-se:

Aspectos sócio-econômicos

A média de habitantes por domicílio é de 4 a 5 habitantes, considerando-se a área da habitação de 25m², tem-se uma densidade com variação entre 6 a 5m²/habitante, índice considerado baixo se comparado a indicadores nacionais e internacionais.

O nível de escolaridade destas famílias também é baixo, a maioria dos chefes de família possui até o primeiro grau completo, sendo baixa a ocorrência daqueles que possuem segundo grau completo.

Quanto ao número de pessoas que trabalham por domicílio, a pesquisa indicou que em média 1 morador realiza algum tipo de atividade remunerada, a renda média familiar situa-se na faixa de 1 a 2 SM, caracterizando-se portanto, como comunidades de baixa renda. Além disso, é grande o número de pessoas que realizam atividades no mercado informal ou ainda estão desempregadas.

Intervenção do Programa Viver Melhor

Para a maioria dos entrevistados houve melhorias na situação do bairro pós-intervenção do Viver Melhor: Baixinha do Santo Antônio (90%), Araçás (92,8%), Daniel Gomes (82,4%), Baixa do Caranguejo (86%).

Dos problemas identificados no âmbito urbano, o grande problema diz respeito ao sub-dimensionamento da tubulação da **rede de esgoto e de drenagem pluvial**, a exemplo de Araçás e Baixa do Caranguejo. Em algumas comunidades a rede de esgoto não foi instalada ou ainda as unidades habitacionais foram implantadas em área de encosta ou em área alagadiça, a exemplo de Daniel Gomes.

Os moradores queixam-se da **ausência de equipamentos urbanos** de saúde, educação e lazer na comunidade. Além disso, a maior queixa incide no problema de **segurança pública**, solicitam que sejam instalados postos policiais na área. Identificou-se que os moradores sentem-se inseguros devido ao uso de drogas, à presença de quadrilhas e à violência provocada por bebedeiras.

Com relação ao fornecimento de **água e energia elétrica** a população não apresentou maiores queixas, as reivindicações decorreram da necessidade de pagar pelo consumo mensal dos serviços, o que não faziam anteriormente, pois a maioria das casas possuía ligações clandestinas.

Em todas as comunidades, as vias internas do bairro foram melhoradas permitindo fácil acesso aos automóveis. Em localidades onde não existia algum acesso para o carro, foi implantada uma **Via de Serviço**, a exemplo de Araçás, Baixinha de Santo Antônio, Daniel Gomes e Yolanda Pires, a fim de permitir o acesso aos caminhões de serviço.

A **coleta de lixo** é realizada apenas nas vias principais, a parte interna dos conjuntos fica sob responsabilidade dos moradores, que demonstram satisfação com este serviço.

Foram entregues **habitações mínimas** com área construída de aproximadamente 25m², muitas destas com a obra inacabada, faltando instalação sanitária e hidráulica.

Quanto à situação física da casa, comparando-se com a casa anterior o resultado é variável, em Araçás 89,3% consideram a nova casa melhor do que a anterior, na Baixa do Caranguejo 45% consideram melhor e 45% consideram pior; em Baixinha de Santo Antônio 45% consideram melhor e 40% consideram igual; em Daniel Gomes 58,8% consideram a nova casa igual à anterior. Os moradores queixam-se do tamanho reduzido das unidades habitacionais. Apenas os moradores de Araçás demonstram satisfação com a casa em relação à anterior, este resultado deve-se porque a maioria dos moradores residia anteriormente em palafitas, com condições de moradia bastante precárias.

Algumas unidades foram construídas diferentes do Projeto. Outras apresentaram **rachaduras e infiltrações**, por terem sido implantadas em terreno alagadiço. Além disso, a própria CONDER teve que demolir várias casas devido à construção inadequada.

Processo de participação da comunidade nas definições projetuais

Apesar de existir um escritório da CONDER em cada comunidade, falta comunicação entre a CONDER e as comunidades, além disso, evidencia-se que não houve participação popular no processo de concepção projetual.

Quanto ao que foi solicitado pelos moradores e que não foi atendido destaca-se o critério utilizado para relocação das famílias, que não levou em conta as solicitações dos moradores de conservar as vizinhanças anteriores. **As famílias foram instaladas aleatoriamente provocando problemas de convivência.** Outro exemplo aconteceu com os moradores de Baixinha de Santo Antônio, pois não concordavam com a **tipologia de casas geminadas** e não foram atendidos.

Quanto à participação nas reuniões a maioria dos moradores entrevistados afirmou que estava presente nas reuniões, a justificativa para o não comparecimento nestas diz respeito à falta de interesse e de confiança nos líderes comunitários locais, falta de tempo pois estavam trabalhando no horário da reunião.

Os moradores das comunidades pesquisadas foram aproveitados como mão-de-obra durante o período de execução das obras.

1.6. Avaliações Pós-Ocupação realizada pela CONDER

Foram realizadas duas avaliações pós-ocupações pela CONDER, a primeira, em 1998, avaliou 9 áreas implantadas pelo Programa Viver Melhor e a segunda realizada, em 1999, avaliou 32 áreas.

1.6.1. APO realizada pela CONDER em 1998

Segundo relatório elaborado pela CONDER/ASPLAN, em dezembro de 1998, intitulado de “Promoradia – Habitar Brasil, Uma Avaliação Preliminar”, sobre os resultados de avaliação pós-ocupação em 09 áreas da cidade beneficiadas pelo Programa Viver Melhor: Mudança, Colina do Mar, Dique Pequeno, Gamboa/Unhão, Dom Lucas, Boca da Mata, Yolanda Pires, São Cristóvão I e Bariri, com um total de 3.030 famílias, representando 13% do total de famílias atendidas nos anos de 1996 e 1997, foram entrevistados 271 chefes de famílias, através de amostragem aleatória do total de 3.030 das comunidades estudadas, representando 8,9% do total. O instrumento de pesquisa foi elaborado, para ser aplicado ao chefe da família, contando com variáveis como: Composição familiar, benefícios recebidos, qualidade dos serviços, condições de moradia, nível de satisfação.

A média de renda da população fica em torno de 1,5 SM, a maioria proveniente do mercado informal de trabalho. Há grande número de desempregados, situação de moradias precárias e de grande vulnerabilidade, caracterizando estas famílias como segregadas socialmente.

Sobre a regularização fundiária e do imóvel:

Quanto à questão fundiária, todas as áreas situadas em terrenos remanescentes dos conjuntos habitacionais da URBIS estavam sendo averbadas em cartório, dependendo apenas da comercialização. As áreas que apresentaram maiores dificuldades foram aquelas situadas em terrenos de propriedade da União, ocorrendo um procedimento extremamente burocratizado dentro do Serviço de Patrimônio da União – SPU.

Grande parte das famílias não sabe quanto deve pagar pelas moradias recebidas. Contudo, Boca da Mata, Dom Lucas e São Cristóvão I já estavam em fase final de comercialização.

Participação

Em relação ao conhecimento do projeto, 75,6% dizem ter conhecido durante a intervenção, 56,6% dizem ter conhecido através dos técnicos da URBIS.

Dos moradores entrevistados, 70,2% não participaram da obra, o que evidencia que não houve, por parte das empreiteiras, uma efetiva tentativa de absorção da mão-de-obra local, nem uma política clara da URBIS nesse sentido.

Satisfação quanto aos serviços urbanos e à unidade habitacional

64,6% da população entrevistada diz estar satisfeita com o benefício recebido. A maior satisfação é dos que receberam infra-estrutura, 71,7%, e o índice de menor satisfação é dos que receberam melhoria e/ou unidade sanitária, 56,3%. Constatou-se que em muitas áreas a unidade sanitária, além de ser muito pequena, apresenta problemas diversos, como entupimento, descarga quebrada, pia sem funcionamento, algumas unidades não receberam descarga, outras receberam tanque rachado etc.

Quanto à satisfação com a **unidade habitacional**, 61,6% consideram a casa boa e 8,2% ruim. Entre os que não estão satisfeitos o motivo principal é o tamanho, pois moravam em casas com mais cômodos.

Contrariando uma das premissas básicas dos Programas Pró-Moradia e Habitar Brasil, que é o **saneamento** básico das áreas e a **infra-estrutura**, 27,4% das unidades não têm ligações de água, 21% estão sem ligação de energia elétrica e 11,5% sem ligação de esgoto (existindo muitos casos de ligações clandestinas, informais).

Segundo documento, em todas as áreas, o maior problema encontrado é o de **esgotamento sanitário** que tem causado alto grau de insatisfação. Além da **precarização das obras**, constatou-se que a rede de esgotos apresenta problemas constantes de entupimento. Segundo relatório, estes são causados porque os moradores jogam lixo no vaso e na pia da cozinha. Além disso, a drenagem pluvial conectada à rede de esgotamento sanitário tem como consequência o carregamento da tubulação de esgoto com areia e lixo.

Entre os benefícios complementares: 33,9% da população pesquisada disseram que entre os benefícios complementares gostariam que houvesse um **posto policial** no local e 22,6% das famílias identificaram as **creches** como sendo de grande importância.

1.6.2. APO realizada pela CONDER em 1999

A Avaliação Pós-Ocupação realizada pela CONDER, em 1999, abrangeu 32 áreas sub-normais atendidas pelo Programa Viver Melhor, onde as obras já haviam sido concluídas. Foram entrevistados 1.207 chefes de família, através de amostragem aleatória do total de 14.002 das comunidades pesquisadas, representando 8,62% em média (In: Avaliação das Áreas que Sofreram Intervenção do Programa Viver Melhor (Pós-Ocupação), produzido em outubro de 1999, pela CONDER/DIPLAN/DEASO/GECAP).

Esta Avaliação Pós-Ocupação tem como problemas os mesmos já identificados anteriormente pela APO realizada em 1998 pela CONDER, diferenciando-se no aspecto regularização do imóvel. Verificou-se que 75,89% dos entrevistados não têm conhecimento do valor da prestação, e que apenas 17,23% sabem quanto vão pagar pela melhoria. Fato este, que poderá criar dificuldades no processo de comercialização das moradias. Ressalta-se que o processo de comercialização teve início em 13 áreas, mas no momento se encontra suspenso.

Acreditando-se que a Avaliação Pós-ocupação é um instrumento político e questionando-se a validade das avaliações realizadas pelo Governo Estadual em relação à sua própria atuação, percebe-se que existem coincidências nos resultados encontrados nas APOs realizadas pela UNEB (2001) e pela CONDER (1998,1999). Além disso, contribuem para que se tenha uma apreensão realista sobre a atuação do Programa Viver Melhor em Salvador, através da identificação da satisfação dos moradores e dos problemas existentes nas áreas analisadas:

- a precarização das obras
- o esgotamento sanitário deficiente
- a área mínima construída por unidade habitacional
- a não implementação da regularização dos imóveis
- a necessidade de implantação de equipamentos urbanos
- a ausência de segurança pública
- a ausência de participação popular no processo de concepção projetual
- o não aproveitamento da mão-de-obra local na execução da obra
- a falta de trabalho comunitário e de acompanhamento do Programa em relação à relocação das famílias

As APOs realizadas pelos estudantes de urbanismo e pela CONDER priorizaram os aspectos urbanísticos e funcionais em detrimento dos aspectos habitacionais e comportamentais, diferenciando-se desta dissertação que tem como objeto a análise dos aspectos habitacionais, comportamentais e cognitivos; em relação à satisfação e adequação dos moradores, aos sentimentos e percepções destes em relação às transformações promovidas em seu lugar de moradia pelo Programa Viver Melhor.

Segundo ORNSTEIN (1992), em relação à produção de APOs no Brasil tem prevalecido a análise do desempenho físico com enfoque social. Existe, portanto, a necessidade de conhecer-se mais sobre os estudos que relacionam o Ambiente e o Comportamento, assunto tratado no próximo capítulo.

Capítulo 2

Avaliação Pós-Ocupação, Percepção e Cognição Ambiental: Abordagem teórico - metodológica

O presente capítulo trata da fundamentação teórica e metodológica da dissertação, contextualizada a partir dos estudos das relações ambiente e comportamento, especificamente na área da percepção e cognição ambiental, utilizando como instrumental metodológico a Avaliação Pós-Ocupação - APO.

Optou-se pelo cruzamento destas duas vertentes metodológicas, por se acreditar que as mesmas se complementam e possibilitam uma análise aprofundada do objeto de estudo, tendo em vista aspectos comportamentais, perceptivos e cognitivos dos moradores do Candeal, relativos aos valores que estes possuem em relação ao seu lugar de moradia.

2.1. Estudos da Relação Ambiente-Comportamento (RAC)

Segundo Sheila Ornstein et al. (1995), estudos de percepção ambiental e de avaliação pós-ocupação (APO) estão incluídos na área de conhecimento mais abrangente que trata das relações entre o ambiente e o comportamento (RAC). Estes estudos dizem respeito às relações biunívocas entre o ambiente construído e o comportamento do usuário deste ambiente. Procura-se constatar, em que medida o ambiente afeta o usuário, e vice-versa, envolvendo uma multiplicidade de variáveis interagentes, típicas da complexidade do tema, tendo em vista que estes estudos são realizados no meio natural da vida cotidiana das pessoas e não em laboratórios.

(...) “embora existam lacunas teóricas, em termos metodológicos, muitas vezes vêm sendo sistematicamente aplicadas e consagradas, como por exemplo, as observações de comportamento no local de estudo, ou a percepção ambiental, levantada por questionários e resultando em mapas cognitivos” (ORNSTEIN, BRUNA e ROMÉRO, 1995, p.26).

O professor Gary T. MOORE (1984), arquiteto, especialista em psicologia ambiental, compreende os estudos de comportamento ambiental na arquitetura como o “exame sistemático das relações entre o ambiente e o comportamento humano e suas implicações nos processos de projetos” (MOORE, 1984, p.65). Várias vertentes teóricas

são oriundas deste ramo de conhecimento: estudos de ambiente humano, ecologia social, fatores humanos, arquitetura comportamental, etc. Nestes estudos procura-se responder a algumas questões básicas: “Como as pessoas se relacionam com o meio ambiente construído? Quais são as suas necessidades? Como aplicar tais respostas no processo do projeto?” (MOORE, 1984, p.66).

Os estudos de ambiente-comportamento aprofundam-se em relação à psicologia do usuário, como ele percebe a forma do edifício, as necessidades de relacionamento social, as diferenças culturais no estilo de vida, qual o significado e o simbolismo dos edifícios. Estes estudos são de fundamental importância para enriquecer o repertório do arquiteto no conhecimento aprofundado do comportamento do usuário em relação ao ambiente construído, principalmente porque, devido à sua formação, o arquiteto geralmente tem um repertório bem diferente do das outras pessoas, principalmente no que diz respeito a questões estéticas, ou seja, relativas ao gosto, às percepções e preferências.

“A importância do estudo dos fatores de comportamento do ponto de vista do usuário é que proporciona ao arquiteto um tesouro de compreensão dos fatos que poderão ser aplicados em qualquer projeto envolvendo esses usuários” (MOORE, 1984, p.70).

Para MOORE, a finalidade real do projeto é “criar formas que satisfaçam o comportamento”, esta forma deve ajustar-se ao máximo ao contexto cultural, social e de comportamento do usuário (MOORE, 1984, p.65). Geralmente o arquiteto no ato projetual “faz suposições sobre as necessidades humanas e decide sobre como o meio ambiente construído pode melhor satisfazer essas necessidades” (MOORE, 1984, p.65). Mas na maioria das vezes este processo é inconsciente e não analítico, além da construção resultante não ser avaliada no decorrer do uso, para identificar se realmente funciona bem.

Em relação aos estudos de comportamento ambiental, o psicólogo Irwin ALTMAN (1976) apud MOORE (1984) identifica como principais componentes: “os fenômenos de comportamento ambiental, os grupos de usuários e os ambientes” (MOORE, 1984, p.68). Os fenômenos dizem respeito aos diferentes aspectos do comportamento humano em relação ao ambiente físico de todo o dia, que relaciona-se com o espaço individual, os padrões sociais, as regras, com os significados e os simbolismos destes ambientes para diferentes grupos. Pois “grupos diferentes têm

necessidades e padrões de uso diferentes e são afetados de modo diferente pela qualidade do meio ambiente” (MOORE, 1984, p.69). O ambiente é compreendido de forma abrangente e específica, considera-se ambientes em toda escala, “da sala à região, à nação, ao mundo” (MOORE, 1984, p.70). Dentre os fenômenos de comportamento ambiental podemos citar: antropometria, proxêmica, espaço pessoal, territorialidade, espaço defensável, privacidade, densidade, aglomeração, tensão, percepção ambiental, cognição ou conhecimento ambiental. Cada um destes é um aspecto diferente do comportamento humano.

A **antropometria** é um ramo da ergonomia (engenharia de fatores humanos) que estuda as proporções e dimensões do corpo humano, como também as características fisiológicas e habilidades relativas a diversas atividades humanas em microambientes.

A “**proxêmica**” compreende os estudos relativos à inter-relação entre o espaço e a interação entre as pessoas. Neste sentido, destaca-se o trabalho de Edward HALL (1969) apud MOORE (1984) que estuda o comportamento característico que acontece a cada distância (íntima, pessoal, social-consultiva e pública) e os diferentes receptores de sentido interpessoal envolvidos nessas distâncias. Estes estudos são úteis como critério de definição sobre as dimensões mínimas ou máximas para diversos ambientes (quartos, recepções, salões de conferência, salas de seminário, etc.) em relação aos diversos tipos de comportamento. Outro conceito específico do comportamento ambiental é o de “**espaço pessoal**”, definido por Robert SOMMER (1969) apud MOORE (1984) como “uma esfera ou bolha protetora, pequena e invisível que o nosso organismo carrega consigo e mantém entre nós e os outros” (MOORE, 1984, p.72), ou seja, cada pessoa possui uma zona protetora que não é compartilhada com os outros. Este espaço pessoal varia de pessoa para pessoa, quando é violado pode causar conflitos, ansiedades e esgotamento. Alguns aspectos influenciam no espaço pessoal: as características individuais (personalidade, sexo, estado de espírito, idade), as normas sociais e as regras culturais que relacionam-se com os ambientes físicos.

A **territorialidade** diz respeito aos territórios, que diferenciam-se do espaço pessoal por não se moverem e por estarem “ancorados”, porém os espaços serão marcados (simbólica ou concretamente), personalizados, defendidos (através de brigas, senhas não verbais, meios simbólicos, arquitetônicos) e possuídos. Além disso, os territórios têm área espacial e satisfazem a algum motivo ou necessidade (status, uniões, etc). Os trabalhos sobre territorialidade enfocam os limites existentes entre o público e privado.

O pesquisador e arquiteto Oscar NEWMAN (1973) apud MOORE (1984) aprofunda em seu trabalho o conceito de “**espaço defensável**”, usado anteriormente por Jane JACOBS (1961), identificando quatro características do espaço que possibilitam a defesa contra a intrusão, o vandalismo e o crime, tornando-o mais seguro: vigilância (variação do uso do solo, diversidade de pessoas residentes, pessoas na rua); território visível e defensável (clara percepção das áreas públicas e privadas, e clara percepção dos limites entre estas zonas); imagem e meio (algumas áreas passam a imagem de espaços seguros, outras se destacam e são orgulho das pessoas); zonas seguras (separando áreas seguras ou desejáveis de áreas de alta atividade ou perigosas, como também a relação entre áreas seguras e defensáveis).

A **privacidade** definida como “o desejo de pessoas, grupos ou instituições de controlar o acesso a si mesmos e determinar quando, como e quanto sobre eles será fornecido” (MOORE, 1984, p.75). Este conceito é desenvolvido por S. CHERAYEFF e Christopher ALEXANDER (1964) apud MOORE (1984), que classificaram em seis domínios a privacidade e a comunidade: áreas privativas individuais, áreas privativas familiares ou de pequenos grupos, áreas privativas de grandes grupos, áreas públicas de grandes grupos, áreas urbanas semi-públicas e áreas urbanas públicas.

A **densidade** é a medida aritmética que relaciona a quantidade de pessoas por área do espaço. Já a aglomeração é uma função da densidade percebida, relacionada com aspectos psicológicos que se refere à sensação de estar apertado, bloqueado ou frustrado pela presença de gente demais. Neste tema destaca-se o trabalho de Irwin ALTMAN (1976) apud MOORE (1984), que desenvolve um modelo ligando privacidade ao espaço pessoal, à territorialidade e à aglomeração.

Estudos de **percepção ambiental** se referem às interações do indivíduo com o meio ambiente, pressupõem um organismo sintonizado e qualquer estímulo acaba provocando processos emocionais e cognitivos, são situações em que a resposta do indivíduo depende das propriedades físicas do estímulo e das características pessoais (estado emocional, estado físico, estado psicológico, condições culturais, etc.) de quem recebe o estímulo. Já a **cognição ambiental** refere-se aos vários meios de consciência ou do saber que intervêm entre os estímulos externos e uma gama inteira de respostas de comportamento.

2.2. Percepção e Cognição Ambiental

Dentre os estudos sobre as relações entre o ambiente e o comportamento a nossa dissertação está fundamentada na teoria da percepção e cognição ambiental. Marilena CHAUI (1995) esclarece este tema sob a ótica de três correntes filosóficas de pensamento: os empiricistas, os intelectualistas e os fenomenologistas.

Para os empiricistas, o conhecimento sensível depende da coisa externa, “de modo que a sensação e a percepção são efeitos passivos de uma atividade dos corpos exteriores sobre o nosso corpo” (CHAUI, 1995, p.120), para eles a sensação conduz à percepção como uma síntese passiva dependente do objeto exterior.

Para os intelectualistas, a sensação e a percepção dependem do sujeito do conhecimento e a coisa exterior é apenas a ocasião para que tenhamos a sensação ou a percepção. Neste caso, o sujeito é ativo e a coisa externa é passiva. “Sentir e perceber são fenômenos que dependem da capacidade do sujeito para decompor o objeto em suas qualidades simples (a sensação) e de recompor o objeto como um todo, dando-lhe organização e sentindo as sensações” (CHAUI, 1995, p.124). A capacidade de organização ou síntese das sensações realizada pela inteligência receberia o nome de percepção, que não pode ser considerada muito “confiável para o conhecimento pois depende das condições particulares de quem percebe e está propensa a ilusões, pois frequentemente a realidade percebida não corresponde à realidade do objeto” (CHAUI, 1995, p.124).

A fenomenologia de Husserl e a psicologia da forma trouxeram alterações significativas superando estas duas tradições filosóficas numa nova concepção do conhecimento sensível. Os fenomenologistas mostram que não há diferença entre a sensação e a percepção porque nunca temos sensações parciais, pontuais ou elementares, isto é, sensações separadas de cada qualidade, que depois seriam unidas e organizadas como percepção de um único objeto. “Sentimos e percebemos formas, isto é, totalidades estruturadas dotadas de sentido e de significação” (CHAUI, 1995,124). Neste caso, a percepção é considerada originária e parte principal do conhecimento humano, se realiza num campo perceptivo no qual o percebido não está deformado por nada.

“Não há ilusões na percepção; perceber é diferente de pensar e não uma forma inferior e deformada do pensamento. A percepção não é causada pelos objetos sobre nós, nem é causada pelo nosso corpo sobre as coisas; é a relação entre elas e nós e

nós e elas; uma relação possível porque elas são corpos e nós também somos corporais” (CHAUI, 1995, p.124).

A Percepção

O termo percepção vem do latim *percipere*: compreender, dar-se conta. Entre as diferentes definições do dicionário a mais útil parece ser a de conscientização através dos sentidos. A percepção inicia-se de forma inconsciente com a “sensação do ambiente” provocada pelos estímulos do meio (OKAMOTO, 2002, p.27). Estes variados estímulos são selecionados através da mente que escolhe “aspectos de interesse ou que tenham chamado atenção” (OKAMOTO, 2002, p.27). A partir daí é “que ocorre a percepção (imagem) e a consciência (pensamento, sentimento), resultando em uma resposta que conduz a um comportamento” (OKAMOTO, 2002, p.27).

“(…) a percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, quanto a atividade proposital, na qual alguns fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que é percebido tem valor para nós, quer para prover-nos de nossa sobrevivência biológica, quer para propiciar-nos algumas satisfações de conformidade com a nossa cultura” (TUAN, 1980, p.4).

A percepção ambiental é a experiência sensitiva mais direta e imediata do meio ambiente, também é afetada pela memória e pela cognição. Pois, “o meio ambiente não é algo lá fora para ser percebido ou conhecido, é algo que faz parte da gente. As pessoas e seu meio estão em constante, ativo, sistemático e dinâmico intercâmbio” (RAPOPORT, 1978, p.114). Trata-se de pessoas no meio em que existem outras pessoas, valores e símbolos. O processo de percepção pressupõe um organismo sintonizado e qualquer estímulo acaba provocando processos emocionais e cognitivos.

A Cognição

“A cognição é então, uma busca de ordem e um processo para impor uma ordem, sabendo que o tipo de ordem variará substancialmente de grupo social a grupo social, segundo o ‘estilo cognitivo’ de cada grupo” (RAPOPORT, 1978, p.114).

A consciência do meio implica em um processo de três fases: a expectativa, a captação da informação do meio e a comprovação da informação perceptiva que se dá

graças aos esquemas cognitivos e à avaliação. Existe sempre muito mais informação do que se pode assimilar, implicando em elementos sociais e físicos, gente e coisas. O esquema mental, as classificações, a taxonomia são importantes para o indivíduo estruturar e atuar no mundo (RAPOPORT, 1978).

A cognição relaciona o indivíduo com o seu meio. Segundo Amos RAPOPORT (1978), a conceituação da cognição tem duas vertentes: a psicológica e a antropológica. A psicologia conceitua a cognição como o “conhecimento do meio ambiente” (RAPOPORT, 1978, p.113). Já a antropologia compreende que os “processos cognitivos convertem o mundo em algo significativo, existindo diferentes caminhos para consegui-lo. Trata-se principalmente de dar significado ao mundo e não de conhecê-lo” (p.113).

Em síntese pode-se concluir que a percepção equivale ao “processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos” (DEL RIO, OLIVEIRA, 1999, p.3). Os estímulos externos são captados através dos cinco sentidos (mecanismos perceptivos), que, para serem compreendidos, passam pelo processo cognitivo, contando com a contribuição da inteligência, incluindo motivações, humores, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas (mecanismos cognitivos). “Nossa mente organiza e representa essa realidade percebida através de esquemas perceptivos e imagens mentais, com atributos específicos” (DEL RIO, OLIVEIRA, 1999, p.3).

2.3. A Contribuição de Kevin Lynch no Campo teórico da percepção e Cognição Ambiental

No campo temático da percepção ambiental podemos destacar a contribuição do arquiteto Kevin LYNCH, autor pioneiro da questão da percepção ambiental, conhecido por seu livro “A Imagem da Cidade” (1960), que exerce influência sobre gerações de pesquisadores de várias disciplinas: arquitetos, urbanistas, geógrafos, etc. LYNCH acredita que a forma de uma cidade ou de uma área metropolitana, sendo uma estrutura complexa, contínua, embaraçada e com mobilidade, pode ser uma estrutura perceptível, mas deveria ser bem organizada e principalmente “poética” e “simbólica”. Aborda a importância do aspecto visual da cidade, introduzindo quatro componentes para análise da imagem do meio ambiente: legibilidade (a facilidade com a qual as partes podem ser

reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente); identidade (individualidade ou particularidade); estrutura (relação estrutural ou espacial do objeto com o observador e com os outros objetos); e significado (o objeto pode ter um significado prático ou emocional para o observador). A partir daí examina os seguintes elementos formadores da imagem urbana como fruto da sobreposição de imagens de muitos indivíduos: vias (os canais ao longo dos quais o observador se move), limites (são elementos que servem de fronteira e de interrupções na continuidade), bairros (são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, sendo reconhecidos como possuindo algo em comum e identificável), cruzamentos ou nós (são pontos, locais ou focos estratégicos da cidade para onde o observador se desloca), marcos referenciais (são pontos marcantes da cidade ou objetos externos ao observador como: edifícios, sinais, lojas, montanhas, etc.).

“No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem do meio ambiente, a imagem mental generalizada do mundo exterior que o indivíduo retém. Esta imagem é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada e ela está habituada a interpretar informações e a comandar ações. A necessidade de conhecer e estruturar o nosso meio é tão importante e tão enraizada no passado que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo” (LYNCH, 1980, p.14).

A seguir, LYNCH publicou o livro “A Boa Forma da Cidade” (1981), no qual enfoca a teoria normativa, que trata das ligações generalizáveis entre os valores humanos e a forma dos aglomerados populacionais, abordando a questão da qualidade ambiental e relacionando “a rica textura” da forma e do significado da cidade. Parte da crítica às três teorias normativas, consideradas básicas por ele:

- a) a teoria cósmica que reproduz a cidade como assentamento espelhado num modelo mágico ou simbólico do universo, cujos modelos mais desenvolvidos foram fornecidos pela China e Índia. Neste modelo, o funcionamento da cidade é compreendido através dos mitos, “se estes princípios fossem seguidos, melhoravam o poder do terreno e davam às pessoas sensações de segurança, de temor e de orgulho” (LYNCH, 1981, p.77);
- b) a teoria maquinista: não se prende apenas ao traçado reticulado da cidade, tendo em vista que as grelhas também eram adotadas pelo modelo cósmico chinês. A cidade é compreendida como uma máquina, na qual partes autônomas são ligadas ao todo através da função. Identifica-se este modelo desde a época medieval onde a racionalidade é adotada no acampamento militar romano que resulta nas Leis das Índias (1573), até o

traçado racional em xadrez que alcança as Américas, tendo como seguidores: Le Corbusier, Archigram, Soleri e Fiedmam;

- c) a teoria organicista: Surgiu nos séculos XVIII e XIX com a ascensão da biologia e do evolucionismo (Darwianismo), neste modelo a cidade é encarada como um organismo vivo, a organização interna de um aglomerado populacional é comparada com uma árvore com vários ramos, em sua hierarquia com unidades que incluem sub-unidades e assim sucessivamente, tal como células vivas, cada qual deve ter seus próprios limites e seu próprio centro, interligados em conjunto. Ou seja, a forma e a função de cada parte interna devem estar fundidas, sendo que cada parte tem sua independência e característica própria diferenciando-se de outras partes internas. Grande importância também é dada à dimensão certa, para evitar-se processos patológicos. Esta perspectiva influenciou grandes nomes como: Patrick Geddes, Mumford, Olmsted, Howard, Uwin, etc.

LYNCH extrai a partir destas teorias todas as características da forma da cidade importantes para os valores humanos, além de considerar também alguns valores genéricos como a “natureza física do universo, as constantes da biologia e da cultura humanas”, e algumas características relativas à conservação e transformação dos aglomerados populacionais. Pretende-se a construção de “uma teoria que trate da forma e do processo e que seja uma compreensão, uma avaliação, uma previsão e uma receita, tudo numa mesma premissa”, esta teoria “deverá assentar sobre o comportamento intencional, assim como nas imagens e nos sentimentos que o acompanham” (LYNCH, 1981, p.54). Delineando a partir destes um conjunto de cinco “dimensões” para uma “boa forma da cidade”: “vitalidade”, “sentido”, “adequação”, “acesso”, e “controle”, a seguir vistas (LYNCH, 1981, p. 114).

Vitalidade: É um critério antropocêntrico, trata-se do “grau em que a forma do aglomerado populacional suporta as funções vitais, os requisitos biológicos e as capacidades dos seres humanos”. Relaciona-se principalmente à saúde e à sobrevivência da espécie (LYNCH, 1981, p.117).

Sentido: Esta dimensão reporta-se à “Imagem da Cidade” relacionando a forma do ambiente e os processos humanos de percepção e cognição. É “o grau em que um aglomerado populacional pode ser compreendido e mentalmente diferenciado e estruturado no tempo e no espaço”, depende da forma e da qualidade espaciais, mas também da cultura, do temperamento, do estatuto, da experiência e do objetivo atual do observador (LYNCH,1981, p.117).

Adequação: avalia como o padrão espacial e temporal adequa-se ao comportamento habitual das pessoas. É o grau em que, num aglomerado populacional, a forma e a capacidade dos espaços, canais e equipamentos correspondem ao padrão de atividades em que as pessoas se envolvem ou desejam se envolver.

Acesso: Capacidade de alcance às pessoas, às atividades humanas, aos serviços, recursos materiais, informações ou locais, etc;

Controle: O grau de participação dos usuários na estruturação formal do seu entorno físico. Trata-se do controle por parte dos usuários da utilização e do acesso a espaços e atividades, incluindo também a sua criação, reparação, modificação, e gestão.

Além destes, LYNCH adiciona dois meta-critérios que considera elementos positivos que não podem ser excluídos: “eficiência”, relação entre o custo de criar e manter os elementos urbanos variados, e o de “justiça”, o modo como os benefícios e os custos ambientais se encontram distribuídos entre as pessoas.

2.4. Critérios Adotados para Análise do Objeto de Estudo

Definiu-se como critérios de análise deste estudo de caso o “**sentido**” e a “**adequação**”, na intenção de responder algumas questões específicas sobre a realidade do Candeal Pequeno: como os moradores do Candeal Pequeno beneficiados pelo Programa Viver Melhor estão percebendo e atuando no seu lugar de moradia? como está ocorrendo esta adaptação? O projeto proposto e construído está de acordo com as suas expectativas? como estão alterando o espaço? estão satisfeitos com a nova realidade?

2.4.1. Sentido

Entende-se por “**sentido**” a relação existente entre a “forma do ambiente e os processos humanos de percepção e cognição” (LYNCH, 1981, p.127). Está totalmente relacionado com os sentimentos das pessoas em relação à cidade. Alguns aspectos influenciam esta relação: a forma, as qualidades espaciais, a cultura, o temperamento, o estatuto, a experiência e o objetivo atual do observador.

“Por sentido de um aglomerado populacional pretendo dizer a clareza com que ele pode ser apreendido e identificado, e a facilidade com que os elementos podem ser ligados a outros acontecimentos e locais numa representação mental coerente do

tempo e do espaço, e o modo como essa representação pode ser ligada a conceitos e valores não espaciais” (LYNCH, 1981, p.127).

Segundo Lynch, o “**sentido**” é composto por componentes relacionados com a forma do aglomerado urbano: identidade e estrutura formal. Como também por componentes que interligam a forma a valores não espaciais: congruência, transparência e legibilidade.

“**Identidade**” é uma qualidade referente ao “sentido de local” e ao “sentido de ocasião”. O primeiro é o grau em que o indivíduo pode “reconhecer ou recordar um local como distinto de outros locais, como tendo um caráter vívido, único, ou pelo menos particular” (LYNCH, 1981, p. 128). O “sentido de ocasião” diz respeito à identidade em relação aos acontecimentos, às celebrações e aos rituais. O sentido de local somado com o sentido de ocasião reforçam-se mutuamente para criarem um presente vívido que promovem o desenvolvimento da “identidade” num grau elevado. Estão relacionados com memórias, sentimentos e valores pessoais, ou seja “a identidade de um local está intimamente ligada à identidade pessoal” (LYNCH, 1981, p. 128).

A “**Estrutura Formal**” tem a ver com o sentido de orientação no espaço e no tempo, “saber onde (ou quando) se está implica saber como outros locais (ou tempos) estão ligados a este local” (LYNCH, 1981, p.131). A orientação espacial é beneficiada através da clareza da estrutura formal, como também pode ser ajudada através dos mapas e das pessoas. A orientação no tempo corresponde à capacidade que o indivíduo tem de saber quando as coisas acontecem e coordenar as suas ações com a de outras pessoas, tem a ver com a capacidade de organizar as atividades diárias de sua vida e também com a relação entre acontecimentos passados, presentes e futuros.

“O significado prático da orientação é suficientemente claro: uma má orientação significa perda de tempo e desperdício de esforços, especialmente para forasteiros. (...) Uma estrutura sensata deve ser alargada à medida que a escala da vida quotidiana se alarga. (...) A estrutura local permite-nos identificar mais facilmente um local através da percepção que temos de como as suas partes se ajustam em conjunto” (LYNCH, 1981, p.130).

A “**congruência**” é o grau de correspondência entre a estrutura ambiental e a estrutura não espacial, tem a ver com a relação existente entre forma e função, como também entre a forma e os valores da sociedade que nela habita (LYNCH, 1981, p.131).

A “**transparência ou proximidade**” é o “grau em que cada um pode compreender directamente a operação das várias funções técnicas, actividades e processos sociais e naturais que acontecem no seio do aglomerado populacional” (LYNCH, 1981, p.134).

A “**legibilidade**” é “o grau em que os habitantes de um aglomerado populacional conseguem comunicar bem uns com os outros através das suas características físicas simbólicas. Estes sistemas de sinais ambientais são, quase completamente, uma criação social, e muitas vezes não são inteligíveis para os estranhos a determinada cultura o significado expressivo ou simbólico de um local” (LYNCH, 1981, p.135).

2.4.2. Adequação

LYNCH compreende que a “adequação de um aglomerado habitacional está relacionada com o modo como o seu padrão espacial e temporal corresponde ao comportamento habitual dos seus habitantes. É a correspondência entre a acção e a forma nos seus cenários comportamentais e nos seus circuitos de comportamento” (LYNCH, 1981, p.145).

A adequação está relacionada com a acção promovida pelas pessoas em um dado espaço para que possam ser desenvolvidas aí algumas funções necessárias inerentes a este espaço: trabalhar, descansar, comer, amar, morrer, ensinar, curar, armazenar, trocar, comunicar, ler, andar, vestir, dormir, namorar, brincar, cozinhar, etc. Relaciona-se com o local e os padrões de comportamento, sendo influenciada directamente pelas características do corpo humano, pelos sistemas físicos em geral (gravidade, inércia, propagação de luz, relações de dimensão, etc) e pela cultura: as expectativas, as normas e os modos habituais de se fazerem as coisas (LYNCH, 1981, p. 145).

LYNCH indica que para analisar a adequação “o terreno mais firme é o imediato, o local e a acção real que nele acontece, a ronda de comportamentos quotidianos repetidos, o terreno comum da experiência” (LYNCH, 1981, p.148), sugere algumas técnicas a fim de identificá-los: através da observação da acção das pessoas num dado local, procurando documentá-las com fotografias ou registos áudio, como também fazer perguntas aos próprios utilizadores

“O ‘programa’ para uma estrutura ou aglomerado populacional é efectivamente o conjunto de comportamentos desejados e as

qualidades espaciais apropriadas a esses comportamentos, e não uma declaração de quantidade por espaço e por gênero. (...) Assim que o aglomerado populacional tiver sido construído, pode aplicar-se o mesmo teste à situação real, para confirmar ou negar a previsão e, assim, melhorar as previsões subsequentes” (LYNCH, 1981, p.148).

2.5. Breve Histórico do Desenvolvimento de Pesquisas Relacionadas com Ambiente-Comportamento e APO

Pesquisas em ambiente e comportamento tiveram sua origem em diversas disciplinas tradicionais: psicologia, antropologia, arquitetura, sociologia, etc. Estas pesquisas iniciaram-se nos países desenvolvidos no período pós-guerra, devido ao crescimento dos problemas vinculados ao ambiente e seu impacto no comportamento humano, que surgiram com as questões sociais, urbanas e demográficas e com a necessidade energética de uma nova realidade ecológica, como também da insatisfação dos moradores de inúmeros conjuntos habitacionais construídos em larga escala naquele período. “Quando se verificou a necessidade de serem atendidas não só as condições técnicas de produção e uso do edifício, mas também as expectativas psico-comportamentais dos usuários do ambiente construído” (ORNSTEIN, 1992, p. 19).

O desenvolvimento desta nova disciplina foi facilitado em decorrência de novos modelos e conceitos que possibilitaram a sua fundamentação teórica, baseada nas obras de: Ernest March, C. Von Ehrenfels e J. B. Watson, Kurt Lewin (Gestalt), Skinner (Behaviorismo), Marx Wetheimer (Movimentos aparentes), Koffka, Kohler, dentre muitos outros (ORNSTEIN, 1992).

A Contribuição dos Estados Unidos

Segundo Sheila ORNSTEIN (1992), o desenvolvimento dos estudos na área Ambiente e Comportamento nos Estados Unidos, compreende três etapas. A **primeira etapa**, correspondente à década de 1940, período no qual eram realizadas “pesquisas exploratórias”, geralmente por psicólogos e geógrafos, que avaliavam o ambiente físico incluindo a participação dos usuários.

Os primeiros estudos foram feitos pelos psicólogos Roger Barker e Herbert Wright, destacando-se em seu trabalho por utilizar o método *behavioral setting* e a avaliação pós-ocupação. Tornaram-se conhecidos com a obra “Um dia de um menino”

(*One Boy's Day*), que causou um grande impacto nos meios acadêmicos, além disso, fundaram, em 1947, a “*Midwest Psychological Field Station*”, em Oskaloosa, associada à *University of Kansas*, nos EUA, com o objetivo de investigar as influências da sociedade no desenvolvimento da criança. A obra de Barker e Wright alavancou um novo ramo da psicologia: a psicologia ecológica, que futuramente vai ser chamada de psicologia ambiental (ORNSTEIN, 1992).

A **segunda etapa**, correspondente à década de 1950, na qual as pesquisas no âmbito das relações ambiente-comportamento caracterizaram-se por uma maior sistematização metodológica, marcadas pela visão ambientalista a partir das distinções culturais, porém ocorrendo de maneira isolada. Contribuem para evolução desta nova ciência os trabalhos de: Edward T. Hall (1959), “*The Silent Language*” e “*The Hidden Dimension*”, que desenvolveu o conceito de “proxêmica”. Trata-se das diferentes distâncias entre as pessoas, consideradas confortáveis para a integração social (MOORE, 1984). Robert Sommer (1956), com sua obra “*Personal Space: The Behavioral Basics of Design*”, também trata da distância entre as pessoas. O psicólogo Miller (1958) contribuiu com pesquisas de cunho psico-sociais, em relação ao desenvolvimento de projetos de alojamentos para estudantes da *University of Indiana*, tendo em vista a participação dos usuários no processo projetual.

A **terceira etapa** inicia-se nos anos 1960 indo até os dias atuais, caracterizando-se pela inclusão de diversas disciplinas no processo de pesquisas na área ambiente-comportamento, e pelo desenvolvimento de distintas teorias e métodos: empiricista, cultural, fenomenológico, estruturalista, entre outros. As pesquisas interdisciplinares passam paulatinamente a estar relacionadas com a metodologia do projeto, a psicologia da arquitetura, a estética, a produtividade no trabalho, a habitação, o crime, o vandalismo e a ecologia.

Destaca-se, na década de 1960, o trabalho do urbanista Kevin Lynch, professor de planejamento em *Massachusetts Institute of technology*, bastante conhecido por seu livro *The Image of The City* (1960), um dos autores pioneiros na questão da percepção urbana. Sua influência extrapola fronteiras interdisciplinares originando várias correntes de pensamento, um deles é o trabalho do antropólogo Amos Rapoport, sobre a cultura e a tipologia residencial (1969).

No campo específico da Avaliação Pós-Ocupação, são considerados clássicos os trabalhos da geógrafa Claire Cooper Marcus (1968), com sua obra “*Easter Hill Village*”,

sobre a aplicação da avaliação pós-ocupação em edifícios escolares de terceiro grau, e a pesquisa de Van Der Ryn (1967) em dormitórios de estudantes.

A década de 1960 é marcada pelo surgimento de vários periódicos na área: “*Behaviour and Environmental Design*” (1965), o “*Journal of Social Issues*” (1966), e o periódico “*Environment and Behavior*” (1968); pela fundação do EDRA (*Environmental Design Research Association*), Associação de Pesquisa em Projeto Ambiental, e mais 24 programas educacionais interdisciplinares em nível de doutorado nas *University of New York*, *University of California (Irvine)*, *Georgia Institute of Technology*, *University of Wisconsin (Milwaukee)* e a *University of Arizona (Tucson)*. Estes acontecimentos vão impulsionar o crescimento da área de conhecimento Ambiente e Comportamento nos EUA, influenciando posteriormente estudos em outros países .

Vários arquitetos contribuem para a ampliação dos conceitos na área ambiente-comportamento na década de 1970. Podemos citar a obra do arquiteto Christopher Alexander, com a introdução da linguagem dos padrões e dos processos participativos de produção e uso do ambiente construído. Oscar Newman analisa vínculos existentes entre concepções arquitetônicas e urbanísticas, com elevada densidade de ocupação, e o comportamento agressivo, violento e atos de vandalismo por seus moradores. Inclui-se também neste bloco os trabalhos dos arquitetos Henry Sanoff e Christopher Jones na área de metodologia do projeto, e de J. Zeisel na aplicação da APO em ambientes públicos.

Na área da percepção urbana, alguns trabalhos são influenciados pela obra de Kevin Lynch: M. Southworth, sobre percepções ambientais de moradores em meios urbanos, Thomas F. Saarinen, em relação à percepção do cômodo e do edifício até a percepção global da região e da nação, E. Zube, na área de percepção visual de paisagens naturais. Ainda na década de 1970, registra-se os trabalhos de Robert Bechtel e de W. H. Ittelson, influenciados por Barker e Wright, que aprimoram estudos sobre cenários de comportamentos e mapas comportamentais.

Na década de 1980, desenvolve-se as principais contribuições conceituais no campo da APO nos EUA, com a difusão internacional do potencial da APO, em projetos de hospitais, penitenciárias, agências de correio, edifícios escolares, edifícios de escritórios, estabelecimentos penais, entre outros. Destacam-se os arquitetos: J. Farbstein, M. Kantrowitz e equipe, com aplicação da APO em edificações escolares (1986), J. Visher, que aplicou APO em edifícios de escritórios (1989), Wolfgang Preiser e J. P. Petronis, com aplicação da APO em hospitais. É neste período que “os princípios

e fundamentos das RACs ultrapassam as fronteiras do Primeiro Mundo, atingindo tanto outros países anglo-saxônicos, como também aqueles em desenvolvimento, principalmente através do intercâmbio acadêmico” (ORNSTEIN, 1995, p.30).

Estudos das Relações Ambiente-Comportamento na Europa

Na Europa registra-se diversos exemplos pontuais de estudos da relação ambiente-comportamento: no século XIV, na Espanha, no ano de 1525, com a construção do primeiro hospital psiquiátrico, no qual existia a preocupação em registrar e analisar o comportamento dos doentes em seu ambiente quotidiano; em Portugal, no século XVI, existia o costume de fazer uma análise preliminar do comportamento dos povos habitantes das nações recém-descobertas; a partir do século XIX, registra-se pesquisas no âmbito das relações Ambiente e Comportamento na França, Alemanha e Reino Unido.

No início do século XX, a psicologia social se estabelece como disciplina na Europa, com a fundação de universidades, entidades, revistas e jornais especializados na área. Estas entidades europeias têm contribuído para promover encontros de profissionais da área, divulgação de trabalhos e pesquisas teóricas aplicadas à psicologia social: a EAESP (*European Association of Experimental Social Psychology*), fundada na década de 1970, o *European Journal of Social Psychology*, o Escritório Regional da Organização Mundial de Saúde (*World Health Organization-Regional Office in Europe*), que publicou o manual da casa saudável (*Guidelines for “Healthy Housing”*), a Associação Internacional para o estudo da População e de seus Ambientes Físicos (*International Association for People- Environment Studies- IAPS*), fundada em 1982. Em Portugal, alguns institutos devem ser citados por sua contribuição na área ambiente-comportamento: Departamento de Ciências do Ambiente da Universidade Nova de Lisboa (na área de mapas cognitivos), o Laboratório Nacional de Construção Civil (LNEC), na área de níveis de satisfação em bairros degradados, o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, que desenvolve pesquisas sobre o nível de satisfação em escritórios (ORNSTEIN, 1992).

Na década de 1970 registra-se também a fundação de faculdades de psicologia na Espanha e Portugal, nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto. Na Espanha, destaca-se a *Universidad Autonoma de Barcelona*, a *Universidad de Barcelona*, a *Universidad Valencia*, a *Universidad de Madrid* e a *Universidad Pais Vasco*, desenvolvendo

trabalhos na área de psicologia social aplicada, e, na área de arquitetura, trabalhos sobre APO. Outras universidades também foram criadas com o intuito de apoiar esta área de conhecimento: na Bélgica (*University of Lovain*), na área de psicologia do ambiente, na República Federal Alemã (*Technische Hochschule Darmstadt*) e na França (*L'Institut de Psychologie Sociale da Université de Strasbourg*) contribuindo nas áreas de psicologia social e ambiental.

Na Grã-Bretanha, os pioneiros da psicologia ambiental foram Langdon (1966), Lee (1954), Mckenell (1963) e Wells (1964), que desenvolveram seus estudos sobre a satisfação dos usuários de edifícios e moradores de cidades, em relação aos efeitos do boom da construção civil, ocorrido no pós-guerra. A pesquisa de Mckenell é direcionada para o estudo do ruído do tráfego aéreo e o trabalho de Langdon para o ruído do tráfego urbano.

Na década de 1970 na Grã-Bretanha os trabalhos geralmente estão direcionados para a percepção sócio-espacial da vizinhança ou do bairro. Já na década de 1980 foram adotados métodos estatísticos objetivando aferir os níveis de qualidade de vida, com a utilização de fotografias para aferir e otimizar a qualidade visual e a atração do usuário por determinado ambiente com a aplicação de questionários. Segundo ORNSTEIN (1995), os trabalhos da Grã-Bretanha têm evoluído geralmente para questões abrangentes tais como: redução do ruído urbano, conservação de energia, escoamento de pessoas de edifícios em casos de incêndio, avaliações em conjuntos habitacionais para população de baixa renda, entre outros.

Na década de 1980, destaca-se a contribuição de Canter (1983) e Hillier (1984) no âmbito de pesquisa das relações usuário-ambiente. O primeiro desenvolveu uma nova metodologia na obtenção de dados, a teoria “*Facet*” ou Teoria de Fases, através da avaliação de edifícios nas formas comparativa e acumulativa. Hillier (1984), vinculado à Barlett School of Architecture, desenvolveu método sistemático para análise de espaços, a sintaxe espacial, utilizando álgebra espacial para analisar o *lay-out* de diversos edifícios e loteamentos.

Segundo ORNSTEIN (1992), na área específica da Avaliação Pós-Ocupação na Europa destaca-se o trabalho coordenado pelo Prof. Jaime López de Asiain e seus alunos, vinculados à Escola Superior de Arquitetura da Universidade de Sevilha, que estão adotando a metodologia da APO no local onde ocorreu a Exposição Internacional de Sevilha-EXPO-92, com relação às medidas na área de conforto térmico implantadas no local de exposição. Além deste, são relevantes os trabalhos desenvolvidos por

Vasconcelos Geirinhas (1991) e por Wullkopf (1991). O primeiro tem sua pesquisa voltada para a análise da qualidade de vida das populações que vivem na área metropolitana de Lisboa (Portugal). O segundo está relacionado com a qualidade e o impacto das habitações sociais no meio-ambiente urbano da Alemanha Ocidental.

RAC na América Latina

As pesquisas relativas à área Ambiente-Comportamento na América Latina iniciaram-se a partir da década de 1970, tendo como temas centrais: o impacto do ambiente no indivíduo, a habitação, as relações entre espaços interpessoais, as densidades elevadas (superpopulação) e os ambientes educacionais. Estas pesquisas têm se desenvolvido com enfoque maior para temas sociais do que para temas referentes a fatores psicológicos. Os países mais ativos são o México e a Venezuela, concentrando-se principalmente na Universidade Nacional do México (UNAM) e na Universidade Central da Venezuela (UCV). Em menor escala pesquisas neste âmbito são realizadas na Colômbia, na Universidade dos Andes.

No Brasil, destacam-se pesquisas no âmbito da APO realizadas pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo), no período de 1972 a 1987, e o fortalecimento recente da área a partir da implantação de núcleos de pesquisa em diversas universidades: o NUTAU (Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo) na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de São Paulo (FAUUSP), o NORIE (Núcleo Orientado para Inovação da Edificação), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco; GEPA (Grupo de Estudos Pessoa-Ambiente) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Laboratório de Psicologia Ambiental na Universidade de Brasília. Registra-se, ainda, a empresa particular CTE (Centro de Tecnologia de Edificações), sediada na cidade de São Paulo.

Segundo ORNSTEIN (1995), a FAUUSP tem um papel importante no que diz respeito às pesquisas de APO no Brasil, pois estas foram impulsionadas a partir da implantação da APO como disciplina do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da USP, ministrada pelo professor Ualfrido Del Carlo. Posteriormente, estabeleceu-se o programa de intercâmbio com a *University of New Mexico*, para o aperfeiçoamento de

profissionais. No decorrer do período contou-se com o apoio do Dr. Wolfgang F. E. Preiser (*School of Architecture e Planning*), que difundiu o conteúdo metodológico da APO no Brasil, influenciando definitivamente o encaminhamento das pesquisas no Brasil, que apresentam forte influência da metodologia norte-americana.

A experiência brasileira tem adotado para cada estudo de caso a análise de diversos fatores: físicos, funcionais e comportamentais, para em seguida compará-los com a opinião dos usuários, utilizando em suas pesquisas um variado conjunto de ferramentas: entrevistas, aplicação de questionários, aplicação de mapas cognitivos, mapas comportamentais e simulações. Os estudos brasileiros em APO têm tido uma forte inclinação para a avaliação de desempenho físico com enfoque social, necessitando de um aprofundamento maior na análise comportamental. Esta tendência diferencia-se dos métodos europeus, cujas pesquisas não analisam tantas variáveis, com enfoque maior na análise ambiente e comportamento (ORNSTEIN, 1995, p.36).

“Pode ser dito que a APO, no Brasil, se encontra em um estágio avançado de desenvolvimento metodológico, já apresentando resultados significativos, mas ainda distante de ser adequadamente utilizada por uma sociedade em que se verificam quotidianos abusos de poder. Ao mesmo tempo, fica claro que a avaliação pode ser, em si, um forte instrumento de manipulação do poder, pois aumenta sensivelmente o conhecimento de uma infinidade de variáveis intervenientes no objeto de avaliação por parte de agentes da produção e uso dos mesmos” (ORNSTEIN, 1992, p.28).

2.6. A Contribuição da Avaliação Pós-Ocupação

2.6.1. Conceituação

Entende-se por Avaliação Pós-Ocupação (APO) uma orientação teórica oriunda da área de conhecimento do Ambiente-Comportamento (RAC), que visa a melhoria da qualidade de vida dos usuários através da otimização de desempenho ambiental. Compreende um conjunto de métodos e técnicas que possibilitam o diagnóstico dos fatores positivos e negativos do ambiente no decorrer do uso em relação a diversos aspectos: sócio-econômicos, infra e super-estrutura urbanas, sistemas construtivos, conforto ambiental, conservação de energia, fatores estéticos, econômicos, funcionais e comportamentais (LAY; REIS, 1994).

2.6.2. Níveis da Avaliação Pós-Ocupação

Para Rabinowitz, a Avaliação Pós-Ocupação (APO) é a etapa que vem complementar o processo do projeto arquitetônico e construtivo, sendo composto por quatro etapas: a programação (que desempenha um papel-chave para sugerir e definir muitos parâmetros básicos do projeto), o projeto, a construção e a APO, que é incluída como a quarta etapa, objetivando a avaliação ou diagnóstico para monitorar a qualidade da edificação, a partir do aprendizado com a “experiência havida” (RABINOWITZ, 1984, p.396).

A APO diferencia-se das avaliações de desempenho físico clássicas elaboradas em laboratórios, inicialmente porque o diagnóstico e as recomendações resultantes de uma APO são analisadas *in loco*, na escala e tempo reais, o que atesta a validade ecológica da APO. Além disso, a APO considera de fundamental importância aferir o atendimento das necessidades ou o nível de satisfação dos usuários, como também considera o ponto de vista dos profissionais envolvidos no processo projetual e construtivo, dos usuários, dos avaliadores e dos clientes (NUTAU, 1999, v.1, p.29).

Pesquisas em avaliação pós-ocupação objetivam medir a intensidade com que cada projeto satisfaz às funções para as quais foi destinado e preenche as necessidades, percepções e expectativas de seus usuários, como também, “otimizar o desenvolvimento de projetos futuros, através do estabelecimento de diretrizes de desenho (guidelines), que visem utilizar os resultados de avaliações sistemáticas de ambientes construídos análogos para realimentar o ciclo do processo de produção e uso” (LAY; REIS, 1994, p.31).

Quanto à natureza da investigação de pesquisa em APO pode-se adotar a investigação de estudo de caso, estudo específico no qual apenas um ambiente construído é submetido à avaliação, além de pesquisas seccionais comparativas, estudo comparativo entre dois ou mais ambientes construídos similares. A delimitação de uma pesquisa de Avaliação Pós-ocupação é determinada a partir da natureza do objeto de estudo, do nível de conhecimento previamente adquirido sobre o tópico do estudo e do tipo dos resultados almejados.

A APO é um conjunto metodológico que possibilita a análise das relações entre o ambiente e o comportamento sob vários aspectos: construtivo, conforto ambiental,

funcional, econômica, estética e comportamental (RABINOWITZ, 1984; ORNSTEIN e ROMERO, 1992):

a) Avaliação Técnico-Construtiva e Conforto Ambiental

Avaliação que visa ao reconhecimento especializado do ambiente ou do estudo de caso no que diz respeito aos materiais e técnicas construtivas utilizadas (estrutura, revestimentos, cobertura, acabamentos, etc), e ao conforto ambiental (ventilação, conforto térmico e acústico, iluminação, conservação de energia, etc), a qual fornecerá subsídios para a avaliação do ponto de vista dos usuários. Realizada por equipe técnica de pesquisadores.

b) Avaliação Técnico- Funcional

Corresponde à análise de desempenho funcional dos espaços resultantes, realizada por pesquisadores. Nesta avaliação compara-se o projeto arquitetônico proposto originalmente com o projeto construído e as intervenções promovidas pelos usuários. Dos itens que podem ser analisados podemos citar: planejamento/programa do projeto; áreas mínimas; armazenamento; fluxos; circulação interna e externa; flexibilização dos espaços; adequação, etc.

c) Avaliação Técnico-Econômica

Avalia a eficiência do ambiente construído, através de índices econômicos extraídos da produção (projeto e construção) e uso (uso, operação e manutenção) que podem determinar parâmetros para se medir a eficiência do ambiente construído: relação custo x benefício, variação por metro quadrado de área construída, etc. (MASCARÓ, 1985 ,apud ORNSTEIN e ROMERO, 1992).

d) Avaliação Técnico-Estética

Pretende aferir formas, volumes, “o belo”, a questão do estilo e da percepção ambiental, do ponto de vista do avaliador-arquiteto e do usuário (HERSHBERGER, 1988, apud ORNSTEIN e ROMERO, 1992).

e) Avaliação Comportamental

É um levantamento realizado junto aos usuários do ambiente construído, através da utilização de variadas técnicas, com o objetivo de extrair o ponto de vista ou o julgamento de valor por parte dos usuários. Trata-se de identificar os aspectos culturais e psico-sociais das várias categorias ou extratos de usuários. Pode-se avaliar entre outras as seguintes subvariáveis: adequação ao uso e escala humana, proximidade, privacidade, território, etc (PREISER 1988; BECHTEL et al., 1987 apud ORNSTEIN E ROMERO, 1992).

2.6.3. A metodologia da APO

Para que pesquisas na área ambiente comportamento sejam consideradas científicas, os estudos devem estar “fundamentados em metodologias sistêmicas reconhecidas, seleções amostrais rigorosas e análise comparativa de dados” (LAY; REIS, 1994, p.34). Com esta finalidade indica-se também a utilização de múltiplos métodos e técnicas no estudo de um mesmo fenômeno pois permite “contrabalançar os desvios/tendências (bias) existentes em um método com os desvios dos outros métodos utilizados, já que se pode assumir que as técnicas utilizadas em cada método apresentam diferentes desvios” (MARANS apud LAY, REIS, 1994, p.34). A escolha dos métodos e técnicas a serem adotadas vai depender do tipo específico de cada problema a ser investigado e da situação de cada pesquisa.

Os métodos podem ser de natureza qualitativa (que determinam a validade da investigação) e quantitativa (que determinam a confiabilidade das medidas adotadas). O uso simultâneo de métodos qualitativos e quantitativos é necessário para “ressaltar a validade dos resultados e afirmar a confiabilidade, credibilidade e qualidade da pesquisa” (ZEISEL, 1984, p.80). A “confiabilidade de um método é maior quando, depois de repetidos usos, menor for a variação dos resultados que possa ser atribuída ao método utilizado” (ZEISEL, 1984, p.81).

As estratégias metodológicas adotadas pela APO são específicas para cada estudo de caso e necessitam sempre estar sendo redesenhadas quanto à definição da amostragem e quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados. São definidas em função do caráter particular de cada ambiente construído e dos objetivos delineados em cada caso a ser estudado.

A coleta de dados consiste no levantamento de campo e de arquivo. A definição dos métodos e técnicas a serem adotadas no levantamento de campo dependem dos seguintes fatores:

- a) natureza dos dados a serem coletados;
- b) ações hipotéticas entre estes dados;
- c) pelas possibilidades de obtenção dos dados;
- d) pelas características da população alvo e do seu ambiente físico;
- e) pelo tamanho, distribuição e representatividade da amostra;
- f) pelo tempo disponível;

g) pelo dinheiro disponível para realizar a avaliação.

Quanto aos métodos utilizados para levantamento de campo de uma APO, ZIMRING menciona 14 métodos, destes os mais usuais segundo LAY e REIS (1994) são :

a) observações: têm o objetivo de gerar dados sobre as atividades realizadas (como e o quê as pessoas fazem), regularidades de comportamento (frequência de uso dos espaços) e as oportunidades e restrições de uso proporcionadas pelo projeto. As observações podem ser classificadas em: observações de comportamento e observações físicas.

a.1) observações de comportamento: compreendem a observação sistemática pelos pesquisadores das pessoas no uso dos ambientes construídos. Permitem detectar a influência do ambiente construído nos comportamentos e atividades dos usuários, como também na relação entre os indivíduos ou grupos de indivíduos. Visa também inferir como o indivíduo influencia o meio, o que “consequentemente, afetam o nível de manutenção e tipo de número de alterações (físicas e comportamentais) introduzidas pelos usuários nas edificações e espaços” (LAY, REIS, 1994, p.36).

a .2) Observações de desempenho físico: Observações a olho nu para identificar patologias na construção: trincas, fissuras, goteiras, vazamentos, recalques, umidade, bolor, etc. Neste caso, não identifica-se origens de problemas técnico-construtivos mais complexos, sendo necessário a avaliação de consultoria específica.

b) Entrevistas: As entrevistas resultam em indicadores qualitativos, indica-se que sejam realizadas com pessoas-chave, por exemplo profissionais que fizeram parte do processo projetual e construtivo, líderes comunitários, etc. As informações colhidas nas entrevistas vão auxiliar na elaboração dos questionários.

c) Questionários: É o método mais utilizado para obter informações sobre comportamentos, atributos e atitudes dos moradores. Distribuído por categoria de usuário, pode ser aplicado pessoalmente, pelo telefone, pelo correio. Este método facilita a tabulação e a aplicação. Deve ser aplicado por pessoas experientes e/ou treinadas para não influenciar na resposta do entrevistado.

d) Levantamentos físicos: os levantamentos físicos possibilitam a investigação do ambiente construído por meio de medições que podem ou não incluir a utilização de aparelhos, estas medidas devem ser comparadas posteriormente com a percepção e o nível de satisfação dos usuários e com normas técnicas existentes. Aplica-se para

verificações de conforto ambiental, aspectos técnicos-construtivos e arranjos espaciais, a depender do caso pode-se utilizar: luxímetro, decibelímetro, termógrafo, trena, etc.

- e) Levantamento de arquivo: não são levantados in loco, refere-se à informação sobre o histórico do projeto original, inclusive as plantas originais. “As informações oriundas deste levantamento são de relevante importância para determinar o ponto de partida da avaliação e do próprio levantamento de campo” (LAY, REIS, 1994, p.35).

2.7. Indicadores Funcionais

Para análise dos aspectos funcionais relativos ao critério “adequação”, utilizou-se a “Lista de Alguns Indicadores Urbanos Referenciais Relevantes”, contido no trabalho “Procedimentos Metodológicos para Aplicação da Avaliação Pós-Ocupação em Conjuntos Habitacionais: do Desenho Urbano à Unidade Habitacional”, realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo – NUTAU, em agosto de 1999. Trata-se de coletânea de alguns indicadores quantitativos nacionais e internacionais, que podem auxiliar na análise das características funcionais das intervenções habitacionais e urbanísticas de Habitação de Interesse Social, como também “auxiliar no processo do desenho urbano e, portanto, na concepção dos espaços abertos e da infra-estrutura de conjuntos habitacionais no que diz respeito a sua inserção na malha (e na qualidade de vida) urbana” (NUTAU, 1999, v.2, p.184).

Os conteúdos teóricos e metodológicos, abordados neste capítulo, embasam a análise das intervenções habitacionais e urbanísticas implantadas no Candeal Pequeno pelo Programa Viver Melhor. Anteriormente à análise faz-se necessário conhecer sobre o Projeto arquitetônico e urbanístico implantado no Candeal Pequeno, o Projeto Tá Rebocado.

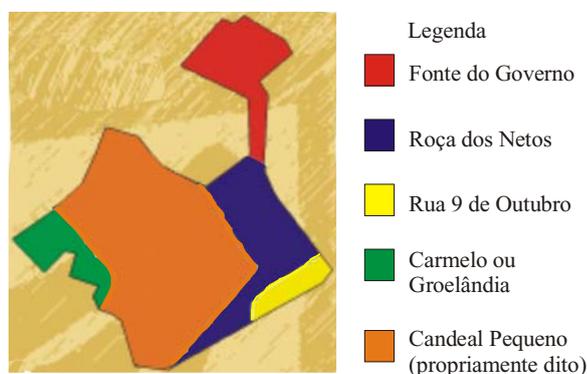
Capítulo 3

O Projeto Tá Rebocado

Este capítulo tem como objetivo a descrição do estudo de caso: o Candeal Pequeno e o Projeto Tá Rebocado.

3.1. Características gerais do Candeal Pequeno

Figura 1: Sub-núcleos do Candeal Pequeno



Fonte: Pracatum, 2000

O Candeal Pequeno localiza-se na Cidade de Salvador, pertence à região de Brotas, desenvolveu-se com características de áreas de periferia, tendo suas habitações implantadas em áreas de encostas e baixadas. A ocupação do Candeal teve origem da subdivisão de antigas roças herdadas por famílias pioneiras, que ampliou-se e constitui atualmente 5 sub-núcleos. Destes o mais antigo é o **Candeal Pequeno** que possui 40% do total das edificações, data do início do século. O **Loteamento Roça dos Netos**, aprovado pela prefeitura de Salvador em 1938, com 340 lotes, corresponde ao total de 20% das habitações. A **Fonte do Governo** localiza-se em área de encosta, tendo se originado através de parcelamento popular nas décadas de 1940 e 1950, possui 18% das edificações. O **Carmelo ou Groelândia**, possui um total de 6% das edificações. O sub-núcleo da **Rua 9 de Outubro** (conhecida como Rua da Vala) é o assentamento mais recente, desenvolveu-se em área de baixada ao longo de um riacho poluído (ver foto 2 e 3), esta área foi urbanizada através do Programa Viver Melhor. Esta ocupação originou-

se a partir de movimento popular por moradia que invadiu terreno de área pública no final da década de 1980, contando com 16% das edificações.



Foto. 2- Rua da vala, antes do Viver Melhor
Fonte: Pracatum, 2000.



Foto. 3 - Situação de algumas ruas do Candéal quando chovia
Fonte: Pracatum, 2000.

A localidade Candéal Pequeno é constituída de áreas de encosta e fundo de vale. Tem a localização privilegiada, próxima a áreas valorizadas da Cidade, Horto Florestal, Cidade Jardim, Condomínio Quintas do Candéal, próxima também à Avenida de vale, Juracy Magalhães e à Av. Dom João VI na cumeada de Brotas. Apesar disto, o Candéal Pequeno se desenvolveu como área de periferia, muito carente de serviços urbanos, com habitações de padrão construtivo baixo. No ano de 1997, 25% das habitações apresentavam perigos potenciais de desabamento e enxurrada (ver foto 4), correspondente a 264 residências onde convivem 1.130 moradores. Segundo pesquisa realizada em 1997 pela equipe técnica do Projeto Tá Rebocado, 21% das residências do Candéal Pequeno estavam ligadas clandestinamente ao serviço de energia elétrica e não possuíam água no interior das habitações, 32% possuíam água ou esgoto correndo a céu aberto. Quanto à qualidade estrutural destas habitações, 25% estavam com a laje comprometida, 30% das casas apresentavam infiltrações, 13% com a estrutura em estado precário de conservação, 21% não estavam rebocadas. Além disso, 20% das habitações possuíam sanitário sem descarga e 9% não tinham sanitários (PRACATUM, 2000).



Foto. 4 - Características do “Zé Botinha” antes do Viver Melhor
Fonte: Pracatum, 2000



Foto. 5 - Terreno em declive onde implantou-se o Zé Botinha.
Fonte: Pracatum, 2000.

Atualmente, após a intervenção do Viver Melhor, estas condições de habitabilidade têm melhorado, porém, é evidente o contraste existente entre o padrão tipológico das casas e a condição sócio-econômica dos moradores do Candeal Pequeno em relação à sua vizinhança, a Cidade Jardim, o Horto Florestal e o Quinta do Candeal. Estes últimos caracterizam-se por investimentos imobiliários de padrão construtivo alto, trata-se de edifícios pluri-domiciliares e grandes casas (Horto Florestal e Quintas do Candeal), são edificações destinadas a famílias de rendas média e alta, diferindo da

população do Candeal Pequeno, cuja maioria sobrevive com o rendimento “per capita” de 1 salário mínimo mensal (PRACATUM, 2000).

3.2. História

O Candeal Pequeno pertencia à Freguesia de Nossa Senhora de Brotas, que surgiu no período compreendido entre 1650 e 1763 (VASCONCELOS, 2002). Caracterizava-se como semi-rural, eram várias roças que tinham a lavoura como atividade predominante, cultivava-se mandioca, hortaliças e árvores frutíferas. Além disso, criavam também gado leiteiro. No final deste período, a paróquia da região de Brotas registrou uma população de 1.045 habitantes, sendo a maioria “negros e pardos entre escravos e libertos” (COSTA, 1989 apud OLIVEIRA JÚNIOR, 2004). Anteriormente, no ano de 1556, há registros de intervenção pelos jesuítas na região onde hoje é conhecida como Cruz da Redenção (VASCONCELOS, 2002, p.67).

Em fins do século XVIII a região de Brotas passa por algumas transformações como a construção do Solar Boa Vista de Brotas, a reforma da Igreja Matriz, em 1781, e a criação da Irmandade de Nossa Senhora de Brotas (VASCONCELOS, 2002, p.172), além da formação de quilombos ao redor da Casa da Pólvora no Matatu (OTT, 1957).

Segundo MACCA (2001) a origem do Candeal Pequeno remonta à vinda de Josepha Sant’Anna da Costa da África para Salvador, com o objetivo de libertar seus parentes que vieram como escravos. “Em 1781, Josepha Sant’Anna embarca para o Brasil, não como escrava, mas trazendo consigo moedas de ouro e prata, com as quais pretendia comprar a liberdade de seus parentes” (MACCA, 2001 apud OLIVEIRA JÚNIOR, 2004).

A moradora do Candeal Pequeno, Hilda Santana, descendente de Josepha Sant’Anna, relata que esta chegou em Salvador aos 12 anos de idade, mas não encontrou seus parentes. Quando se tornou adulta, juntou os recursos que trouxera da África a outros adquiridos através de seu trabalho aqui em Salvador e instalou-se na região de Brotas, numa pequena mata de candeias. Ela prosperou, produzindo e comercializando seus produtos, utilizando mão-de-obra escrava. Todavia, estabeleceu relações diferenciadas com os escravos, dando-lhes certa liberdade para, após a jornada de trabalho, dormir, dançar ou tocar atabaque. Mais tarde, casou-se e constituiu família, que até hoje perdura com seus descendentes. Algum tempo após a morte de Josepha, a

sua neta Sinhá Chica começou a arrendar as terras do Candéal e desde então surgiram vários loteamentos na localidade (OLIVEIRA JÚNIOR, 2004).

Durante a década de 30 do século XX grandes loteamentos foram aprovados em Salvador, entre eles o da Roça dos Netos (1938) com 340 lotes (Prefeitura Municipal do Salvador, 1977 apud OLIVEIRA JÚNIOR, 2004). Nas décadas de 1940 e 1950, houve acelerado crescimento da cidade e considerável chegada de migrantes. O aumento da população e os baixos rendimentos associados à necessidade de moradia ocasionaram a proliferação de ocupações de forma irregular, o que vai influenciar no crescimento da população do Candéal na década de 1950. A comercialização dos lotes pela família Santana vai contribuir também para esta densificação.

O Candéal Pequeno beneficia-se, nas décadas de 1960 e 1970, com a construção das Avenidas de vale: Juracy Magalhães e Antônio Carlos Magalhães, que trazem acessibilidade ao seu entorno. Além disso, nestas décadas também ocorre um grande impulso no crescimento da Cidade devido à ampliação da construção civil. Intensificase a migração de famílias do interior do Estado para a Capital, muitas destas vão se instalar no Candéal Pequeno (OLIVEIRA JÚNIOR, 2004).

No final da década de 80 do mesmo século, a composição social da área é heterogênea, sendo 51% dos habitantes pertencentes às classes média e alta e 49% de pobres e muito pobres, com uma estimativa populacional de 191 mil habitantes na região de Brotas. No mesmo período, 30% da população da RA de Brotas já residiam na região há mais de 20 anos e dois terços moravam há mais de 5 anos (fonte: Perfil das regiões administrativas de Salvador / RA V – Brotas PMS. Casa Civil / Coordenação de Desenvolvimento Administrativo, 1988, apud OLIVEIRA JÚNIOR, 2004).

Na segunda metade da década de 1980 vai haver a invasão do dia nove de outubro, em área de baixada próxima à Rua Paulo Afonso, ao longo de um riacho poluído, conhecido como “vala”. Nesta área havia dois campos de futebol e um lixão. A moradora Graciete Batista Bispo liderou a ação sob a orientação de militantes do PT (Partido dos Trabalhadores) com a participação de 79 famílias. Em cinco dias estavam construídos 80 casebres, o que dificultou a ação da polícia, que já tinha interditado a ação anteriormente, por oito vezes consecutivas. O poder público tinha a intenção de relocar estas famílias para as Malvinas, mas estas lutaram e conseguiram conquistar o seu lugar de moradia no Candéal Pequeno.

“(…) isso aqui era o lixão do Candéal, aqui onde é essa associação, 600 e poucas casas jogavam lixo nesse lugar. Era

um lixão, mas o carro do lixo não entrava porque não tinha a Cidade Jardim. Quando chovia, era garrafa...aí eu morava há 13 anos, lavava roupa pra fora, não tinha condição de morar...um dia eu resolvi. Tinha dois campos de futebol, aí eu falei "vou ocupar um porque sou brasileira, cidadã, pagando aluguel, trabalho e não vou deixar meus filhos crescerem para não ter condição de pagar nem uma faculdade para meus filhos. A primeira casa feita aqui foi a minha. Derrubaram aqui foi umas 8 vezes (...) a gente começou a construir dia de quinta-feira...quinta, sexta, sábado, domingo e segunda. Quando ele chegou na segunda, tinha 80 barracos prontos. Aí, o Prefeito disse que não era para construir nada, que nós íamos para as Malvinas. Aí eu disse mas é aqui que a gente vai ficar, quem disse que eu quero ir pra Malvina? Meus filhos estudam no Luiz Viana. Eu lavo roupa lá...eu vou fazer o que nas Malvinas? Eu vou ficar é aqui (Depoimento de Graciete Batista Bispo, moradora do Candéal, 2004).

O Candéal Pequeno vem adquirindo nos últimos anos uma posição de destaque no contexto da Cidade de Salvador, pois as atividades da Associação Pracatum, entidade privada sem fins lucrativos, têm sido reconhecidas no âmbito nacional e internacional, seja através da iniciativa da Escola Profissionalizante de Música Pracatum e o convênio com a Unesco, incluindo também os apoios do MEC e da Secretaria Estadual de Educação e Cultura; seja através do projeto Tá Rebocado, habitacional e urbanístico, ganhador de prêmios, em 2001, como o de “Melhores Práticas”, da Caixa Econômica Federal (CEF) e o de “Tecnologia Social”, da Fundação Banco do Brasil. No ano de 2002, ganhou o “*Best Practice*”, do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-HABITAT).

3.3. Contexto sócio-econômico

A população do Candéal Pequeno é composta por aproximadamente 5.500 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 48% são homens, 52% são mulheres, 11% são crianças com menos de cinco anos, e 6% são idosos. Segundo resultados da pesquisa realizada em abril de 1977, das 966 famílias pesquisadas, 77,29% têm rendimento “per capita” de até 1 salário mínimo, 16,93% de 1 até 3 salários mínimos, 3,96% de 3 a 6 salários mínimos, e 1,81% ganham acima de 6 salários mínimos, sendo que 17% da população está desempregada vivendo de atividades informais. Esta população além de ser pobre possui uma deficiência grande quanto à escolaridade:

6,46% são analfabetos, 13,5% possuem o primeiro grau incompleto, 13% o segundo grau incompleto, apenas 8,8% da população possui o primeiro grau completo e menos de 1% possui o curso superior completo (PRACATUM, 2000).

A comunidade possui quatro associações que desenvolvem trabalhos sociais específicos, cada qual com seus objetivos próprios:

1) Associação Defesa e Progresso, fundada em 1978, desenvolve atividades de caráter assistencial e busca ampliar sua oferta de serviços à comunidade, com atividades de informática, cursos de inglês, artes cênicas, artes plásticas, danças, massagem terapêutica. Além disso, promovem palestras sobre vários assuntos de interesse da comunidade (DST, planejamento familiar), acontecem reuniões com grupo jovem, catequese e terapia gratuita. Promovem alguns eventos comemorativos para festejar o dia das mães, dos pais, das crianças, além de festas juninas e reza de Santo Antonio, padroeiro do Candéal, que ocorre nos dias 11, 12 e 13 de junho. Santo Antônio no sincretismo religioso é o orixá Ogum, que é festejado também no dia 2 de julho no Terreiro Mutuicara e dia 1 de janeiro no Candyall Gueto Square. A fundadora da associação e atual presidente é Aridalva Arcaño, mais conhecida como Tita.

2) Associação dos Moradores da Fonte do Governo, criada em 1995, a AMFOGO tem caráter esportivo, organiza partidas de futebol, campeonatos e atividades recreativas afins. Além dessas atividades, participam junto com as outras entidades comunitárias da organização comunitária e soluções para os problemas sociais e de infra-estrutura.

3) Associação 9 de Outubro, fundada em 1989, liderada por Graciete Batista Bispo, sua história tem um significado especial para os moradores do Candéal, pois originou-se do movimento de famílias carentes sem teto, que invadiram terras desabitadas do Candéal e instalaram suas casas, no dia 9 de outubro de 1985. Desenvolve atividades como: curso de capoeira, de informática, reuniões com jovens sobre políticas públicas, além de serviço advocatício gratuito.

4) Associação Pracatum, teve início em 1980, sendo que foi oficialmente fundada em 1994. Objetiva a “realização de ações diversas na perspectiva de contribuir para melhoria das condições de vida dos moradores e desenvolvimento da educação de adolescentes, viabilizando sua formação como músicos” (PRACATUM, 2000). Concretizou dois projetos: o Projeto Tá Rebocado e a Escola de Música Pracatum.

Segundo os depoimentos dos líderes das associações acima citadas, existe uma integração destas associações, que fazem parte do conselho da associação Pracatum e se reúnem para discutir assuntos relacionados com a comunidade do Candéal Pequeno.

Além destes, existe também o grupo Candeal Presente, um grupo de moradores que se reunia nas terças-feiras antes e no decorrer das obras do Projeto Ta Rebocado, para discutir questões ligadas à saúde. Promoveram algumas atividades educativas como “caminhada do meio ambiente” e palestras sobre DST.

Na localidade destacam-se também os seguintes equipamentos comunitários e entidades locais:

- 1) A Escola Obras Sociais do Retiro de São Francisco, que desenvolve serviços de capacitação profissionalizante de corte-costura, artesanato, manicure e datilografia.
- 2) Centro Comunitário Madre Helena, criado em 1984, pertence à Congregação das Ancilas do Menino Jesus. Funciona uma creche, que, além de oferecer alfabetização e reforço escolar, promove cursos de capoeira, dança afro, penteado afro e culinária.
- 3) Escola de Música Pracatum, que atende a adolescentes moradores do Candeal que possuam vocação musical e estejam matriculados na rede formal de ensino. Desenvolve também um trabalho com crianças de 9 a 12 anos, através do Projeto Viva Canção.
- 4) Terreiros de Candomblé- Existe o Mutuizara, pertence à nação Angola e Ketu, é dirigido pela Babalorixá Mãe Maiamba (Dona Angelina Santos) há 40 anos e Casa de Candomblé de Mãe Célia, localizada no Carmelo.
- 5) Candyall Gueto Square - sede da Timbalada, grupo musical local, conhecido internacionalmente, promoveu eventos, ensaios e shows musicais, atraindo um público de aproximadamente 2000 pessoas, fazendo com que o Candeal Pequeno passasse a ser incluído na agenda cultural da cidade, além de significar meio de vida para os moradores que aproveitavam para trabalhar nas ruas como ambulantes, comercializando gêneros alimentícios e realizando serviços de guardadores de carro.

O Candeal Pequeno é marcado principalmente pelas manifestações culturais vinculadas à música, através da atuação da Timbalada, liderada por Carlinhos Brown, além de outros grupos como o “Afro Inkan”, liderado por Marquinhos das Cobras; da banda “Black Panter”, composta por alunos da Pracatum; da banda e bloco de carnaval “Abuse e Use” e o “Lactomia”, o “Lactosamba” e o “Lactogirl”, liderados por Jair Rezende.

A Escola de Música Pracatum e o Projeto Tá Rebocado são projetos da Associação PRACATUM, que foi idealizada e fundada pelo músico Carlinhos Brown, filho do Candeal Pequeno. Tornou-se conhecido quando liderava o grupo Timbalada, direcionando, a partir daí, projetos que vinculam as atividades musicais à educação, e a outras atividades que visam à melhoria das condições de vida da população local. Através de uma forte estratégia de marketing tem promovido o Candeal Pequeno, a Timbalada, os projetos sociais e educacionais, e evidentemente o próprio nome, a nível nacional e internacional. Vinculado de forma explícita a políticos do partido PFL, o músico Carlinhos Brown vem conseguindo apoio do Governo do Estado para realização do Projeto Tá Rebocado, financiado pelo Projeto Viver Melhor.

Timbalada

Além da Associação PRACATUM, Carlinhos Brown também construiu a sede da Timbalada, o Candyall Gueto Square, onde aconteciam os shows da Timbalada e também de outros músicos convidados, que atraíam grande número de pessoas, aproximadamente 2.000 pessoas nos momentos dos shows. Segundo Vera Lyra, coordenadora do projeto PRACATUM, o objetivo principal era de colocar exatamente esse bairro na agenda da cidade.

O show de inauguração do Candyall Gueto Square ocorreu no dia 16 de novembro de 1996. A partir daí, os ensaios da Timbalada começaram a ocorrer todos os domingos, entre os meses de outubro e fevereiro, quase sempre com participações de artistas locais: Ivete Sangalo, Reynaldo (Terrasamba), É o Tchan!, entre outros, ou dando lugar a shows, como os de Jorge Benjor e Asa de Águia. Também participaram da história do Guetho, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Marisa Monte, Dado Villa-Lobos (ex-Legião Urbana), Beth Carvalho e Ivo Meireles, entre outros artistas consagrados (TIMBALADA, 2005.).



foto. 6 Imagem de apresentação da Timbalada no Candyall Guetho Square

Fonte: TIMBALADA, 2005.

Estes eventos que ocorriam no Candyall Gueto Square significavam para a população do Candeal Pequeno uma oportunidade de complementação da renda familiar, pois muitos moradores se organizaram e passaram a trabalhar nas ruas do Candeal, vendiam gêneros alimentícios, prestavam serviço de guardadores de carro, etc. Quando os ingressos se esgotavam, as pessoas que não conseguiam entrar no Candyall Gueto Square continuavam lá, ficavam nas ruas ouvindo as músicas e consumindo os produtos comercializados por ambulantes que ali se instalavam, na verdade o evento acontecia dentro e fora, pode-se dizer que parecia uma “festa de largo”.

“Aqui parecia o Pelourinho. Tanto quem estava dentro se divertia, como quem estava fora. As pessoas colocavam suas vendinhas ali e não tinham prejuízo, principalmente nesses tempos dos ensaios da Timbalada. No período dos shows, tinha muita gente, os ingressos esgotavam e o pessoal se divertia do lado de fora. Era muita gente. Daí, colocavam suas barracas, botavam sua cerveja no isopor, cachorro-quente, acarajé. (...) Colocar sua vendinha naquele momento ali era lucro. Ninguém perdia nada. Então, muito benefício assim a Timbalada trouxe para a comunidade no tempo dos ensaios” (depoimento sobre os ensaios da Timbalada por Aridalva Arcanjo, 2004).

Estes shows atraíam moradores de outros bairros da cidade formal, pessoas de poder aquisitivo bem diferente da realidade dos moradores do Candéal Pequeno. Trazia movimento e animação para os moradores do Candéal, como também significativa alternativa de complementação da renda familiar. Enquanto outros, com maior poder aquisitivo, se divertiam nos shows promovidos em seu lugar de moradia, os moradores do Candéal não assistiam os shows, não tinham passe livre de acesso ao Candyall Gueto Square. Para estes restavam as ruas e aproveitar aquelas horas de grande movimento para trabalhar. Através de trabalhos informais estas famílias de ambulantes iam obtendo o seu sustento, algumas “migalhas de reais”, bastante significativas para aquela população predominantemente pobre, na qual a renda per capita é de até 1 salário mínimo mensal (PRACATUM, 2000).

Os shows não agradavam a todos os moradores do Candéal Pequeno, principalmente àqueles do loteamento Roça dos Netos, pessoas de classe média, que moram em grandes casas, e, portanto, não estavam se beneficiando da ocorrência dos shows em seu lugar de moradia. Eles questionavam sobre a “invasão” de pessoas estranhas à localidade, o que para muitos a partir do momento em que o Candéal Pequeno abriu as portas para receber pessoas de fora, fez a insegurança aumentar, com aumento do tráfico de drogas, prostituição infantil, roubos, assassinatos, etc.

“Antigamente, no Candéal, se dormia de porta aberta. Não tinha saída na Cidade Jardim. O Candéal era um condomínio de pobre. E a gente conhecia todo mundo, se dava com todo mundo aqui, a gente conhecia os filhos de todo mundo aqui. E hoje o Candéal abriu as portas, vem gente de tudo quanto é lugar. Ladrão tá vindo aqui. Não passava carro aqui. A gente ficava à vontade na rua. Eu acho que a gente perdeu a tranquilidade, no meu ponto de vista” (depoimento de Ivanise Sena Barbosa, moradora do Candéal Pequeno, sobre a segurança do Bairro depois dos ensaios da Timbalada).

Outra questão colocada pelos moradores da Roça dos Netos, em relação ao Candéal Pequeno, refere-se ao estigma de “gueto” ou “favela recuperada” devido ao marketing das obras do Viver Melhor, implicando na venda de uma imagem de um lugar feio e sujo, que depois do projeto Tá Rebocado tornou-se limpo e bonito. No entanto, acreditam que ocorreu a desvalorização das casas e imóveis em melhores condições, pois o estigma de “favela” passou a desvalorizá-los no mercado imobiliário.

“(…) hoje se me perguntarem se eu tenho arrependimento de alguma coisa, eu digo que tenho. Por que? Pelo seguinte: primeiro, aqui não é favela. Hoje eu fui rotulada de favelada. Eu

comprei 600m2 de terreno no loteamento Roça dos Netos e fiz uma casa dessa (...) e sou vista para muitas pessoas como invasão, moro em favela (...) hoje não estou satisfeita no lugar que eu moro e não acho dinheiro também (...). Se eu quiser ir embora, eu não acho quem dê o dinheiro que eu gastei aqui. Então, eu estou no prejuízo.(...)Você acha que minha casa ficou valorizada? Não” (depoimento de Ivanise Sena Barbosa, moradora do Candéal Pequeno).

Os problemas causados pelas atividades do Gueto dificultavam também as vendas no mercado imobiliário nos bairros Quintas do Candéal e Cidade Jardim. Os moradores destes bairros lutaram para que os shows deixassem de acontecer, alegando o impacto causado pelos shows devido ao grande fluxo de pessoas, como também à falta de estrutura necessária, como sanitários públicos e áreas de estacionamento, além de transtornos decorrentes do congestionamento do trânsito e o alto volume do som. Isso tudo acarretava problemas, perturbando a privacidade e a tranquilidade destes moradores. Além disso, o Candyall Gueto Square não possuía o alvará de utilização sonora, concedido pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (SUCOM).

“Entre cinco corretores de imóveis de imobiliárias de Salvador, apenas um disse não ter identificado dificuldades na venda e aluguel de casas e apartamentos no Candéal por causa dos shows da Timbalada. Fica difícil vender e alugar nos meses em que acontecem os shows. O índice de rejeição dos imóveis varia entre 20 e 30%, ou seja, de cada dez potenciais compradores de casas e apartamentos no local, até três desistem por causa da poluição sonora” (A TARDE, 2003).

Estes moradores da vizinhança do Candéal Pequeno deram entrada no Ministério Público do Estado da Bahia solicitando a resolução destes problemas. Depois de várias reuniões, foi criado o Termo de Ajustamento de Conduta, firmado no Ministério Público, fruto de consenso, após muitas audiências e discussões sobre o problema, entre a comunidade e os responsáveis pelo Candyall Guetho Square. Ficou acertado que as festas só seriam realizadas no Candyall depois da conclusão de uma obra de condicionamento acústico e a casa - que já tem alvará de funcionamento- recebesse da Sucom o alvará de utilização sonora (CORREIO DA BAHIA, 2003).

As obras de condicionamento acústico do Candyall foram concluídas, resolvendo o problema do som parcialmente, pois algumas residências da vizinhança ainda apresentavam volume acima do permitido pela SUCOM. Mesmo com

condicionamento acústico, o som chegava às residências com intensidade de até 83 decibéis, portanto acima dos parâmetros exigidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que determina volume máximo de 60 decibéis em casas de espetáculos e até 50 decibéis em residências.

O problema de poluição sonora no Candeal foi analisado pelo Coordenador da Unidade de Saúde e Meio Ambiente da Fundação José Silveira, Luiz Roberto Reuter, que considera que a única maneira de resolver o problema é a criação de uma área fechada ou semi-fechada tratada com barreiras para o som. O arquiteto Luiz Antunes, a convite do Ministério Público para dar parecer técnico sobre a situação, explica que o problema existe principalmente porque o “Guetho está localizado em um vale, que age como uma concha acústica e faz o som se propagar” (CORREIO DA BAHIA, 2003).

Outra audiência foi convocada pela promotoria pública e, nesta, o promotor Luciano Santana definiu que cabia à SUCOM analisar se agora o limite de som permitido estaria sendo respeitado, para liberar ou não o alvará de utilização sonora (BAHIA. Ministério Público, 2003). Quanto aos problemas causados pelo trânsito, o promotor requereu a adoção de providências, por parte da Superintendência de Engenharia do Tráfego (SET), para acabar com os transtornos decorrentes do congestionamento do trânsito nas áreas vizinhas aos ensaios, também com o acompanhamento de um técnico indicado pelo MP; e, por último, foi discutida a possibilidade de implantação de um projeto visando disciplinar a circulação de veículos na entrada do Candeal. A idéia foi sugerida por Carlinhos Brown, criador da Timbalada, e responsáveis por programas de ação social na área do Candeal (BAHIA. Ministério Público, 2003).

A moradora do Candeal Pequeno, Lizonete Guedes, teve papel de destaque na luta pela permanência das atividades do Candyall Ghetto Square no episódio de cancelamento dos shows determinado pelo Ministério público (A TARDE, 2003).

“Os olhos de dona Lizoneide Guedes Santos, 56 anos, se encheram de lágrimas ao falar sobre a possibilidade de ver as portas do Candyall Ghetto Square fechadas. Ela mora há 31 anos na comunidade pobre do Candeal Pequeno. Meus dois filhos hoje são músicos. Agora, lá no Candeal, todos os meninos sabem batucar e são adeptos de Brown. Se o Ghetto fechar, vamos perder muito, disse” (CORREIO DA BAHIA, 2003).

“ Eu morava num barraco até que surgiu o projeto das casas. Eu consegui essa casa aqui com ajuda de Carlinhos. As irmãs do Centro me ajudam muito e a Pracatum está ajudando a tirar os

jovens das drogas. Os ensaios eram meu ganha pão” (Carina Pereira da Silva, 26 anos, moradora do Candeal Pequeno).

O desfecho desta situação foi o término dos ensaios da Timbalada no Candeal Pequeno, que passaram a ocorrer no Wet'n Wild, para tristeza das famílias que dependiam daquele trabalho para garantir sua sobrevivência. Mesmo com a transferência dos shows do Candeal Pequeno, a localidade continua despertando interesse de instâncias internacionais. Em 2004, foi lançado o filme “El Milagre do Candeal”, pelo diretor espanhol Fernando Trueba.

“O enredo do "documentário, musical, com elementos de ficção", como diz o diretor, mostra Bebo, músico que vem a Salvador para realizar uma "missão": uma mulher praticante de Santeria disse a ele, em 1947, que deveria conhecer a Bahia (o que é real). Aqui, ele se depara com as convergências históricas, religiosas e rítmicas que ligam Bahia, Cuba e África. Nisso, conhece Matheus Aleluia, artista de Cachoeira, que o leva à "famosa" Bahia de Caetano, Gil, Festa de Iemanjá, Candeal, Carlinhos Brown, Carnaval... De Brown, até as mudanças sociais que aconteceram no bairro, segundo o filme, através da ONG e escola Pracatum. É desse "milagre" que o diretor fala no título do filme” (A TARDE, 2004).

O filme dá nome à praça local que foi construída pelos moradores da localidade em regime de mutirão com recursos da produção do mesmo. As cenas da construção da praça aparecem no filme simbolizando o milagre do Candeal. Além do filme “El Milagre do Candeal”, lançado na Espanha em setembro de 2004, Carlinhos Brown e a Timbalada foram contratados para animar o carnaval espanhol; e já são dois anos consecutivos de sucesso (2004 e 2005) promovendo a localidade a nível internacional e honrando o Candeal Pequeno com a visita do Príncipe de Barcelona no início do ano de 2005.

3.4. Características gerais do Projeto Tá Rebocado

A implantação do Projeto Tá Rebocado no Candeal Pequeno realizou-se através do Programa Viver Melhor, viabilizado pelo convênio firmado em 13 de junho de 1997, entre a Associação Pracatum e o Governo do Estado da Bahia. O valor total do convênio corresponde à importância de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) (PRACATUM, 2000).

A obra foi realizada em duas etapas:

- 1) A primeira etapa, financiada pelo Programa Pró- Moradia, iniciou-se em outubro de 1998 e foi concluída em abril de 2003,
- 2) A segunda etapa, financiada pelo Programa Habitar Brasil - OGU/ Governo do Estado, teve início em outubro de 2001 e concluiu-se em 2004.

O Projeto Tá Rebocado recebeu este nome devido à vontade de seu idealizador, o músico Carlinhos Brown, de rebocar as casas do Candeal Pequeno, a fim de melhorar sua aparência. Segundo depoimento de Vera Lyra em entrevista, sua “meta inicial era a de incluir o Candeal na agenda sócio-cultural da cidade”, no entanto, era necessário dotar a localidade de infra-estrutura, além disso, “e como Carlinhos dizia também, precisávamos fazer uma revolução com elegância, onde aquelas pessoas, aqueles moradores pudessem ter dignidade no seu habitat”.

O objetivo do Projeto Tá Rebocado consiste em:

- “Planejamento de infra-estrutura no sentido de oferecer uma boa qualidade de vida aos moradores;
- Articulação com órgãos públicos para execução de obras e serviços;
- Execução de uma política habitacional através da construção e reformas de casas. As casas construídas se destinam a relocação de unidades precárias;
- Propostas de geração de emprego e renda e política cultural, reforçados por práticas de auto-gestão e consciência ambiental, visando elevar a condição de cidadania de seus moradores e a qualificação do lugar;
- Ações na área de saúde pública objetivando práticas preventivas” (PRACATUM, 2000).

A definição das diretrizes da intervenção urbana baseou-se em: levantamento da história local, características culturais, estéticas e físico-ambientais, diagnósticos sócio-econômicos, levantamento de uso do espaço. Estas informações foram enriquecidas pelos insumos e propostas de membros da comunidade em reuniões semanais ocorridas desde 1996 e a partir da realização de uma pesquisa censitária, realizada em abril de 1997, junto aos moradores do Candeal. Definiu-se a poligonal do projeto a ser trabalhada, totalizando em 16,5 ha, incluindo as áreas previstas para desapropriação.

A pesquisa foi realizada pela equipe técnica do projeto Tá Rebocado, com o objetivo de “conhecer a situação atual dos moradores, suas condições de vida, as características sócio-econômicas, identificar e cadastrar os equipamentos comerciais e

de serviços e avaliar as condições de saúde e educação”. Foram levantados 1.066 domicílios, para um total de 966 famílias distribuídas em 744 edificações, configurando com isso uma população estimada de 4057 habitantes, equivalendo à densidade de 5 hab/domicílio.

3.4.1. O projeto urbanístico

O Plano Geral de intervenção urbanística do Projeto Tá Rebocado propõe soluções para:

1. Fortalecer a referência de território da localidade;
2. Propor soluções para corrigir o déficit quantitativo;
3. Geração de atividades e relações individuais e coletivas que possam elevar a localidade à categoria de lugar na cidade;
4. Abertura de novas possibilidades de melhorias ambientais e de crescimento social e econômico.

A intervenção urbanística atuou no sentido de: ampliar o sistema de abastecimento de água, e possibilitar a implantação de redes de esgotamento sanitário, a ampliação do sistema viário, implantação de equipamento público (posto de saúde), recuperação da Associação 9 de Outubro e a revitalização da Fonte.

3.4.1.1. Infra-estrutura sanitária

Segundo pesquisa censitária, realizada em 1997, 41,30% da população do Candeal Pequeno apresentavam problemas com o provimento de água potável e apenas 50% possuíam reservatórios domiciliares, caracterizando um atendimento precário. Quanto às soluções adotadas pela população para destinação dos esgotos domésticos, em 32% dos casos eram fossas sépticas rudimentares, com escoamento a céu aberto, em 30% dos lotes os esgotos eram lançados nos sistemas de drenagem da Prefeitura (PRACATUM, 2000).

O lixo domiciliar era coletado nas portas de 31% dos domicílios, 51% das casas depositavam o lixo em caixas coletoras estacionárias, 7% jogavam o lixo em terrenos baldios ou nos riachos. No total, eram 21 pontos de lixo distribuídos na localidade (PRACATUM, 2000).

Atualmente existem túneis distribuídos em pontos estratégicos do Candéal Pequeno, a maioria da população entrevistada diz que a coleta é feita regularmente, porém, ainda existem alguns pontos de lixo em terrenos baldios, os moradores ainda lançam o lixo e entulho em locais proibidos.

Abastecimento de Água (ver fig. 14)

O Projeto visa à ampliação do sistema de abastecimento de água com o objetivo de: “regularizar o atendimento, realizar melhorias intra-domiciliares de equipamentos hidráulicos, dotar as habitações de condições de higiene necessária à saúde coletiva”. Com isso foram implantados novos ramais a fim de atender as novas unidades habitacionais construídas e a substituição de alguns trechos da rede existente (PRACATUM, 2000). Atualmente todas as casas estão ligadas ao sistema formal de abastecimento de água.

Sistema Viário (ver fig. 11)

As diretrizes do Projeto Tá Rebocado, para concepção do Sistema Viário, visou: “a prioridade a pedestres; criação minimizada de novas vias de veículos; mão única; respeito máximo das implantações das vias às casas existentes; colocação do motorista na condição de intruso por sinuosidade das vias e outros aspectos; alargamento de trechos para permitir a passagem de veículos de serviço” (PRACATUM, 2000).

A fim de tornar o sistema viário existente propício a uma boa penetração de veículos pelos vales, optou-se pela abertura de via sobre a área onde corria um riacho de fundo de vale, denominado pelos moradores de “vala”, totalmente poluído e que nos dias de chuva transbordava, inundando as casas com águas de esgoto. A Rua Nova da Vala foi construída em concreto. As casas que ficavam neste trecho foram relocadas, as famílias que aí moravam foram transferidas para as unidades habitacionais construídas pelo Programa Viver Melhor.

O projeto do sistema viário viabilizou, principalmente, a acessibilidade dos moradores à Avenida Juracy Magalhães, aproximando-os da cidade formal, como também, a penetração de veículos na localidade, fundamental para o abastecimento da área e realização dos serviços públicos. Segundo resultados da Avaliação Pós-ocupação, anteriormente à intervenção 65% dos entrevistados não possuíam pavimentação na rua,

atualmente 100% possuem. Para 38% o acesso ao trabalho melhorou, para 7% piorou e para 55% não houve alteração.

O novo sistema viário, apesar de “priorizar os pedestres” não implantou passeios nas novas ruas. As poucas calçadas existentes são estreitas, mal permitindo a passagem de uma pessoa.

Esgotamento Sanitário e Drenagem Pluvial (ver fig. 12 e 13)

A implantação do sistema de esgotamento sanitário do Projeto Tá Rebocado contou com a parceria da EMBASA, através do Programa Bahia Azul (Bacia do Baixo Camurugipe). Adotou-se o Sistema Condominial, que executou ligações hidro-sanitárias prediais ao sistema de esgotamento.

Foram implantados 500m de tubulações de drenagem pluvial e outras intervenções em micro-drenagem, adotou-se o sistema a céu aberto, construído com calhas de concreto.

Desenvolveu-se também, o Programa de Educação Sanitária e Ambiental, visando minimizar as questões do lixo domiciliar e incentivar a limpeza da localidade, promovendo mutirões de limpeza. Este programa foi realizado com a LIMPURB que, além de limpar a área, procurou ampliar a consciência ambiental da comunidade (PRACATUM, 2000).

3.4.1.2. Equipamentos urbanos

Segundo documento fornecido pela CONDER/PRACATUM, a comunidade do Candeal Pequeno definiu como prioridade a construção de um posto de saúde na localidade, esta resolução foi fruto de reuniões que ocorriam semanalmente com a participação dos moradores, líderes locais e equipe técnica responsável pelo encaminhamento do projeto. O posto de saúde implantado pelo Programa Viver Melhor caracteriza-se como “tipo 1”, visa ao atendimento local de educação preventiva e de atendimento a grupo de risco: ginecologia, urologia, pediatria e saúde bucal (PRACATUM, 2000).

Os dados da pesquisa de 1997 apontam que a maioria dos moradores do Candeal Pequeno (46%) utilizava-se da rede SUS de assistência médica, 24% das clínicas privadas ou conveniadas e 22% de posto de saúde. Identificou-se também as doenças

mais freqüentes: dengue (20%), dores da coluna (17%), dores de cabeça (11%), problemas de garganta (8%), vermes (8%), rubéola (8%), pressão alta (7%) (PRACATUM, 2000).

O **Posto de Saúde** foi construído pelo Programa Viver Melhor em área pertencente à Família Resende, na Rua Dezoito de Agosto. No local existia um conjunto de casas tipo avenidas. Como não existia área livre disponível para a implantação do Posto, negociou-se com os membros desta área sua desapropriação e a relocação das casas para um conjunto habitacional de tipologia verticalizada. Foram construídas 8 unidades habitacionais na mesma rua, em área em frente ao Posto de Saúde

O Programa Viver Melhor, a partir de diretrizes do Projeto Tá Rebocado, recuperou a **fonte de água natural** existente na localidade, urbanizando o entorno. Criou-se painéis artísticos em mosaico cerâmico nas paredes, distribuiu-se alguns bancos de praça, algumas jardineiras e restaurou-se o piso cimentado. Os painéis representam figuras do candomblé, baianas com saias largas, figuras negras com tambores e timbaus, bem característicos da cultura local vinculada ao candomblé e à música-afro. (PRACATUM, 2000).

O Projeto também realizou obras de recuperação do **Centro Comunitário Nove de Outubro**, a fim de viabilizar as atividades do Centro, que visam capacitar os membros da localidade, gerar emprego e renda, fortalecendo o associativismo local. São realizados cursos de informática, campanhas educativas, capoeira, etc. O espaço é utilizado pelos moradores para comemorar datas festivas (São João, Natal, Dia das Mães, etc.), também emprestam o local para realizar eventos particulares como casamento, aniversários, etc. (PRACATUM, 2000).

Os moradores priorizaram a recuperação dos **dois campos de futebol** existentes no Candeal Pequeno, um deles, localizado na Rua Nova da Vala, teve sua realização na primeira etapa do Projeto Tá Rebocado e o outro, localizado na Associação AMFOGO, concretizou-se na segunda etapa. No primeiro instalou-se alambrado de proteção e recuperação das traves (PRACATUM, 2000).

3.4.2. O projeto habitacional

Para definição do projeto arquitetônico, levou-se em consideração resultados da pesquisa censitária realizada por técnicos da PRACATUM, em 1997, em relação às condições de habitabilidade dos moradores. No decorrer da pesquisa, foram pesquisados

1.066 domicílios, destes, 25% apresentavam perigos potenciais a desabamentos e enxurradas, significando o total de 1.130 moradores: 6% moravam em terrenos invadidos, 21% eram ligados clandestinamente à rede de energia elétrica e sem água interna, 5% não possuíam sanitários (PRACATUM, 2000)

Das tipologias encontradas, 57% eram casas isoladas, 29% geminadas e 14% eram apartamentos. Destas habitações, 21% não estavam rebocadas, 13% possuíam problemas estruturais, 25% tinham problemas nas lajes e 30% destas apresentavam problemas de infiltração (PRACATUM, 2000).

A concepção do projeto habitacional considerou dados levantados na pesquisa, realizada anteriormente, que cadastrou todas as unidades pesquisadas, registrando todas as tipologias existentes, o material construtivo adotado e a situação de precariedade. Através de croquis e fotografias, mapeou-se a localização dessas moradias e realizadas observações das regras sociais e do comportamento dos moradores do Candéal Pequeno em relação ao modo de uso dos espaços privados e públicos, bem como das suas inter-relações.

Segundo Vera Lyra em entrevista, a equipe técnica resolveu que “deveriam ser obedecidas todas as tendências culturais”. Considerou-se, portanto, a topografia existente, a preservação, o resgate e a valorização dos modelos culturais locais. Além disso, existia pouca área disponível para a implantação das unidades, mas havia a vontade de atender a todas as famílias previstas. Um dos fatores preponderantes que limitou a definição projetual foi o valor do recurso, determinado pelo Programa Viver Melhor, em R\$ 7.000,00 por família.

Uma das evidências culturais constatadas no local, a prática do crescimento vertical das habitações pelos moradores, que “batem a laje” para construir a casa dos filhos e a tipologia das casas do Candéal Pequeno dispostas em “Vila”, foram aspectos respeitados na concepção do projeto. Segundo Vera Lyra, “a equipe técnica começou a pensar quais as alternativas que se tinha para compor o espaço, como é que se daria o direito do crescimento vertical, aéreo”. Como solução, adotou-se o pé-direito duplo para as unidades que ficassem no pavimento térreo, que receberiam as casas apenas com o sanitário construído e com a estrutura calculada e construída para receber outro pavimento.

Outra definição, referente ao acabamento externo da casa, o reboco, foi uma das exigências da comunidade, apesar da Caixa Econômica Federal sugerir uma resposta de várias texturas, algo com um acabamento “mais rústico”. Existia também o impacto da

plasticidade da Cidade Jardim, muito forte para a população, que desejava “coisas bonitas também, eles queriam uma coisa um pouco parecida e a equipe pensou justamente em alguma coisa assim muito leve” (Depoimento de Vera Lyra em entrevista realizada em 2004).

Como metodologia para intervenção habitacional, utilizou-se duas modalidades de atuação:

1) a **melhoria parcial**, para unidades precárias no próprio lote, nas habitações que possuíssem sanitário e/ou cozinha deficientes, e/ou inexistentes, cobertura inadequada, ou para aquelas que foram recuadas para melhoria do sistema viário;

2) a **substituição total**, da unidade habitacional em estado precário, seja no próprio lote ou para relocação. Considerou-se como estado precário, as unidades que estivessem construídas com materiais como: madeira, adobe, taipa, etc; ou ainda, aquelas unidades que se encontravam em situação de risco, localizadas em áreas de alagamento ou de instabilidade de encosta, que estivessem com a estrutura comprometida, ou que estivessem em condições de insalubridade. Nesta modalidade, incluíam-se também as unidades habitacionais que necessitassem de remanejamento em decorrência da abertura de vias, implantação de equipamentos, etc.

Adotou-se três tipologias diferenciadas: a unidade verticalizada, a unidade isolada e a unidade escalonada, em decorrência da carência de área disponível para implantação da quantidade de unidades habitacionais necessárias.

Unidade Verticalizada

A opção pela tipologia verticalizada deu-se em função da ausência de espaços disponíveis para a implantação das unidades habitacionais necessárias. Adotou-se conjuntos de dois pavimentos, visando à possibilidade de evolução das moradias, de forma que permitisse a ampliação vertical com investimentos reduzidos. Procurou-se, também, preservar o modelo e os materiais de construção tradicionais das áreas de baixa renda.

Nesta tipologia, os moradores do pavimento térreo, receberam casas com área de 35m², com a altura de 5,30m (pé-direito duplo), sem divisões internas, apenas com a unidade sanitária construída. Ficou a critério dos moradores a construção das divisões internas, da laje intermediária, e da fachada do primeiro andar. Os moradores do

pavimento superior, com a mesma área, porém com o pé-direito normal, receberam uma estrutura com subdivisões internas, composta por dois quartos, uma sala, uma cozinha, um sanitário e uma área de serviço. Caso desejem ampliar verticalmente, os moradores podem fazê-lo através da remoção da cobertura.

Nesta tipologia foram implantados quatro conjuntos em áreas diferentes, no fundo do vale: o Conjunto Sapucaia (ver fig. 07), o Conjunto Jardim Candéal (ver fig. 08) e o Conjunto da Vila do Jair (ver fig. 09); na cumeada o Conjunto Chácara do Candéal (ver fig. 03, 04, 05). Estes dois últimos foram alterados de seu projeto original:

- a) O Conjunto Chácara do Candéal foi alterado devido aos moradores da Cidade Jardim, que pediram que as unidades não fossem construídas com dois pavimentos, alegando que isso barraria a ventilação do edifício. Naquela ocasião, a fundação e a estrutura do Conjunto já estavam concluídas, realizadas para suportar os dois pavimentos. Resolveu-se, então, construir apenas o pavimento térreo com pé-direito duplo, sem sub-divisões, e as unidades do pavimento superior foram implantadas como unidades individuais geminadas. Esta modificação implicou em prejuízo para a obra, devido aos gastos com estrutura, pois as fundações foram construídas para receber uma edificação de dois pavimentos e só construiu-se um. Isso resultou na construção de: 5 unidades térreas, com pé-direito duplo (ver fig. 04); 7 unidades térreas (ver fig. 03); um Conjunto Verticalizado (ver fig. 05) com 6 unidades térreas com pé-direito duplo e 6 unidades superiores, conforme projeto original.
- b) O Conjunto Vila do Jair é um conjunto com 8 unidades, sendo quatro unidades térreas e quatro unidades superiores. Neste caso, as unidades térreas não possuem pé-direito duplo, foram entregues com as subdivisões internas. Este conjunto foi construído para abrigar a Família Rezende, que morava em um conjunto de casas geminadas, tipo “avenida”, construídas com a técnica de adobe, que foram desapropriadas para construção do Posto Médico.

Unidades Isoladas

Foram construídas 16 unidades habitacionais isoladas de pavimento único (ver fig. 06), 14 em área do Conjunto Sapucaia, exatamente atrás dos Conjuntos e 2 distribuídas na localidade Candéal Pequeno. Esta tipologia foi adotada para aquelas famílias que possuíam terreno próprio, para substituição das casas precárias existentes, ou naqueles casos em que as famílias precisaram ser relocadas devido às obras de

urbanização. A unidade é composta de dois quartos, sala, cozinha, sanitário e área de serviço, totalizando 35m² de área construída.

Unidade Escalonada

A unidade escalonada (ver fig. 10) foi implantada em uma área anteriormente habitada por 95 moradores (destes 47 eram crianças), totalizando 25 domicílios, numa área de 294m², com declive acentuado, com alto risco de desmoronamento, além das condições de precariedade a nível estrutural, higiênico e físico-ambiental. Foram distribuídas em casas geminadas superpostas de forma desordenada em dois ou três pavimentos.

Para implantação desta unidade escalonada, incorporou-se à área original um terreno vizinho de propriedade particular, com área total de 336m², com topografia semelhante à do terreno original, sendo a declividade de 42%.

Segundo o arquiteto Augusto Almeida, integrante da equipe do Projeto Tá Rebocado, o partido arquitetônico adotado no projeto das unidades escalonadas, inspirou-se na situação existente anteriormente, tipologicamente conformada como “vila”. Foram feitos vários estudos morfológicos, através de maquetes, a fim de adotar uma resposta estética satisfatória, um modelo que mais se aproximasse do existente, procurando respeitar as condições do terreno e as formas de apropriação de uso do espaço desenvolvidas pelos moradores.

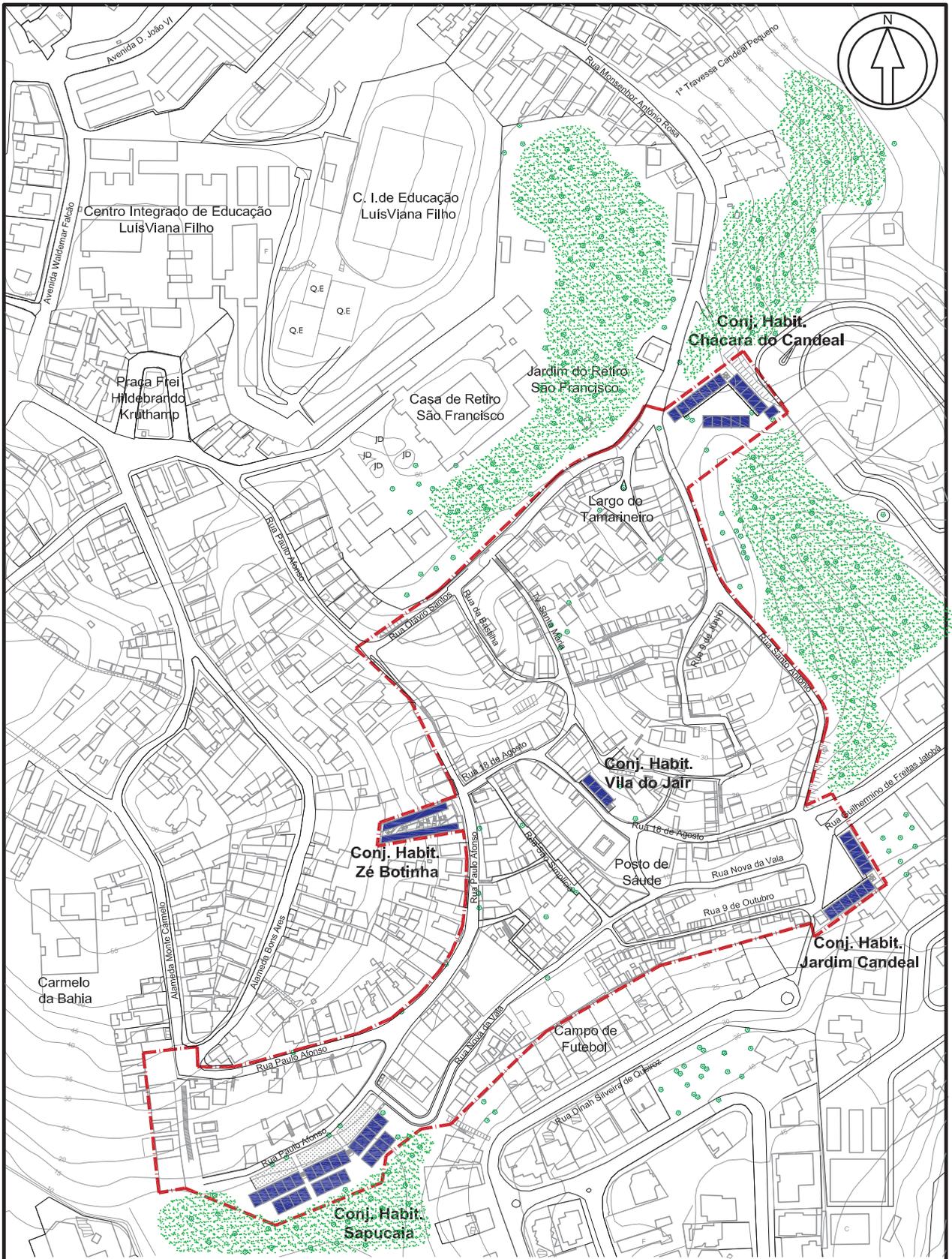
Foram construídas dezesseis unidades habitacionais escalonadas distribuídas lateralmente, tendo uma escadaria central que faz a distribuição da circulação para todas as unidades. O programa consta de dois quartos, sanitário, área de serviço, sala e cozinha (conjugadas num ambiente único sem divisões). O uso da cor nesta proposta deu uma graça especial ao conjunto. Foram adotadas cores nos tons rosa, azul, amarelo, verde e branco.

Atualmente, estas unidades só podem ser ampliadas em seu espaço horizontal, ou modificadas através da redistribuição das subdivisões internas. Os moradores desta tipologia estão em desvantagem em relação aos outros Conjuntos, pois a ampliação vertical não pode ser realizada. Segundo os moradores do Conjunto existe um “acordo” entre os moradores e os “fazedores do Projeto”, visando a conservação visual do conjunto, evitando, dessa forma, a descaracterização das fachadas originais, devido à

proximidade com a Escola de Música Pracatum, considerada como “ponto turístico” da localidade.

Quais os avanços do Projeto Tá Rebocado em relação a outros projetos habitacionais implantados pelo Programa Viver Melhor? Até que ponto o Projeto atendeu as suas metas?

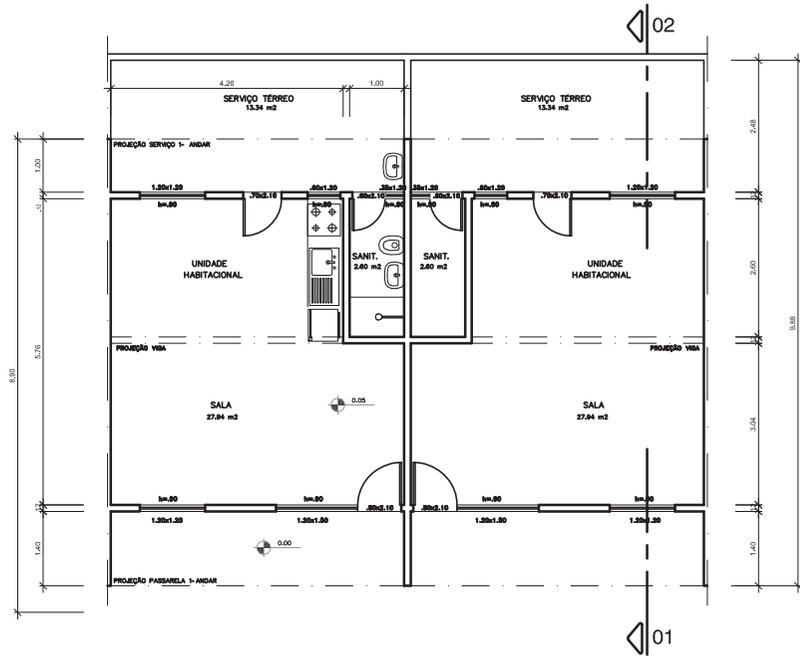
Estas questões só poderão ser respondidas com segurança, a partir da análise do capítulo IV que debruça-se sobre os resultados da Avaliação Pós-Ocupação realizada no ambiente construído do Candeal Pequeno, tendo em vista o grau de satisfação e adequação dos moradores quanto à unidade habitacional e aos serviços urbanos.



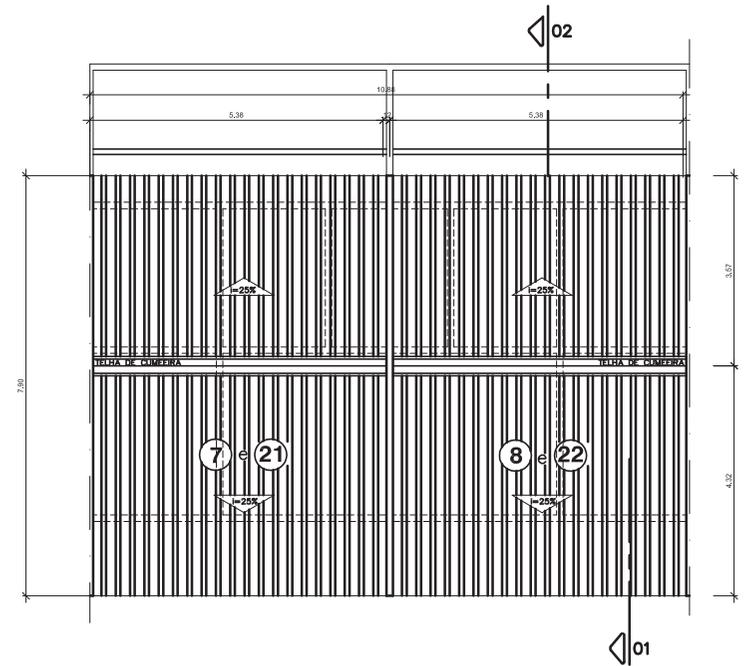
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

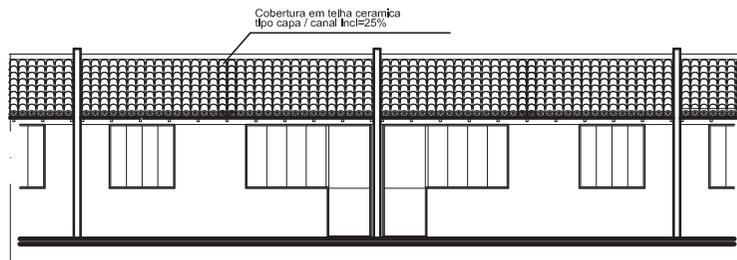
MESTRANDA	DATA	FIGURA
KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	2° SEM. / 2004	02
FONTE	ESCALA	
ELABORADO PELA AUTORA, 2005 BASE SICAR, 2000	1/3300	



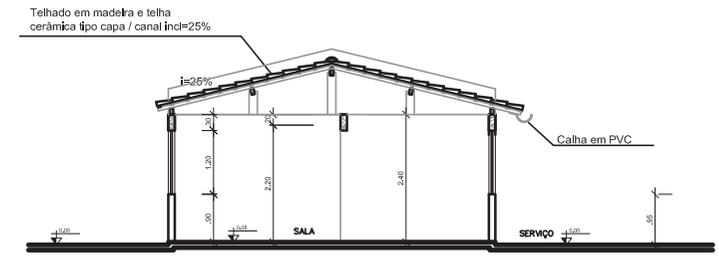
PLANTA BAIXA
ESCALA 1/100



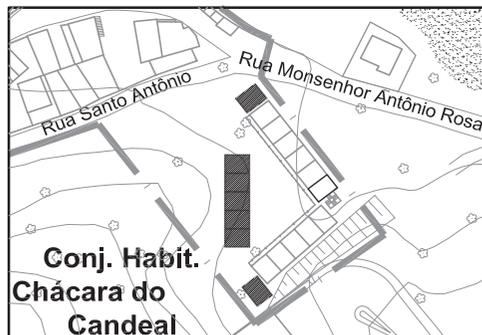
COBERTURA
ESCALA 1/100



ELEVAÇÃO FRONTAL
ESCALA 1/100



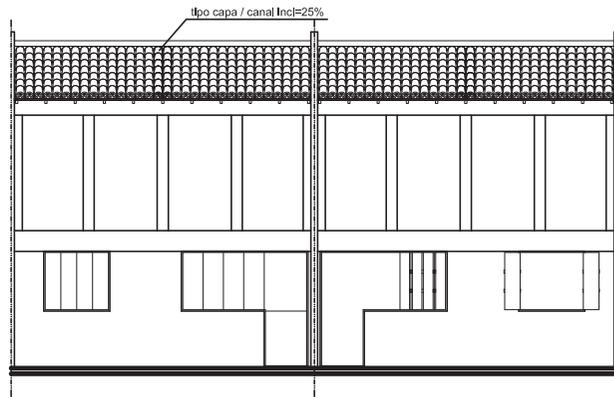
CORTE 01-02
ESCALA 1/100



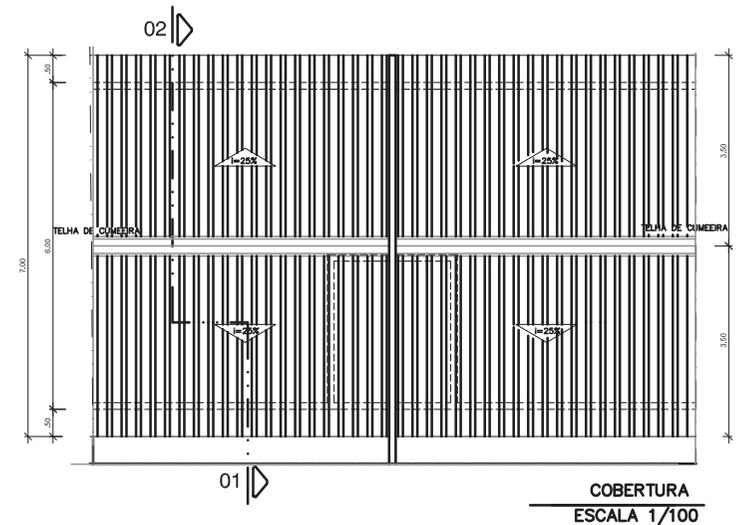
CONJUNTO HABITACIONAL CHÁCARA DO CANDEAL
TIPOLOGIA TÉRREA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

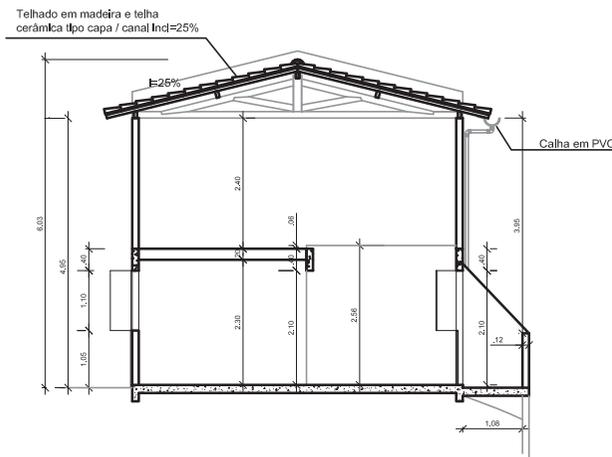
MESTRANDA	KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	DATA	2º SEM. / 2004	FIGURA
FONTE	CONDER, 1999	ESCALA	INDICADA	03



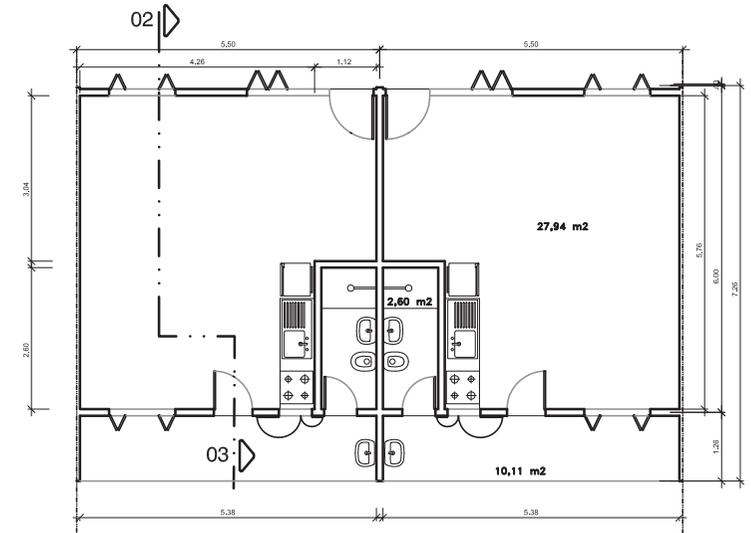
ELEVAÇÃO FRONTAL
ESCALA 1/100



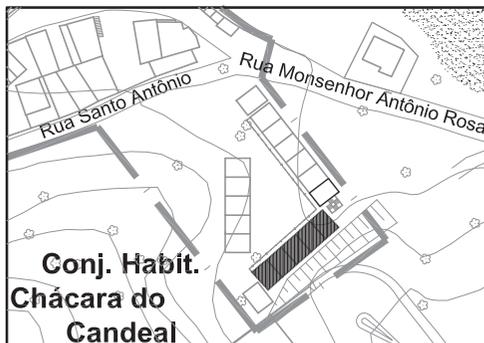
COBERTURA
ESCALA 1/100



CORTE 02-03
ESCALA 1/100



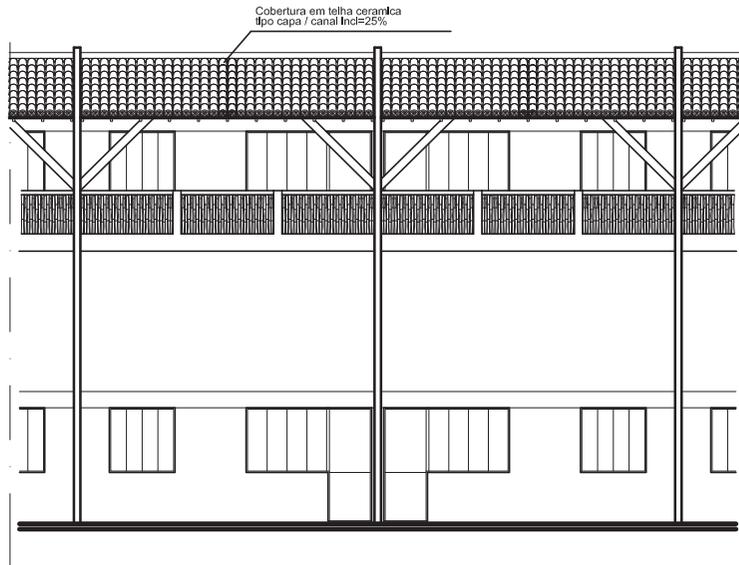
PLANTA BAIXA
ESCALA 1/100



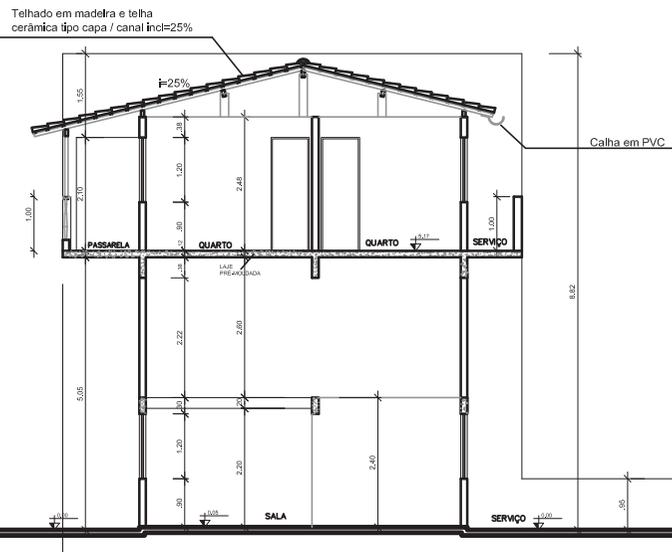
CONJUNTO HABITACIONAL CHÁCARA DO CANDEAL
TIPOLOGIA TÉRREA COM PÉ DIREITO DUPLO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFPA

MESTRANDA	DATA	FIGURA
KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	2º SEM. / 2004	04
FONTE	ESCALA	
CONDER, 1999	INDICADA	



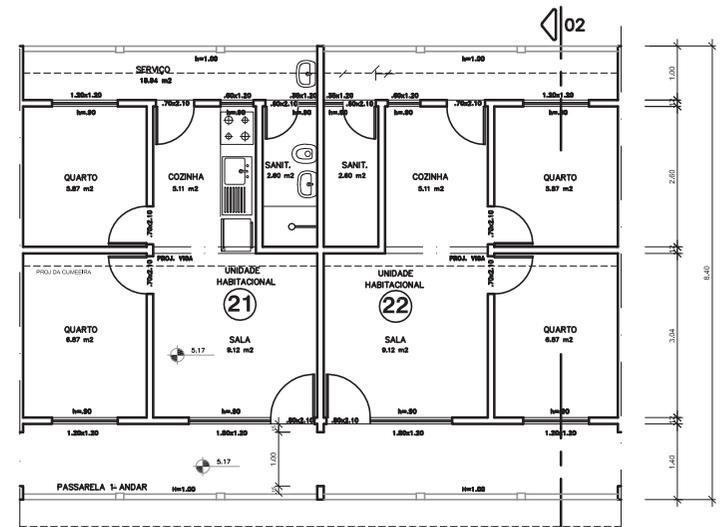
ELEVAÇÃO FRONTAL
ESCALA 1/100



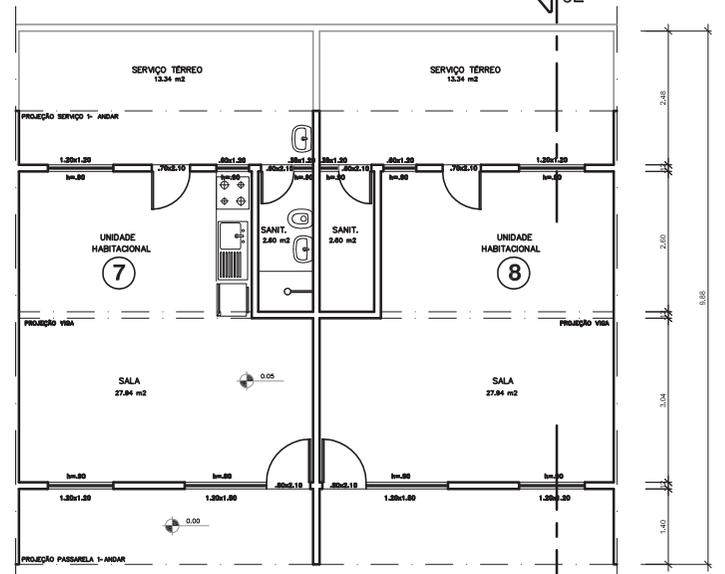
CORTE 01-02
ESCALA 1/100



Conj. Habit.
Chácara do
Candéal



PLANTA BAIXA - SUPERIOR
ESCALA 1/100



PLANTA BAIXA - TÉRREO
ESCALA 1/100

CONJUNTO HABITACIONAL CHÁCARA DO CANDEAL
TIPOLOGIA VERTICALIZADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFPA

MESTRANDA
KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE

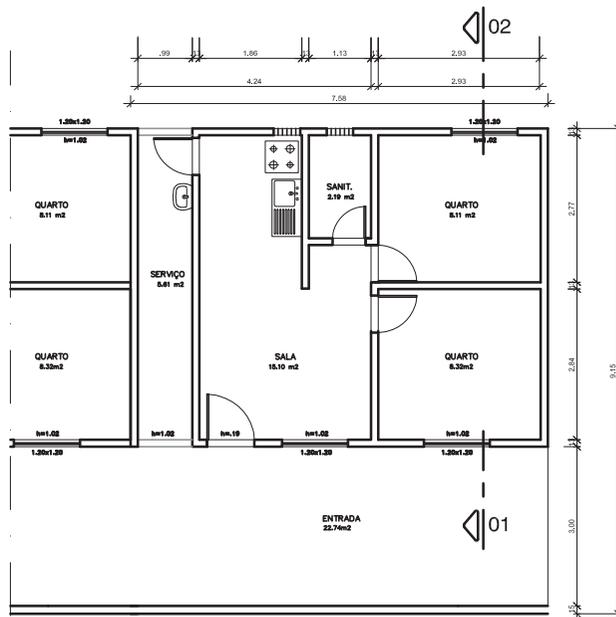
DATA
2º SEM. / 2004

FIGURA

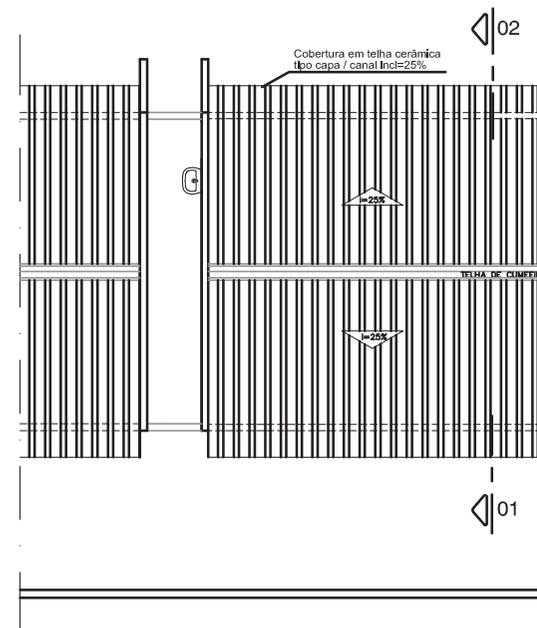
FONTE
CONDER, 1999

ESCALA
INDICADA

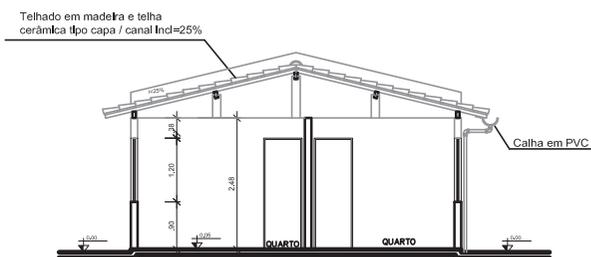
05



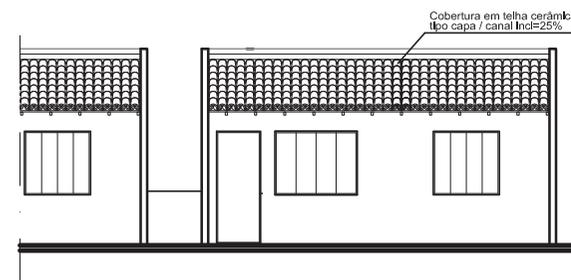
PLANTA BAIXA
ESCALA 1/100



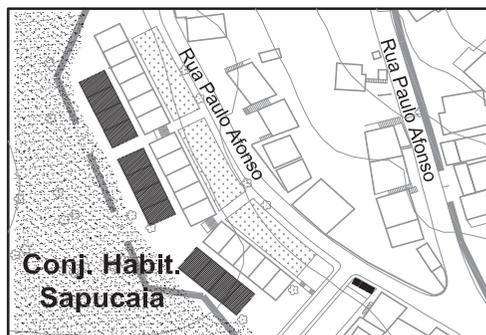
COBERTURA
ESCALA 1/100



CORTE 01-02
ESCALA 1/100



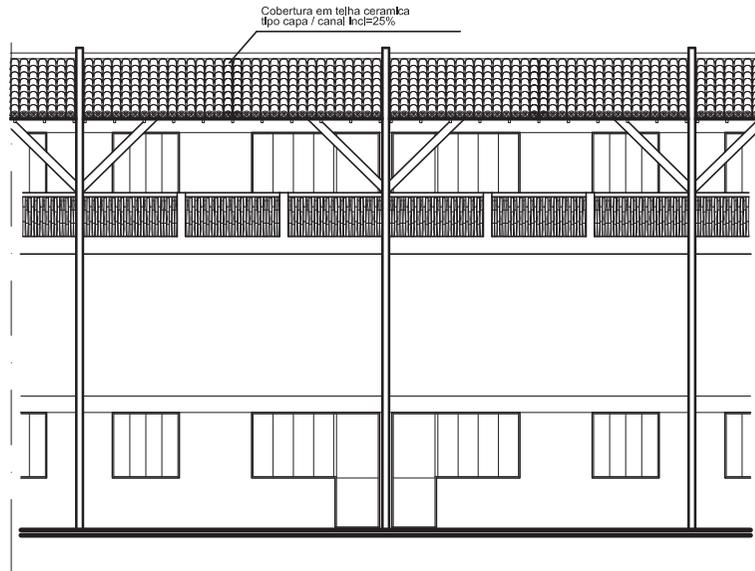
ELEVAÇÃO FRONTAL
ESCALA 1/100



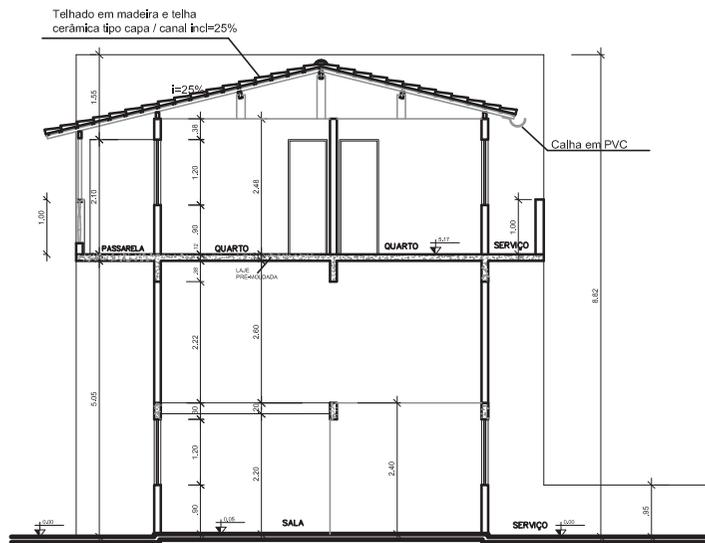
CONJUNTO HABITACIONAL SAPUCAIA
TIPOLOGIA ISOLADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

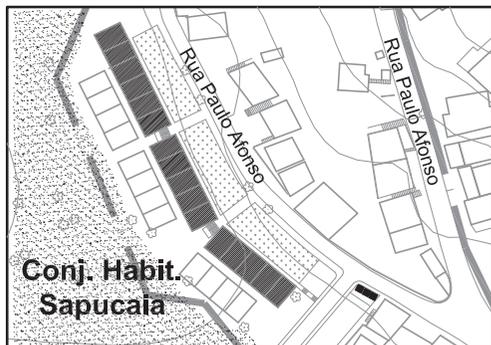
MESTRANDA	KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	DATA	2º SEM. / 2004	FIGURA	06
FONTE	CONDER 1999	ESCALA	INDICADA		



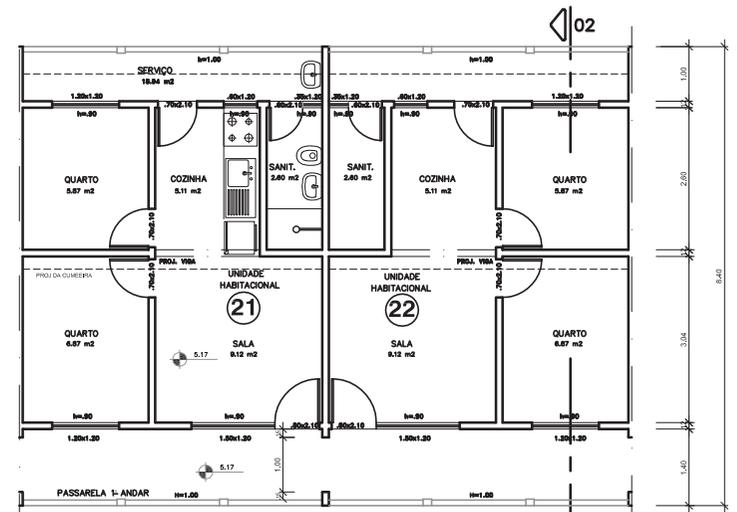
ELEVAÇÃO FRONTAL
ESCALA 1/100



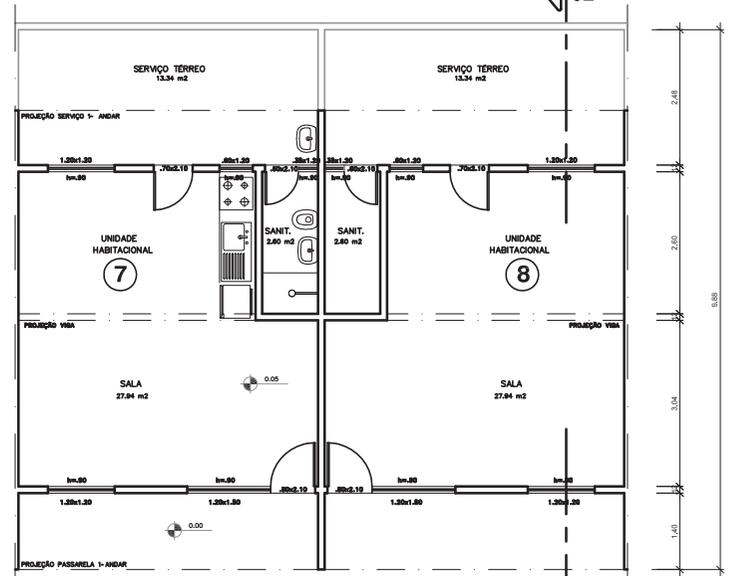
CORTE 01-02
ESCALA 1/100



Conj. Habit.
Sapucaia



PLANTA BAIXA - SUPERIOR
ESCALA 1/100



PLANTA BAIXA - TÉRREO
ESCALA 1/100

CONJUNTO HABITACIONAL SAPUCAIA
TIPOLOGIA VERTICALIZADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

MESTRANDA
KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE

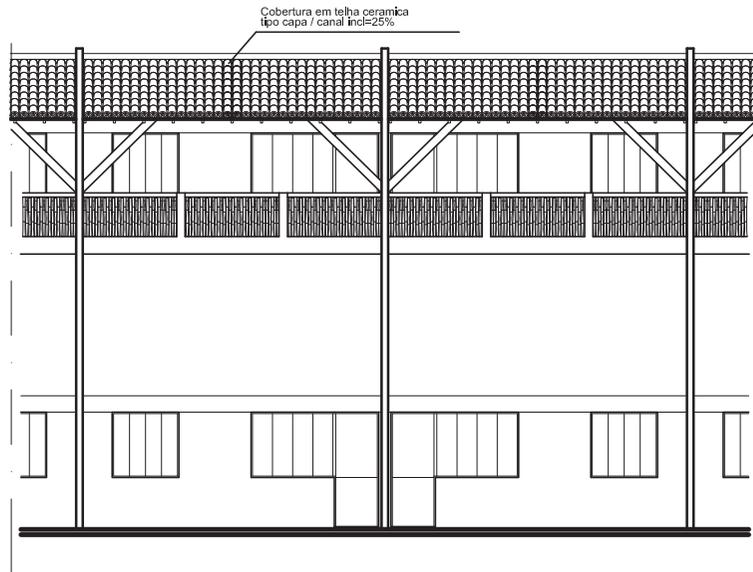
DATA
2º SEM. / 2004

FIGURA

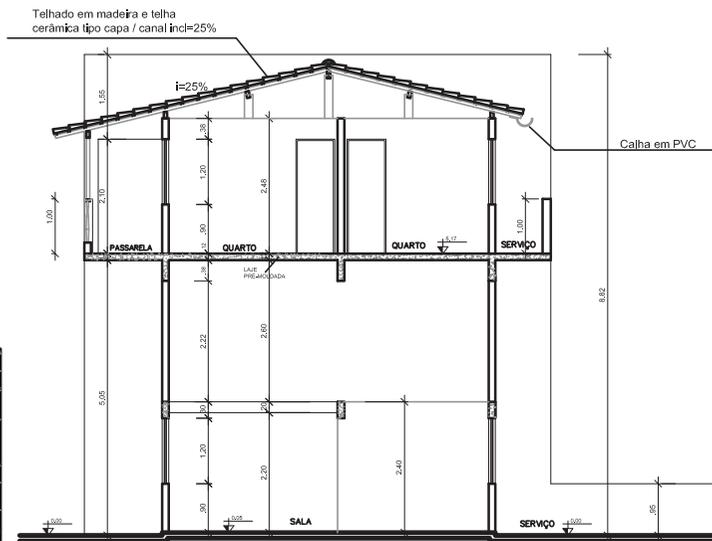
FONTE
CONDER, 1999

ESCALA
INDICADA

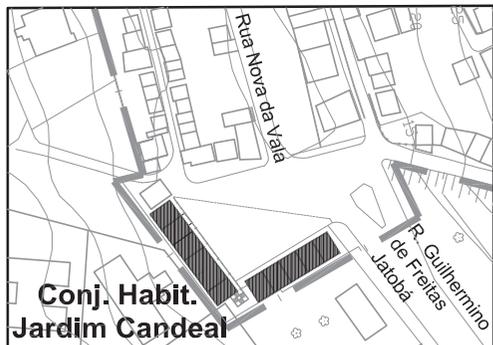
07



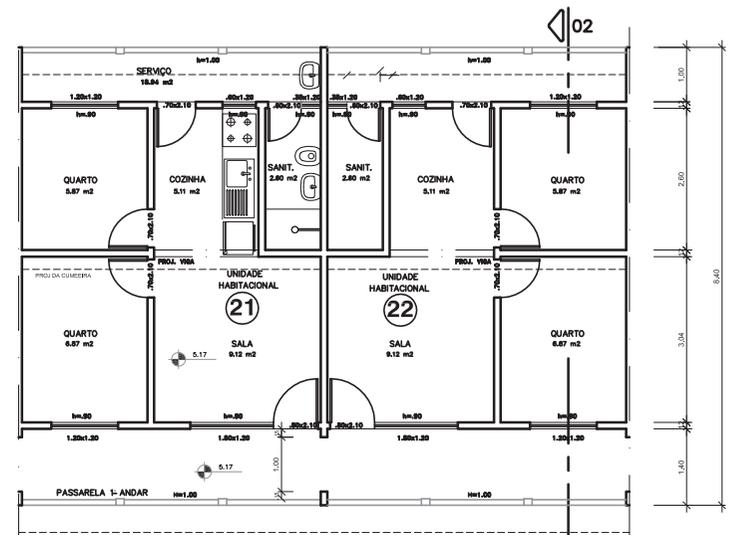
ELEVAÇÃO FRONTAL
ESCALA 1/100



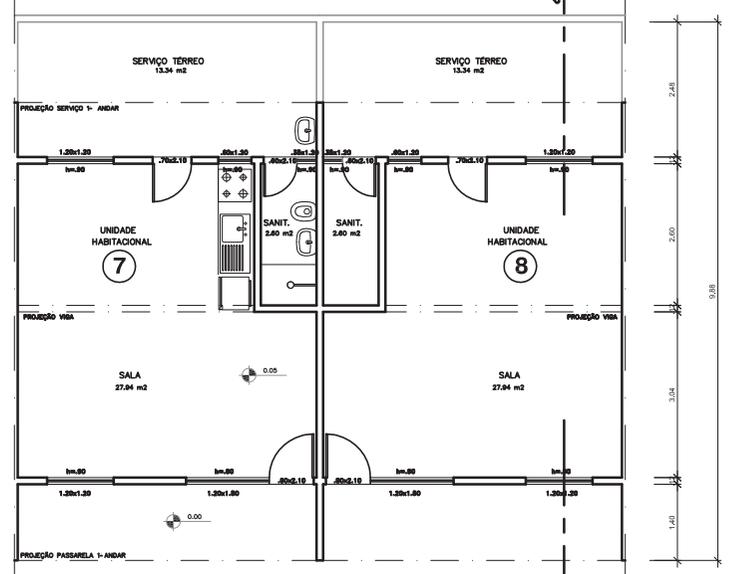
CORTE 01-02
ESCALA 1/100



Conj. Habit.
Jardim Candéal



PLANTA BAIXA - SUPERIOR
ESCALA 1/100

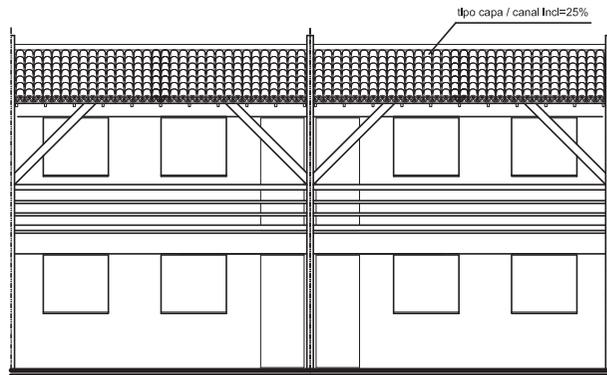


PLANTA BAIXA - TÉRREO
ESCALA 1/100

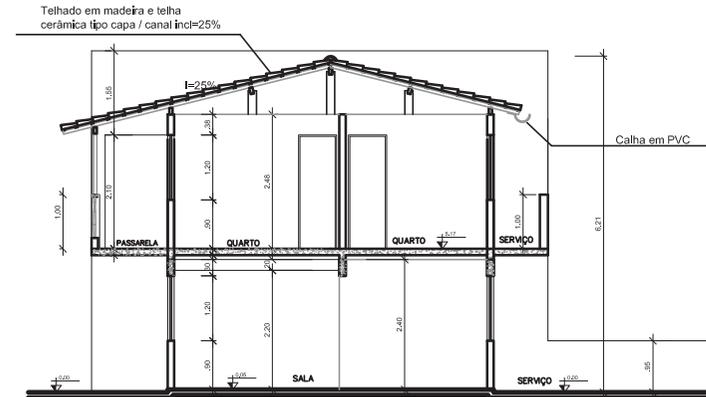
CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM CANDEAL
TIPOLOGIA VERTICALIZADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

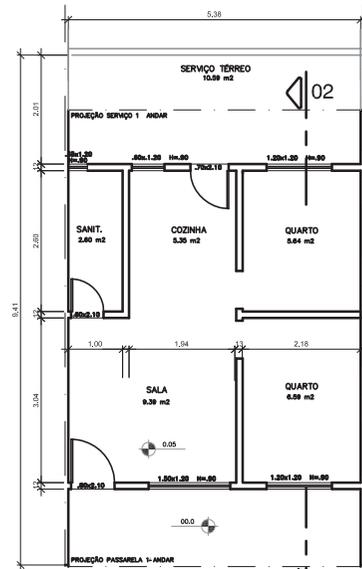
MESTRANDA	KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	DATA	2º SEM. / 2004	FIGURA	08
FONTE	CONDER, 1999	ESCALA	INDICADA		



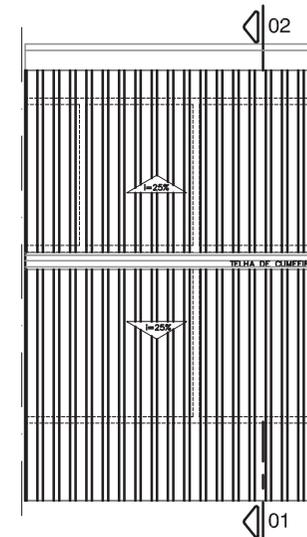
ELEVAÇÃO FRONTAL
ESCALA 1/100



CORTE 01-02
ESCALA 1/100



PLANTA BAIXA
ESCALA 1/100



COBERTURA
ESCALA 1/100



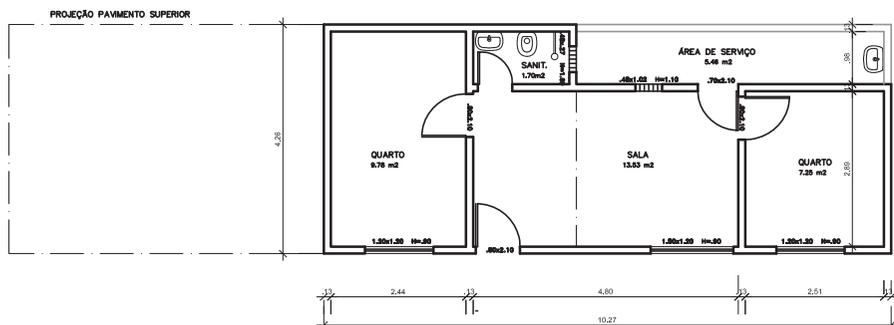
CONJUNTO HABITACIONAL VILA DO JAIR
TIPOLOGIA VERTICALIZADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

MESTRANDA	DATA	FIGURA
KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	2º SEM. / 2004	09
FONTE	ESCALA	
CONDER, 1999	INDICADA	



ELEVAÇÃO LATERAL
ESCALA 1/200



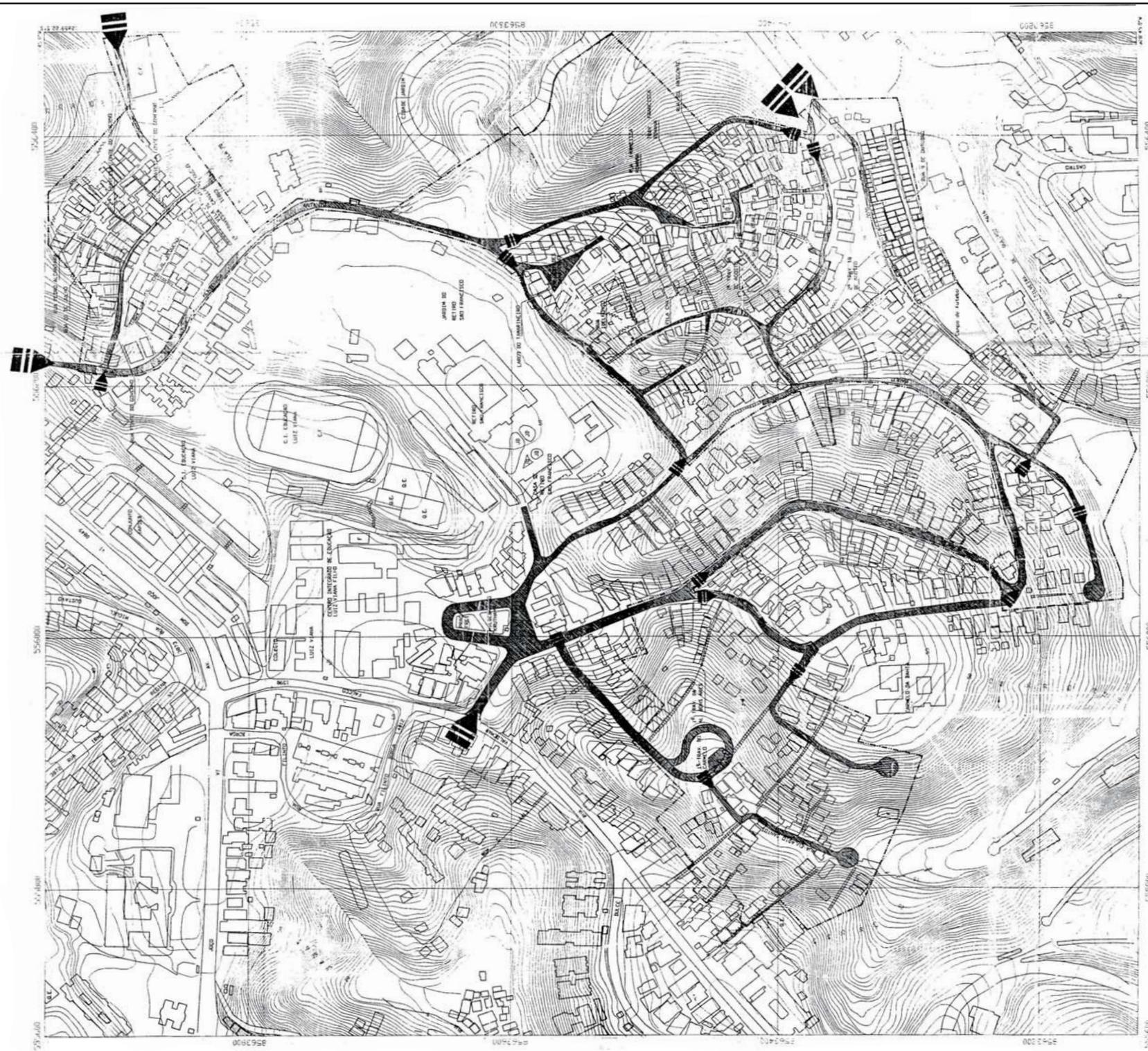
PLANTA BAIXA
ESCALA 1/100



CONJUNTO HABITACIONAL ZÉ BOTINHA
TIPOLOGIA ESCALONADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

MESTRANDA	KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	DATA	2º SEM. / 2004	FIGURA	10
FONTE	CONDER, 1999	ESCALA	INDICADA		



Legenda

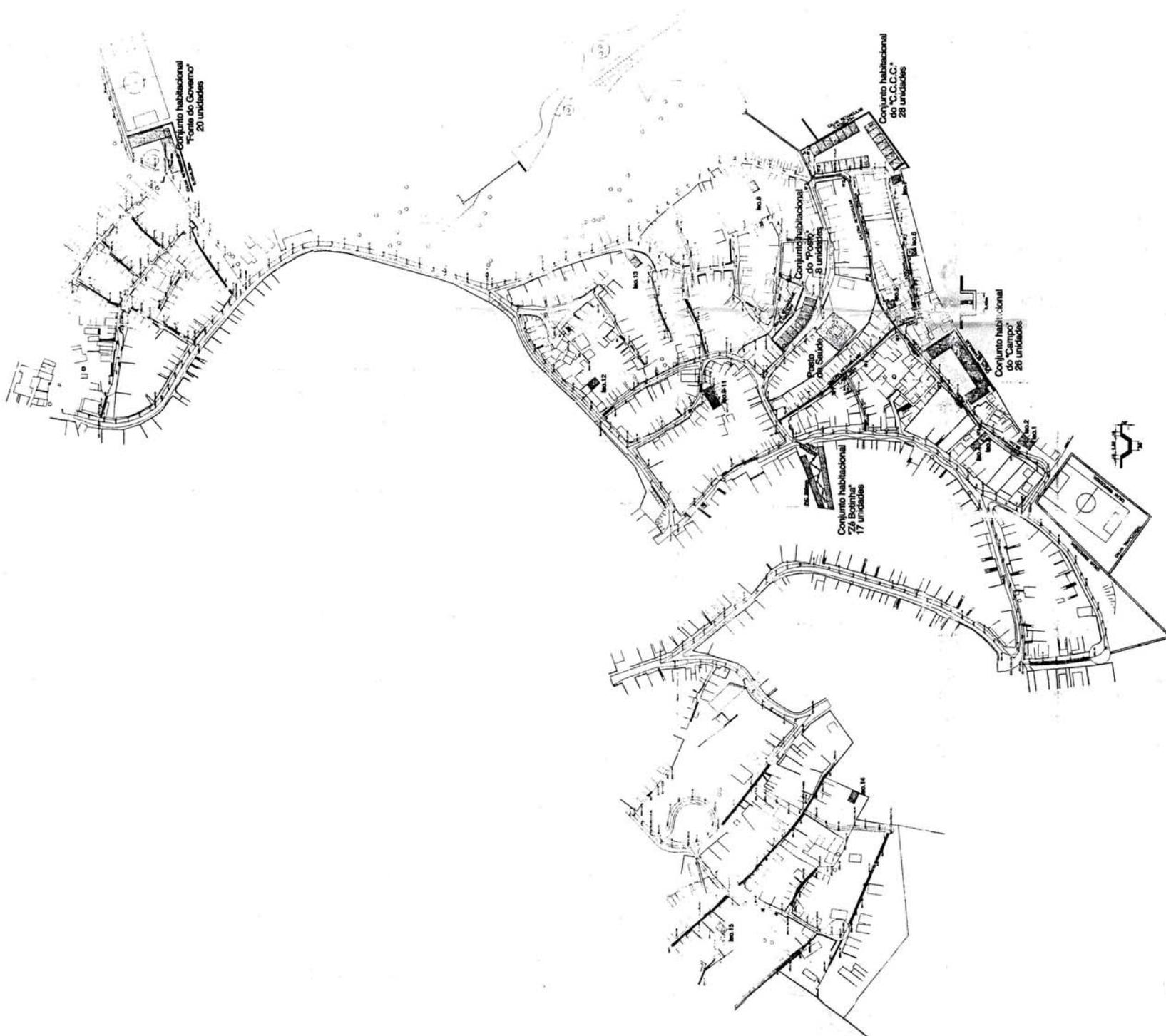
- LARVA DA BOLA DE UTENSÍLIO
- VIAS DE VEÍCULOS
- ▲ PRINCIPAIS EXISTENTES
- ▲ INTERIORES EXISTENTES
- EXISTENTES
- ▲ PRINCIPAIS NOVOS
- ▲ INTERIORES NOVOS
- NOVAS VIAS

PROJETO "TÁ REBOCADO"

SISTEMA VIÁRIO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

MESTRANDA KARLA EUGÊNIA DE S. ANDRADE	DATA 2º SEM. / 2004	FIGURA 11
FONTE ASSOCIAÇÃO PRACATUM, 1997	ESCALA 1/2000	

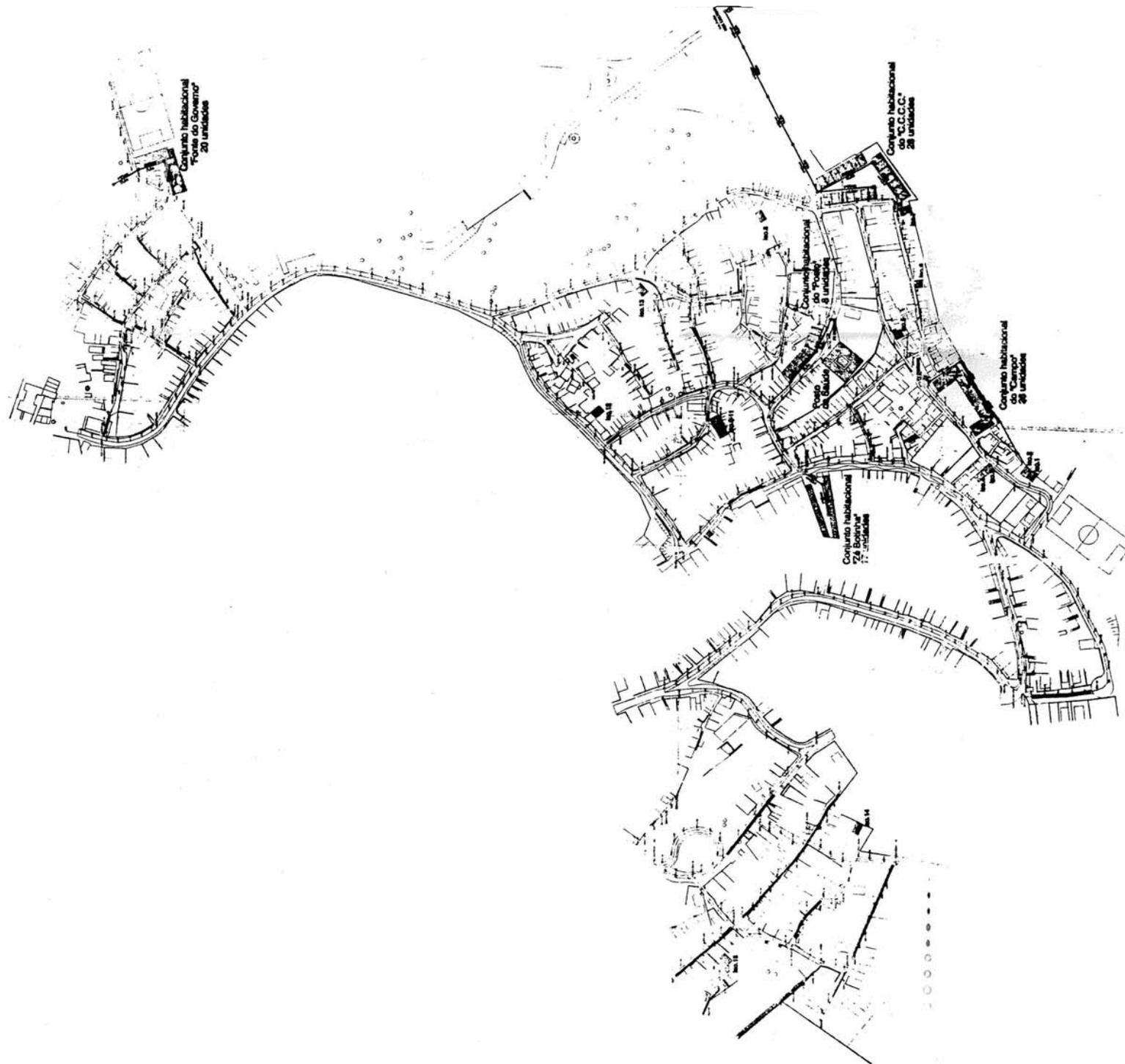


PROJETO "TÁ REBOCADO"

REDE DE DRENAGEM PLUVIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

ALUNO(A)	DATA	FIGURA
KARLA EUGÊNIA ANDRADE	2º SEM. / 2004	12
FONTE	ESCALA	
CONDER, 1999	1/2000	

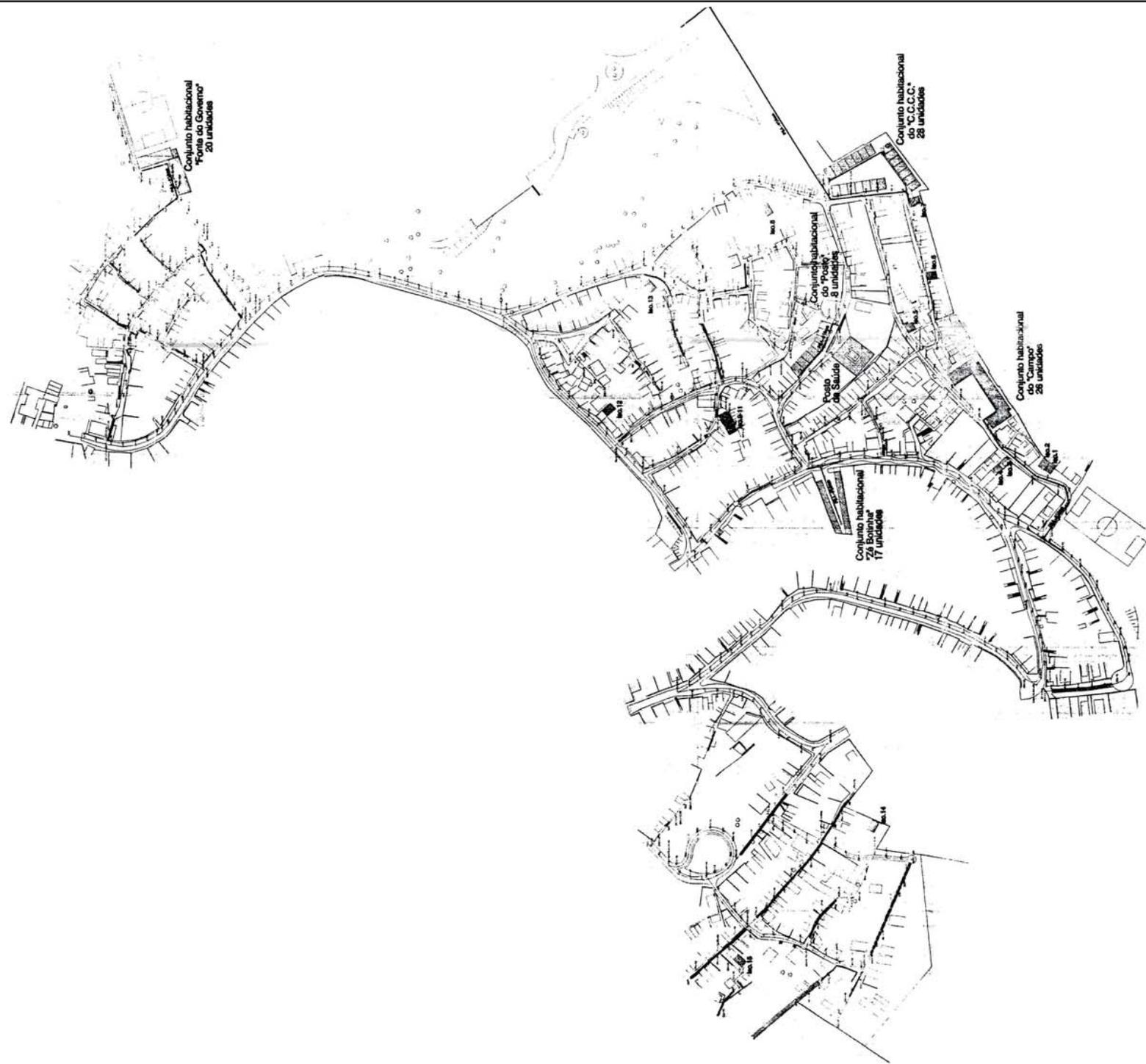


PROJETO "TÁ REBOCADO"

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

MESTRANDA	DATA	FIGURA
KARLA EUGÊNIA ANDRADE	2ª SEM. / 2004	13
FONTE	ESCALA	
CONDER, 1999	1/2000	



PROJETO "TÁ REBOCADO"

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA		
ALUNO(A)	DATA	FIGURA
KARLA EUGÊNIA ANDRADE	2ª SEM. / 2004	14
FONTE	ESCALA	
CONDER, 1999	1/2000	

Capítulo 4

Adequação da Unidade Habitacional e dos Serviços Urbanos pelos Moradores do Candeal Pequeno

O presente capítulo visa identificar como está ocorrendo a adequação das unidades habitacionais e dos serviços urbanos pelos moradores do Candeal Pequeno pós-intervenção do Programa Viver Melhor na localidade e o grau de satisfação destes. Compreende-se que adequação é a correspondência entre a ação e o local, ou seja, deve-se testar se os locais são adequados às ações que aí deverão ocorrer: trabalhar, descansar, comer, amar, morrer, ensinar, curar, armazenar, trocar, comunicar, ler, andar. Trata-se da adequação do local ao comportamento dos moradores, e vice-versa (LYNCH, 1981, p.146).

4.1. Adequação da unidade habitacional

4.1.1. Densidade

Analisando a densidade das três tipologias adotadas pelo Programa Viver Melhor, teremos como resultado: $7\text{m}^2/\text{hab}$ para as unidades verticalizadas, $7\text{m}^2/\text{hab}$ para as unidades escalonadas e, para as unidades isoladas, $8\text{m}^2/\text{hab}$. Comparando-se com alguns indicadores nacionais e internacionais de áreas úteis mínimas por unidade habitacional, segundo:

- a) BLACHÈRE (1966): 14m^2 úteis/morador
- b) PORTAS (1969): 10m^2 úteis/ morador
- c) LAUWE (1969): 8m^2 úteis por morador
- d) ROSSO (1990, p.138): as áreas úteis recomendadas por diversas entidades e Países Europeus, para 5 pessoas a área útil deve variar de 9,2 a $13,4\text{m}^2/\text{morador}$.

No caso das Unidades Verticalizadas e Escalonadas a densidade média de $7\text{m}^2/\text{pessoa}$ está abaixo de todos os indicadores acima relacionados que variam de $8\text{m}^2/\text{morador}$ (LAUWE, 1969) a $14\text{m}^2/\text{morador}$ (BLACHERE, 1969). Para as Unidades Isoladas a densidade de $8\text{m}^2/\text{morador}$ é compatível com o indicador sugerido por LAUWE (1969) e abaixo dos demais.

Tabela 11 – Densidade por tipologia habitacional

Tipologia	Área útil pavimento tipo	Número médio de moradores	Densidade
Unidades Verticalizadas	34,92m ²	5	7m ² /hab
Unidades escalonadas	38,08m ²	5	7,6 m ² /hab
Unidades Isoladas	39,33m ²	5	8m ² /hab

Fonte: organizada pela autora, 2004.

Nas Unidades Verticalizadas, os moradores possuem a possibilidade de ampliação da área útil da planta tipo. Nas unidades superiores podem dobrar esta área chegando a 69,4m² com a ampliação vertical, nas unidades térreas têm a possibilidade de ampliar horizontalmente, adicionando a área correspondente à projeção da varanda da unidade superior, chegando a uma área de 42,23m², no pavimento térreo, e a mesma área no pavimento superior equivalendo ao total de 84,46m². A partir da ampliação sugerida nos dois casos teremos:

- a) Ampliação vertical na unidade superior com área equivalente a 69,40m² para 5 moradores, com uma relação de 13,88 m²/morador. Dessa forma consegue-se um nível compatível ao mínimo estabelecido pelos indicadores sugeridos por ROSSO (1990) de 13,4 m²/morador e por BLACHÈRE (1966) de 14m²/morador.
- b) Se o morador da unidade térrea optar pela ampliação horizontal e vertical sugerida acima, com a área resultante após a ampliação de 84,46m² para 5 moradores, a densidade será de 16,89 m²/morador, ou seja, este indicador estaria acima do mínimo indicado pelas normas nacionais e internacionais, de forma que o resultado estaria melhor do que o das unidades superiores.

As Unidades Escalonadas não podem ampliar verticalmente, logo as transformações internas limitam-se a subdivisões internas no espaço horizontal, ou seja, neste caso, a densidade será sempre equivalente a 7m²/morador. As Unidades Isoladas podem dobrar verticalmente a área inicial chegando a 80m², o que significa uma densidade de 16 m²/morador valor que fica acima dos indicadores mínimos sugeridos anteriormente.

4.1.2. Ampliação do imóvel

Para análise da ampliação das unidades habitacionais pelos moradores utilizou-se a tabela 12, que compila indicadores nacionais e internacionais sobre a área mínima dos cômodos de habitação de interesse social. Esta tabela foi extraída de um trabalho realizado pelo NUTAU (Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo) em 1999, intitulado de "Procedimentos Metodológicos para Aplicação da Avaliação Pós-Ocupação em Conjuntos Habitacionais: do Desenho Urbano à Unidade Habitacional".

Tabela 12 – Áreas úteis mínimas recomendadas por cômodo (m²)

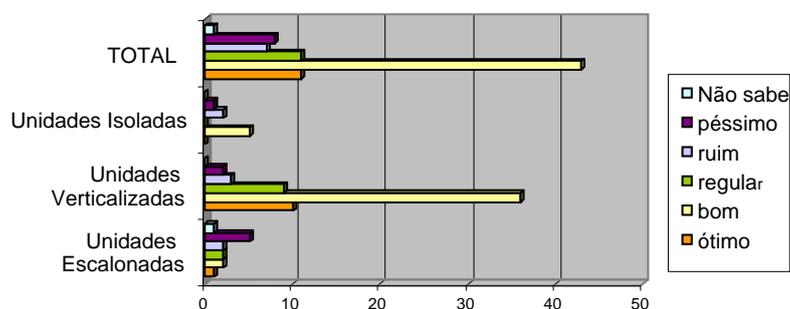
Fonte	1º dorm.	2º dorm.	3º dorm.	Sala	Cozinha	Banheiro	A. serviço
CDHU (1)	13,18	13,18	-	13,18	8,44	2,81	1,63
CDHU (2)	8,12	6,94	6,94	16,73 (9)	9,05 (11)	2,88	1,96
SILVA (3)	7,75	7,80	7,80	10,50	3,57	2,40	2,10
BOUERI (4)	14,00	12,00	8,00	15,00	7,20	4,20	5,40
IPT (5)	9,00	8,00	8,00	12,00	10,00	2,5	1,5
Portugal (6)	10,50	9,00	9,00	10,00- 16,00	6,00	3,50	3,50
VOORDT (7)	13,34	10,56	7,92	25,52	6,84	5,71	-
Espanha, Instituto Nacional de Consumo (8)	12,00	17,00	7,00	12,00- 18,00	6,00	-	-
Projeto Cingapura, PMSP (12)	8,44	7,79	-	12,16	6,88	3,59	2,50
CDHU básico (13)	8,18	8,18	-	11,78	4,87	3,04	1,82

Notas: (1) CDHU – COPROMO – Piratininga; (2) CDHU – Brasilândia B7; (3) Silva, 1982; (4) Boueri, 1989; (5) IPT, 1987, (6) República Portuguesa “Regulamento Geral das Edificações Urbanas”, In: Coelho; Pedro, 1998, p. 342; (7) Voordt, 1990; (8) Espanha, Instituto Nacional de Consumo, In: Coelho; Pedro, 1998, p. 345; (12-13) Pivetta; Gentile, 1998.

Fonte: NUTAU, 1999.

Analisando-se comparativamente as três tipologias adotadas no Projeto Tá Rebocado, no aspecto ampliação do imóvel, 54% dos moradores da tipologia escalonada apresentam-se insatisfeitos. Ao contrário dos moradores das tipologias escalonadas e isoladas que apresentam-se satisfeitos, 76% e 62,5%, respectivamente.

Gráfico 1- Grau de satisfação quanto a ampliação do imóvel por tipologia habitacional



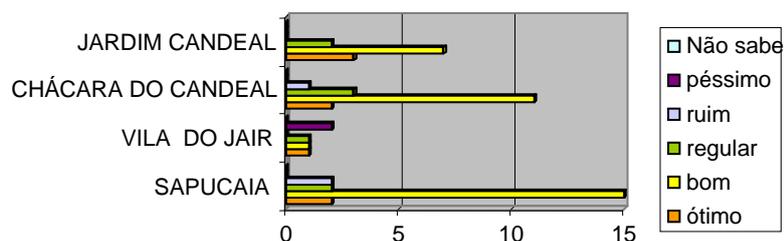
Fonte: elaborado pela autora, 2004.

4.1.2.1. Unidades Verticalizadas

Dos moradores das unidades verticalizadas 56,36% promoveram modificações na estrutura formal da edificação, 76% destes encontram-se satisfeitos com a possibilidade de ampliação do imóvel, 61% consideram o imóvel bom e 15%, ótimo. Destes, apenas os moradores do Conjunto Vila do Jair demonstram insatisfação, totalizando 40% dos moradores entrevistados. O motivo desta insatisfação deve-se ao fato do pavimento térreo deste Conjunto não ter sido construído com o pé-direito duplo como os demais, impossibilitando a construção vertical das unidades térreas. Neste caso, para as unidades térreas, a expansão limita-se ao espaço horizontal e, para as unidades superiores, à ampliação vertical.

Das intervenções promovidas pelos moradores das unidades verticalizadas em suas casas, observa-se que as reformas e ampliações foram realizadas com mais frequência nas unidades térreas (32 unidades) do que nas unidades superiores (8 unidades).

Gráfico 2 - Grau de satisfação dos moradores quanto a ampliação do imóvel nos Conjuntos Verticalizados



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

Das intervenções construtivas nas unidades térreas, 23,52% construíram as divisões internas seguindo a planta tipo, projetada pelo Projeto Tá Rebocado para a unidade superior. 25,4% promoveram a separação da cozinha da sala através de parede. Das 32 unidades térreas, 28% ampliaram verticalmente, sendo 6 unidades no Conjunto Chácara do Candéal, 1 no Conjunto Sapucaia e 3 no Conjunto Jardim Candéal.

Os moradores das unidades térreas do **Conjunto Chácara do Candéal** construíram verticalmente, ampliando a área da casa para uso de apenas um núcleo familiar. Estas reformas e ampliações vão sendo realizadas aos poucos pelos moradores, alguns “batem a laje” e demoram a fazer as subdivisões do pavimento superior. Das unidades térreas que ampliaram verticalmente, 33% construíram três quartos no pavimento superior e 17%, dois quartos.

No **Conjunto Sapucaia** a ampliação vertical deu-se para constituição de mais duas unidades residenciais independentes, neste caso a mãe mora no térreo e os filhos no pavimento superior, com acesso independente; a moradora subdividiu o pavimento superior em dois apartamentos, um para o filho e outro para a filha (ver fig. 18, resid. 111).

Das unidades térreas do **Conjunto Jardim Candéal** que foram reformadas, uma delas ampliou para uso da própria família, construindo três quartos e sanitário no pavimento superior. Algumas unidades ampliaram horizontalmente, através da utilização da área de serviço para diversas situações como ampliação de quarto e ganho de mais um cômodo (depósito ou quarto). O grande problema destas intervenções é que, **com o fechamento da área de serviço, a ventilação e a iluminação natural da casa ficam prejudicadas**, pois é a partir da área de serviço que ocorre a ventilação e iluminação natural da cozinha, do sanitário e de um dos quartos. **Quando ocorre o fechamento da área de serviço, automaticamente o sistema de circulação de ar é prejudicado**. Os moradores destas residências queixaram-se de ambientes escuros e quentes. Isso pode ser observado através do exemplo da casa 103 do Chácara do Candéal (ver fig. 15), onde, com o aproveitamento da área de serviço, construiu-se um quarto.

Das unidades térreas pesquisadas, 17,64% ampliaram horizontalmente através do aproveitamento da área da frente para a construção de varanda. Isto ocorreu em muitas unidades do Jardim Candéal, do Chácara do Candéal e do Sapucaia, que avançaram respeitando como limite de expansão a projeção da varanda dos pavimentos superiores. Esta ampliação frontal corresponde a um ganho de área de 7.56m² em cada pavimento, ou seja, 15,12m² no total por unidade habitacional. Estas varandas são geralmente o primeiro passo

para a construção do pavimento superior, pois são construídos pilares para dar apoio ao prolongamento da laje do pavimento superior. Os moradores das unidades superiores são prejudicados neste aspecto, pois não podem avançar na frente para construção de varanda privativa, por tratar-se de espaço de circulação geral que dá acesso às unidades superiores.

No **Conjunto Vila do Jair** não ocorreram ampliações verticais e sim do espaço horizontal. As unidades térreas deste conjunto não podem ser ampliadas verticalmente por não possuírem pé-direito duplo, apenas as unidades residenciais superiores podem ampliar verticalmente. Todas as unidades térreas deste Conjunto apropriaram-se da área entre o limite da casa e da rua e construíram varandas fechadas com muro ou com grade (ver fig.19). A rua onde situa-se este Conjunto é a Rua Dezoito de Agosto, trata-se de uma das únicas ruas da localidade onde circulam veículos (ver foto 8). **Esta não possui passeio e as testadas das casas encontram-se na maioria rentes à rua.**

Das intervenções promovidas pelos moradores nas unidades superiores dos Conjuntos Verticalizados, 87% das unidades construíram parede separando a sala da cozinha e 13% ampliaram verticalmente, construindo três quartos e sanitário no pavimento superior. No pavimento inferior demoliram o quarto e ampliaram a área da sala.



foto. 7 – Ampliação Conjunto Sapucaia, 2004.



foto.8 – Ampliação Conjunto Vila do Jair, 2004.

Comparando-se as áreas dos cômodos da Planta Tipo das Unidades Verticalizadas com a tabela 12, observamos que as áreas projetadas para os dormitórios (6,8m² e 5,8m²) e sala (9,15m²) são menores do que todos os indicadores estabelecidos. A área do sanitário (2,60m²) está dentro da faixa sugerida pelo IPT (2,50) e CDHU (2) (2,88m²), acima apenas de SILVA (2,40m²) e abaixo das demais. A área da cozinha (5,10m²) está acima da indicada

por SILVA (3,57m²) e CDHU básico (4,87m²) e abaixo das demais. A área de serviço (5,38m²) é equivalente à indicada por BOUERI (5,40m²) e acima de todas as outras.

A adequação dos moradores das Unidades Verticalizadas à unidade habitacional implicou em ampliações e reformas construtivas no sentido de adaptar as moradias às necessidades espaciais e funcionais de cada família. **Observa-se que existe uma predominância de intervenções no sentido da ampliação para uso do mesmo núcleo familiar.** Neste caso, ampliou-se verticalmente, construiu-se quartos e às vezes também sanitário no pavimento superior, deixando no pavimento inferior a sala, o sanitário, a cozinha e a área de serviço. As áreas resultantes destas intervenções estão demonstradas na tabela 13:

Tabela 13 - Ampliação da tipologia verticalizada

Unidades Verticalizadas		Área em m ² dos cômodos da habitação						
		Dorm. 1	Dorm. 2	Dorm. 3	Sala	Coz.	Banh	A.S.
Planta Tipo		6,84	5,85	-	9,15	5,10	2,60	5,38
c/ 2 quartos	A	13,34	9,51	-	16,35	10,06	3,62	5,38
	B	7,02-	6,87	5,87	16,35	11,15	2,60	4,69
c/ 3quartos	C	11,28	3,44	3,10	16,35	11,66	2,60/4,03 (sanit.sup.)	4,81
	D	11,07	4,42	4,34	16,35	5,87	2,60/2,60 (sanit.sup.)	5,38
c/ 1 quarto	E	7,99	-	-	13,65	5,98	2,70	28,66

Fonte: organizada pela autora, 2004.

O exemplo A (ver fig. 16, resid. 9) trata da ampliação vertical com a construção de dois quartos no pavimento superior e a ampliação do sanitário, resultando nas áreas acima relacionadas, para uma família de 4 moradores (pai, mãe e 2 filhos). Analisando-as comparativamente com indicadores nacionais e internacionais para habitação de interesse social, as áreas resultantes deste exemplo encontram-se de acordo com os maiores valores da tabela, possibilitando para estes moradores uma boa adequação espacial, resultando numa densidade final de 14,56 m²/morador, de acordo com a indicação de BLACHÉRE (14 m² úteis/morador), para qualidade de vida “regular”, e acima dos demais índices de densidade.

Os exemplos B, C e D tratam da ampliação vertical com três quartos no pavimento superior. No exemplo B as áreas dos 3 quartos são inferiores aos estabelecidos como mínimo na tabela 12. Na verdade, **a realização da ampliação das unidades habitacionais sem**

orientação técnica vai implicar em espaços mal divididos, nestes casos ocorrendo perda de área com a circulação para os quartos (ver fig. 16, resid. 8).

No exemplo C os moradores ainda não concluíram a construção, porém identificamos alguns problemas de ventilação no pavimento térreo, pois levantaram parede fechando a área de serviço, o que prejudica a ventilação e a iluminação natural do sanitário e da cozinha, além de impossibilitar o cruzamento dos ventos no interior da casa (ver fig. 16, resid. 10). A moradora lava roupas para fora, por isso a previsão de duas varandas no pavimento superior, que estão sendo utilizadas para estender roupas. O sanitário superior e o primeiro quarto também encontram-se sem janelas. As áreas resultantes deste exemplo para o segundo e terceiro quartos são inferiores ao mínimo permitido em todos os indicadores da tabela 12. As demais áreas estão dentro do indicado.

O exemplo D é um caso de ampliação vertical de uma unidade superior localizada no Jardim Candeal (ver fig. 17, resid. 204). As áreas dos quartos de 4,42m² e 4,32m² estão abaixo da área mínima para o segundo e terceiro quartos que é de 6,94m² (CDHU-2), as áreas dos outros cômodos encontram correspondência na tabela 12.

O exemplo E, também localizado no Conjunto Jardim Candeal, consiste numa ampliação que adequou o pavimento térreo para funcionamento de restaurante e construiu no pavimento superior a residência da família (ver fig. 17, resid. 102). Este morador teve a possibilidade de ampliar o pavimento superior no espaço horizontal apropriando-se de área de recuo até o muro do prédio vizinho. Este é um exemplo atípico, tanto pelo uso, quanto pela solução do pavimento superior, que resultou em uma construção com área total de 71,45 m², contando com a área de quintal, que tem a maior parte coberta por telha translúcida. No entanto as áreas estão mal distribuídas, principalmente para uma família de 4 pessoas, pois construiu-se apenas 1 quarto de 7,99 m², onde dorme o casal, os filhos dormindo na sala, com uma área de 13,65m². A cozinha está mal localizada, funcionando como área de chegada e de circulação, que dá acesso aos outros ambientes da casa; a área de 5,98m² está dentro do indicado na tabela 12, porém existe perda por ser uma área de circulação o que a torna pequena. Os moradores passaram a utilizar a área coberta do quintal como apoio das atividades da cozinha e da lavanderia. O sanitário da casa foi construído no quintal, porém não possui janela. Este quintal possui um duto de exaustão oriundo da cozinha do restaurante do pavimento térreo, que, com a construção da laje superior estendendo-se até o muro do vizinho, prejudicou a ventilação e a iluminação natural da área dos fundos do pavimento térreo.

4.1.2.2. Unidades Escalonadas

As unidades escalonadas destacam-se em alguns itens da pesquisa pela insatisfação acentuada. Verifica-se esta insatisfação nas seguintes modalidades pesquisadas: tamanho da cozinha (38,46%), distância da casa em relação à dos vizinhos (53,84%), ampliação do imóvel (53,84%), adaptação da casa ao uso do idoso (53,84%), adaptação da casa ao uso do deficiente físico (61,53%).

A ampliação do imóvel é um problema que os moradores das unidades escalonadas enfrentam, 53,84% dos moradores estão insatisfeitos pois as possibilidades de ampliação limitam-se apenas ao espaço horizontal reduzido. Quanto à ampliação vertical, existe limitação, pois sobre aproximadamente 50% da área total construiu-se outra unidade habitacional, restando os outros 50% para ampliação. Porém isso é proibido a fim de evitar a descaracterização da fachada original e garantir a conservação da estética do Conjunto, localizado em frente à Escola de Música PRACATUM, constituindo-se em um “cartão de visita” do Candeal Pequeno.

“A gente não pode fazer uma casa em cima, tem que pintar da mesma cor. Não pode fazer nada diferente, não pode mudar. **Porque dizem que é ponto turístico**” (Marialva de Jesus Oliveira, moradora do Zé Botinha, casa 12).

Nas unidades escalonadas, devido às limitações quanto à ampliação vertical, os moradores fizeram poucas intervenções construtivas em suas residências: Das 13 unidades pesquisadas, 62% fizeram alguma alteração. Das intervenções realizadas podemos destacar:

- Construção de parede separando a sala da cozinha (46%).
- Construção de cobertura na área de serviço para ser usada como cozinha (23%).
- Criação de cobertura na frente da casa, que marca o acesso e ao mesmo tempo protege da incidência do sol e da chuva (7,6%).
- Divisão do primeiro quarto em dois quartos (7,6%).
- Acesso do primeiro quarto para o exterior, neste quarto mora a família de uma filha da proprietária. As duas famílias dividem o sanitário que tem porta para o quarto e para a sala de estar (7,6%).



foto.9 – Conjunto Zé Botinha, 2004.

Tabela 14 – Ampliação da tipologia escalonada

Unidades escalonadas		Área em m ² dos cômodos da habitação						
		Dorm. 1	Dorm. 2	Dorm. 3	Sala	Coz.	Banh	A.S.
Planta tipo		9,78	7,25	-	13,90 (conjugados)		1,70	5,45
c/ 2 quartos	A	9,78	7,25	-	6,96	6,53	1,70	5,45
	B	9,78	7,25	-	10,08	2,0	1,70	5,60 (apoio cozinha)
c/ 3 quartos	C	7,25	4,56	4,91	13,90		1,70	

Fonte: organizada pela autora, 2004.

Comparando-se as áreas do projeto original para as Unidades Escalonadas com os indicadores da tabela 12, verificamos que as áreas mais críticas são as da Sala conjugada com a Cozinha (13,90m²) e a área do sanitário (1,70m²). A área da Sala/ Cozinha é muito pequena, pois, se separarmos os dois ambientes (ver exemplo A), teremos áreas de aproximadamente 6,50m² para cada ambiente, significando valor abaixo de todos os indicadores da tabela 12 previstos para Sala. A área da cozinha estaria dentro da faixa prevista por Portugal (In Coelho & Pedro, 1998, p.342), Voordt (1990), Espanha (In Coelho & Pedro, 1998, p.345), Projeto Cingapura (Pivetta & Gentile, 1998), estaria acima do CDHU básico (Pivetta & Gentile, 1998) e Silva (1982). A área do sanitário (1,70m²) está abaixo de todos os indicadores

nacionais e internacionais levantados na tabela 12. Os outros ambientes estão dentro da faixa prevista:

- a) A área do primeiro quarto (9,78m²) é superior aos indicadores nacionais (CDHU básico e 2, IPT, Projeto Cingapura, Silva) e abaixo dos indicadores internacionais (Espanhóis e Portugueses).
- b) A área do segundo quarto (7,25m²) é superior aos indicadores da Espanha (7,0m²) e CDHU Brasília (6,94 m²) e abaixo dos demais.
- c) A área de serviço com 5,45m² está acima de todos os indicadores relacionados.

Analisando as áreas resultantes pós-intervenções dos moradores nas Unidades Escalonadas, tem-se:

- a) No exemplo C (ver fig. 20, resid. 02) as áreas dos três quartos ficaram abaixo de todos os indicadores da tabela 12:
 - primeiro quarto 7,25m²;
 - segundo quarto 4,91m²;
 - terceiro quarto 4,56m².
- b) No exemplo B (ver fig. 20, resid. 04), os moradores separaram a cozinha da sala, resultando numa área de 2m² para a cozinha e 10m² para a sala, cobriram a área de serviço e transformaram a área de serviço em apoio da cozinha. A cozinha, que fica próxima à sala, é utilizada apenas com geladeira e armário. A área de 2m² para a cozinha está abaixo de todos os indicadores da tabela 12.

Podemos considerar, portanto, que **a área projetada de 13,92m² para ambiente único com sala e cozinha foi sub-dimensionada**, pois, a partir da separação dos ambientes, o espaço resultante em um deles, fica menor do que o ideal, segundo os indicadores de habitação de interesse social

Das tipologias adotadas **a tipologia escalonada foi a que apresentou maiores problemas de adequação dos moradores à unidade habitacional**, principalmente pela impossibilidade de ampliação vertical, evidenciando-se, portanto, que neste projeto não respeitou-se a necessidade de ampliação da unidade pelos moradores, o “bater a laje”, hábito cultural da população de baixa renda da Cidade de Salvador, que foi identificado no decorrer das reuniões com os moradores do Candéal Pequeno na fase de elaboração projetual, e que direcionou o partido arquitetônico adotado na tipologia verticalizada.

4.1.2.3. Unidades Isoladas

As unidades isoladas, localizadas no Sapucaia, são casas voltadas para um muro alto com arame farpado, que limita-se com terreno vizinho pertencente ao Condomínio Quintas do Candeal. Estas casas estão dispostas em linha reta, encostadas umas às outras. Possuem uma circulação de aproximadamente 3m, que vai diminuindo à medida que chega-se ao final da circulação. Dessa forma, os moradores possuem limitações quanto à expansão da área livre da casa, diferenciando-se dos moradores das unidades térreas dos Conjuntos Verticalizados que estendem suas residências apropriando-se das áreas dos recuos.

O Conjunto das Unidades Isoladas possui a área externa limpa, bem cuidada, com canteiros plantados, sendo utilizada também pelos moradores para estender roupas. Os acessos ao Conjunto de casas são fechados com gradis metálicos, permanecendo trancados com cadeado.

Tabela 15 – Ampliação da tipologia isolada

Unidades Isoladas		Dorm. 1	Dorm. 2	Sala	Cozinha	Hall	Sanitário	Serviço
Planta tipo		8,32	8,11	15,10		1,0	2,19	5,61
Casa 3	A	8,32	8,11	15,10	5,61	1,0	2,19	-
Casa 4	B	8,32	8,11	8,68	4,86	1,0	2,19	5,61

Fonte: organizada pela autora, 2005.

Analisando as áreas do projeto original com base na tabela 12, teremos:

- Primeiro quarto com área de 8,32m²: Comparando-se com a tabela 12, é compatível com o exemplo do CDHU(2) (8,12m²), Projeto Cingapura/PMS (8,44) e do CDHU básico (8,18m²);
- Segundo quarto com área de 8,11m²: É compatível com os indicadores propostos pelo IPT, 1987 (8,0m²) e pelo CDHU básico (8,18m²);
- Sala com área de 8,68m², abaixo de todos os indicadores existentes na tabela 12.
- Cozinha com área de 5,61m², abaixo da maioria dos indicadores e acima do CDHU básico (4,87m²) e SILVA, 1982 (3,57m²);
- Sanitário com área de 2,19m², abaixo de todos os valores referenciais da tabela 12.
- Área de Serviço com área de 5,6m², superior a todas as áreas propostas na tabela 12.

Poucos moradores promoveram intervenções construtivas nas habitações, das 8 unidades pesquisadas, apenas duas unidades foram modificadas em relação ao projeto original, nenhuma destas ampliou verticalmente. Os resultados da pesquisa demonstram que os moradores das Unidades isoladas encontram-se satisfeitos com o espaço da unidade habitacional:

- Tamanho da cozinha: 50% dos moradores consideram bom, 12% regular e 37,5% ruim;
- Quantidade de quartos: 37,5% bom e 62,5% regular;
- Localização do sanitário: 25% ótimo e 75% bom;
- Quantidade de sanitários: 87,5% bom e 12,5% regular.

As intervenções promovidas pelos moradores do Conjunto de unidades isoladas foram:

a) Fechamento da área de serviço (área externa sem cobertura, que separa uma habitação da outra) para ampliação da unidade habitacional (ver fig. 21, resid. 3). Dessa forma, transferiu-se a cozinha para esta área, ampliando a sala de estar. Quanto à área de serviço, foi transferida para a área externa, na circulação comum que dá acesso às casas construiu-se uma lavanderia com cobertura em telhado cerâmico, com tanque e máquina de lavar roupa.

Esta ampliação (exemplo A, resid. 3, fig.21) resultou em sala de estar com 15,10m² e cozinha com 5,61m². Comparando-se estas áreas com a tabela 12, a área da sala está compatível com os indicadores propostos por BOUERI 1989 (15m²), exemplo espanhol (12-18m²) e português (10-16m²) apud COELHO e PEDRO, 1998; a área resultante da cozinha está abaixo da maioria dos indicadores propostos na tabela 12 e acima dos indicadores propostos por SILVA, 1982 (3,57m²) e CDHU básico (4,87m²).

b) Construção de parede separando a sala de estar da cozinha, sem alteração nas áreas da planta tipo (fig. 21, resid. 4).

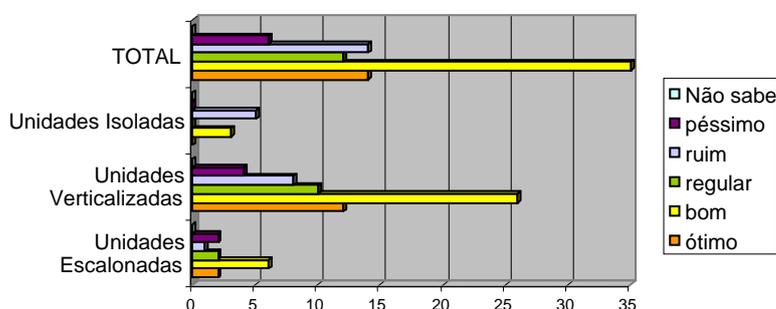
c) Alguns moradores trocaram as esquadrias originais, outros instalaram grades metálicas na frente destas para garantir a segurança.

Analisando os resultados da pesquisa, pode-se destacar algumas características positivas do projeto das unidades isoladas: a) a área total construída da unidade isolada é um pouco maior que as unidades verticalizadas e escalonadas; b) a posição do sanitário próximo à área íntima da casa e ao mesmo tempo escondido da visão da porta de entrada da casa, foi uma definição que obteve uma aceitação maior destes moradores em relação aos da tipologia verticalizada e escalonada.

A crítica ao projeto das unidades isoladas diz respeito à localização da área de serviço, na lateral da casa, exatamente entre as casas, visível pela área de circulação principal às unidades habitacionais. A área de serviço poderia localizar-se no fundo das casas, evitando com isso que as roupas e as atividades realizadas nesta área ficassem expostas aos olhos dos vizinhos ou de qualquer visitante.

4.1.3. Espaço livre da casa

Gráfico 3 - Grau de satisfação dos moradores quanto ao espaço livre da casa (quintal, varanda) por tipologia habitacional



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

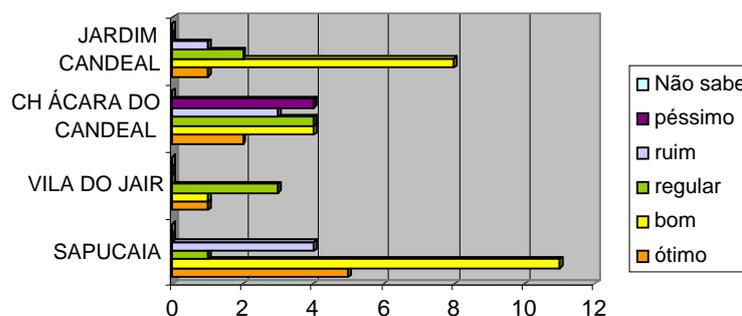
62,5% dos moradores da tipologia “Unidades Isoladas” encontram-se insatisfeitos com o espaço livre da casa (ver tabela 17). O único espaço livre que existe nas unidades isoladas é a área de serviço e a circulação para acesso às casas.

De modo geral, os moradores das unidades verticalizadas encontram-se satisfeitos com o espaço livre da casa (varanda, quintal): Dos 55 entrevistados, 60% consideram ótimo e bom, 18%, regular e 22%, insatisfatório (ruim e péssimo). Os moradores que mais se queixam deste aspecto estão no Conjunto Chácara do Candéal, são 41% destes. Porém, os moradores das unidades térreas deste conjunto expandiram os limites da habitação apropriando-se de área de recuo ou terreno nos fundos da edificação, fazendo quintais que usam para plantar, criar animais e estender roupas.



foto.10 – Quintais, Conjunto Chácara do Candeval, 2004.

Gráfico 4 – Grau de satisfação dos moradores quanto ao espaço livre da casa nos Conjuntos Verticalizados



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

No Zé Botinha, a área livre da casa para uso de quintal compreende a área externa descoberta onde fica a lavanderia. Esta área é variável para cada unidade. A área prevista no projeto foi de 5,45m², mas, dependendo da implantação no terreno, há uma variação, pois alguns moradores puderam ampliá-la apropriando-se da área de recuo. Dos moradores das Unidades Escalonadas, 62% estão satisfeitos, 23% insatisfeitos e 15% consideram regular o espaço livre da casa.

4.1.4. Realização de trabalho em casa

Dos moradores das unidades verticalizadas, 78% consideram satisfatório o espaço da casa para a realização de algum tipo de trabalho (ver tabela 17). Destes, 5,8% adequaram a unidade residencial para o uso comercial no pavimento térreo. No Conjunto Jardim Candeval uma família adaptou o pavimento térreo para funcionamento de restaurante, construindo no pavimento superior a sua moradia com acesso independente, esta família ampliou também a

área do pavimento superior através de apropriação de área do recuo, de aproximadamente 16m². No Conjunto Vila do Jair, o morador da unidade térrea construiu uma loja, incorporando a área do recuo lateral do conjunto.



foto.11 – Restaurante, Conjunto Jardim Candeal, 2004. foto.12 – Restaurante, Conj. Jardim Candeal, 2004.



foto.13 – Restaurante, Conjunto Jardim Candeal, 2004.

No Conjunto Chácara do Candeal existem duas ocorrências de alteração da edificação para funcionamento de estabelecimento comercial, num deles construiu-se uma área de 2,88m² no espaço da varanda da frente (ver fig. 16, residência 8). No outro caso, trata-se de uma unidade que foi implantada um pouco deslocada do conjunto, possuindo uma área livre aberta com árvores no seu entorno: Estes moradores estenderam a varanda e fizeram uma adaptação da casa para funcionamento de um barzinho no verão.



foto.14 – Bar, Conjunto Chácara do Candeal, 2004.

Os moradores do Candeal Pequeno desenvolvem atividade de coleta de lixo reciclável como fonte de recurso para sua sobrevivência, a maioria destes catam o lixo e armazenam em suas casas para depois serem tratados e comercializados. Este armazenamento e tratamento do lixo nas próprias casas é fonte de preocupação por tratar-se de uma ameaça à saúde dos moradores, pois consiste em foco de animais transmissores de doenças, como baratas, ratos, insetos, etc. Um dos casos mais críticos é o de uma residência localizada no Chácara do Candeal, cujos moradores vivem desta atividade e armazenam o material tanto na frente da casa, como no interior. Trata-se de uma família composta por pai, mãe e seis crianças, que convivem com o lixo diariamente. Os vizinhos reclamam muito desta situação, que já provocou um incêndio prejudicando a estrutura da edificação, além do aspecto desagradável do lixo, que enfeia o Conjunto como um todo. Outro problema é o barulho causado quando trata-se da reciclagem das latas de bebida, que são amassadas para a comercialização: Muitos vizinhos queixam-se do barulho que esta atividade provoca.

Este tema é sério e revela o problema da luta pela sobrevivência entre os moradores do Candeal Pequeno. A reciclagem de lixo pode vir a ser uma opção, através da criação de um espaço apropriado para que estes moradores possam realizar seu trabalho, sem provocar problemas com a vizinhança, organizando-se em uma cooperativa. Poderiam recolher o lixo da vizinhança, no caso o Horto Florestal, o Cidade Jardim, o Quinta do Candeal, o Candeal, etc. Este lixo seria recolhido, tratado e posteriormente comercializado significando um meio de vida para os moradores que se ocupam desse tipo de atividade.



foto. 15 – Lixo na frente da casa, Conjunto Chácara do Candéal, 2004.

A atividade de lavar e passar roupas para fora, realizada pelas mulheres do Candéal Pequeno, é um hábito antigo, anterior ao Programa Viver Melhor. Atualmente, esta é uma das poucas alternativas que possuem para ganhar algum dinheiro, utilizando-se do espaço de serviço de sua casa como também das áreas livres do entorno, onde instalam varais e estendem as roupas. Acredita-se que a organização desta atividade com uma lavanderia equipada, poderia ser também uma boa alternativa como fonte de recursos para muitas famílias da localidade.



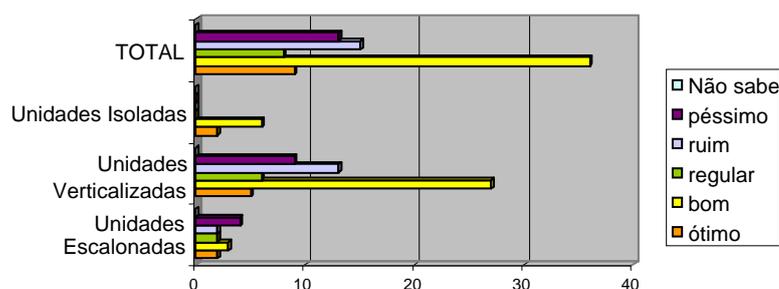
foto.16 – Roupas estendidas, Conjunto Chácara do Candéal, 2004.

4.1.5. Alteração do sanitário

A maioria dos moradores encontram-se satisfeitos com a quantidade de sanitários na unidade habitacional: 66% consideram este item ótimo e bom, e apenas 15% ruim e péssimo. 19% consideram a quantidade de sanitários regular.

Quanto à localização do sanitário os moradores das unidades verticalizadas e escalonadas demonstram alguma insatisfação: 40% nas verticalizadas e 46% nas escalonadas.

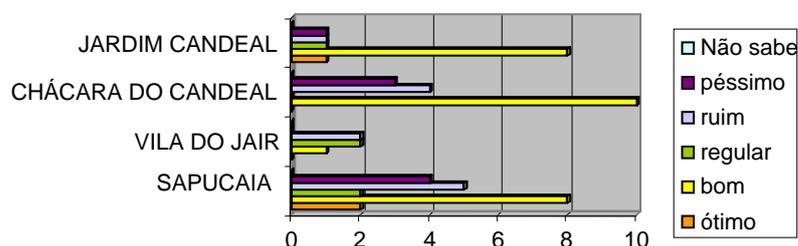
Gráfico 5 – Grau de satisfação dos moradores quanto a localização do sanitário por tipologia habitacional



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

Dos Conjuntos Verticalizados os que apresentam maior insatisfação são: Vila do Jair e Sapucaia. A insatisfação deve-se ao fato do sanitário estar diretamente ligado à sala de estar e a porta do sanitário estar localizada em frente à porta de acesso à residência. Das unidades reformadas, apenas 5,5% tiveram a localização da porta do sanitário alterada e 1,8% o espaço físico do sanitário ampliado. Alguns moradores transferiram a porta do sanitário para a área de serviço, outros para a cozinha. Este último caso significa uma alteração indevida, pois não é indicado que estes ambientes estejam ligados diretamente por motivo de higiene.

Gráfico 6 – Grau de satisfação dos moradores quanto a localização do sanitário nos Conjuntos Verticalizados



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

Os moradores do Zé Botinha estão satisfeitos com a quantidade de sanitários existentes, no entanto questionam a localização da porta do sanitário por localizar-se em frente à porta de acesso à unidade habitacional. Apesar disso, em nenhuma das unidades pesquisadas houve alteração na localização da porta do sanitário.

Nas Unidades Isoladas 100% dos moradores estão satisfeitos com a localização da porta do sanitário, a planta tipo desta tipologia diferencia-se das outras, o sanitário localizando-se em um hall próximo aos quartos.

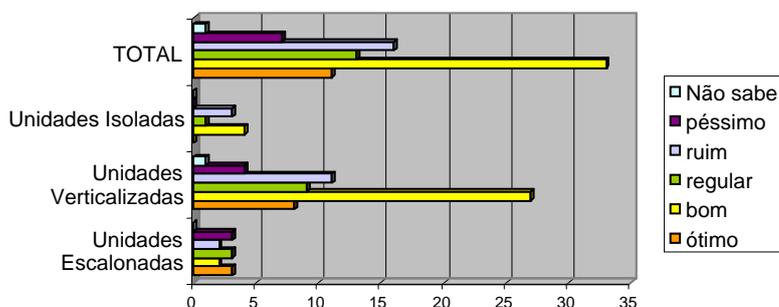
4.1.6. Alterações na cozinha

De maneira geral, os moradores dos conjuntos habitacionais do Candeal Pequeno estão satisfeitos com o tamanho da cozinha: 54% consideram-no ótimo e bom. A insatisfação por tipologia é de 38% nas Unidades Escalonadas, 27% nas Verticalizadas e 37,5% nas Isoladas.

Nas Unidades Verticalizadas, das 32 unidades que foram reformadas ou ampliadas, 15% construíram a cozinha com área superior a 11m². As demais construíram seguindo planta do Projeto Tá Rebocado, conservando a área de aproximadamente 5m².

Uma das alterações freqüentes promovidas pelos moradores das unidades verticalizadas na estrutura formal interna das casas foi a construção de parede separando a cozinha da sala: Destas 42,42% eram unidades térreas e 21,21% unidades superiores.

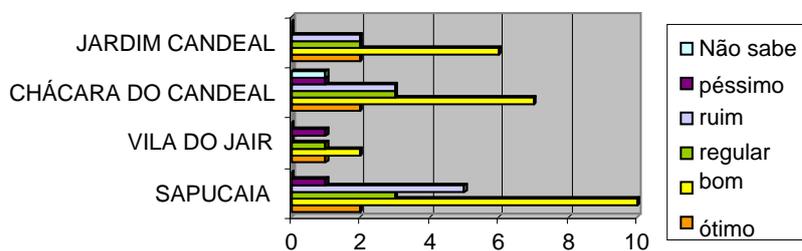
Gráfico 7 – Grau de satisfação dos moradores quanto ao tamanho da cozinha por tipologia habitacional



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

No caso das unidades habitacionais que ainda não foram alteradas construtivamente, percebe-se que os moradores promovem as separações dos ambientes através de cortinados de tecido ou plástico, separando os quartos, a cozinha e a sala. Estes elementos também são utilizados, às vezes, como substituição das portas internas.

Gráfico 8– Grau de satisfação dos moradores quanto ao tamanho da cozinha nos Conjuntos Verticalizados

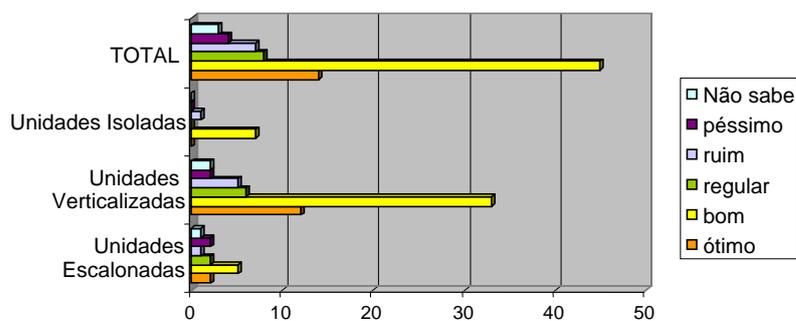


Fonte: elaborado pela autora, 2004.

4.1.7. Estrutura

Segundo resultados da pesquisa, a maioria dos moradores considera positiva a qualidade estrutural das unidades habitacionais, são, no total, 82% dos moradores, considerando-se os resultados ótimo, bom, e regular.

Gráfico 9 – Grau de satisfação dos moradores quanto a estrutura por tipologia habitacional



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

As casas foram construídas com estrutura convencional, pilares e laje em concreto armado e paredes em bloco de cimento. A estrutura do telhado é em madeira aparelhada, a telha é cerâmica, na tipologia verticalizada e isolada, na tipologia escalonada adotou-se a telha metálica. As instalações elétricas e hidráulicas foram embutidas nas paredes, porém a tubulação de esgoto primário dos sanitários é aparente, como também o reservatório individual das unidades verticais.



foto.17–Reservatório, Conjunto Sapucaia, 2004.



foto.18–Tubulação hidráulica, Conj. Jardim Candéal, 2004.

Os moradores das unidades escalonadas (Zé Botinha) queixam-se a respeito de rachaduras e infiltrações que vêm ocorrendo. Estes problemas ocorrem com mais frequência nas casas localizadas do lado esquerdo da escadaria, que tem como vizinho um terreno baldio em declive. A implantação destas unidades deu-se em terreno de declividade acentuada, o qual foi cortado em diversos níveis para a implantação das casas. No decorrer da execução construtiva, a contenção entre o terreno vizinho e as unidades escalonadas deveria ter recebido um tratamento de impermeabilização adequado, caso contrário as paredes das unidades que faceiam com a contenção do terreno vizinho continuarão a apresentar problemas de infiltração e umidade. As paredes das casas que aí encostam também deveriam receber tratamento de impermeabilização especial.

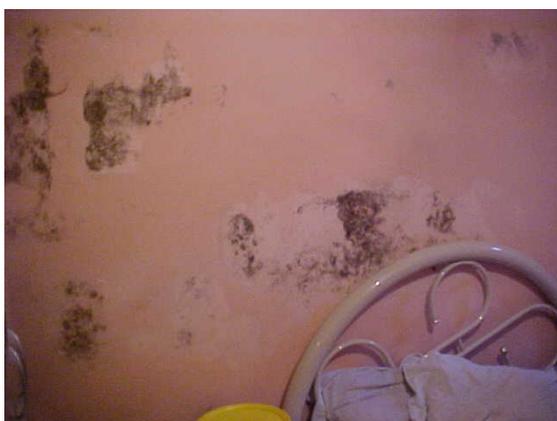


foto.19 – Infiltração, Conjunto Zé Botinha, 2004.



foto.20 – Rachadura, Conjunto Zé Botinha, 2004.

Outro problema de infiltração e umidade decorre do encontro entre as paredes das fachadas frontais das unidades escalonadas com a escadaria central. Quando chove as águas

pluviais escorrem dos patamares da escadaria pelas paredes das casas causando umidade e infiltração no interior das casas, além do lodo que se acumula nas paredes externas da escadaria, dando um aspecto de descuido e de sujeira ao Conjunto Habitacional.

Este problema existe em todos os conjuntos habitacionais do Candeal Pequeno, nos Conjuntos Verticalizados as escadarias de acesso às unidades superiores não possuem cobertura e nos dias de chuva as águas escorrem por elas, prejudicando o acesso dos moradores às casas. Ao longo do tempo, as paredes, os pisos e os espelhos da escada tornam-se escurecidos, dando um aspecto desagradável às escadas, que sempre parecem sujas.



foto. 21 – Escada, Conjunto Sapucaia, 2004.



foto. 22 – Escada, Conjunto Zé Botinha, 2004.

4.1.8. Materiais de revestimento

As unidades habitacionais foram entregues sem material de revestimento, o piso adotado foi o cimentado em todos os ambientes da casa, inclusive nas áreas molhadas, ou seja, o sanitário e a cozinha não receberam nenhum tipo de revestimento impermeabilizante específico.

Quanto à qualidade dos materiais de revestimento, 38,3% dos moradores das unidades verticalizadas e 46% das escalonadas demonstram insatisfação, mas nas unidades isoladas 62,5% dos moradores estão satisfeitos com este aspecto (ver tabela 17). Os moradores com recursos próprios vão melhorando aos poucos a sua habitação, através de revestimento cerâmico em todo o piso da casa e nas paredes das áreas molhadas. Alguns também

revestiram a fachada com este material, dando personalidade à sua casa, descaracterizando, porém, a composição estética do conjunto (ver foto 23).



foto. 23 – Fachada, Conjunto Jardim Candeal, 2004.

4.1.9. Portas e janelas

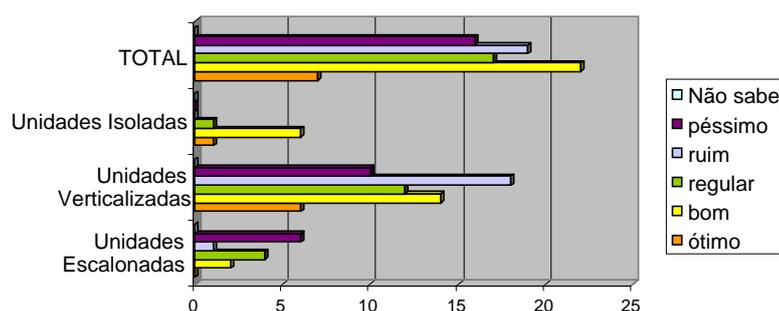
As unidades habitacionais foram entregues com portas externas e janelas, porém sem as portas internas, para serem posteriormente adquiridas pelos moradores. Nas unidades escalonadas, verticalizadas e isoladas, as esquadrias são panos cegos em madeira maciça, almofadadas, com acabamento em pintura esmalte.

Os moradores das unidades isoladas demonstram satisfação com a qualidade das portas e janelas, são 84% no total. No entanto, 47,27% dos moradores das unidades verticalizadas e 58,30% das escalonadas consideram a qualidade destas entre ruim e péssimo, reclamam que a madeira é de baixa qualidade, e também questionam o tamanho das janelas, que consideram grandes e que tomam muito espaço. O problema resulta do fato das janelas terem sido instaladas abrindo para o interior da habitação, em vez de para fora, o que ocasiona conflito entre o mobiliário e as folhas da esquadria, prejudicando a disposição do mobiliário e causando incômodo para os moradores, que precisam prestar atenção para não se esbarrarem nas janelas. Além disso, quando as janelas estão fechadas, o interior da unidade habitacional fica escuro e quente, pois o vento é impedido de circular. Sugere-se que a esquadria possua uma composição mista de materiais, com alguns elementos que promovam a ventilação e a iluminação, de modo que, quando fechadas, permitam a passagem do vento e da luz natural.

Indica-se também rever o funcionamento das mesmas, que apesar de promoverem 100% de ventilação quando abertas, causam os problemas descritos acima.

Alguns moradores trocaram as janelas da casa, adotando modelos variados: Em forma de arcada, com mistura de materiais (vidro e madeira), outros trocaram por esquadrias de alumínio e vidro. O problema destas intervenções pelos moradores é que a mistura de materiais em desacordo com o padrão construtivo estabelecido anteriormente vai promover uma miscigenação de estilos na composição da fachada dos conjuntos, principalmente no caso dos conjuntos verticalizados. Cada morador quer imprimir a sua personalidade, o seu gosto na fachada de sua casa. Existe uma necessidade de diferenciar a sua casa das vizinhas, revestindo as fachadas de material cerâmico, ou pintando de cores diferentes, cada qual promovendo a sua intervenção.

Gráfico 10- Grau de satisfação dos moradores quanto a qualidade de portas e janelas por tipologia habitacional



Fonte: elaborado pela autora, 2004.



foto.24 – Esquadria modificada, Conjunto Sapucaia, unidades isoladas, 2004.

4.1.10. Conforto quanto a temperatura, ventilação e iluminação

Identifica-se uma predominância na satisfação dos moradores das três tipologias quanto ao conforto da temperatura (89%), da ventilação natural (96%) e da iluminação natural (98%) das unidades habitacionais. A insatisfação é pequena, mesmo quando analisada por tipologia habitacional:

- a) Unidades Verticalizadas: ventilação (7,2 %), Iluminação (3,6%), temperatura (11%);
- b) Unidades Escalonadas: ventilação (0%), Iluminação (0%), temperatura (15%);
- c) Unidades Isoladas: ventilação (0%), Iluminação (0%), temperatura (12,5%).

Observou-se, *in loco*, que as unidades habitacionais eram bem ventiladas e bem iluminadas, mesmo aquelas em que as testadas frontais estavam voltadas para o poente, a ventilação predominante incidia na fachada do fundo, através das aberturas da cozinha e do segundo quarto. Como a cozinha é interligada à sala a tendência é que este vento entre pelos fundos e cruze ventilando a sala. Neste caso, o primeiro quarto será prejudicado pela falta de ventilação.

Considerando-se que a predominância de ventos em Salvador está concentrada na direção S (sul), SE (sudeste), L (leste) e NE (nordeste):

O conjunto **Chácara do Candéal** está implantado em lugar de altitude, é composto por três conjuntos dispostos em triângulo que têm suas fachadas frontais voltadas para o SW, SE e N. O Conjunto com fachada frontal SW apesar de estar voltado para o poente é beneficiado na frente por ventos vindos da direção S e nos fundos NE; a fachada frontal SE capta os ventos S,E e SE, e a fachada frontal N capta os ventos pelos fundos (S e SE) e pela frente NE.

O Conjunto **Vila do Jair** e as **Unidades Isoladas** (Sapucaia) têm suas fachadas frontais voltadas para o SE, beneficiadas com o vento S e SE e E.

A fachada frontal do **Conjunto Sapucaia** está direcionada para o NW, é atingida pelo sol poente, com os ventos SE, S e E, incidindo atrás da edificação., beneficiando o segundo quarto, a cozinha e o sanitário. Quanto à incidência do sol poente na frente da edificação, as unidades superiores dos Conjuntos Verticalizados são protegidas pela varanda de circulação que fica à frente das casas.

O Conjunto **Jardim Candéal** está implantado em forma de “L”, tendo um Conjunto com fachada frontal voltado para o SW e o outro para o NW, ou seja as fachadas frontais estão voltadas para o poente. A fachada SW terá a ventilação proveniente do S, e atrás pelos

ventos E e NE. A fachada voltada para o NW poderá estar ventilada na frente pelos ventos oriundos do NE e nos fundos S, SE e E.

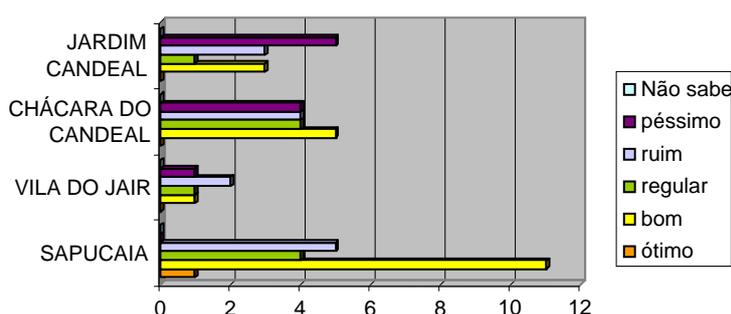
O Conjunto **Zé Botinha** está disposto em área de encosta, de forma escalonada, os conjuntos dispostos nas laterais, com escadaria central. Esta abertura entre os conjuntos escalonados cria um canal de ventilação que capta os ventos do quadrante E. A fachada voltada para a direção S é bem ventilada, capta os ventos do S, SE e E. A voltada para o N capta a ventilação NE na frente, S e SE nos fundos.

4.1.11. Conforto acústico

A reclamação dos moradores do Candéal Pequeno em relação aos ruídos deve-se principalmente aos barulhos oriundos das unidades vizinhas e ao uso do som alto por muitos moradores. Os resultados quanto ao conforto acústico das unidades habitacionais evidenciam uma tendência de insatisfação (ruim e péssimo), para 36% dos entrevistados, e de satisfação (bom e ótimo) para 43%. O conforto acústico é regular para 18% dos entrevistados.

A música é uma forma de arte bastante presente na realidade dos moradores do Candéal Pequeno, confirmada pela quantidade de conjuntos e bandas existentes no local, além da Escola de Música Pracatum, que estimula o desenvolvimento musical entre os moradores. Faz parte da cultura local, ouvir música com volume alto, principalmente nos finais de semana, tanto nos bares como nas casas. Além dos ensaios das bandas, podemos sempre encontrar também algum morador exercitando algum instrumento musical em sua varanda. Percebe-se que a disputa de quem possui o som mais potente funciona como um símbolo de status.

Gráfico 11 – Grau de satisfação dos moradores quanto a ruídos e barulhos nos Conjuntos Verticalizados

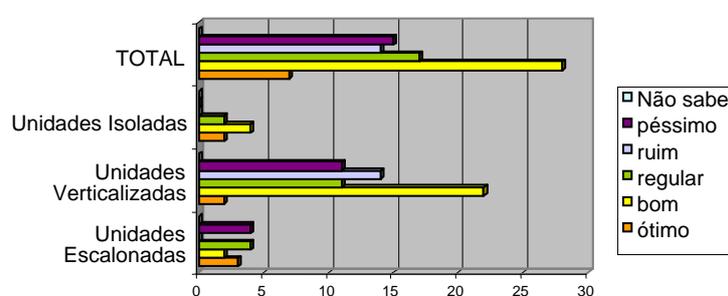


Fonte: elaborado pela autora, 2004.

No caso das Unidades Verticalizadas, os Conjuntos Jardim Candéal, Chácara do Candéal e Vila do Jair se destacam, já que seus moradores demonstram mais insatisfação em relação ao conforto acústico no interior das edificações. Estão insatisfeitos com os ruídos e barulhos no interior da edificação: 67% dos moradores do Jardim Candéal, 40,90% do Chácara do Candéal e 60% do Vila do Jair. Os moradores do Jardim Candéal queixam-se também do barulho das obras da Cidade Jardim, localidade adjacente ao Candéal Pequeno, que está em franca expansão imobiliária, com empreendimentos de porte médio e alto, na maioria edifícios residenciais. Quanto ao Conjunto Vila do Jair, a insatisfação deve-se principalmente à proximidade ao Lactomia, local onde grupos musicais se encontram para ensaiar, e por estar localizado numa rua de grande fluxo de pessoas e carros, a Rua 18 de Agosto.

Os moradores das unidades escalonadas (Zé Botinha) também demonstram insatisfação quanto aos ruídos e barulhos no interior da habitação: são 62% e queixam-se da proximidade das casas, da acústica já que se um objeto cai no chão do andar superior o som é ouvido na casa do andar inferior. Das tipologias adotadas no Projeto Ta Rebocado, as unidades habitacionais nas tipologias verticalizada e escalonada estão dispostas de forma geminada. O adensamento populacional da tipologia verticalizada é maior, com tendência a crescer, pois algumas famílias ampliam verticalmente para uso de outro núcleo familiar (exemplo: a família de um filho que se casa).

Gráfico 12 – Grau de satisfação dos moradores quanto a ruídos e barulhos por tipologia habitacional



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

Segundo Juan MASCARÓ (1998, p.69), a partir de 30 famílias/ 10.000m² (1ha), começam a aparecer problemas com o ruído e perda de intimidade nas habitações, ou seja, estes problemas têm relação com a densidade e com a proximidade das habitações.

Analisando os conjuntos habitacionais do Candeal, a relação entre número de famílias por área do terreno, os valores resultantes em todos os conjuntos apresentam-se acima deste indicador (ver tabela nº 16), justificando-se de certa forma o desconforto quanto aos ruídos e barulhos no interior da edificação por parte dos moradores.

Acredita-se que existe muita dificuldade em respeitar-se este indicador em casos de implantação de conjuntos habitacionais de interesse social, pois cada família deveria ter no mínimo uma área de 333m², o que se torna totalmente inviável pela indisponibilidade de área e porque encareceria o custo final da construção, inviabilizando a aquisição pelas camadas populares mais carentes. Talvez a construção de paredes mais espessas como proteção acústica possa ajudar na redução dos ruídos entre as unidades, mesmo assim existe o problema do respeito entre os vizinhos, para que não exceda o limite estabelecido pela Lei do Silêncio.

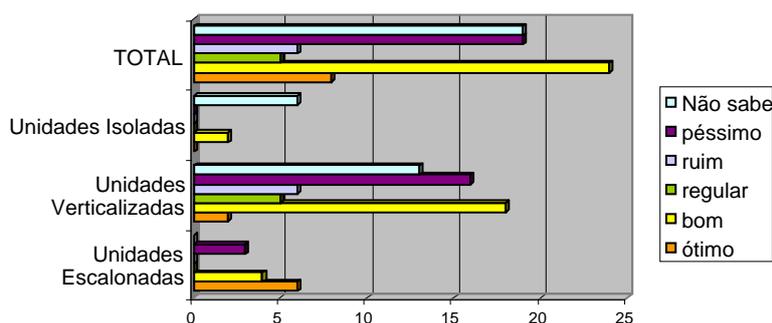
Tabela 16 – Relação entre número de famílias e indicador de intimidade (MASCARÓ, 1998).

Conjuntos por localização	Número de famílias	Área do terreno (aproximada)	Área necessária a partir do indicador de 30 famílias/ 10.000 m ²
Jardim Candeal	22	1.925 m ²	7.333 m ²
Zé Botinha	16	775 m ²	5.333 m ²
Chácara do Candeal	24	2.000 m ²	8.000 m ²
Sapucaia	44	3.300 m ²	14.666 m ²
Vila do Jair	8	300m ²	2.666 m ²

Fonte: organizada pela autora, 2005.

4.1.12. Segurança contra fogo

Gráfico 13 – Grau de satisfação dos moradores quanto a segurança contra fogo por tipologia habitacional

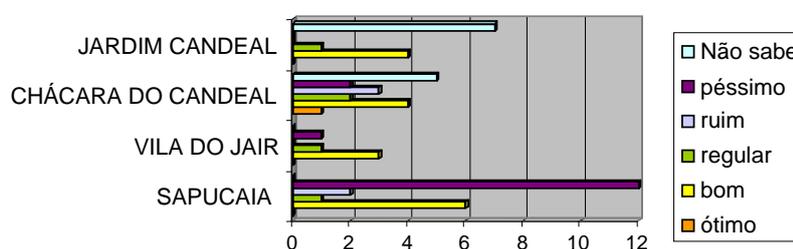


Fonte: elaborado pela autora, 2004.

No aspecto segurança quanto a incêndio é visível a falta de informação dos moradores, pois 23% disseram que não estavam capacitados a responder esta questão. Os moradores que demonstraram maior grau de insatisfação foram os residentes nas tipologias verticalizadas. Destes, destacam-se os dos Conjuntos Sapucaia e Chácara do Candéal, totalizando 57% e 29% respectivamente, que se declaram insatisfeitos.

Através da pesquisa de campo, observa-se que não houve preocupação projetual neste sentido, pois não existem extintores distribuídos nos Conjuntos, o sistema de distribuição de gás é feito de forma tradicional, com botijões individuais no interior das unidades residenciais, além dos moradores não terem recebido orientação educacional no sentido de prevenção de incêndios.

Gráfico 14 – Grau de satisfação dos moradores quanto a segurança contra fogo nos Conjuntos Verticalizados



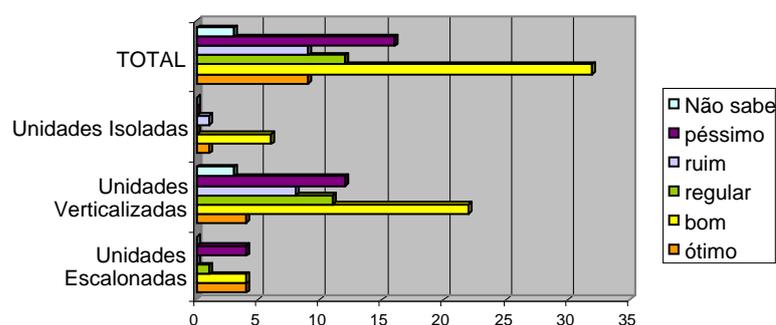
Fonte: elaborado pela autora, 2004.

4.1.13. Segurança contra terceiros

Na análise do aspecto “segurança contra terceiros”, percebe-se que existe contradição entre as respostas dos questionários em relação aos depoimentos dos

moradores e às ações implantadas por estes para garantir a segurança dos conjuntos. Demonstram satisfação em relação à segurança quanto a terceiros: 46% dos moradores da tipologia verticalizada, 61% da tipologia escalonada e 87,5% da tipologia isolada. No entanto, identifica-se que os moradores dos conjuntos têm instalado grades em suas residências ou portões metálicos nos acessos dos conjuntos, a fim de controlar a entrada e saída de estranhos.

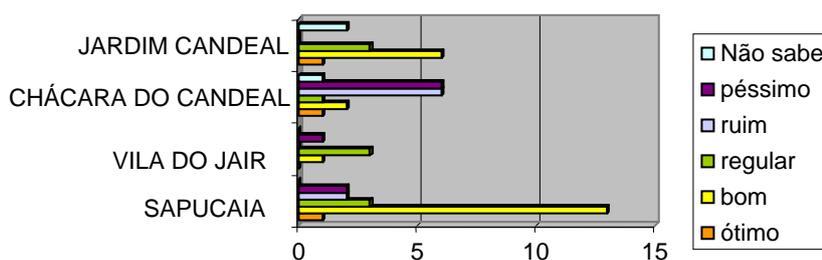
Gráfico 15 – Grau de satisfação dos moradores quanto a segurança contra terceiros por tipologia habitacional



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

68,18% dos moradores do Conjunto Chácara do Candéal estão insatisfeitos com a segurança contra terceiros, segundo depoimentos, a tranquilidade encontra-se ameaçada, pois vem acontecendo o tráfico de drogas no conjunto, com grande movimentação de pessoas estranhas, inclusive com ocorrência de homicídio de morador envolvido no tráfico. Encontram-se amedrontados com a segurança dos Conjuntos, evitam que as crianças saiam de casa para brincar, conservam a casa fechada, o que implica num confinamento forçado, provocando calor no interior das residências, além da necessidade de utilizar a iluminação artificial.

Gráfico 16 – Grau de satisfação dos moradores quanto a segurança contra terceiros nos Conjuntos Verticalizados



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

Os moradores do Conjunto Sapucaia queixam-se principalmente da utilização das escadas por pessoas estranhas, para fumar maconha ou “como motel”.

“O tráfico aumentando, crianças vendendo, indo comprar para usuários. Casais nas escadas” (Carina Pereira da Silva, casa 115, Sapucaia).

“É quando eles estão fumando e ficam aí na escada. A fumaça entra aqui, fazem daí um motel e sanitário público. Jogam lixo no jardim aqui da frente” (Alívia Maria G. dos Santos, casa 111, Sapucaia).

As Unidades Isoladas, localizadas atrás do Conjunto Sapucaia, instalaram portão metálico para garantir a segurança, fechando os acessos nas duas entradas existentes. A entrada de pessoas é controlada pelos moradores, alguns deles também instalaram gradis de ferro nas esquadrias externas.



foto.25 – Fechamento, Unidades isoladas, 2004.



foto.26 – Fechamento, Conujnto Sapucaia, 2004

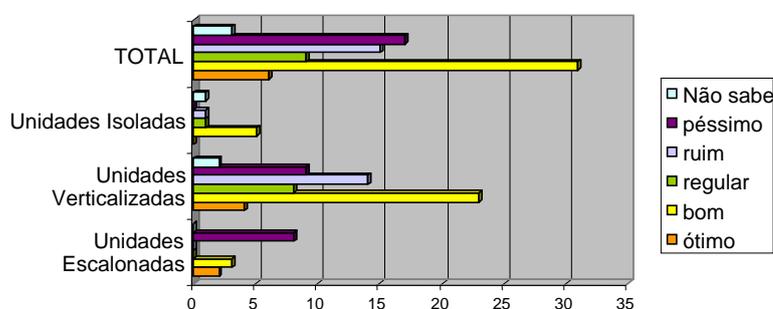
4.1.14. Adaptação ao uso do deficiente e do idoso

O Projeto urbanístico e habitacional implantado no Candeal Pequeno pelo Programa Viver Melhor não contemplou as exigências da lei NBR 9050, válida a partir de 1994, que dispõe sobre “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos”. No caso dos Conjuntos Habitacionais, a tipologia escalonada é a mais prejudicada, pois o acesso às unidades habitacionais dá-se através de escadaria composta por 7 lances, cada lance de escada dá acesso a um patamar e a duas casas

em cada nível. Neste caso, diferencia-se das demais tipologias, pois não existem casas implantadas no pavimento térreo: Devido à declividade do terreno as primeiras casas são implantadas a aproximadamente 1,50m do nível da rua, o que inviabiliza o acesso a portadores de deficiência ambulatoria, que fazem uso de cadeira de rodas. No caso do deficiente visual seria necessária ao longo da escada, uma indicação podotátil no piso para sua orientação.

Os moradores das unidades escalonadas e verticalizadas demonstraram mais insatisfação que os moradores das unidades isoladas em relação à adequação da casa ao uso do deficiente e do idoso. Considerando o total dos moradores entrevistados, a insatisfação é de 40% (considerando os valores ruim e péssimo) e a satisfação é de 56% (considerando os valores ótimo, bom e regular), ou seja, estão mais satisfeitos do que insatisfeitos. Devido ao acesso para as unidades habitacionais do Zé Botinha ser unicamente através de escadas, o acesso do deficiente físico e do idoso fica prejudicado, 62% dos moradores consideram péssima a adaptação da casa para o deficiente físico e 54% para o idoso.

Gráfico 17 – Grau de satisfação dos moradores quanto a adaptação da casa ao uso do deficiente por tipologia habitacional



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

O projeto arquitetônico das Unidades Verticalizadas prevê residências no pavimento térreo e superior, neste caso o portador de deficiência ambulatoria pode morar nas casas térreas para não ter que subir as escadas de acesso ao pavimento superior. A opção para dar acesso ao pavimento superior seria através de rampa, elevador ou escada rolante, mas as duas últimas opções encareceriam o custo final da construção, inviabilizando o Projeto. Deveria, também, receber manutenção constante nos equipamentos, o que significaria desembolso para uma população que vive com o mínimo de recursos. A rampa necessitaria de uma extensão de aproximadamente 56m para uma inclinação de 10% considerando o pé direito de 5,60m no

pavimento térreo o que também seria inviável por não dispor de área para desenvolvimento desta rampa e por significar também um custo superior ao da construção de uma escada.

Os Conjuntos Verticalizados e as Unidades Isoladas do Sapucaia poderiam acolher portadores de deficiência ambulatorial que morariam nas unidades térreas, mas seria necessário melhorar o acesso da rua à edificação, com rampas com inclinação de 5 a 10% e largura de no mínimo 1,20m, piso antiderrapante e não trepidante, prevendo faixa podotátil para uso do deficiente visual e guarda corpo para segurança do deficiente ambulatorial.

No interior das casas, as áreas devem permitir a inscrição de um raio de 1,50m livres de mobiliário para giro de 360° da cadeira de rodas, as portas devem ter largura mínima de 80cm, os sanitários também devem permitir este giro e possuir barras de apoio. As alturas para tomadas, interruptores, maçanetas da porta, vaso sanitário também deveriam seguir a norma. Há também orientações quanto a altura de interruptores, tomadas, corrimãos, maçanetas das portas para facilitar o manuseio dos deficientes e dos idosos.

O nosso objeto de estudo diz respeito a unidades habitacionais de interesse social construídas com recursos mínimos para famílias carentes de baixa renda. A unidade inicial é de aproximadamente 35m² para famílias com aproximadamente 5 habitantes por unidade, subdivididas em dois quartos, sala, cozinha, sanitário e área de serviço. São espaços pequenos que não foram pensados dentro da lógica do desenho universal, prevendo a adaptação dos portadores de deficiência física e dos idosos. A lei NBR 9050 deverá mudar o encaminhamento dos projetos de habitação popular, promovendo espaços mais confortáveis às casas. O crescimento da área da unidade habitacional beneficiará não só aos deficientes, mas a todos os moradores da casa, que terão, conseqüentemente, ambientes mais confortáveis.



foto. 27 – Acessibilidade, Conjunto Sapucaia, 2004.



foto. 28 – Acessibilidade, Conjunto Zé Botinha, 2004.



foto.29 – Acessibilidade, Conjunto Sapucaia, 2004

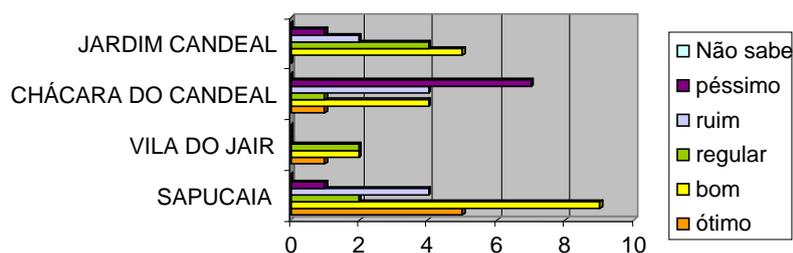
foto.30 – Acessibilidade, Conjunto Jardim Candeal, 2004.

4.1.15. Distância da casa em relação à do vizinho

Em todas as tipologias adotadas no projeto habitacional do Candeal Pequeno as unidades habitacionais encontram-se dispostas de forma geminada, ligadas umas às outras lateralmente com paredes comuns. **Observa-se que a tipologia geminada e a disposição das unidades, umas em frente das outras, vão influenciar na falta de privacidade dos moradores e na insatisfação destes quanto à distância da casa em relação à do vizinho.**

Das Unidades Verticalizadas o Conjunto Chácara do Candeal apresenta maior insatisfação quanto à distância da casa em relação às dos vizinhos, totalizam 64% entre os valores “ruim” e “péssimo”. Segundo observações de campo, no Conjunto Chácara do Candeal, onde as edificações foram implantadas em forma de triângulo, algumas casas ficam em frente das outras, o que causa incômodo e prejudica a privacidade das unidades térreas, principalmente se as janelas e/ou portas estiverem abertas (o que geralmente ocorre em função da temperatura e ventilação das unidades).

Gráfico 18 – Grau de satisfação dos moradores quanto a distância da casa em relação à do vizinho nos Conjuntos Verticalizados

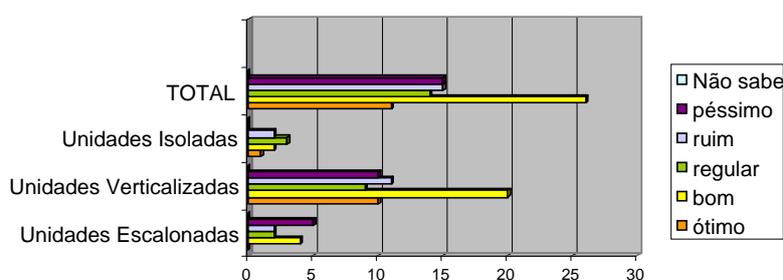


Fonte: elaborado pela autora, 2004.

Nos demais conjuntos verticalizados, os moradores estão satisfeitos: 66% no Sapucaia, 60% no Vila do Jair, 58% no Jardim Candéal. Nas Unidades isoladas, o índice de satisfação dos moradores neste quesito é de 46%.

Dos moradores das Unidades Escalonadas, 54% queixam-se da distância das casas em relação à dos vizinhos. Neste caso, o problema é o mesmo do Conjunto Chácara do Candéal, já que as unidades habitacionais estão localizadas umas em frente das outras, implicando na necessidade dos moradores conservarem as portas e as janelas fechadas para garantir a privacidade necessária.

Gráfico 19 – Grau de satisfação dos moradores quanto a distância da casa em relação à do vizinho por tipologia habitacional



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

4.2 Adequação dos moradores do Candéal Pequeno quanto aos serviços urbanos pós-programa Viver Melhor

4.2.1. Água, energia elétrica, iluminação

Os moradores do Candéal Pequeno mostram-se satisfeitos quanto aos serviços de: fornecimento de água (89%), energia elétrica (93%) e iluminação pública (76%) (ver tabela 18). No decorrer da pesquisa ocorreram reclamações a respeito da iluminação pública, trata-se da reposição das lâmpadas dos postes que, quando queimam, os moradores passam a conviver com o escuro, pois não sabem a quem recorrer ou se recorrem não são atendidos, além disso, amplia-se o problema da insegurança nestas áreas sem iluminação.

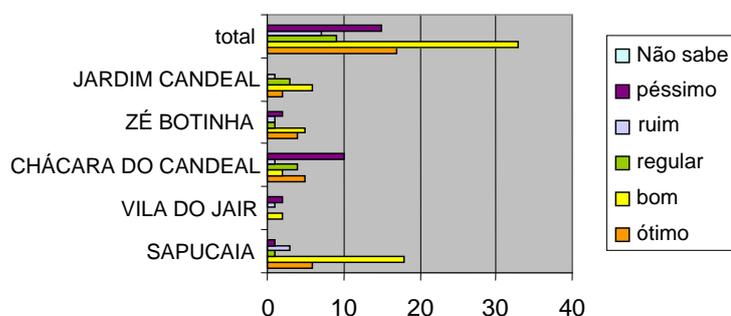
Outro problema diz respeito à iluminação das áreas comuns do Conjunto: escadas, circulações, áreas externas, estas áreas também são escuras, não possuem pontos de

iluminação. Os moradores do Jardim Candéal procuram resolver o problema de iluminação das áreas comuns de seu conjunto através de ligações informais que puxam das próprias casas para promover a iluminação enquanto encontram-se nas calçadas. No Conjunto Chácara do Candéal a troca das lâmpadas dos postes foi resolvida no período de campanha política por um candidato à eleição.

4.2.2. Rede de esgoto

Um dos grandes problemas dos Conjuntos Habitacionais implantados pelo Programa Viver Melhor no Candéal Pequeno é a rede de esgotos, existente sob três formas: a) a céu aberto para as águas pluviais e servidas, localizando-se atrás dos Conjuntos; b) embutida para canalização do esgoto primário que entronca na rua com a rede implantada pelo Bahia Azul; c) a céu aberto para canalização do fluxo das águas pluviais, localizadas na frente dos Conjuntos. Esta última está sempre suja com lixo ou folhas secas, impedindo o fluxo da água nos dias de chuva e provocando inundação das casas, além de prejudicar o aspecto visual dos Conjuntos.

Gráfico 20 – Grau de satisfação dos moradores quanto a rede de esgoto por Localização



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

Os Conjuntos que enfrentam maiores dificuldades com o sistema de esgoto são o Chácara do Candéal, o Vila do Jair e o Sapucaia. No caso do Chácara do Candéal, a insatisfação decorre do entupimento freqüente da rede de esgoto primário e do mau cheiro que exala das caixas de visita, localizadas na frente da porta de entrada de cada unidade residencial. O entupimento da rede incide no extravasamento dos dejetos, que são derramados e espalhados nas áreas próximas à caixa, o que causa um grande incômodo aos moradores, sempre às voltas com o problema do entupimento e de limpeza da área. Os moradores que

envolvem-se no desentupimento da rede de esgoto dizem que encontram diversos materiais como tecido, papel, etc., que provocam o entupimento da rede.

Quanto à rede de esgoto a céu aberto, os moradores reclamam dos odores mal cheirosos que dali exalam, dos entupimentos que ocorrem devido a folhas que caem, causando transbordamento da água de chuva, bem como do ambiente propício para incidência de baratas, ratos e insetos, colocando em risco a saúde destes moradores. Uma outra rede a céu aberto passa atrás das edificações e coleta as águas pluviais e as águas servidas da lavanderia, neste caso o problema se agrava quando, no caso do Chácara do Candeal, do Sapucaia e do Jardim Candeal, as águas canalizadas por esta rede não têm como destino final a rede de esgotos pública, desembocando em terrenos baldios ou escorrendo diretamente na rua.

“O pessoal lava a roupa e a água vai para rua, molha seu pé quando passa. Quando chove entope toda a rua” (Josevan Ramos do Santos, casa 208, Sapucaia).

Apesar destas considerações, os resultados da pesquisa demonstram que os moradores estão mais satisfeitos do que insatisfeitos com o serviço de rede de esgotos. Este resultado deve-se talvez às condições de vida anteriores, quando conviviam com a inundação das casas, com a água de esgoto e o lixo, a cada chuva, já que muitos moravam ao longo da “vala” ou “vila do sapo”, rio poluído que passava na baixada do Candeal.



foto.31 – Drenagem, Conjunto Sapucaia, 2004.



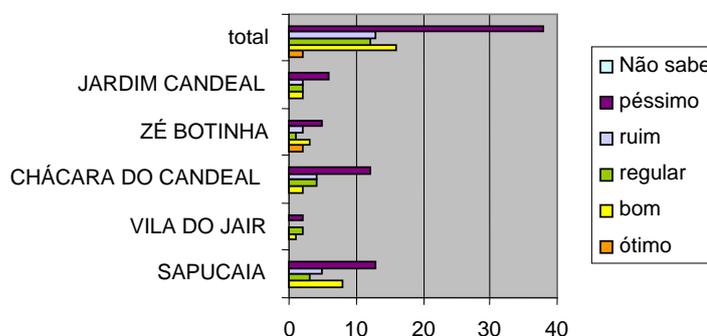
foto.32 – Drenagem, Conjunto Sapucaia, 2004.

Por que continuar a projetar calha de drenagem pluvial a céu aberto, para conjuntos populares, se a experiência comprova que esta solução não é funcional? Como se explica o fato da rede de drenagem estar lançada informalmente em ruas ou terrenos vizinhos, e não estar conectada com o sistema de esgotos implantado pelo Bahia Azul?

4.2.3. Segurança pública

A falta de segurança pública consiste em um problema real dos moradores do Candeal Pequeno, que estão assustados quanto à ocorrência de crimes na localidade, assaltos em pontos de ônibus e tráfico de drogas. As ruas mal iluminadas também contribuem para aumentar a falta de segurança da localidade. Alguns moradores acreditam, que depois que o bairro tornou-se conhecido pelos shows do *Candyall Gueto Square*, aumentou o fluxo de pessoas estranhas na localidade e, com isso, aumentou também os casos policiais.

Gráfico 21 – Grau de satisfação dos moradores quanto a segurança pública por Localização



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

Os moradores do Candeal Pequeno encontram-se insatisfeitos com o serviço de segurança pública, 63% deles reclamam que não existe ronda com constância e nem unidade fixa da polícia na localidade (ver tabela 18). A polícia só aparece quando alguém solicita e mesmo assim quando se trata de morte, caso contrário não toma nenhuma providência. Reclamam também, que qualquer problema de segurança que aconteça no Cidade Jardim, localidade vizinha, a polícia procura imediatamente o Candeal Pequeno na intenção de encontrar o responsável pelo delito.

“O problema daqui é a falta de segurança. Em matéria de segurança estamos jogados para as traças” (Hamilton Neves Santana, casa 215, Sapucaia).

“Nessa pracinha aqui, no fim de semana, só rola briga, garrafada... agora não é o pessoal daqui, é gente de fora que vem pra aqui esculhambar” (Josevan Ramos dos Santos, casa 208, Sapucaia).

“ Muito maconheiro no meio da rua, à torta e à direita e você não pode dizer nada” (Débora Alves, casa 210, Sapucaia).

4.2.4. Limpeza Urbana e Coleta de lixo

Os moradores do Candéal Pequeno estão satisfeitos tanto com o serviço de coleta de lixo quanto com o serviço de varrição das ruas: Se somarmos os resultados bom e ótimo, os resultados para coleta de lixo são 86% e para varrição 69%, no entanto, 18% estão insatisfeitos com o serviço de varrição das ruas. Estes últimos estão concentrados no Conjunto Chácara do Candéal, no Zé Botinha e no Jardim Candéal, cujos moradores queixam-se da limpeza urbana. Porém o que ficou evidenciado é que o problema que estes moradores levantam não diz respeito à varrição pública das ruas de acesso aos Conjuntos e sim em relação à limpeza das áreas comuns, que são da responsabilidade do condomínio. Como ainda não foi instaurado o sistema condominial nestes conjuntos, a limpeza das áreas comuns é realizada por alguns moradores que fazem o serviço voluntariamente. **Este problema é sério, pois não está claro para estes moradores de quem é a obrigação de limpar as áreas comuns dos Conjuntos, em contrapartida estas áreas estão sempre sujas.**

A dificuldade da gestão dos problemas comuns condominiais pelos moradores entrevistados tem provocado discussões e discórdias entre eles. As áreas comuns como as calçadas, as escadas, as varandas, áreas verdes e as valas de esgoto a céu aberto encontram-se sempre sujas, com acúmulo de lixo, principalmente no Conjunto Sapucaia e no Conjunto Chácara do Candéal, onde existem lixões e o lixo é jogado não só pelos moradores dos Conjuntos, como também por outros moradores da localidade, que descarregam entulhos nestas áreas. No Conjunto Sapucaia este lixo muitas vezes provoca o entupimento da rede de águas pluviais, promovendo a invasão das águas de chuva no interior das casas térreas, além do mau cheiro, do aspecto visual desagradável, e dos danos à saúde.



foto.33 – Lixo, proximidades do Conjunto Sapucaia

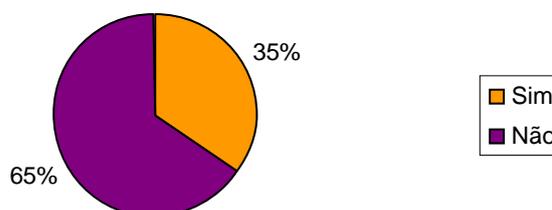


foto.34 – Lixo, lateral do Conjunto Sapucaia

4.2.5. Pavimentação

As ruas de acesso aos Conjuntos Habitacionais são pavimentadas, a Rua Paulo Afonso, a Rua Santo Antônio e a Rua Dezoito de Agosto que dão acesso ao Zé Botinha, Sapucaia, Chácara do Candéal e Vila do Jair, respectivamente, já eram pavimentadas antes do Programa Viver Melhor. A Rua Nove de Outubro, que permite o acesso ao Conjunto Jardim Candéal, foi beneficiada por este Programa que ali executou serviços de drenagem pluvial e pavimentação.

Gráfico 22 – Pavimentação no acesso à moradia antes da intervenção - Resultado geral



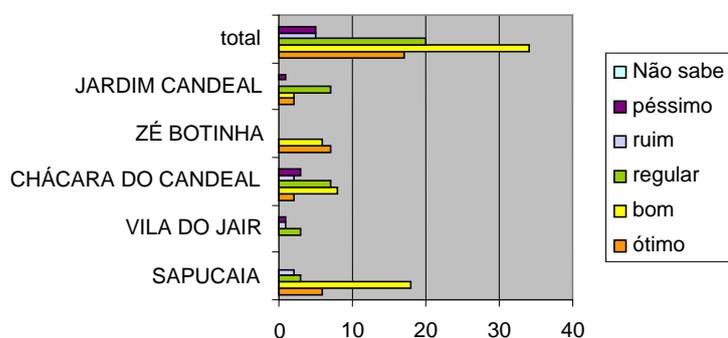
Fonte: elaborado pela autora, 2004.

O Conjunto que mais reclama da pavimentação da rua é o Conjunto Vila do Jair, pois a Rua Dezoito de Agosto está sempre esburacada, precisando de manutenção. Esta rua possui um grande fluxo de veículos, pois é uma das poucas ruas que possibilitam a circulação de

carros na localidade, além disso, localizam-se nesta rua estabelecimentos comerciais e o Posto de Saúde.

No geral, 63% dos moradores dos Conjuntos habitacionais estão satisfeitos com a pavimentação das ruas mesmo porque anteriormente ao Programa Viver Melhor, 65% destes não possuíam pavimentação no acesso à moradia. Os moradores do Chácara do Candeal e do Jardim Candeal, quando reclamam da pavimentação, referem-se à área existente no Conjunto prevista para implantação de praça, que ainda não foi urbanizada.

Gráfico 23 – Grau de satisfação dos moradores quanto a pavimentação por Localização



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

4.2.6. Transporte público

Os resultados gerais da pesquisa quanto ao transporte público são positivos: 84% dos moradores estão satisfeitos com o serviço de transporte existente. A maioria dos moradores do Candeal Pequeno utiliza-se deste serviço, dos moradores entrevistados nenhum possui automóvel particular.

A localização privilegiada do Candeal Pequeno, próximo a grandes avenidas, bem servidas em transporte público, como a Avenida Dom João VI no Bairro de Brotas e a Avenida Juracy Magalhães, facilita o acesso dos moradores a outras partes da cidade. Os moradores do Candeal precisam se deslocar a pé até chegar a estas avenidas, devido aos aspectos geográficos da localidade, formada por áreas de encosta e de baixadas. A depender da localização do Conjunto habitacional, os moradores enfrentam as escadarias e as ladeiras para chegar ao seu destino.

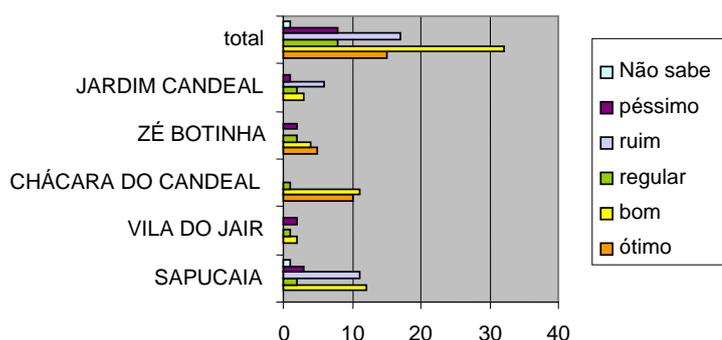
4.2.7. Distância dos equipamentos públicos à unidade residencial

4.2.7.1. Distância a escolas

No Candéal Pequeno é evidente a carência de estabelecimentos de ensino, pois na localidade existe apenas a Escola de Música Pracatum e o Centro Comunitário Madre Helena, onde funciona uma creche que oferece alfabetização e reforço escolar. A maioria dos moradores da localidade precisa se deslocar até Brotas para ter acesso à educação formal, o Colégio Luís Viana é a unidade de ensino público mais frequentada pelos moradores.

A partir dos dados do gráfico 24, os moradores do Chácara do Candéal são os que encontram-se mais satisfeitos com a distância da escola à unidade residencial: 95,45% consideram este aspecto ótimo e bom. Este resultado deve-se ao fato deste conjunto estar localizado em área próxima ao Colégio Luís Viana e ao Bairro de Brotas. As demais unidades dos conjuntos Zé Botinha, Vila do Jair, Jardim Candéal e Sapucaia localizam-se em área de baixada, de forma que o acesso a Brotas se dá através de escadarias e ladeiras. Destes, 69,23% dos moradores do Zé Botinha estão satisfeitos com a distância da escola à sua casa. No caso dos moradores do Vila do Jair, os resultados dividem-se, pois 40% encontram-se satisfeitos e 40% insatisfeitos.

Gráfico 24 – Grau de satisfação dos moradores quanto a distância de escolas por Localização



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

Dentre todos os Conjuntos Verticalizados, o Sapucaia e o Jardim Candéal são aqueles que estão mais afastados das Escolas do Bairro de Brotas. Os resultados da pesquisa demonstram que os moradores destes conjuntos estão insatisfeitos, 48% dos moradores do Sapucaia e 58,33% do Jardim Candéal. As reclamações incidem também na dificuldade que

enfrentam no percurso devido ao mau estado de conservação das escadarias e ladeiras, principalmente nos dias chuvosos, devido à inexistência de sistema de drenagem pluvial, as escadas transformando-se em grandes quedas d'água.



foto.35 – Escada localizada na Rua Paulo Afonso

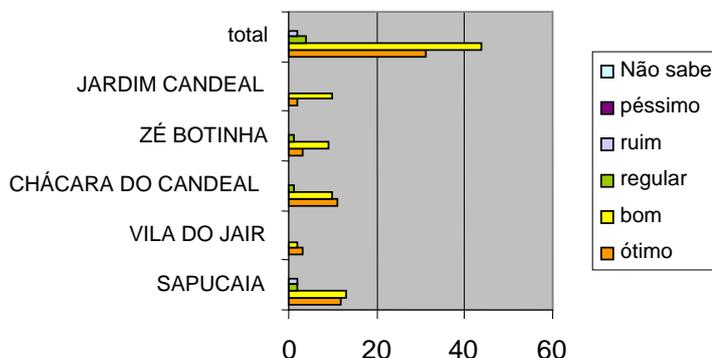
Segundo COELHO e PEDRO (1998), os estabelecimentos de ensino devem ter no máximo:

- Para as escolas pré-primárias, raio de influência de 150/200m.
- Para escolas primárias do primeiro grau, raio de influência de 300/400m.
- Para escolas de segundo grau, raio de influência de 1000m.

Se compararmos os raios de influência da Escola Luís Viana com os Conjuntos habitacionais analisados, teremos aproximadamente: Chácara do Candeal, 440m, Sapucaia, 600m, Zé Botinha, 460m, Vila do Jair, 510m, Jardim Candeal, 600m. Evidencia-se, portanto, que, para os estudantes do primeiro grau e pré-primário, estes raios estão acima do permitido, e, dentro do permitido, apenas para os estudantes do segundo grau. No entanto, as distâncias são maiores do que as estimadas, principalmente porque a maioria dos percursos são feitos em linhas sinuosas, pois trata-se de área de declive acentuado, com variação de declividade da curva de nível 60 (no ponto mais alto) à curva de nível 10, ou seja 50 metros de desnível das áreas mais baixas para as mais altas.

4.2.7.2. Distância a postos de saúde

Gráfico 25 – Grau de satisfação dos moradores quanto a distância de postos de saúde por localização



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

O Posto de Saúde existente no Candeal Pequeno foi construído na primeira etapa do Viver Melhor, localizando-se em área de baixada, na Rua Dezoito de Agosto. O raio de influência do Posto a cada Conjunto Habitacional é de: 100m (Zé Botinha), 250m (Sapucaia), 250m (Chácara do Candeal), 160m (Jardim Candeal) e 20m (Vila do Jair). Segundo Ricardo MORETTI (1997) uma “Unidade Básica de Saúde” deve atender entre 2.000 a 20.000 habitantes, com o raio de influência de até 2.000m, significando, portanto, que o raio de influência do Posto de Saúde do Candeal Pequeno em relação aos Conjuntos é excelente. 98% dos moradores estão satisfeitos com a distância do Posto de Saúde à sua residência. O Posto atende também ao quesito número de habitantes, pois o Candeal Pequeno possui aproximadamente 5.000 habitantes.

4.2.7.3. Facilidade de compras e abastecimento

No Candeal Pequeno encontram-se distribuídos alguns mercadinhos, são dois na Rua Paulo Afonso e um na Rua 18 de Agosto; nesta rua também existe uma padaria. Durante a realização da pesquisa, observou-se que o abastecimento de frutas e verduras também é feito através de comércio informal de ambulantes, que, com carrinhos de mão, percorrem as ruas do Candeal Pequeno, facilitando, com isso, o abastecimento de alguns moradores.

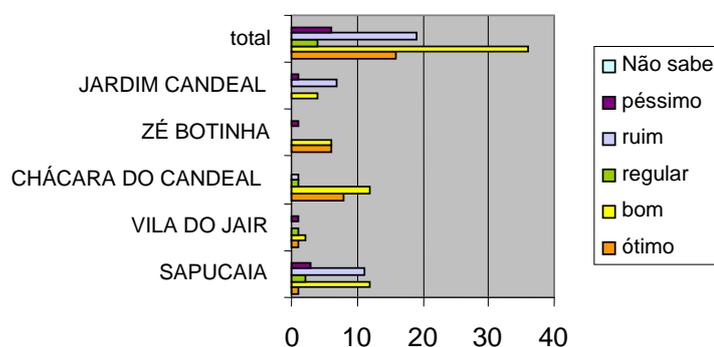


foto.36 – Travessa da Rua Paulo Afonso, 2004.

De forma geral, 65% dos moradores estão satisfeitos com a facilidade de compras e abastecimento em sua localidade, destes, 20% consideram o abastecimento ótimo, 45% bom, 5% regular, 23% ruim e 7% péssimo. Dos moradores entrevistados, os mais insatisfeitos são os que residem no Jardim Candéal e no Sapucaia, com um índice de insatisfação de 66,66%, no primeiro, e 48,27%, no segundo. Entretanto, estes conjuntos estão localizados próximos aos mercadinhos existentes na localidade, o mais próximo ao Jardim Candéal fica a 150m e ao Sapucaia, a 200m. Segundo COELHO e PEDRO (1998), a distância máxima entre o comércio diário e a habitação deve ser de 250m, ou seja, as distâncias para estes conjuntos são menores do que as distâncias máximas indicadas. Acredita-se que esta insatisfação deve-se ao fato de grande parte dos moradores procurarem a rede de abastecimento pública, a “Cesta do Povo”, localizada na Avenida Juracy Magalhães.

Dos Conjuntos Habitacionais analisados, o mais distante do comércio local é o Chácara do Candéal, que fica a uma distância de aproximadamente 360m do mercadinho da Rua Paulo Afonso e 440m do comércio da Rua Dezoito de Agosto. No entanto, os moradores deste conjunto encontram-se satisfeitos com a facilidade de abastecimento e compras do seu lugar de moradia.

Gráfico 26– Grau de satisfação dos moradores quanto a facilidade de compras e abastecimento por localização

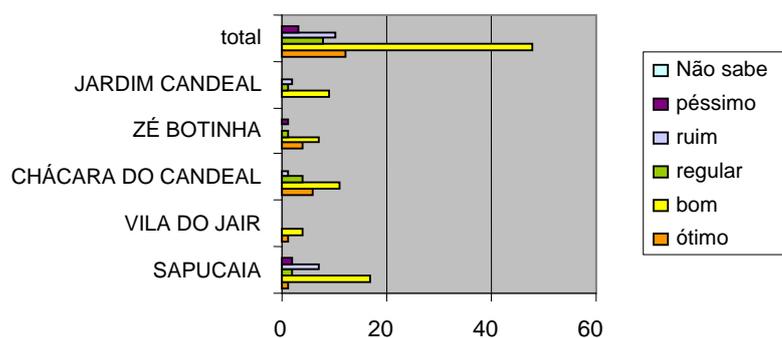


Fonte: elaborado pela autora, 2004.

4.2.7.4. Distância a locais para lazer

Segundo observação na pesquisa de campo, verificou-se que no Candeval Pequeno existem poucas áreas de lazer, compreendendo apenas uma quadra esportiva (localizada na Rua Santo Antônio, próxima à Chácara do Candeval), um campo de futebol (localizado na Rua 9 de Outubro), a Fonte da Bica (Rua Dezoito de Agosto) e a Praça El Milagre del Candeval, na Rua Paulo Afonso. 49% dos moradores encontram-se insatisfeitos quanto à existência de área de lazer para adultos e 45% estão satisfeitos com os espaços livres para crianças brincarem.

Gráfico 27 – Grau de satisfação dos moradores quanto a distância de locais para lazer por Localização



Fonte: elaborado pela autora, 2004.

A praça existente é desprovida de arborização. Devido à declividade do terreno, projetou-se uma escadaria que pode ser usada como assento para assistir apresentações de capoeira ou ensaios de grupos musicais locais. Esta praça foi construída em regime de mutirão

pelos moradores, com recursos da produção do filme “O Milagre do Candeal”, dirigido por Fernando Trueba, cineasta espanhol (Oscar de Melhor Filme Estrangeiro em 1993).

De modo geral, 76% dos moradores estão satisfeitos com a distância de suas habitações às áreas de lazer da localidade. Destes, os moradores do Sapucaia são os que mais reclamam da distância a locais de lazer, são 31% de moradores insatisfeitos, no entanto, este conjunto localiza-se próximo à Praça e ao Campo acima citados. Estes moradores reclamam da utilização da praça por viciados em drogas, consideram-na também inadequada para o uso das crianças, pois não possui brinquedo infantil, sendo perigosa, devido às escadarias.

Existem outras atividades de lazer que fazem parte dos hábitos dos homens, como freqüentar os bares da localidade. É muito freqüente encontrar grupos de homens sentados na rua jogando baralho, dominó ou dama.



foto.37 – Praça El Milagre do Candeal, 2004.



foto.38 – Campo de futebol, 2004.



foto.39 – Rua Nova da Vala, 2004.

As ruas da localidade também são utilizadas pelas crianças nas brincadeiras, é comum encontrar pessoas sentadas no meio fio conversando. Como podemos observar na foto 36, as ruas do Candeal não possuem calçadas entre a rua e as casas. Quando há calçada, ela é estreita, mal permitindo a passagem de uma pessoa. As pessoas utilizam-se da rua como área de convivência e socialização.

Algumas atividades de lazer são promovidas pelas associações existentes como festa do dia das mães, das crianças, festa de São João, festa de Santo Antônio. Esta última é comemorada devido ao sincretismo religioso, Santo Antônio corresponde ao Orixá Ogum, padroeiro do Candeal Pequeno.



foto. 40 – Rua Nova da Vala, 2004.

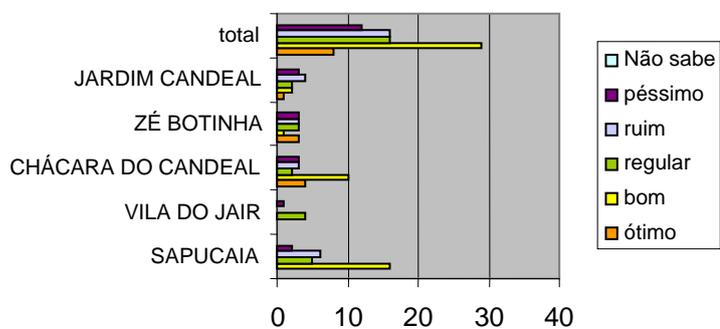
A fonte da bica é muito utilizada pelas crianças e adultos que gostam de banhar-se em suas águas. Outra opção de lazer para os moradores do Candeal é passear com a família no Parque da Cidade, que localiza-se na Avenida Antônio Carlos Magalhães, devido a proximidade à localidade do Candeal Pequeno, os moradores vão à pé. Alguns moradores também vão à praia nos finais de semana, caminham aproximadamente 1 hora e 30 minutos, para chegar à praia mais próxima.

4.2.8. Espaços livres para as crianças brincarem

Analisando os espaços livres existentes nos Conjuntos habitacionais que possibilitam a recreação das crianças moradoras, verifica-se que os Conjuntos Chácara do Candeal e Jardim

Candeal possuem áreas disponíveis para este fim. Os Conjuntos Vila do Jair e o Conjunto Zé Botinha são os mais prejudicados neste aspecto. O resultado da pesquisa demonstra que 45% dos moradores estão satisfeitos com os espaços livres disponíveis nos Conjuntos, com exceção dos moradores do Jardim Candeal e do Zé Botinha, que demonstram insatisfação quanto à falta de espaço livre para as crianças brincarem, no primeiro totalizam 58,3% e no segundo 46,15%. A área existente no Zé Botinha para este fim é a própria escadaria de acesso às unidades habitacionais, considerada perigosa para as crianças, que brincam nos patamares ou penduram-se nos corrimãos.

Gráfico 28 – Grau de satisfação dos moradores quanto a espaços livres para crianças brincarem por localização



Fonte: elaborado pela autora, 2004.



foto. 41 – Espaço livre, Conjunto Zé Botinha, 2004.

Apesar dos moradores do Jardim Candéal estarem insatisfeitos com a área livre para as crianças brincarem, em frente ao Conjunto existe uma área de aproximadamente 1.250m², que pode ser utilizada para este fim, necessitando, porém, de tratamento urbanístico e paisagístico. Talvez esta insatisfação decorra da expectativa que estes moradores criaram em relação à urbanização da área pelo programa Viver Melhor, transformando-a em uma praça.

Os demais moradores, localizados no Sapucaia e no Chácara do Candéal, encontram-se em sua maioria satisfeitos com esse aspecto. O Sapucaia localiza-se próximo à Praça El Milagre del Candéal e tem a fachada frontal voltada para uma rua calma com alguns equipamentos de ginástica dipostos na calçada. Além disso, existem as áreas das circulações do próprio conjunto, assim como as varandas. Já no Chácara do Candéal, as habitações estão implantadas em forma de triângulo, cujo espaço central é livre para a construção de uma praça. Também é cercado à sua lateral direita por uma área em declive arborizada, que promove um ambiente muito agradável para o conjunto. Na entrada do conjunto existe ainda um platô que é utilizado pelos jovens para “empinar arraia”.



foto.42 – Espaço livre, Conjunto Chácara do Candéal, 2004



foto.43 – Área ao lado do Conjunto Chácara do Candéal, 2004.

A maioria dos moradores do Conjunto Vila do Jair considera “regular” o espaço livre para as crianças brincarem, apesar de suas habitações estarem rentes à Rua Dezoito de Agosto, que é movimentada com fluxo de automóveis e pessoas, e de não haver passeio para pedestre. Todos os moradores avançaram o espaço em frente às suas casas e construíram uma varanda, o que significa um ganho de área privada que pode ser utilizada pelas crianças, mas não corresponde a área livre de uso condominial, ou seja, este Conjunto encontra-se desprovido de espaços livres comuns para recreação.

Para os empreendimentos multifamiliares, MORETTI (1997) sugere a exigência de **6m²/habitação** em termos de áreas livres destinadas à recreação de uso coletivo dos condomínios, o que existe apenas nos Conjuntos Chácara do Candéal e Jardim Candéal, os demais não dispõem de área para recreação no próprio Conjunto, apesar de poderem utilizar-se de algumas opções nas proximidades.

Retomando os objetivos deste capítulo sobre os critérios “adequação” e “satisfação”, analisou-se a satisfação quanto ao desempenho funcional das habitações e da infra-estrutura urbana, como também o comportamento dos moradores em relação à nova realidade, além disso avaliou-se a adequação promovida pelos moradores nas unidades habitacionais. Todos estes aspectos foram abordados de forma qualitativa e quantitativa. O enfoque está direcionado para o morador e sua relação com a casa, com o conjunto e com os serviços e equipamentos urbanos. Agora, é necessário ampliar a visão, saber como estes percebem o Candéal Pequeno depois das transformações promovidas pelo Viver Melhor. Como estabelecem a relação com a estrutura formal do lugar? Quais os percursos que costumam fazer usualmente? Com que elementos se identificam? Como percebem o Candéal Pequeno? Quais os lugares que se destacam? Quais são os significados? O que valorizam? Qual a linguagem que estabelecem entre si? Como se expressam através das palavras e dos desenhos?

tab. 17 – AVALIAÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL POR TIPOLOGIA

	TIPOLOGIA VERTICALIZADA			TIPOLOGIA ESCALONADA			TIPOLOGIA ISOLADA					
	Satisf.	Regular	Insatisf.	Não sabe	Satisf.	Regular	Insatisf.	Não sabe	Satisf.	Regular	Insatisf.	Não sabe
Instalações elétricas	54%	11%	20%	15%	77%	-	23%	-	75%	12,5%	12,5%	-
Instalações hidráulicas	70%	13%	17%	-	69%	8%	23%	-	100%	-	-	-
Materiais de revestimento	35%	25%	38%	2%	23%	31%	46%	-	62,50%	25%	12,5%	-
Portas e janelas	33%	20%	47%	-	15%	31%	54%	8%	87,50%	12,50%	-	-
Estrutura	76%	11%	9%	4%	54%	15%	23%	-	87,50%	-	12,5%	-
Distância da casa à do vizinho	50%	16%	34%	-	31%	15%	54%	-	37,50%	37,50%	25,00%	-
Ampliação do imóvel	76%	15%	9%	-	23%	15%	54%	-	62,50%	-	37,50%	-
Adaptação do idoso	53%	13%	30%	4%	38%	8%	54%	-	62,50%	12,50%	12,5%	12,5%
Adaptação do deficiente	43%	13%	40%	4%	38%	-	62%	-	62,50%	12,50%	12,5%	12,5%
Espaço livre da casa	60%	18%	22%	-	62%	15%	23%	-	37,50%	-	62,50%	-
Tamanho da cozinha	59%	16%	23%	2%	39%	23%	38%	-	50%	12,50%	37,50%	-
Quantidade dos quartos	67%	9%	20%	4%	100%	-	-	-	37,50%	62,50%	-	-
Ventilação da casa	76%	16%	8%	-	100%	-	-	-	100%	-	-	-
Conforto quanto à iluminação	93%	5%	2%	-	100%	-	-	-	75%	25%	-	-
Conforto quanto a ruídos e barulhos	39%	18%	43%	-	38%	31%	31%	-	75%	25%	-	-
Temperatura da casa	69%	20%	11%	-	69%	15%	16%	-	75%	12,50%	12,50%	-
Segurança contra o fogo	33%	9%	36%	22%	77%	-	23%	-	25%	-	-	75%
Segurança contra terceiros	46%	18%	31%	5%	61%	8%	31%	-	87,50%	-	12,50%	-
Segurança contra acidentes	63%	13%	12%	10%	70%	-	30%	-	75%	12,50%	-	12,50%
Quantidade de sanitários	63%	22%	15%	-	70%	15%	15%	-	87,50%	12,50%	-	-
Localização dos sanitários	54%	9%	37%	-	38%	15%	47%	-	100%	-	-	-
Funcionamento dos sanitários	69%	16%	15%	-	77%	-	23%	-	100%	-	-	-

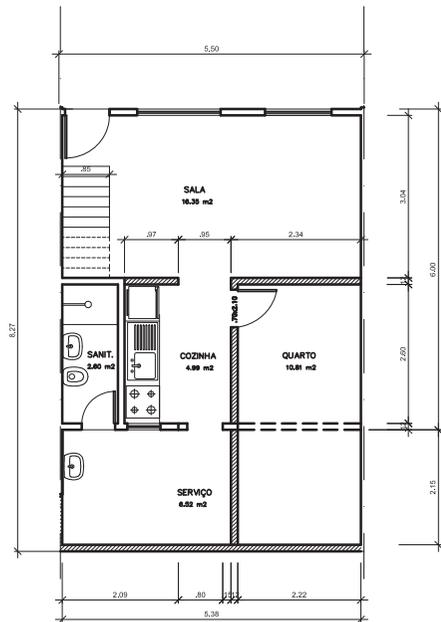
Fonte: organizada pela autora, 2005

Tabela18 – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS

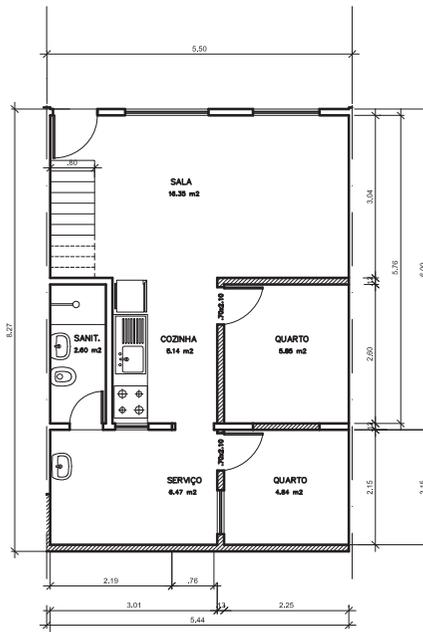
	Conj. Habitacional Zé Botinha				Conj. Habitacional Chácara do Candeal				Conj. Habitacional Vila do Jair				Conj. Habitacional Jardim Candeal				Conj. Habitacional Sapucaia (unid. verticalizadas e isoladas)			
	Satisf.	Regular	Insat.	Não Sabe	Satisf.	Regular	Insat.	Não sabe	Satisf.	Regular	Insat.	Não sabe	Satisf.	Regular	Insat.	Não sabe	Satisf.	Regular	Insat.	Não sabe
Área de lazer para adultos	54,0%	8,0%	30,0%	8,0%	23,0%	9,0%	68,0%	-	20,0%	80,0%	-	-	8,0%	17,0%	75,0%	-	45,0%	14,0%	38,0%	3,0%
Espaços livres para crianças brincarem	31,0%	23,0%	46,0%	-	64,0%	9,0%	27,0%	-	-	80,0%	20,0%	-	25,0%	17,0%	58,0%	-	55,0%	17,0%	28,0%	-
Segurança pública	38,0%	8,0%	54,0%	-	9,0%	18,0%	73,0%	-	20,0%	40,0%	40,0%	-	17,0%	17,0%	66,0%	-	28,0%	10,0%	62,0%	-
Transporte público	85,0%	-	15,0%	-	73,0%	23,0%	4,0%	-	80,0%	-	20,0%	-	83,3%	8,3%	8,3%	-	59,0%	14,0%	27,0%	-
Iluminação pública	100,0%	-	-	-	64,0%	27,0%	9,0%	-	80,0%	20,0%	-	-	58,0%	17,0%	25,0%	-	83,0%	10,0%	7,0%	-
Pavimentação	100,0%	-	-	-	45,0%	32,0%	23,0%	-	-	60,0%	40,0%	-	33,0%	58,0%	9,0%	-	83,0%	10,0%	7,0%	-
Limpeza urbana (varrição)	85,0%	-	15,0%	-	45,0%	5,0%	41,0%	9,0%	80,0%	20,0%	-	-	42,0%	42,0%	16,0%	-	90,0%	7,0%	3,0%	-
Coleta de lixo	100,0%	-	-	-	68,0%	23,0%	9,0%	-	40,0%	40,0%	20,0%	-	83,3%	8,3%	8,3%	-	97,0%	3,0%	-	-
Fornecimento de energia elétrica	92,0%	8,0%	-	-	82,0%	9,0%	9,0%	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	97,0%	3,0%	-	-
Rede de esgoto	69,0%	8,0%	23,0%	-	32,0%	18,0%	50,0%	-	40,0%	-	60,0%	-	67,0%	25,0%	8,0%	-	83,0%	3,0%	14,0%	-
Fornecimento de água	85,0%	-	15,0%	-	77,0%	9,0%	14,0%	-	80,0%	-	20,0%	-	92,0%	8,0%	-	-	100,0%	-	-	-
Distância de locais para o lazer	85,0%	8,0%	7,0%	-	77,0%	18,0%	5,0%	-	100,0%	-	-	-	75,0%	8,0%	17,0%	58,0%	62,0%	7,0%	31,0%	-
Distância do trabalho	62,0%	23,0%	15,0%	-	77,0%	13,0%	5,0%	5,0%	60,0%	-	40,0%	-	17,0%	8,0%	17,0%	-	45,0%	7,0%	31,0%	17,0%
Facilidade de compras e abastecimento	92,0%	-	8,0%	-	91,0%	4,5%	4,5%	-	60,0%	20,0%	20,0%	-	33,0%	-	67,0%	-	45,0%	7,0%	48,0%	-
Distância a posto de saúde	92,0%	8,0%	-	-	95,0%	5,0%	5,0%	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	86,0%	7,0%	7,0%	-
Distância a escolas	70,0%	15,0%	15,0%	-	95,0%	5,0%	5,0%	-	40,0%	20,0%	40,0%	-	25,0%	17,0%	58,0%	-	41,0%	7,0%	48,0%	4,0%

Graus de satisfação: Satisfatório / Regular / Insatisfatório / Não Sabe

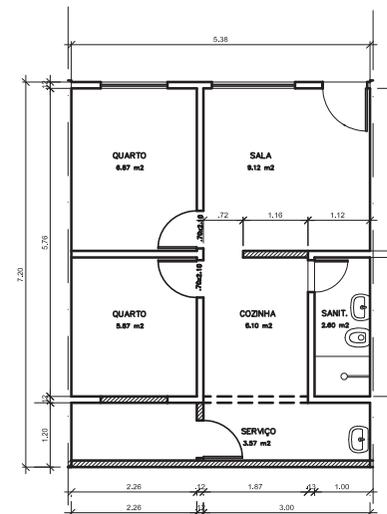
Fonte: organizada pela autora, 2005.



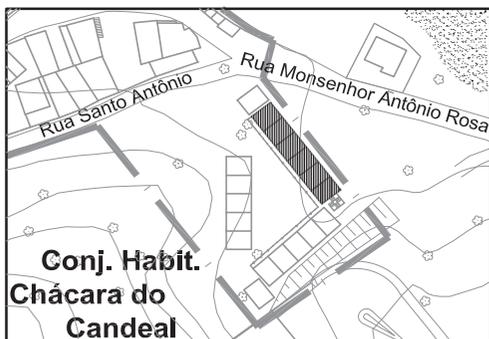
CHÁCARA DO CANDEAL – RES. 105



CHÁCARA DO CANDEAL – RES. 103



CHÁCARA DO CANDEAL – RES. 204

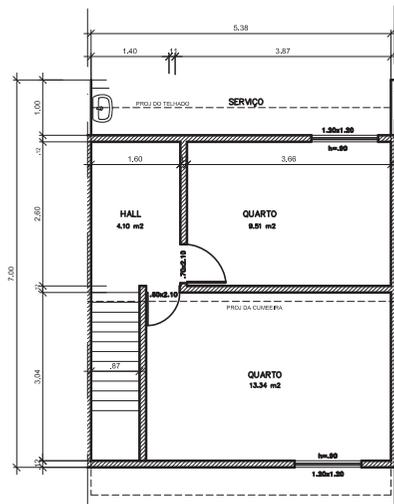


- LEGENDA
- PAREDE DEMOLIDA
 - /// PAREDE CONSTRUÍDA

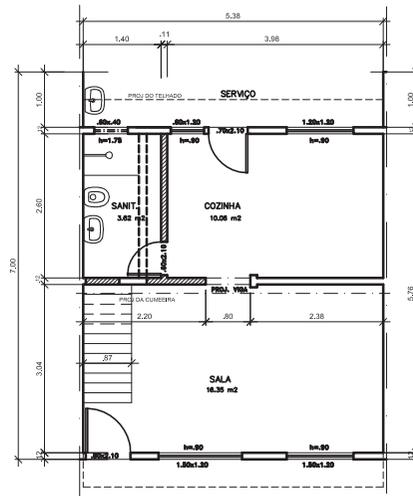
ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS PELOS MORADORES
CONJUNTO CHÁCARA DO CANDEAL / TIPOLOGIA VERTICALIZADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

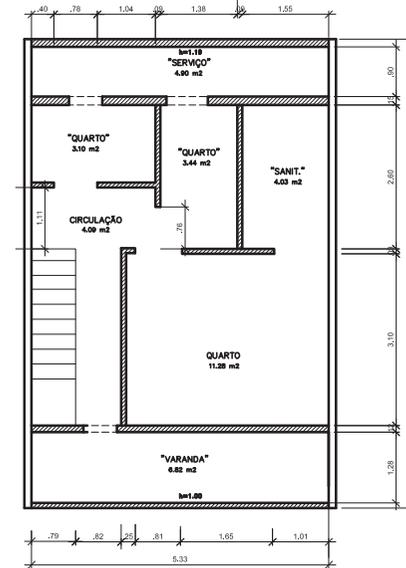
MESTRANDA	DATA	FIGURA
KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	2º SEM. / 2004	15
FONTE	ESCALA	
LEVANTAMENTO DE CAMPO, 2004	1/100	



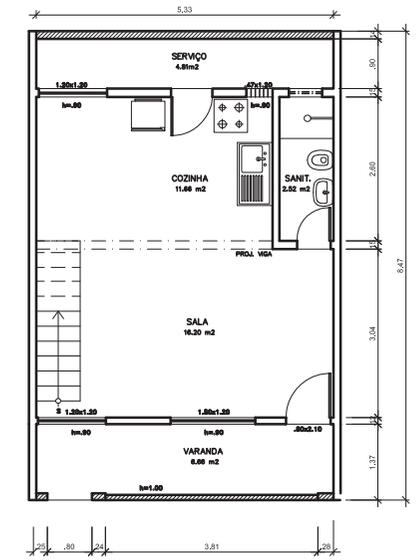
CHÁCARA DO CANDEAL - RES. 09 - SUPERIOR



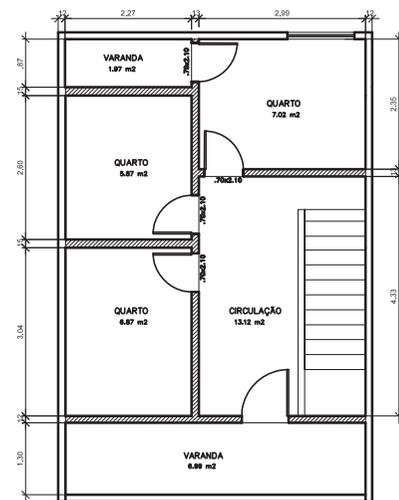
CHÁCARA DO CANDEAL - RES. 09 - TÉRREO



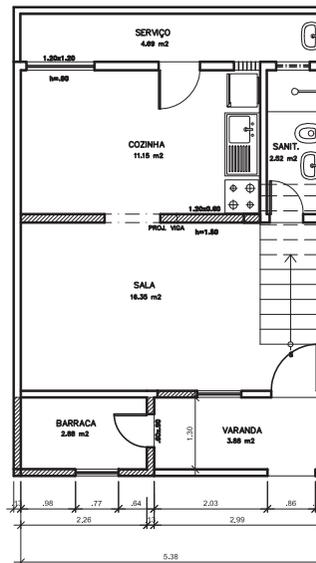
CHÁCARA DO CANDEAL - RES. 10 - SUPERIOR



CHÁCARA DO CANDEAL - RES. 10 - TÉRREO

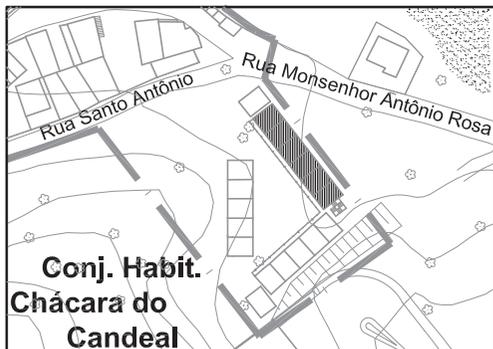


CHÁCARA DO CANDEAL - RES. 08 - SUPERIOR



CHÁCARA DO CANDEAL - RES. 08 - TÉRREO

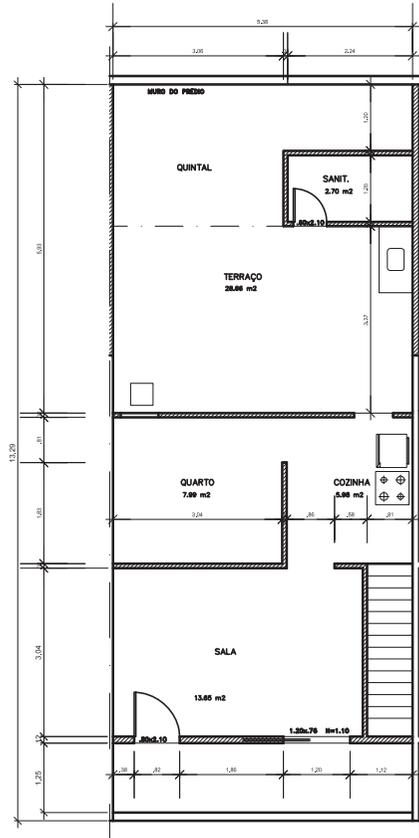
LEGENDA
 PAREDE DEMOLIDA ---
 PAREDE CONSTRUÍDA



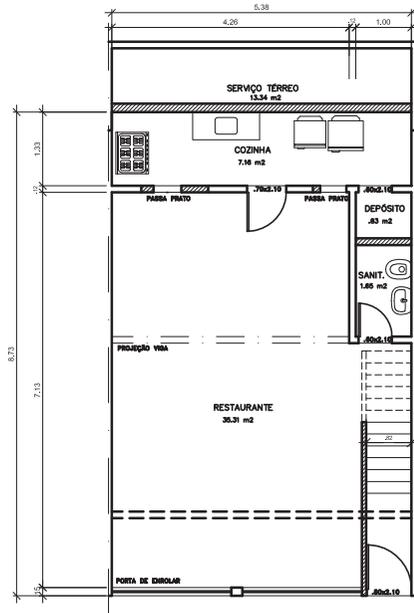
**ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS PELOS MORADORES
 CONJUNTO CHÁCARA DO CANDEAL / TIPOLOGIA VERTICALIZADA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

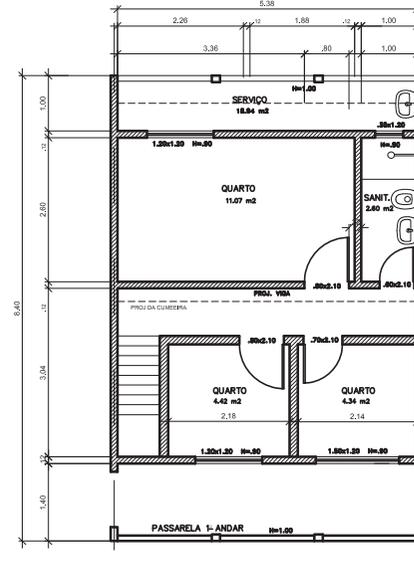
MESTRANDA	KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	DATA	2º SEM. / 2004	FIGURA	16
FONTE	LEVANTAMENTO DE CAMPO, 2004	ESCALA	1/100		



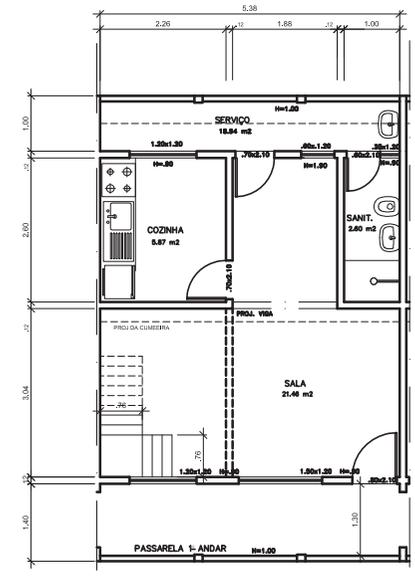
JARDIM CANDEAL - RES. 102 - SUPERIOR



JARDIM CANDEAL - RES. 102 - TÉRREO



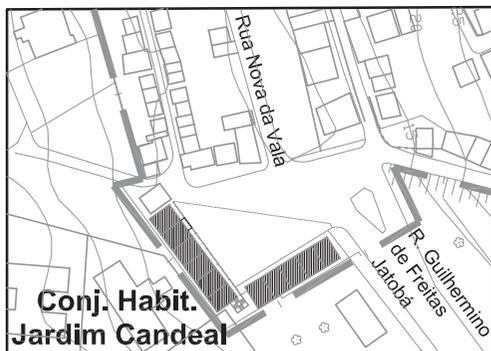
JARDIM CANDEAL - RES. 204 - SUPERIOR



JARDIM CANDEAL - RES. 204 - TÉRREO

LEGENDA

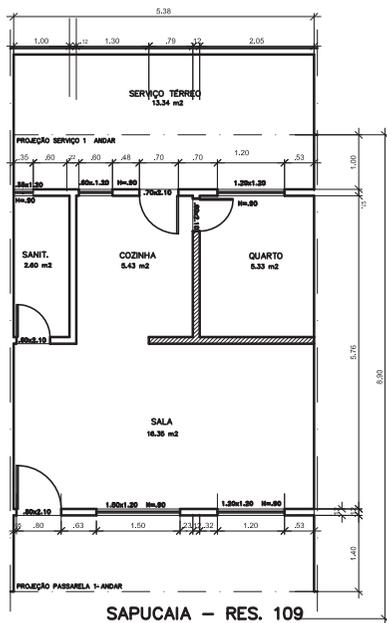
- PAREDE DEMOLIDA
- /// PAREDE CONSTRUÍDA



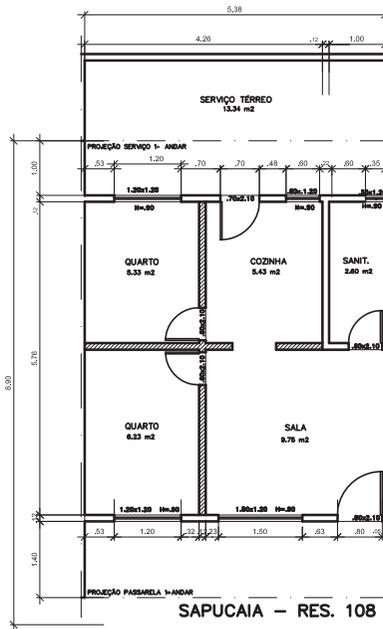
ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS PELOS MORADORES
CONJUNTO JARDIM CANDEAL / TIPOLOGIA VERTICALIZADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

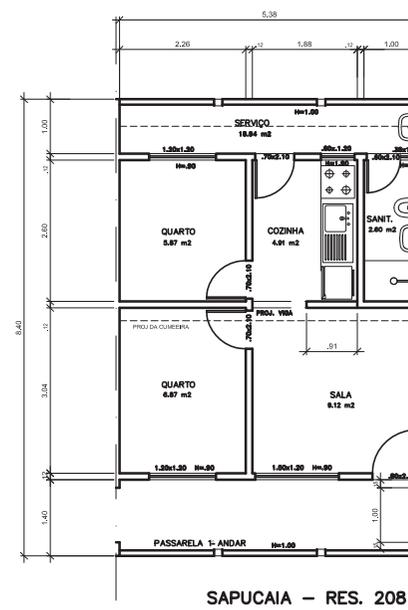
MESTRANDA	KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	DATA	2º SEM. / 2004	FIGURA	17
FONTE	LEVANTAMENTO DE CAMPO, 2004	ESCALA	1/100		



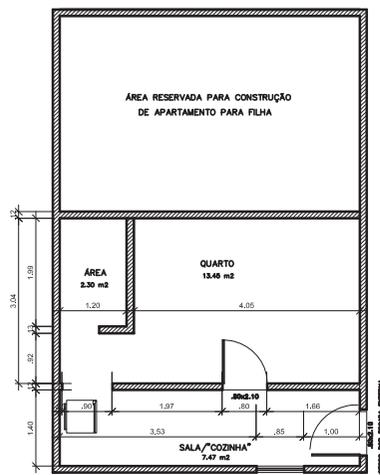
SAPUCAIA - RES. 109



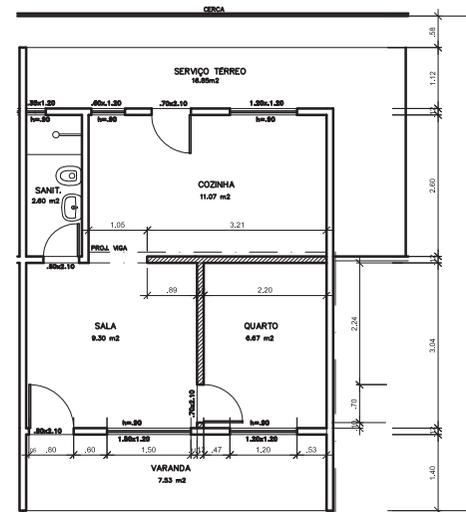
SAPUCAIA - RES. 108



SAPUCAIA - RES. 208

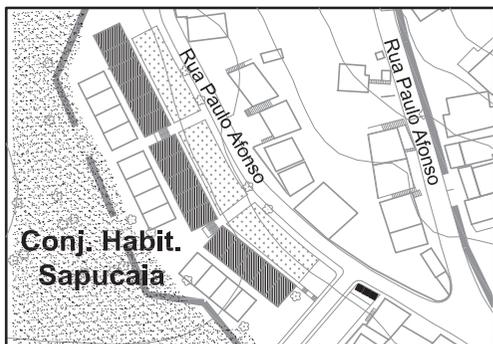


SAPUCAIA - RES. 111 - SUPERIOR



SAPUCAIA - RES. 111 - TÉRREO

- LEGENDA
- PAREDE DEMOLIDA
 - PAREDE CONSTRUÍDA



ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS PELOS MORADORES
CONJUNTO SAPUCAIA / TIPOLOGIA VERTICALIZADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

MESTRANDA
 KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE

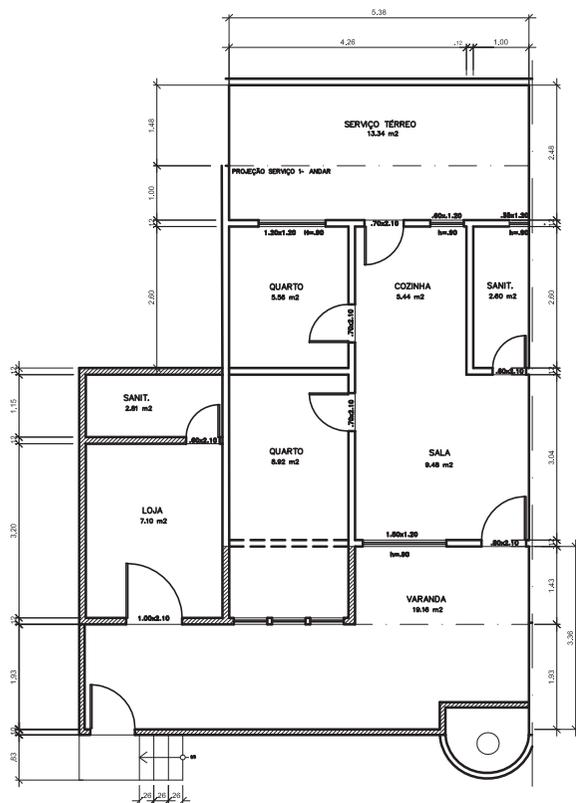
DATA
 2º SEM. / 2004

FIGURA

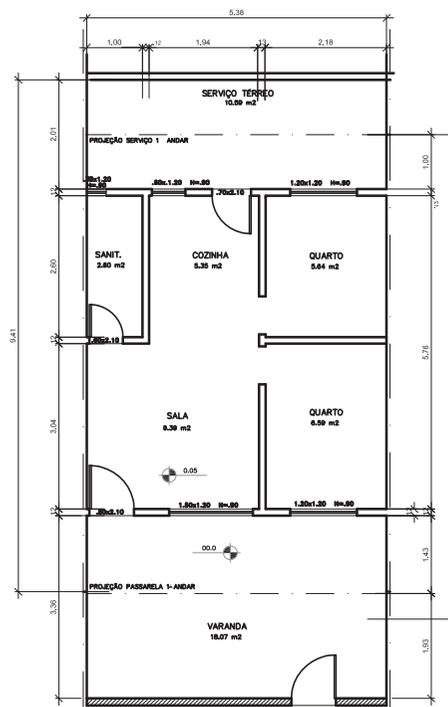
FONTE
 LEVANTAMENTO DE CAMPO, 2004

ESCALA
 1/100

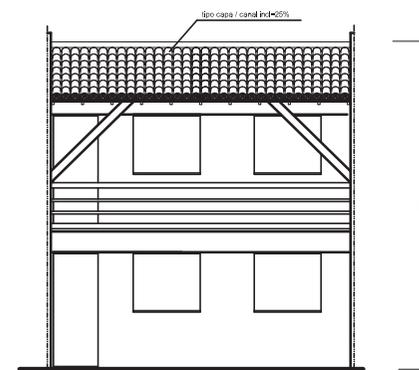
18



VILA DO JAIR – RES. 103



VILA DO JAIR – RES. 102



ELEVAÇÃO FRONTAL

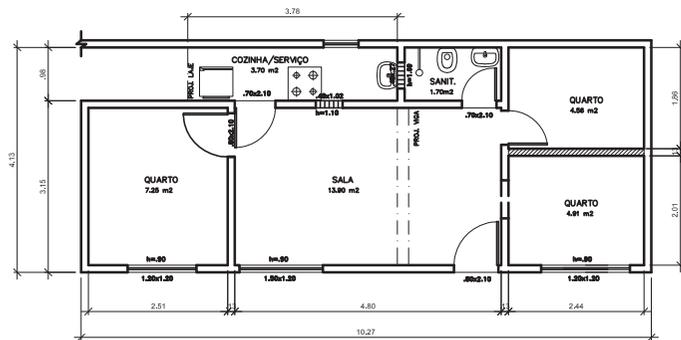


- LEGENDA
- == PAREDE DEMOLIDA
 - /// PAREDE CONSTRUÍDA

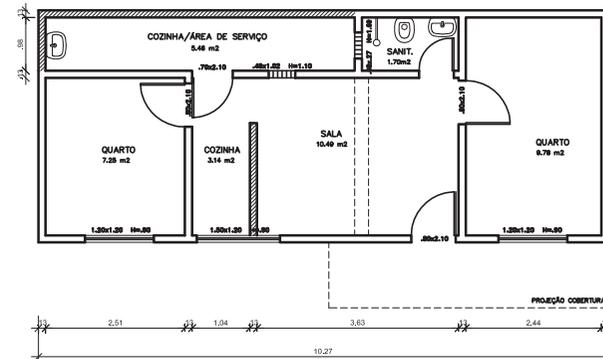
ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS PELOS MORADORES
CONJUNTO VILA DO JAIR / TIPOLOGIA VERTICALIZADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

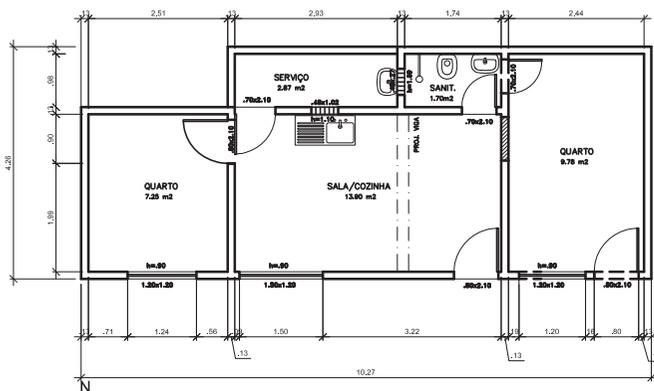
MESTRANDA	DATA	FIGURA
KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	2º SEM. / 2004	19
FONTE	ESCALA	
LEVANTAMENTO DE CAMPO, 2004	1/100	



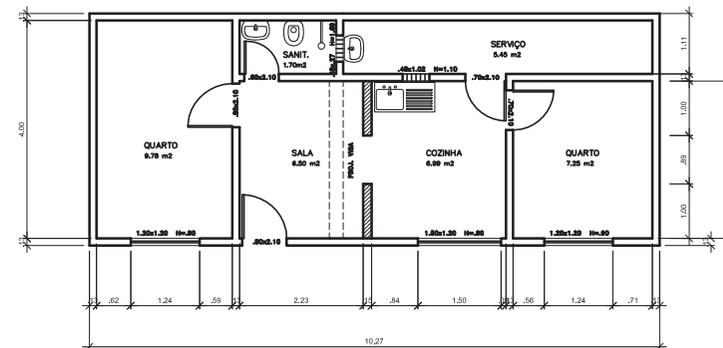
ZÉ BOTINHA - RES. 02



ZÉ BOTINHA - RES. 04



ZÉ BOTINHA - RES. 12



ZÉ BOTINHA - RES. 07

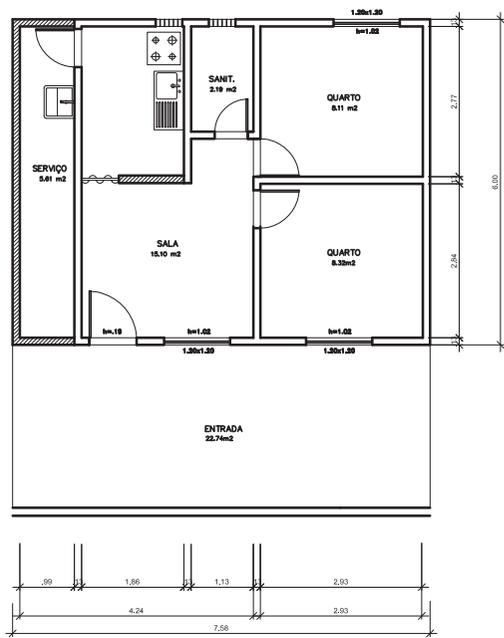


- LEGENDA
- PAREDE DEMOLIDA
 - /// PAREDE CONSTRUÍDA

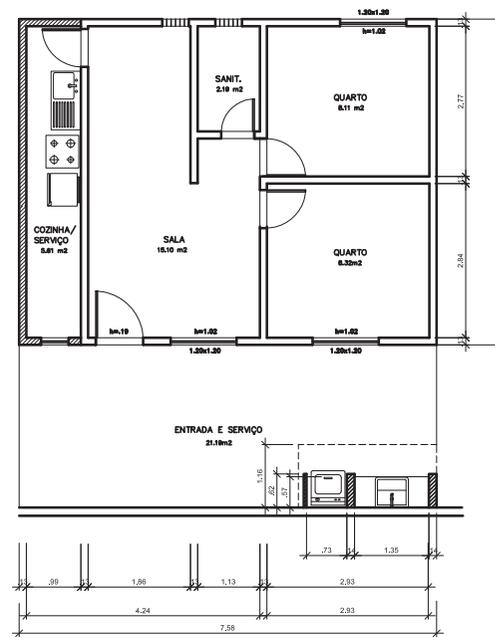
**ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS PELOS MORADORES
CONJUNTO ZÉ BOTINHA / TIPOLOGIA ESCALONADA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

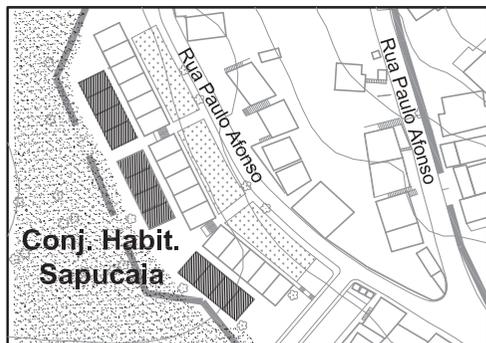
MESTRANDA	DATA	FIGURA
KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	2º SEM. / 2004	20
FONTE	ESCALA	
LEVANTAMENTO DE CAMPO, 2004	1/100	



SAPUCAIA – RES. 04



SAPUCAIA – RES. 03



- LEGENDA
- PAREDE DEMOLIDA
 - PAREDE CONSTRUÍDA

ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS PELOS MORADORES
CONJUNTO SAPUCAIA / TIPOLOGIA ISOLADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

MESTRANDA	DATA	FIGURA
KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	2º SEM. / 2004	21
FONTE	ESCALA	
LEVANTAMENTO DE CAMPO, 2004	1/100	

Capítulo 5

Estratégias Cognitivas: o “Sentido” do Candeal Pequeno para os moradores

Este capítulo trata do critério “sentido”, de como ocorre o processo de percepção e cognição dos moradores em relação ao Candeal Pequeno depois das intervenções urbanísticas e habitacionais implantadas pelo Programa Viver Melhor. Como apreendem a “estrutura formal”, como se orientam na localidade, quais os percursos mais usuais, quais os lugares que mais se identificam (“identidade”), quais os significados que dão a estes, como conseguem se comunicar uns com os outros através das características físicas simbólicas (“legibilidade”) (LYNCH, 1981).

5.1. Percepção e Cognição ambiental pelos moradores do Candeal Pequeno

Amos RAPOPORT (1978) considera os esquemas cognitivos e os mapas mentais como meios fundamentais de manifestação de sentimentos, pois o desenho é utilizado como forma de expressão por crianças, desde pequenas, e por povos primitivos que possuem a capacidade de produzir mapas mentais, como também são capazes de ler fotos aéreas. “O desenho em si mesmo é a expressão física e a formalização de um esquema cognitivo” (RAPOPORT, 1978, p.114).

“Mapas mentais são transformações psicológicas através das quais a pessoa adquire, codifica, recorda e decodifica informação acerca de seu meio ambiente espacial, ou seja as distâncias relativas, direções, combinação de elementos, etc. (Downs and Stea, 1973). Podem chamar-se também mapas cognitivos (Tolman, 1948; e também Trowbridge, 1913)” (RAPOPORT, 1978, p. 124).

A partir do mapas mentais produzidos pelos moradores, procurou-se identificar os percursos usuais realizados por estes e os elementos formais contidos no desenho. Em paralelo, utilizou-se as respostas textuais das entrevistas que foram esclarecendo e complementando as informações contidas nos mapas. Organizou-se então os dados em tabelas separadas: as respostas textuais e os elementos formais (equipamentos, nomes de rua e de lugares, elementos simbólicos, etc.) em relação aos conjuntos habitacionais. A partir daí construiu-se o mapa por Conjunto contendo todos os percursos e todos os

elementos levantados pelos moradores para finalmente chegarmos ao mapa geral da localidade.

“Se aceitamos que os esquemas cognitivos representam um conhecimento subjetivo do que um indivíduo sabe, valoriza e organiza a respeito do seu meio ambiente então os mapas mentais são as imagens mentais que as pessoas deduzem de seu meio físico e que afetam primariamente seu comportamento no espaço” (RAPOPORT , 1978, p.123).

Analisando as tabelas referentes aos elementos formais do Bairro, citados nas entrevistas, em relação às tabelas resultantes dos mapas cognitivos (ver tabela 19), observa-se que os desenhos possuem uma diversidade maior de elementos físicos, são mais ricos. Muitos elementos do bairro que aparecem nos desenhos não aparecem nas respostas escritas, no entanto, todos os elementos do texto estão contidos nos mapas cognitivos. Por exemplo: no caso do Conjunto Zé Botinha , são 13 elementos citados nas entrevistas (ver tabela 20), contra 30 encontrados nos desenhos (tabela 19). No Conjunto Jardim Candeal, são 15 elementos citados no texto (tabela 20), contra 109 presentes no desenho (tabela 19).

Quanto ao conteúdo dos mapas cognitivos, confeccionados pelos moradores entrevistados, observa-se que não existe uma homogeneidade em relação ao produto final dos mesmos:

- Alguns são bem estruturados, possuem nomes de rua, o desenho é claro, possuem pontos de referência e elementos marcantes da localidade.
- Outros caracterizam-se por possuírem poucos elementos e, às vezes, só possuem o desenho da casa com o número.
- Outros possuem textos.
- Alguns mapas representam apenas os elementos de destaque da localidade, sem ruas, ou definição de direção ou sentido.
- Alguns desenhos são carregados de representação infantil, possuem casa, sol, árvore, pássaro, flores, etc.
- Outros representam pessoas nas ruas (adultos, crianças).

Os elementos que mais aparecem nos mapas cognitivos dos moradores do Candeal Pequeno são (ver tabela 19):

1. Casa (34);
2. Nome de ruas e avenidas (32);
3. Árvore (25);
4. Escada (21);
5. Escola Pracatum (21);
6. *Candyall Gueto Square* (19);
7. Nome do Conjunto ou do Condomínio (18);
8. Bar e barraca (18);
9. Número da casa (16);
10. Bica (11);
11. Campo de futebol (9);
12. Ponto de ônibus (7);
13. Posto de Saúde (6);
14. Prédios (6);
15. Praça El Milagre do Candeal (4);
16. Mercado Super Miranda (4);
17. Colégio Luís Viana (4);
18. Lactomia (3);
19. Praça do Largo do Retiro de São Francisco (3);
20. Quadra de esportes(3);
21. Candomblé (3);
22. Mercadinho Candeal (2);
23. Padaria (2);
24. Mercearia (1).

Outros elementos aparecem como componentes do desenho: pessoas, flores, bancos de praça, mesas, cadeiras, instrumentos musicais, nuvens, pássaros, sol, etc.



Figura 22 - por José Jorge dos Santos, 42 anos, casa 212 - Sapucaia, 2004.

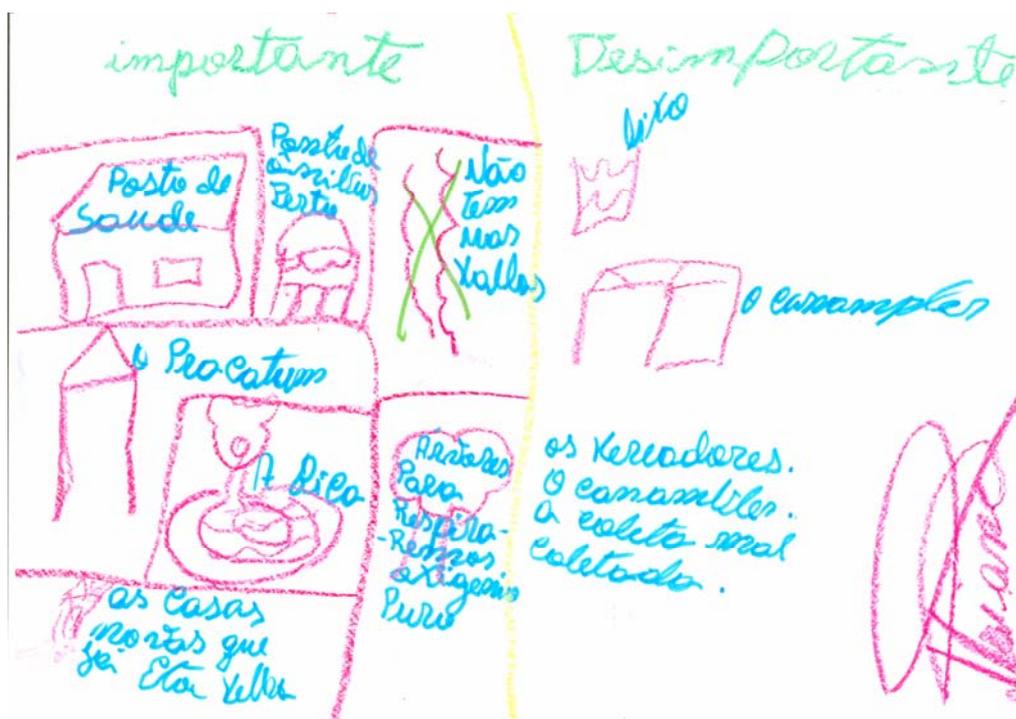


Figura 23 – por Maiane Oliveira Pereira Santos, casa 202 - Jardim Candéal, 2004.

5.1.1. Estrutura Formal

Os mapas mentais produzidos pelos moradores de cada Conjunto Habitacional, demonstram que estes representam, principalmente, os percursos usuais que fazem no seu cotidiano, **a visão predominante nos desenhos é muito mais do micro do que do**

macro, ou seja, prendem-se ao desenho do percurso e aos elementos contidos neste percurso, são poucos os desenhos que abrangem a localidade como um todo.

“A maneira através da qual o espaço e a gente no espaço se organiza, reflete as categorias cognitivas espaciais, temporais e sociais próprias da identidade social do grupo considerado” (RAPOPORT, 1978, p.116).

O mapa cognitivo abaixo (figura 24), produzido por moradora do Conjunto Jardim Candeal, representa apenas o percurso que costuma fazer. Os elementos marcantes que aparecem no desenho fazem parte da localidade Cidade Jardim (prédios, ponto de ônibus, posto de gasolina, shopping, barraca de Roberta), localidade vizinha ao Candeal Pequeno e que dá acesso à Avenida Juracy Magalhães, pela Rua “OAS”. Além disso, destaca a sua moradia em relação às outras através do número da porta e identificando-a como “minha casa”.

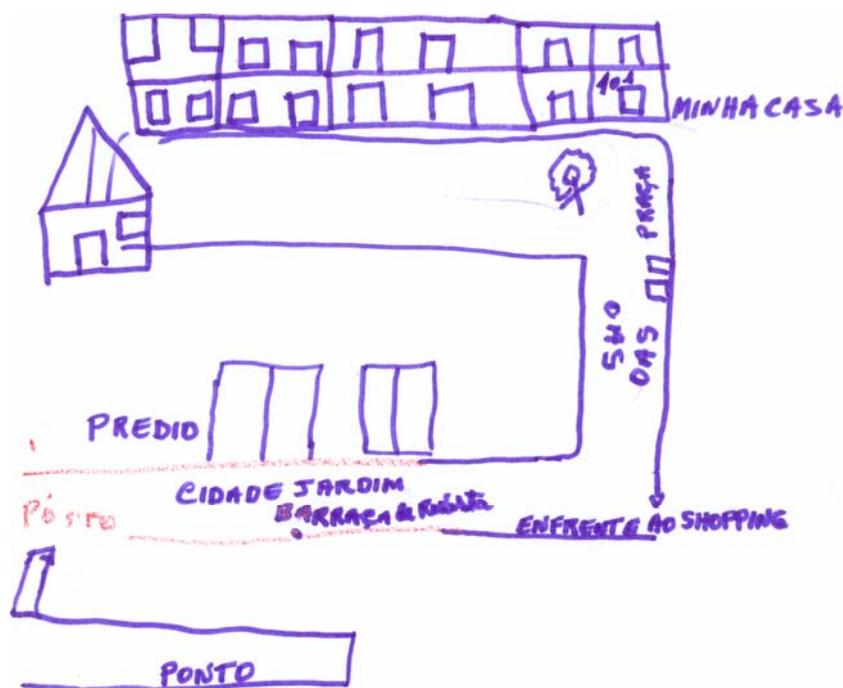


Figura 24 - por Norma Pereira dos Anjos, casa 102 - Jardim Candeal, 2004.

No próximo exemplo (figura 25), o mapa mental da moradora do Conjunto Chácara do Candeal tem como pontos de referência elementos físicos do Bairro de Brotas: edifícios residenciais que localizam-se na Rua Monsenhor Antônio Rosa, que dá acesso à Av. D. João VI e à Igreja Nossa Senhora de Brotas. Existe uma linha horizontal

que divide o desenho no meio, na parte de baixo está representado a continuação da Rua Santo Antônio que dá acesso à Cidade Jardim (CJ). Nesta representação cognitiva, observa-se que a moradora faz referência a elementos formais das localidades vizinhas ao Candéal Pequeno, Brotas e Cidade Jardim, porém, não representa elementos formais específicos do Candéal Pequeno.

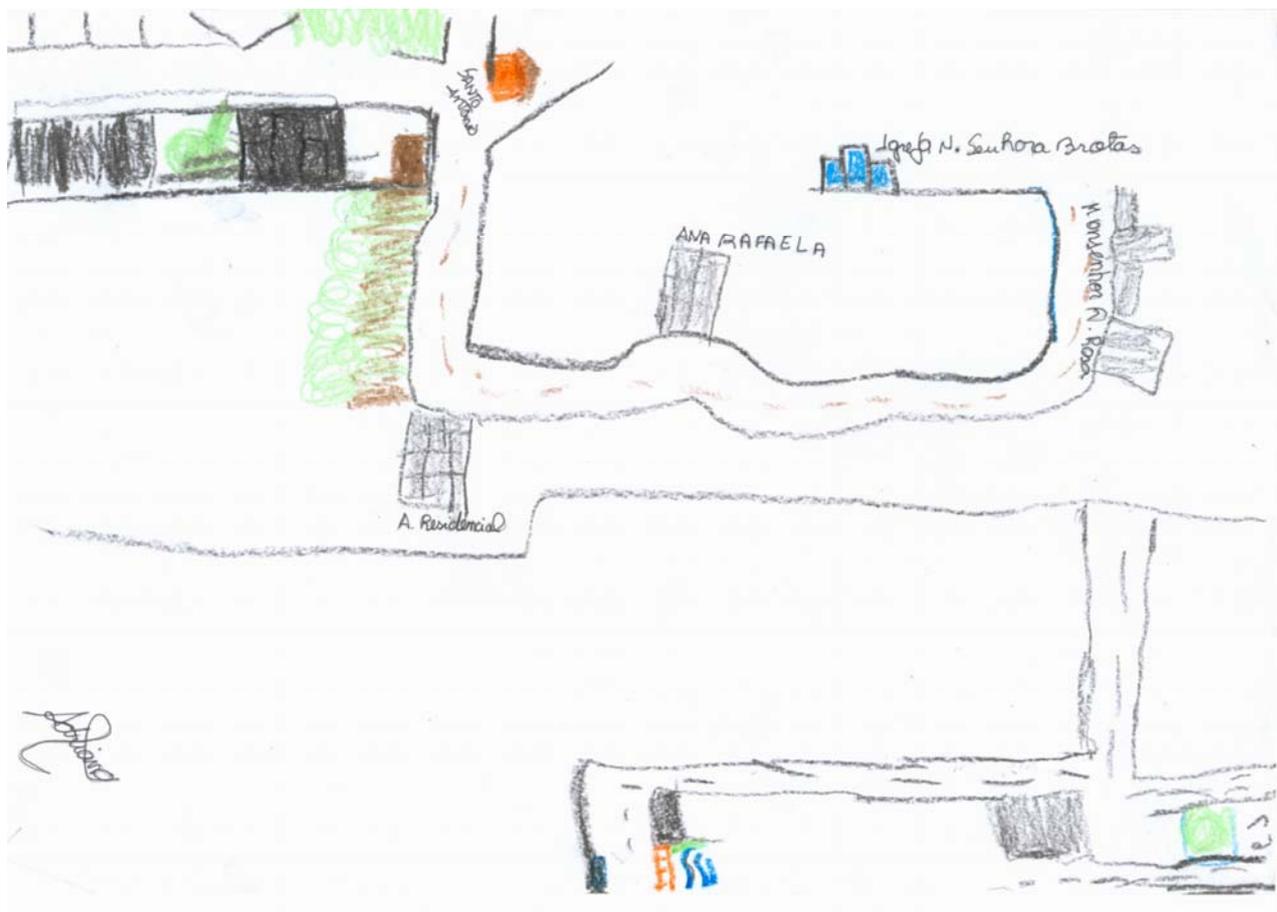


Figura 25 - por Adriana dos Santos Silva, casa 1 – Chácara do Candéal, 2004.

Alguns desenhos, produzidos pelos moradores do Conjunto Chácara do Candéal (ver fig. 25 e 26) , abrangem um universo ampliado, que inclui desde a avenida principal de Brotas, Av. D. João VI à Avenida Juracy Magalhães. Acredita-se que esta abertura na percepção da estrutura formal por estes moradores do Chácara do Candéal **deve-se à localização do Conjunto, que fica situado em local de altitude**, distando aproximadamente a mesma medida das duas grandes avenidas. Logo, os elementos referenciais ou marcantes destes moradores incluem tanto elementos localizados em Brotas (a Igreja, o Banco Bradesco), como os localizados na Av. Juracy Magalhães (o ponto de ônibus, o posto de gasolina), abrangendo também os elementos da localidade

Candeal Pequeno e da Cidade Jardim. A representação cognitiva a seguir (figura 26), tem uma característica peculiar em relação aos outros exemplos, pois demonstra duas possibilidades de acesso para o Candeal Pequeno: “por cima” (Bairro de Brotas) e “por baixo” (pela Avenida Juracy Magalhães).

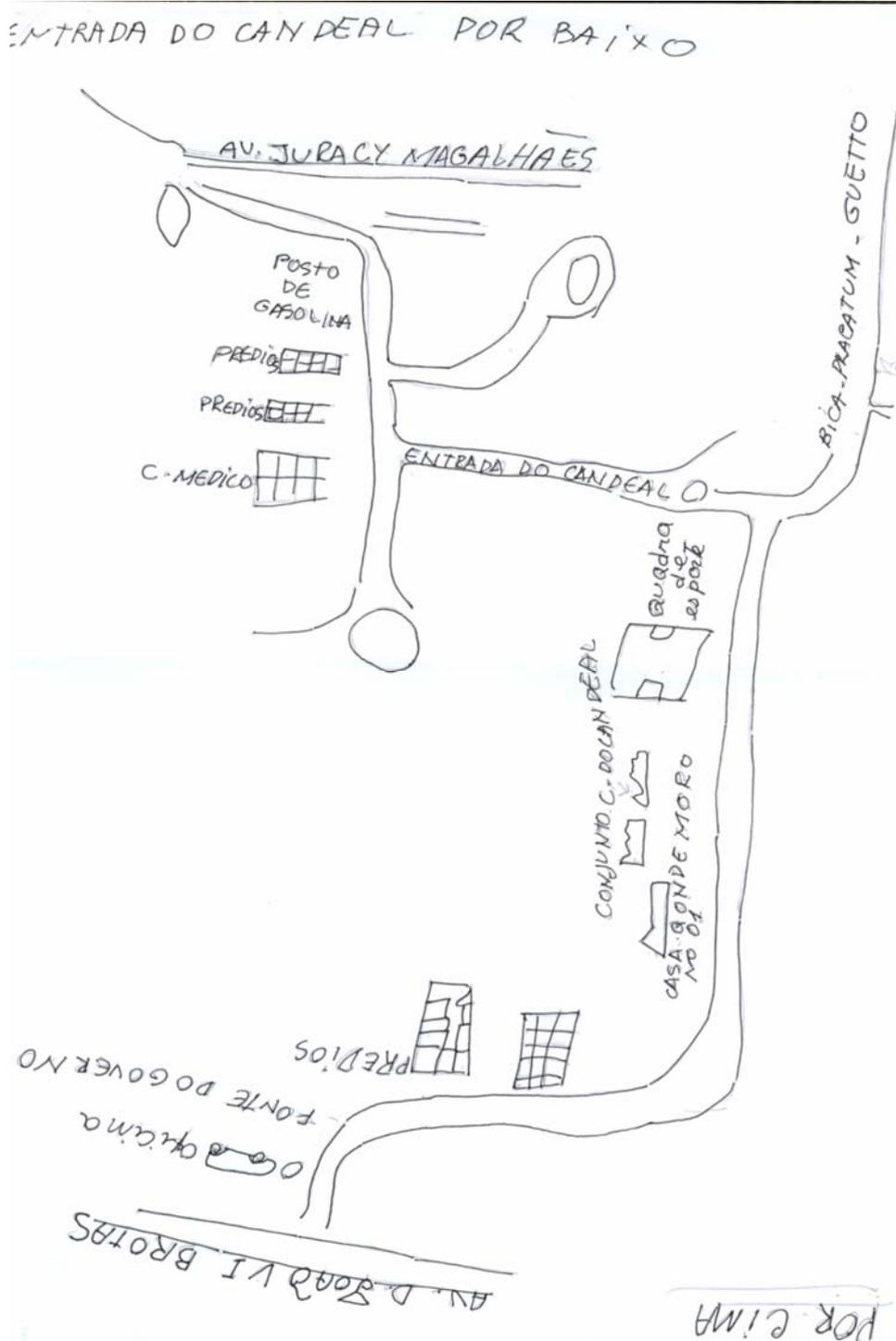


Figura 26 – por. Manoel de Jesus Silva, casa 1 - Chácara do Candeal, 2004.



Figura 27 – por Manoel de Jesus Silva, casa 1 – Conjunto Chácara do Candéal, 2004.

O desenho da figura 28 (na próxima página), produzido por uma moradora do Chácara do Candéal, representa, também, os elementos referenciais abrangendo tanto a área de Brotas (Retiro São Francisco, Praça em frente ao Retiro), como também, a área da baixada do Candéal Pequeno. A “Bica” é representada como lugar de destaque, pois era o lugar onde a moradora lavava roupas, anteriormente ao Programa Viver Melhor. No desenho, pode-se identificar também a escadaria da Rua Paulo Afonso que dá acesso ao Retiro do São Francisco.

A percepção da moradora, em relação ao Conjunto Habitacional onde mora (figura 28), é que as unidades habitacionais estão dispostas em círculo, de frente para uma área central. Na verdade, as casas deste conjunto estão dispostas ao redor de uma área central, implantadas em forma de triângulo. O lixo, que existe na entrada do

Conjunto, aparece como ponto de referência. As árvores estão presentes no mapa, assim como outros elementos da natureza como sol e nuvens, que dão um toque infantil ao desenho. As árvores estão sempre presentes nos desenhos dos moradores deste conjunto, pois o Conjunto Chácara do Candeal localiza-se próximo a uma área que conserva um conjunto de árvores nativas.



Figura 28 – por Marinalva de Moraes Pereira, casa 9 – Chácara do Candeal, 2004.

A noção do relevo da localidade, em áreas de baixadas e de encosta, aparecem em alguns desenhos. Outros elementos marcantes são as escadarias e as ladeiras, que interligam as partes altas com as baixas. No exemplo a seguir (figura 29), aparecem as escadarias de acesso ao Zé Botinha, de acesso à parte alta da localidade e ao Colégio Luís Viana. A moradora faz questão de escrever o número da sua casa e dois pontos de referência localizados na baixada vizinhos ao Conjunto Zé Botinha: o bar e a padaria.

Não faz referência a elementos localizados na rua como Escola Pracatum e *Candyall Gueto Square*.



Figura 29 – por Railda Cristina da Silva Ramos, casa 15- Zé Botinha, 2004.

A localização da residência e os percursos percorridos usualmente pelos moradores vão influenciar sua percepção em relação à estrutura formal do lugar de moradia. Esta afirmação pode ser comprovada com maior clareza nos mapas cognitivos síntese (fig.35 a fig.40) produzidos a partir dos conteúdos textuais e dos mapas mentais desenhados pelos moradores.

5.1.2. Percursos usuais

Constatou-se que os percursos mais usuais, realizados pelos moradores do Candéal Pequeno, relacionam-se com a localização dos conjuntos e com o destino aonde se quer chegar. Todos os caminhos percorridos pelos moradores de cada conjunto

têm como destino a Av. D. João VI em Brotas ou a Avenida Juracy Magalhães, avenidas bem servidas com transporte público. É importante destacar que, devido à condição sócio-econômica da população do Candéal Pequeno, de baixa renda, a maioria dos moradores se deslocam para outras áreas da cidade através de caminhadas ou utilizando-se dos transportes públicos. Nenhuma das famílias pesquisadas possui automóvel particular.

Para os Conjuntos localizados na baixada, Sapucaia (ver fig. 38), Jardim Candéal (ver fig. 37), Vila do Jair (ver fig. 39), e Zé Botinha (ver fig. 40), o acesso a pé para Brotas se dá através de escadarias e ladeiras. O acesso a Brotas pelo “cotovelo”, ou seja, através da Alameda Bons Ares e Monte Carmelo, é citado apenas pelos moradores do Conjunto Sapucaia e do Zé Botinha. Estes juntamente, com o Conjunto Vila do Jair, utilizam-se, também, da escadaria da Rua Paulo Afonso. Os moradores que mais utilizam a Ladeira da Rua Santo Antônio são os moradores do Conjunto Jardim Candéal, que sobem para acessar o Bairro de Brotas e os moradores do Conjunto Chácara do Candéal, que descem para acessar a Av. Juracy Magalhães.

Para terem acesso à Avenida Juracy Magalhães, os moradores de todos os Conjuntos se direcionam à “OAS”, nome dado pelos moradores à Rua Guilhermino de Freitas Jatobá, passando pela Cidade Jardim até o ponto de ônibus. Para chegarem nesta rua, os moradores do Conjunto Zé Botinha e do Vila do Jair percorrem a Rua Dezoito de Agosto. O Conjunto Jardim Candéal é o mais próximo da Avenida Juracy Magalhães, a Rua Guilhermino de Freitas Jatobá fica na lateral do Conjunto.

Para ter acesso à Avenida Juracy Magalhães, os moradores do Conjunto Sapucaia percorrem a Rua 9 de outubro, no sentido “OAS” (Rua Guilhermino de Freitas Jatobá), passam pela Cidade Jardim, até chegar na Avenida de Vale. Outro percurso usual pelos moradores deste Conjunto se dá através da escadaria localizada lateralmente ao Conjunto, subindo-a passando pelo Condomínio Quintas do Candéal e chegando na Avenida Juracy Magalhães, nas proximidades da Cesta do Povo e do CEASA. Este último percurso só foi representado e citado pelos moradores deste conjunto.

5.1.3. Os percursos x mapas cognitivos

O mapa síntese do Conjunto Chácara do Candéal (ver fig. 36), demonstra que os moradores possuem uma visão mais abrangente da localidade, como também os

percursos que fazem são mais variados que os observados nos outros mapas, são no total 10 ruas, diferenciando-se dos Conjuntos localizados nas áreas de baixada, cujos percursos são compostos no Zé Botinha por 5 ruas (ver fig. 40), no Jardim Candeal por 5 ruas (ver fig. 37), no Vila do Jair por 4 ruas (ver fig. 39), e no Sapucaia por 8 ruas (ver fig. 38). Os elementos representados nos mapas cognitivos são mais diversificados que os dos outros Conjuntos, incluindo elementos do Bairro de Brotas, da localidade Candeal Pequeno, da Cidade Jardim e da Avenida Juracy Magalhães.

Observa-se que os mapas cognitivos fazem referência também a lugares que não estão situados no percurso usual do morador, em alguns casos, são representados locais que estão fora do caminho que percorrem para ir ao trabalho. Nos mapas cognitivos síntese do Conjunto Vila do Jair (ver fig. 39), os moradores representaram o *Candyall Gueto Square*, a Escola Pracatum e o Campo de Futebol. No mapa síntese do Conjunto Sapucaia (ver fig. 38), estão representados a Bica, o Centro Madre Helena e o Lactomia. Nos dois exemplos, estes lugares estão localizados fora do percurso que fazem, mas estão presentes no mapa cognitivo dos moradores destacados como elementos marcantes da localidade.

O exemplo do Conjunto Zé Botinha (ver fig. 40) demonstra o contrário, pois os moradores percorrem usualmente a Rua Dezoito de Agosto para ter acesso à Av. Juracy Magalhães, no entanto, não citaram, nem desenharam nenhum elemento existente nesta rua. Os moradores do Sapucaia também, no percurso para Brotas, passam pelo Colégio Luís Viana e pela Praça Frei Hidelbrando Kruthamp, no entanto não os representam nos mapas cognitivos (ver fig. 38).

A partir dos exemplos acima, podemos afirmar que a identificação de um elemento físico como “marcante” pelos moradores da localidade independe destes passarem por ele ou observá-lo diariamente. Vai depender, sobretudo, da relação de “identidade” que estabelecem com os locais, que podem ser reconhecidos por seu caráter particular, que os fazem distintos de outros locais, ou que façam os moradores recordar-se de algum acontecimento ali realizado (LYNCH, 1981), expressando o elo afetivo que estabelecem com os lugares (TUAN,1980).

Com a superposição dos mapas síntese de cada conjunto Habitacional, chegou-se a um mapa geral (ver fig. 35) com todos os percursos citados pelos moradores dos Conjuntos e todos os elementos considerados marcantes. No mapa geral, evidencia-se que a percepção dos moradores em relação ao Candeal Pequeno extrapola os limites

estabelecidos pela poligonal do Projeto Tá Rebocado, indo da Avenida D. João VI, no Bairro de Brotas, à Avenida Juracy Magalhães.

5.1.4. Identidade e legibilidade: os elementos do lugar e seu significado pelos moradores do Candeal Pequeno

“Os espaços amados nem sempre querem ficar fechados! Eles se desdobram. Parece que se transportam facilmente para outros lugares, para outros tempos, para planos diferentes de sonhos e lembranças” (BACHELARD, 1998, p. 68).

Trataremos dos sentimentos dos moradores do Candeal Pequeno em relação ao lugar em que moram, ou seja, do “elo afetivo” existente entre os moradores e o “lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p.5). O que faz um lugar se destacar em relação a outros? Segundo LYNCH (1981), a “identidade” que as pessoas possuem em relação aos lugares diz respeito à capacidade de reconhecer ou relembrar um local com caráter próprio, vivido, distinto de outros locais. Diz respeito, também, aos acontecimentos que ali são realizados: comemorações, celebrações, rituais.

Os mapas cognitivos produzidos pelos moradores do Candeal são compilações de símbolos e significados em relação ao lugar em que moram. Nestes estão representados os lugares, os elementos que consideram como pontos de referência para chegar ao seu endereço, elementos de destaque da localidade, elementos que consideram de importância para sua vida (casa, árvores, elementos da natureza: pássaros, flores, nuvens, água, etc), as vias que promovem o deslocamento e o acesso aos lugares (ruas, ladeiras, escadarias).

“Um símbolo é um repositório de significados. Os significados emergem das experiências mais profundas que se acumularam através do tempo. As experiências profundas têm muitas vezes um caráter sagrado, extraterreno, mesmo quando elas se originam na biologia humana. Quando os símbolos dependem de acontecimentos singulares, eles devem variar de um indivíduo para outro e de uma cultura para outra. Quando se originam em experiências comuns da maior parte da humanidade, eles têm um caráter mundial. Os fenômenos naturais como céu, terra, água, pedra e vegetação são interpretados de maneiras semelhantes por povos diferentes. Lugares e objetos específicos como pinheiro, rosa, fonte ou moita, provavelmente têm interpretações diferentes” (TUAN, 1980, p.11).

5.1.4.1. Candéal Pequeno

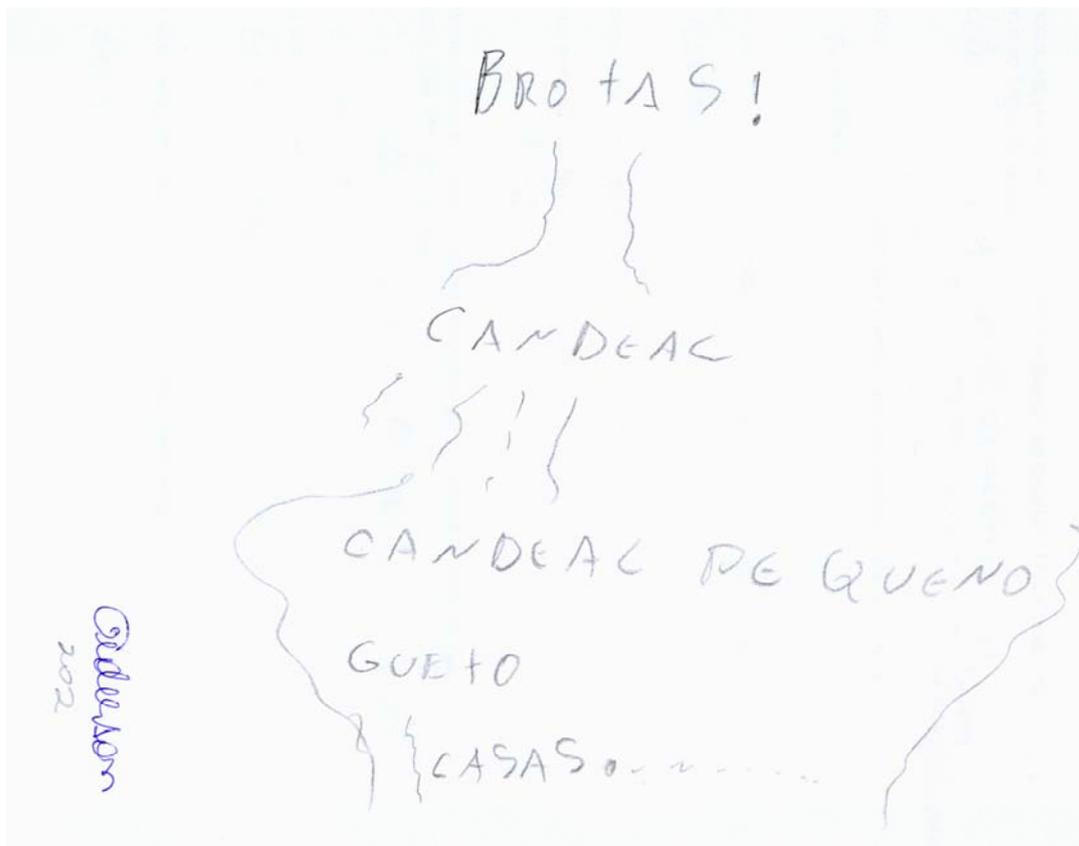


Figura 30 – por Gederson dos Santos Pereira, casa 202- Jardim Candéal, 2004.

O Candéal Pequeno, para 18% dos moradores, simboliza um lugar “bom para morar”, “tranqüilo”. Para 15% dos moradores simboliza mudança, melhorias, um bairro que era pequeno e que “avançou muito”; 10% associam o Candéal Pequeno com o *Candyal Guetho Square*; 7,6% associam o bairro com a Timbalada, um morador o associa com Carlinhos Brown. 8% compreendem o Candéal Pequeno como um Bairro que “faz parte de outro” (Gederson dos Santos Pereira, casa 202- Jardim Candéal, 2004).

Estes percebem também, que existem diferenças marcantes na tipologia das edificações de cada localidade, como também em relação ao tratamento urbanístico e paisagístico de cada lugar. Em seus depoimentos gostariam que o Candéal Pequeno também tivesse estas características.

“Candéal é um Bairro dentro de um outro bairro, só que um bairro reduzido” (Genivaldo Vitorino Filho, Vila do Jair, casa 101).

“Simboliza assim, que aqui só tinha barraco e mudou muito. (...) eu me sinto bem em morar aqui, eu gosto muito do bairro” (Simone da Silva, Sapucaia, casa 12).

5.1.4.2. Conjunto habitacional

O sentimento dos moradores do Candeal Pequeno, em relação ao Conjunto Habitacional em que moram, varia entre respostas positivas e negativas, as positivas destacam-se com um total de 67% contra 28% das negativas. As características positivas descritas pelos moradores são sentimentos de prazer, aconchego, sossego, proteção, segurança e calma.

“Um lugar muito bom de se viver, uma oportunidade que a gente teve. Até o aroma do ar é bom” (Anderson Pereira da Silva, Zé Botinha, 13).

“Local bom de se morar. Só que aqui tem muita droga” (Carina Pereira da Silva, 26 anos, Sapucaia, casa 115).

“Pra onde eu morava aqui está superbem. Melhorou bastante” (Albino Pereira de Souza Santos, Chácara do Candeal, casa 05).

As reclamações referem-se à má qualidade da construção, ao acabamento ruim da edificação e aos defeitos que estão aparecendo depois da mudança. Além disso, reclamam da relação com a vizinhança, da desunião entre os vizinhos e da dificuldade de resolver problemas comuns, como limpeza, iluminação, entupimento de esgotos, etc.

“Porque criam confusão com tudo. (...) Chamo para conversar, já conversamos de colocar um portão, mas uns querem e outros não querem” (Joana Alves de Andrade, Sapucaia, casa 5).

Preocupam-se também, com o estado de abandono em que se encontram os Conjuntos Habitacionais e com a falta de segurança:

“Agora está abandonado, quando a gente pegou era tão bonitinho, tudo limpo, agora a pessoa se sente um pouco triste pelo abandono que está ficando por certos moradores” (Valmir de Jesus Santana, Sapucaia, casa 108).

“Tráfico aumentando, crianças vendendo, indo comprar para usuários. Casais nas escadas. Lixo” (Carina Pereira da Silva, 26 anos, Sapucaia, casa 115).

“Hoje sinceramente são as drogas. Porque todo mundo fica com problemas, principalmente quem tem crianças. Sobe o mal cheiro e todo mundo fica com medo de reclamar, não tem segurança. (...) Quem já teve condições colocou portão. Aqui estamos querendo colocar para ver se temos um pouco mais de

segurança. Deveria ter um posto policial” (José Jorge dos Santos, Sapucaia, casa 112).

5.1.4.3. Casa

Com a implantação do projeto de urbanização, os moradores do Candeal Pequeno conquistaram o direito de adquirir a casa própria. Para estes, “a casa” significa uma grande conquista, não se queixam se têm que construir, ampliar, ou melhorar as instalações, o que importa é que possuem um lugar onde morar. Além disto, demonstram satisfação com a aparência interna e externa das casas, são 84% e 91%, respectivamente.

As condições de moradia dos locais onde viviam anteriormente às intervenções do Viver Melhor eram precárias: em barracos de madeira, muitos sem sanitário, com as casas construídas em áreas de encosta, com perigo de desmoronamento ou ao longo da “vala”, que era um rio poluído, que transbordava a cada chuva, inundando as casas. Eram ambientes insalubres, fétidos, infestados de ratos, baratas, insetos, ou seja, eram ambientes inseguros, desconfortáveis, propícios à propagação de doenças. Depois do Programa Viver Melhor, estas condições de insegurança e instabilidade da estrutura deixaram de existir, as inundações deixaram de acontecer, não existe perigo de desmoronamento, além disso, todas as casas atualmente possuem sanitários na área interna, e estão servidas de água e energia elétrica.

As casas foram entregues com o mínimo de acabamento construtivo, algumas sem subdivisões internas, apenas com o sanitário, todas com área construída da planta tipo, de aproximadamente 35m², significando uma área de 7m²/morador, ou seja, uma densidade abaixo de alguns indicadores nacionais e internacionais de áreas úteis mínimas por morador (ver capítulo IV).

Para melhorar as condições iniciais das moradias, os moradores precisaram reformar a estrutura inicial, ampliar verticalmente, revestir pisos e paredes, adequar as casas para uso da sua família numerosa, em média 5 habitantes por moradia, mesmo com recursos mínimos disponíveis, pois a renda per capita da maioria é de 1 salário mínimo por mês. Para estes, não importa as condições iniciais que receberam as casas, importa, sim, a conquista da “casa”, o resgate da dignidade de viver.

“Se eu não tivesse essa casa eu não teria condições financeiras de comprar uma casa dessa” (Fernando de Jesus, Sapucaia, casa 4).

“Nossa casinha dada pelo governo e Deus primeiramente. A gente tem muito que agradecer a Deus. Como eles estão fazendo, não deixar essa pobreza, sem casa, sem teto sem nada... beleza, não tenho nada que me queixar” (Paulo Conceição dos Santos, Zé Botinha, casa 01).

“Eu morava num barraco até que surgiu o projeto das casas. Eu consegui essa casa aqui com ajuda de Carlinhos. As irmãs do centro me ajudam muito e a Pracatum está ajudando a tirar os jovens das drogas. Os ensaios eram meu ganha pão” (Carina Pereira da Silva, 26 anos, casa 115, Sapucaia).

Segundo BACHELARD (1998), a casa significa o ser interior, seus andares, seu porão e sótão simbolizam diversos estados da alma. O porão corresponde ao inconsciente, o sótão à elevação espiritual. “A casa, mais ainda que a paisagem é um estado de alma. Mesmo reproduzida em seu aspecto exterior, ela fala da intimidade” (BACHELARD, 1998, p. 84).

A psicanálise reconhece, em particular, nos sonhos da casa, diferenças de significação segundo as peças representadas, correspondendo a diversos níveis da psique. O exterior da casa é a máscara ou a aparência do homem; o telhado é a cabeça e o espírito, o controle da consciência. Os andares inferiores marcam o nível do inconsciente e dos instintos; a cozinha simbolizaria o local das transmutações alquímicas, ou das transformações psíquicas, isto é, um momento de evolução interior (BACHELARD, 1998).

A psicóloga Françoise MINKOWSKA apud BACHELARD, 1998 realizou uma pesquisa com desenhos de casas feitas por crianças: “pedir à criança para desenhar a casa é pedir-lhe para revelar o sonho mais profundo em que ela deseja abrigar sua felicidade; se for feliz, saberá encontrar a casa fechada e protegida, a casa sólida e profundamente enraizada” (BACHELARD, 1998, p.84). Quando a criança é feliz, a fumaça brinca delicadamente acima do telhado, se a criança é infeliz, a casa traz a marca das angústias do desenhista.



Figura 31 – por Vera Lúcia de Freitas Souza, casa 10 – Chácara do Candéal, 2004.

Os moradores do Candéal Pequeno entrevistados moram a maioria em conjuntos habitacionais, porém representam a casa como se fosse única, individual, com telhado, sempre com árvores e plantas em volta. A moradora, que desenhou o mapa cognitivo acima (figura 31), possui uma árvore em frente à sua casa, para ela, que frequenta o candomblé, a árvore significa uma entidade de proteção.



foto.44 – Árvore no Chácara do Candéal, 2004.

5.1.4.4. Árvore

A casa e a árvore são os elementos que mais aparecem nos mapas cognitivos dos moradores do Candeval Pequeno. As árvores estão representadas principalmente nos desenhos dos moradores do Chácara do Candeval, Sapucaia e Jardim Candeval, que possuem árvores nas proximidades do Conjunto.

“As árvores por causa dos frutos e o ar fresco” (Marinalva de Moraes Pereira, casa 9, Chácara do Candeval).

“Árvores para respirarmos oxigênio puro” (Maiane Oliveira Pereira Santos, casa 202, Jardim Candeval).

Para a moradora do Conjunto Sapucaia (Joana Alves de Andrade, casa 5), da localidade onde mora o que lhe chama mais atenção é “a paisagem com seus pés de árvore”.



Figura 32 – por Solange da Silva Andrade, casa 04 – Chácara do Candeval, 2004.

5.1.4.5. Candyall Gueto Square

O significado do Candyall Gueto Square para os moradores do Candeval Pequeno é variado, alguns consideram-no como um lugar sagrado ou área de culto de candomblé:

“Lugar sagrado, lugar que chama muito a minha atenção” (Marcela Cardoso, casa 101, Chácara do Candeval).

“O gueto simboliza um grande terreiro de axé” (Débora Alves, casa 210, Sapucaia).



foto.45 – Candyall Gueto Square, 2004.

Outros relacionam o Gueto com o grupo musical “Timbalada” e os shows que aí aconteciam, significando animação e fonte de renda para os moradores do Candéal. Durante os eventos, os moradores aproveitavam para trabalhar vendendo bebidas e comidas para os visitantes nas ruas. Eram eventos que acabavam se transformando em festa de rua, pois a animação acontecia dentro e fora do Candyall Gueto Square. Nos depoimentos os moradores falam da importância do Gueto para eles:

“O que mais se destacava aqui era a Timbalada, que não existe mais. Por causa do movimento de pessoas, pessoas diferentes, artistas” (Nélia Sacramento Piedade, casa 202, Sapucaia).

“É um lugar de tradição, de música, de eventos culturais. Simboliza uma perda muito grande porque acabou a cultura do Candéal” (Hamilton Neves Santana, casa 215, Sapucaia).

“Gueto Square por causa das festas que tem” (Raílda Cristina da Silva Ramos, casa 15, Zé Botinha).

“Por causa do movimento de pessoas, pessoas diferentes, artistas... eu vendia cerveja, gostava, me divertia. Eu cantava e dançava” (Nélia Sacramento Piedade, casa 202, Sapucaia).

“Era a única coisa que tinha de diversão, a gente ganhava um dinheirinho” (Maria Juraci Souza Meira, casa 205, Jardim Candéal).

“O Guetho Square por ser famoso e trazer benefício para todos do Bairro” (Gederson dos Santos Pereira, 22 anos, casa 202, Jardim Candéal).

Alguns moradores consideram o Candyall Gueto Square como ponto turístico da localidade. Outros se identificam com os desenhos, pinturas e cores da edificação.

“O gueto porque é um ponto turístico do Candéal” (Alvinéia da Silva Santos, casa 203, Jardim Candéal).

“O gueto porque ele fez aquele olho... O prédio é muito bonito, o gueto também, tanto por dentro e por fora” (Valmir de Jesus Santana, casa 108, Sapucaia).



Figura 33 - por Leila Silva de Almeida, casa 104 - Conjunto Jardim Candéal, 2004.

5.1.4.6. Escola Pracatum



foto.46 – Escola Pracatum, 2004.

Os moradores do Candéal Pequeno percebem a Escola Profissionalizante de Música PRACATUM como um lugar alegre, “que promove sabedoria, ensina muitas coisas às crianças e aos adolescentes também” (Vera Lúcia de Freitas Souza, casa 10,

Chácara do Candéal), “para que não fiquem na rua sem ter o que fazer nos horários vagos” (Adriana dos Santos Silva, casa 01, Chácara do Candéal).

Alguns moradores adultos, que já estão fora da faixa etária permitida para ingresso na Escola Pracatum, lamentam o fato porque gostariam de estudar música.

“A Escola de Música de Carlinhos Brown, é um dos locais que eu mais gosto daqui, eu queria ver, entrar e não posso. Eu tenho vontade de cantar (...). É um progresso para os jovens que deveriam aproveitar mais. Eu sinto porque não pega a minha idade” (Rosane Almeida, casa 6, Sapucaia).

Os moradores associam a Escola Pracatum e o Candyall Gueto Square ao músico local Carlinhos Brown, fundador de ambos. Alguns moradores referem-se à Pracatum como “Escola de Música de Carlinhos Brown”, ou como “lugar alegre que os meninos vão estudar e aprendem muita coisa com Carlinhos Brown” (Luciane Conceição, 31 anos, Jardim Candéal, 204). Nos depoimentos captura-se também o sentimento de gratidão, em relação ao músico:

“Brown. Porque ele fez muito e faz pela comunidade. Melhorou muito. Através dele é que esse projeto chegou aqui e consegui estar onde estou na minha casa. (...) Eu sinto muito ter terminado a Timbalada. Ele não merecia isso não” (Solange da Silva Andrade, casa 04, Chácara do Candéal).

5.1.4.7. Bica

A Bica é uma fonte de água natural da localidade que jorra ininterruptamente, utilizada pelos moradores para diversos usos: lavar roupas, lavar bicicletas, para banhar-se em suas águas, muito utilizada também como lazer pelas crianças. A música “Água Mineral” de autoria do músico Carlinhos Brown inspirou-se na água da fonte.

Para alguns moradores, a água da Bica simboliza a vida, dizem que por muito tempo utilizaram as suas águas para uso da própria casa, quando ainda não possuíam água encanada. Algumas donas de casa entrevistadas referem-se à Bica com saudades desta época, relatam a importância da “bica”, primeiro pela facilidade de ter água abundante de boa qualidade de graça, segundo pelo sentido espiritual que representa um minadouro de água para o Candomblé, religião praticada por grande parte da população do Candéal Pequeno.



foto.47 – Bica, 2004.

“Todo mundo que passa fica olhando a água correndo lá direto”
(Valmir de Jesus Santana, casa 108, Sapucaia).

“Agora está bom, consertaram o piso todo, tá arrumadinha. Eu acho alegre, fica muita gente tomando banho, acho bonito ali”.
(Valmir de Jesus Santana 108, Sapucaia)

“A bica onde as pessoas lavam a roupa” (Fernando de Jesus, casa 4, Sapucaia).

“É o lugar que as crianças tomam banho” (Cirlene Silva da Conceição, casa 08, Sapucaia).

“A Bica porque antigamente tudo o que a gente fazia era em torno dela. Pegar água, lavar roupa” (Cirlene Silva da Conceição, casa 08, Sapucaia).



Foto.48 – Bica, 2004.

5.1.4.8. Lactomia

É um grupo musical que tem a sede localizada na Rua Dezoito de Agosto, liderado por Jair Rezende, morador do Candeal Pequeno e professor da Escola de Música Pracatum. No Lactomia são desenvolvidas atividades artísticas vinculadas à música e à produção de instrumentos musicais com a utilização de lixo reciclado. Também promove festas para os moradores da localidade, o **sábado de aleluia**, o bingo do **dia das crianças** é disputado.

“Eu acho interessante, bonito ali onde tem a Pracatum, aquelas casas que tem ali em frente, a bica, o Lactomia” (Nildes Brito, casa 103, Chácara do Candeal).

“Porque desenvolve trabalho cultural para educação, lazer” (Arima de Jesus de São Leão, casa 102, Chácara do Candeal).

“O sábado de aleluia todo mundo participa. No dia das crianças ele (Jair) faz um bingo” (Alexandre de F. Batista, Vila do Jair, 203)

5.1.4.9. Associações

As associações mais citadas pelos moradores são a “Associação Defesa e Progresso”, que identificam como “Sede de Tita”, e a “Associação Nove de Outubro”, mais conhecida como “Sede de Ciete”, ou seja, denominam e associam os nomes das associações aos apelidos das fundadoras e dirigentes.

Estas associações promovem atividades educativas, de lazer, artísticas e culturais para os moradores da localidade, realizam cursos profissionalizantes, palestras educativas, cursos de capoeira, dança, informática, inglês, etc. Além disso, comemoram datas festivas como: São João, Natal, dia das mães, dia dos pais, festa de Santo Antônio, etc.



foto.49 – Associação 9 de Outubro, 2004.

5.1.4.10. Campo de futebol / Quadra

O campo de futebol e a quadra são citados como elementos marcantes e também estão representados nos mapas cognitivos dos moradores da localidade. O campo de futebol, localizado na Rua Nove de Outubro, já existia antes das intervenções do Programa Viver Melhor, com este programa cercou-se o perímetro do campo com alambrado, nivelou-se o terreno e instalaram-se as traves. Alguns moradores queixam-se por não ter sido pavimentado, impossibilitando o uso nos dias chuvosos.

A quadra localiza-se na ladeira da Rua Santo Antônio, foi construída como doação de um político em período de campanha, é pavimentada e cercada com alambrado. É mais utilizada pelos moradores da parte alta da localidade, do Conjunto Chácara do Candéal, que fica próximo à quadra, no entanto, alguns moradores deste Conjunto dizem que não é qualquer morador que pode usá-la, preferem o campo de futebol da baixada.

Estes equipamentos são utilizados principalmente por crianças, adolescentes e também pelos homens da localidade que jogam futebol. No Candéal Pequeno existem poucas áreas destinadas ao lazer da população, por isso o campo e a quadra têm utilização intensa.



foto.50 – Campo de futebol / quadra, 2004.

5.1.4.11. Bares e barracas

Os bares e as barracas são elementos presentes nos mapas cognitivos síntese de todos os Conjuntos Habitacionais do Candéal Pequeno: Vila do Jair (Bar dos Amigos),

Chácara do Candeal (Barraca de Sergipe), Jardim Candeal (Bar da Sandra, Barraca de Roberta), Zé Botinha (Bar dos Colegas) e Sapucaia (Bar dos Colegas, Barraca do Ari). São freqüentados pelos moradores como opção de lazer, geralmente por homens que ali se encontram para beber em grupo.

As denominações Bar dos Colegas e Bar dos Amigos dizem respeito ao mesmo lugar.



foto.51 – Bar dos Colegas, 2004



foto.52 – Bar, 2004

5.1.4.12. Mercados

Os mercados existentes no Candeal Pequeno, identificados nos desenhos, são os seguintes: Mercadinho Candeal e Mercearia, localizados na Rua Paulo Afonso, e Mercado Super Miranda, localizado na Rua Dezoito de Agosto.

Para os moradores, estes estabelecimentos significam a facilidade de abastecer a casa sem a necessidade de deslocamento para outros Bairros.



foto.53 – Minimercado, 2004.



foto.54 – Mercadinho Candeal, 2004.



foto. 55 – Mercado Super Miranda, 2004

5.1.4.13. Posto de Saúde

O Posto de Saúde é identificado nos mapas cognitivos dos Conjuntos Chácara do Candeval, Jardim Candeval e Vila do Jair. Os moradores dos Conjunto Zé Botinha e Sapucaia não incluíram este equipamento em seu mapa cognitivo.

É um equipamento público que foi recentemente construído pelo Programa Viver Melhor no Candeval Pequeno.



foto.56 – Posto de saúde, 2004.

5.1.4.14. Outros elementos

Identifica-se nos mapas cognitivos dos moradores do Candeval Pequeno outros elementos formais, destes, os mais citados foram: ponto de ônibus (7), prédios (6), padaria (2) e posto de gasolina (2).

5.1.5. Nomes dos lugares

Os nomes de ruas, números de casas, nomes de lugares, são usados pelos moradores nos mapas cognitivos para identificar os percursos e os lugares da localidade Candeal Pequeno. Segundo Amos RAPOPORT (1978, p.119), “os nomes de lugares são meios importantes para criar sistemas espaciais e temporais de orientação”, eles contêm memória e significados para grupos sociais específicos, além de ajudar as pessoas a se sentirem em casa. “A identificação dos lugares está assim mesmo relacionada com os usos, as diferenças perceptuais, o afeto, a identidade social e o status” (RAPOPORT, 1978, p.119).

Alguns nomes dados recentemente a equipamentos da localidade são estranhos a alguns moradores, por exemplo, a Rua do Conjunto Zé Botinha foi batizada de “Rua Bob Marley” e a Praça que localiza-se no encontro da Rua Paulo Afonso com a rua 9 de Outubro foi batizada como “Praça El Milagre do Candeal”. A primeira homenageia um músico estrangeiro, alguns moradores que moram nesta rua, os moradores do Conjunto Zé Botinha, quando entrevistados, não sabiam o nome da rua, precisavam perguntar a outras pessoas, falaram que a correspondência chegava com o nome da rua Paulo Afonso (endereço antigo), do Conjunto e o número da casa. No outro exemplo, o nome da praça é escrito em espanhol e deve-se ao nome do filme produzido pelo diretor Fernando Trueba que patrocinou a construção da praça. Os dois exemplos demonstram que os nomes foram impostos, no primeiro não existe identidade dos moradores e, no segundo, existe identidade devido à participação dos moradores na execução do projeto e à utilização da praça como lugar de lazer, mas talvez devesse ser escrito em português (língua nacional) e não em espanhol.

Outros nomes são adotados pelos moradores, porém, diferenciam-se dos nomes formais, são vários os exemplos: “cotovelo”, “ladeirona”, “OAS”, “escadaria de Brotas”, “bar dos amigos ou bar dos colegas”. São termos usuais no linguajar dos moradores entrevistados que os pesquisadores precisaram esclarecer para compreender a que se referiam.

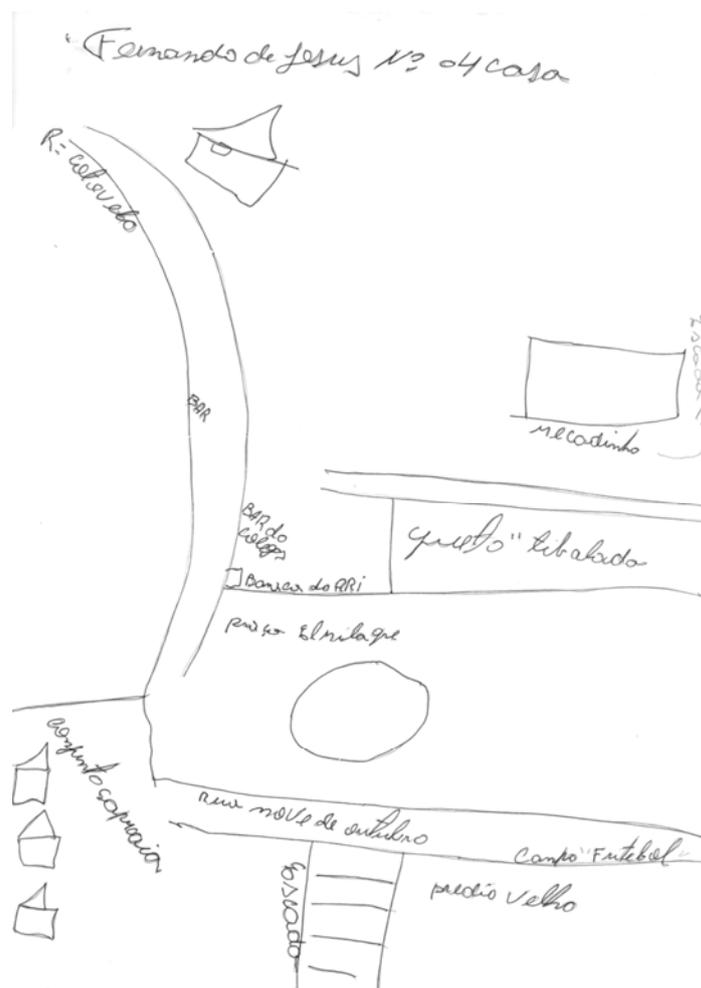


Figura 34 – por Fernando de Jesus, casa 04 - unidades isoladas Sapucaia, 2004.

A rua que chamam de “cotovelo” possui o nome formal de Rua Bons Ares. É uma rua enladeirada e tem uma curva em forma de cotovelo que dá acesso a Brotas. Esta rua encontra-se na figura 34, assim como o “Bar dos Colegas” que aparece em outros mapas como “Bar dos Amigos”.

“quando o nome e o esquema cognitivo coincidem com as características físicas do lugar, o meio ambiente ganha em clareza e persistência” (RAPOPORT, 1978, p.116)

Os moradores denominam de “OAS” a rua que dá acesso ao Candeal Pequeno pela Cidade Jardim. Esta denominação só é reconhecida pelos moradores do Candeal, o nome formal da rua é Rua Guilhermino de Freitas Jatobá. A OAS é uma das construtoras que implantaram o Cidade Jardim e tinha seu barracão de obras instalado nesta rua, anteriormente à intervenção do Programa Viver Melhor. Os moradores até hoje referem-se a esta rua como “OAS”.

A Rua 9 de Outubro e a Associação 9 de Outubro homenageiam o dia em que ocorreu a ocupação do Candéal Pequeno por famílias carentes. Trata-se da luta pelo direito a um pedaço de terra para construir sua casa. Nesta data, 80 famílias ocuparam a localidade e construíram barracos de madeira ao longo de um rio poluído conhecido por “vala”.

A “ladeirona” e a “escadaria de Brotas” são elementos marcantes da estrutura formal da localidade, possibilitando o acesso dos moradores do Candéal Pequeno ao Bairro de Brotas. Quando referem-se à “ladeirona”, querem dizer Rua Santo Antônio, que é uma rua com declividade acentuada. A “escadaria de Brotas” refere-se à escadaria localizada na Rua Paulo Afonso.

Santo Antônio é o padroeiro do Candéal Pequeno, no sincretismo religioso corresponde ao orixá Ogum. Os moradores do Candéal Pequeno comemoram o dia de Santo Antônio pelos dois cultos, o católico e o candomblé.

A “Vila do Jair” recebe este nome pois é neste Conjunto que mora o músico Jair Rezende, trata-se de um músico muito querido pelos moradores, trabalhou como professor na Escola de Música Pracatum e desenvolve atividades sociais vinculadas à música (ver “Lactomia”).

Neste capítulo procurou-se estabelecer uma maior aproximação com os moradores do Candéal Pequeno, dando-lhes espaço para expressão. Tentou-se apreender, através de mecanismos cognitivos, os seus sentimentos, as suas expectativas, os seus valores, os seus hábitos, os seus temores. Trata-se da aplicação prática da teoria defendida por LYNCH, RAPOPORT e TUAN com enfoque na percepção e cognição ambiental pelos moradores.

A seguir serão discutidas as considerações finais deste trabalho.

tab. 19 – ELEMENTOS REPRESENTADOS NOS MAPAS COGNITIVOS PELOS MORADORES

ELEMENTOS	Conj. Chácara do Candeal	Conj. Zé Botinha	Conj. Jardim Candeal	Conj. Vila do Jair	Conj. Sapucaia	Unidades Sapucaia	Total
Árvore	8	1	6	1	6	3	25
associações	1		1				2
av. D. João VI	1						1
Av. Juracy Magalhães	2						2
Avenida Zé Botinha	1						1
Banco	1						1
bancos			1		1	1	3
Bar	1	1	3		2	1	8
Barraca das cobras					1		1
Barraca de Ari					1	1	2
Barraca de Roberta			1				1
Bar de Sandra			1				1
Barraca de Sergipe	2						2
Bar dos amigos				1			1
Bar dos colegas					2	1	3
Bica	3		4	2	1	1	11
bola					2		2
Brotas	2		2				4
cadeira					2		2
Campo	1	1	1	1	3	2	9
Candeal			1				1
Candeal Pequeno			1				1
Carlinhos Brown			1				1
carros	1				1		2
Casa	6	4	10	2	8	4	34
casa das frutas			1				1
casa de candomblé	1		1	1			3
casa de Sr Julio	1						1
Centro Comunitário	1						1
Centro Madre Helena				1			1
Centro Médico	1						1
churrascaria			1				1
Cidade Jardim	2		5	1			8
Colégio Luis Viana	1	1	2				4
condomínio	1			1	1		3
conjunto	8		4		1		13
Conjunto Jardim Candeal			2				2
Conjunto Sapucaia					1	1	2
Conjunto Rezende				1			1
(edifício) A . Residencial	1						1
(edifício) Ana Rafaela	1						1
Ent. do Candeal por baixo	1						1
Escada	6	4	2		6	3	21
escolinhas	1						1
flores	3	2	4		6	2	17
Fonte do Governo	1						1
frutos					1		1
Guetho	3	1	6	3	4	1	18
loja de roupa	1						1
instrumentos musicais			1				1
Lactomia	2				1		3
ladeira					1		1
ladeira para Brotas			1				1
largo do Tamarineiro	1						1
Lixo	1		1				2

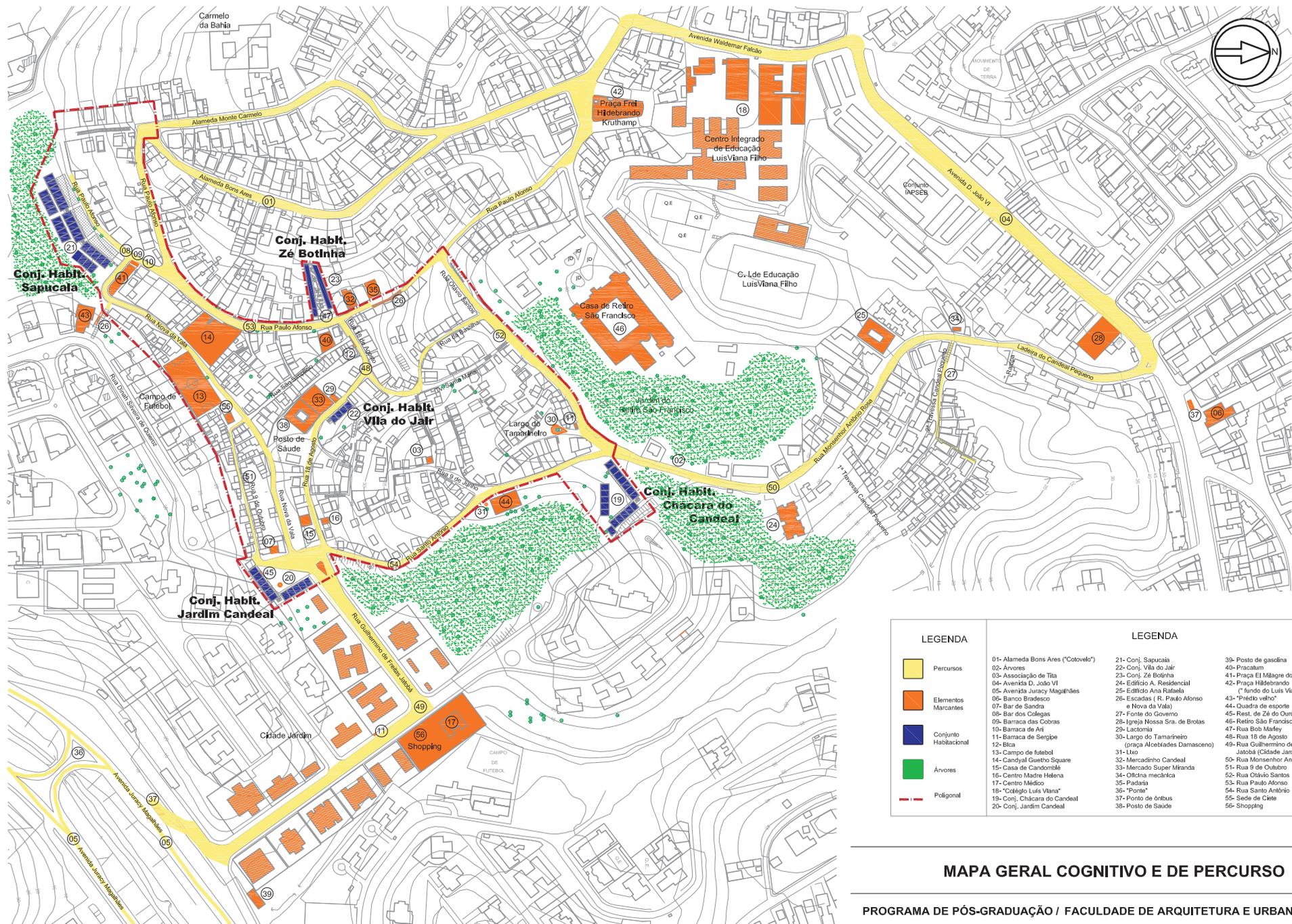
	Conj. Chácara do Candeal	Conj. Zé Botinha	Conj. Jardim Candeal	Conj. Vila do Jair	Conj. Sapuçaia	Unidades Sapuçaia	Total
mato						1	1
Igreja N. Senhora de Brotas	2						2
mercadinho						1	1
Mercadinho Candeal	1						1
mercado	1		1				2
Mercado Super Miranda				3			3
mercearia			1				1
mesa			1		1	2	4
músicos					1		1
não tem mais valas			1				1
Número da casa	4	1	7		3	1	16
nuvens	1	1			1	2	5
Oficina	1						1
Padaria			2				2
pássaros					1		1
pessoas	2	1			5		8
Ponte	1						1
ponto de ônibus	2		3				5
posto de saúde	1		4	1			6
posto de gasolina	2		3				5
praça	3		1				4
Praça Hildebrando	1	1					2
Pracatum	5	1	7	2	1		16
Praça El Milagre		2			7	4	13
prédio velho						1	1
prédios	2	2	3				7
quadra de esporte	3						3
quadra do Guetho					1		1
residência Zé do Ouro			2				2
restaurante			1				1
Retiro São Francisco	3	1					4
rua	4		1	1		2	8
Rua Bob Marley		1					1
Rua cotovelo		1				1	2
Rua da Bica						1	1
Rua dezoito de agosto				2			2
Rua do Guetho		1					1
Rua Mons. Antônio Rosa	1						1
Rua Nove de Outubro			1			1	2
Rua Otávio Santos	1						1
Rua Paulo Afonso					4	1	5
Rua Santo Antônio	2						2
Rua Sol Nascente	1						1
saída Cidade Jardim		1					1
sede	1				1		2
sede Ciete			1				1
sentido OAS			1				1
shopping	1		1				2
sol	2	1	1		1	2	7
texto	2				1	1	4
Timbalada						1	1
timbau	1						1
trave					1		1
vereadores			1				1
Zé Botinha			1				1

Fonte: Organizada pela autora, 2005.

tab. 20 – ELEMENTOS CITADOS NAS ENTREVISTAS PELOS MORADORES
RESULTADO GERAL

ELEMENTOS	Conj. Chácara do Candeal	Conj. Zé Botinha	Conj. Jardim Candeal	Conj. Vila do Jair	Conj. Sapucaia	Unidades Sapucaia	Total
Alameda Buenos Aires	1						1
árvores	1						1
associações			1	1			2
Bica					1	2	3
brincadeiras na praça	1						1
camarote andante			1				1
Carlinhos Brown	2						2
Casas						2	2
celeiro musical	1						1
Centro Madre Helena					1		1
Cores			1				1
Dança		1					1
desempregados					1		1
desenhos	1						1
desenhos do Guetho					1		1
Drogas					1		1
esgoto perto do campo					1		1
Eu					1		1
festa de Carlinhos Brown					1		1
festa de Jair					2		2
festa na pracinha					1		1
festa no Guetho					1		1
grupos de capoeira		1					1
grupos de dança				1			1
Guetho	3	5	3	1	5	2	19
Lactomia	2		1				3
Ladrão			1				1
Nada	1		1				2
não quis responder			1				1
não saio muito		1					1
Nenhum					1		1
OAS					1		1
parece local do interior				1			1
perto do Iguatemi, Itaigara				1			1
peças de fora	1						1
Pracatum		3	2	1	4	2	12
pracinha	1			1	1	3	6
problemas nas casas		1					1
Quadra	1				1		2
quantidade de crianças			1				1
ruas muito estreitas				1			1
simplicidade das pessoas				1			1
supermercado ali embaixo	1						1
Timbalada		1	2		2		5
trabalhos comunitários				1			1

Fonte: Organizada pela autora, 2005.

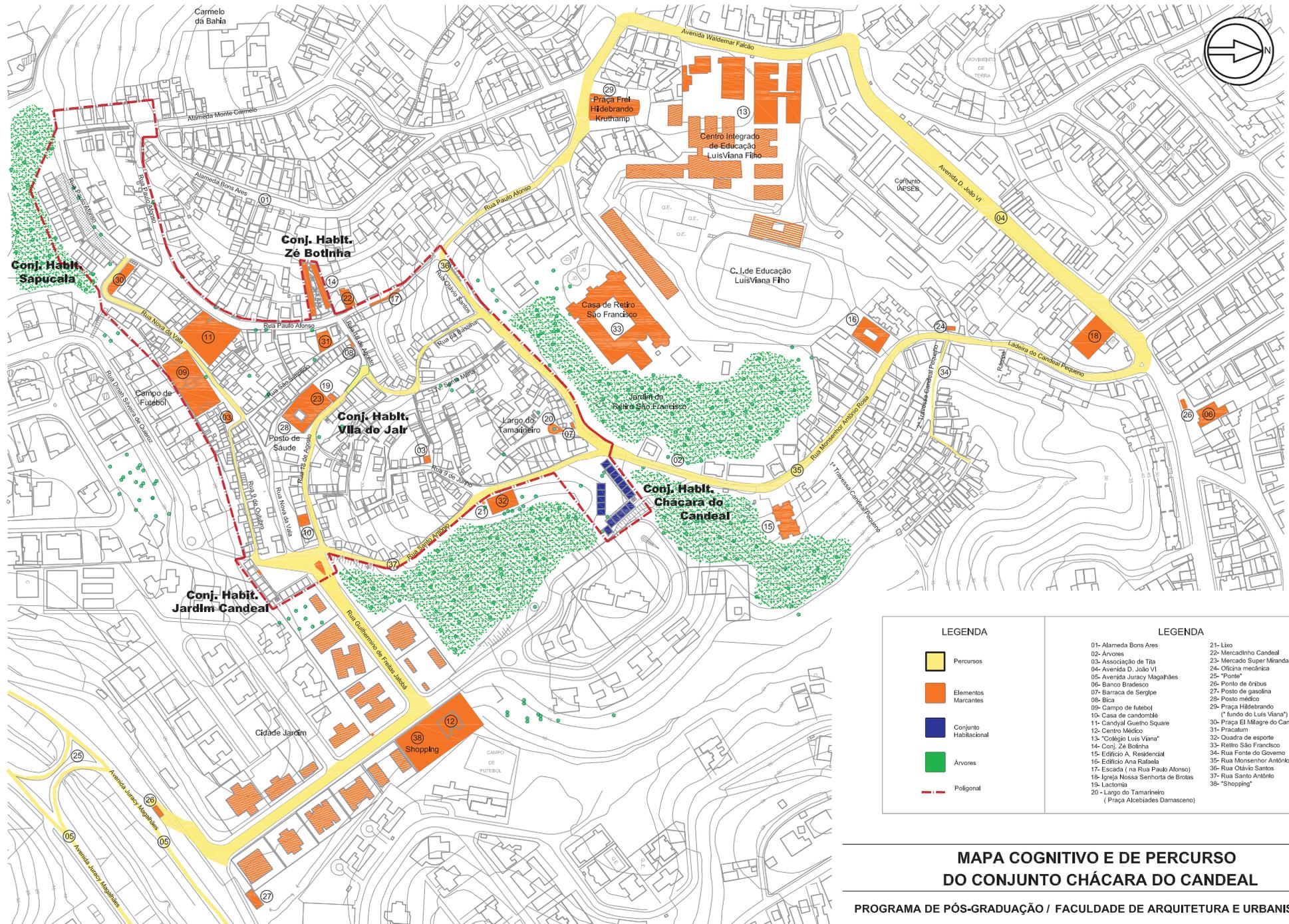


LEGENDA		LEGENDA	
	Percursos	01- Alameda Bons Ares ("Cotovelo")	21- Conj. Sapucaia
	Elementos Marcantes	02- Árvores	22- Conj. Vila do Jair
	Conjunto Habitacional	03- Associação de Tiba	23- Conj. Zé Botinha
	Árvores	04- Avenida D. João VI	24- Edifício A. Residencial
	Polygonal	05- Avenida Juracy Magalhães	25- Edifício Ana Rafaela ("fundo do Luis Viana")
		06- Banco Bradesco	26- Escadarias (R. Paulo Afonso e Nova da Vail)
		07- Bar de Sandra	27- Fonte do Governo
		08- Bar dos Colegas	28- Igreja Nossa Sra. de Brotas
		09- Barraca das Cobras	29- Lactomia
		10- Barraca de Art	30- Largo do Tamarineiro (praça Alcebades Damasceno)
		11- Barraca de Sergipe	31- Lixo
		12- Blca	32- Mercadinho Candéal
		13- Campo de futebol	33- Mercado Super Miranda
		14- Canyonal Guetto Square	34- Oficina mecânica
		15- Casa de Candomblé	35- Padaria
		16- Centro Madre Helena	36- "Ponte"
		17- Centro Médico	37- Ponto de ônibus
		18- "Colégio Luís Viana"	38- Posto de Saúde
		19- Conj. Chácara do Candéal	
		20- Conj. Jardim Candéal	
		39- Posto de gasolina	
		40- Pracatum	
		41- Praça El Hilagre do Candéal	
		42- Praça Hildebrando	
		43- "Piedão velho" ("fundo do Luis Viana")	
		44- Quadra de esporte	
		45- Rest. de Zé do Ouro	
		46- Retiro São Francisco	
		47- Rua Bob Maley	
		48- Rua 18 de Agosto	
		49- Rua Guilherme de Freitas Jatoá (Cidade Jardim)	
		50- Rua Monsenhor Antônio Rosa	
		51- Rua 9 de Outubro	
		52- Rua Otávio Santos	
		53- Rua Paulo Afonso	
		54- Rua Santo Antônio	
		55- Sede de Ciste	
		56- Shopping	

MAPA GERAL COGNITIVO E DE PERCURSO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

MESTRANDA	DATA	FIGURA
KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	2º SEM. / 2004	35
FONTE	ESCALA	
LEVANTAMENTO DE CAMPO ,2004	1/3300	

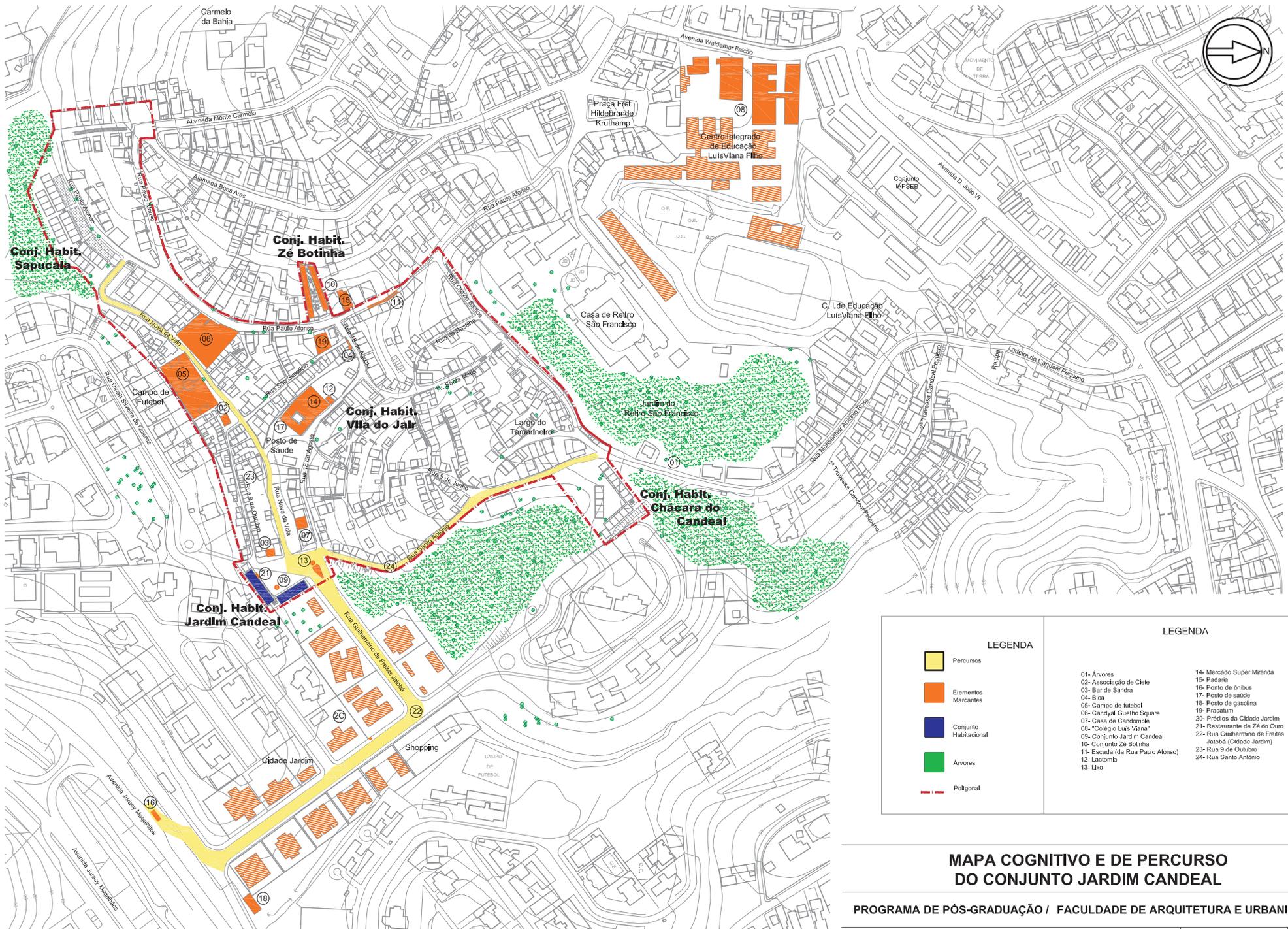


LEGENDA	LEGENDA
Percursos	01- Alameda Bons Ares
Elementos Marcantes	02- Arvores
Conjunto Habitacional	03- Associação de Tita
Arvores	04- Avenida D. João VI
Poligonal	05- Avenida Juracy Magalhães
	06- Banco Bradesco
	07- Barraca de Sérgio
	08- Bica
	09- Campo de futebol
	10- Casa de candomblé
	11- Candy's Guetho Square
	12- Centro Médico
	13- "Colégio Luis Viana"
	14- Conj. Zé Botinha
	15- Edifício A. Residencial
	16- Edifício Ana Rafaela
	17- Escada (na Rua Paulo Afonso)
	18- Igreja Nossa Senhora de Brotas
	19- Lactaria
	20 - Largo do Tamarineiro (Praça Alcebiades Damasceno)
	21- Lixo
	22- Mercadinho Candeal
	23- Mercado Super Miranda
	24- Oficina mecânica
	25- "Ponte"
	26- Ponto de ônibus
	27- Posto de gasolina
	28- Posto médico
	29- Praça Hildebrando ("fundo do Luis Viana")
	30- Praça El Milagre do Candeal
	31- Pracatum
	32- Quadra de esporte
	33- Retiro São Francisco
	34- Rua Forte do Governo
	35- Rua Monsenhor Antônio Rosa
	36- Rua Otávio Santos
	37- Rua Santo Antônio
	38- "Shopping"

MAPA COGNITIVO E DE PERCURSO DO CONJUNTO CHÁCARA DO CANDEAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

MESTRANDA	KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	DATA	2° SEM. / 2004	FIGURA	36
FONTE	LEVANTAMENTO DE CAMPO, 2004	ESCALA	1/3300		

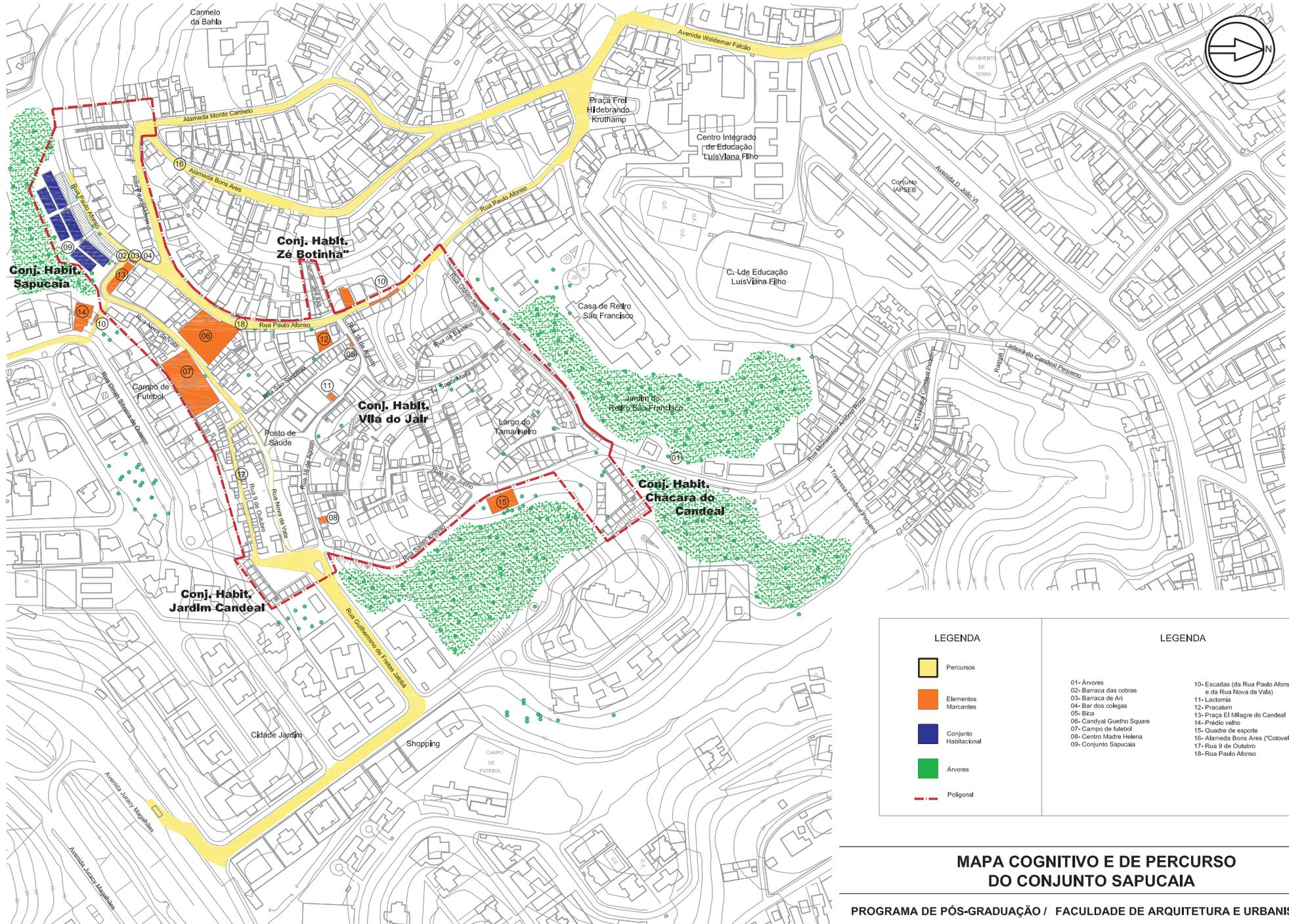


LEGENDA		LEGENDA	
	Percursos	01- Árvores	14- Mercado Super Miranda
	Elementos Marcantes	02- Associação de Ciete	15- Padaria
	Conjunto Habitacional	03- Bar de Sandra	16- Ponto de ônibus
	Árvores	04- Bica	17- Posto de saúde
	Polygonal	05- Campo de futebol	18- Posto de gasolina
		06- Candyal Guetho Square	19- Pracaum
		07- Casa de Candombê	20- Prédios da Cidade Jardim
		08- "Colégio Luis Viana"	21- Restaurante de Zé do Ouro
		09- Conjunto Jardim Candeal	22- Rua Guêhermino de Freitas Jatobá (Cidade Jardim)
		10- Conjunto Zé Botinha	23- Rua S de Outubro
		11- Escada (da Rua Paulo Afonso)	24- Rua Santo Antônio
		12- Lactomia	
		13- Lixo	

MAPA COGNITIVO E DE PERCURSO DO CONJUNTO JARDIM CANDEAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

MESTRANDA	KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	DATA	2º SEM. / 2004	FIGURA	37
FONTE	LEVANTAMENTO DE CAMPO, 2004	ESCALA	1/3300		

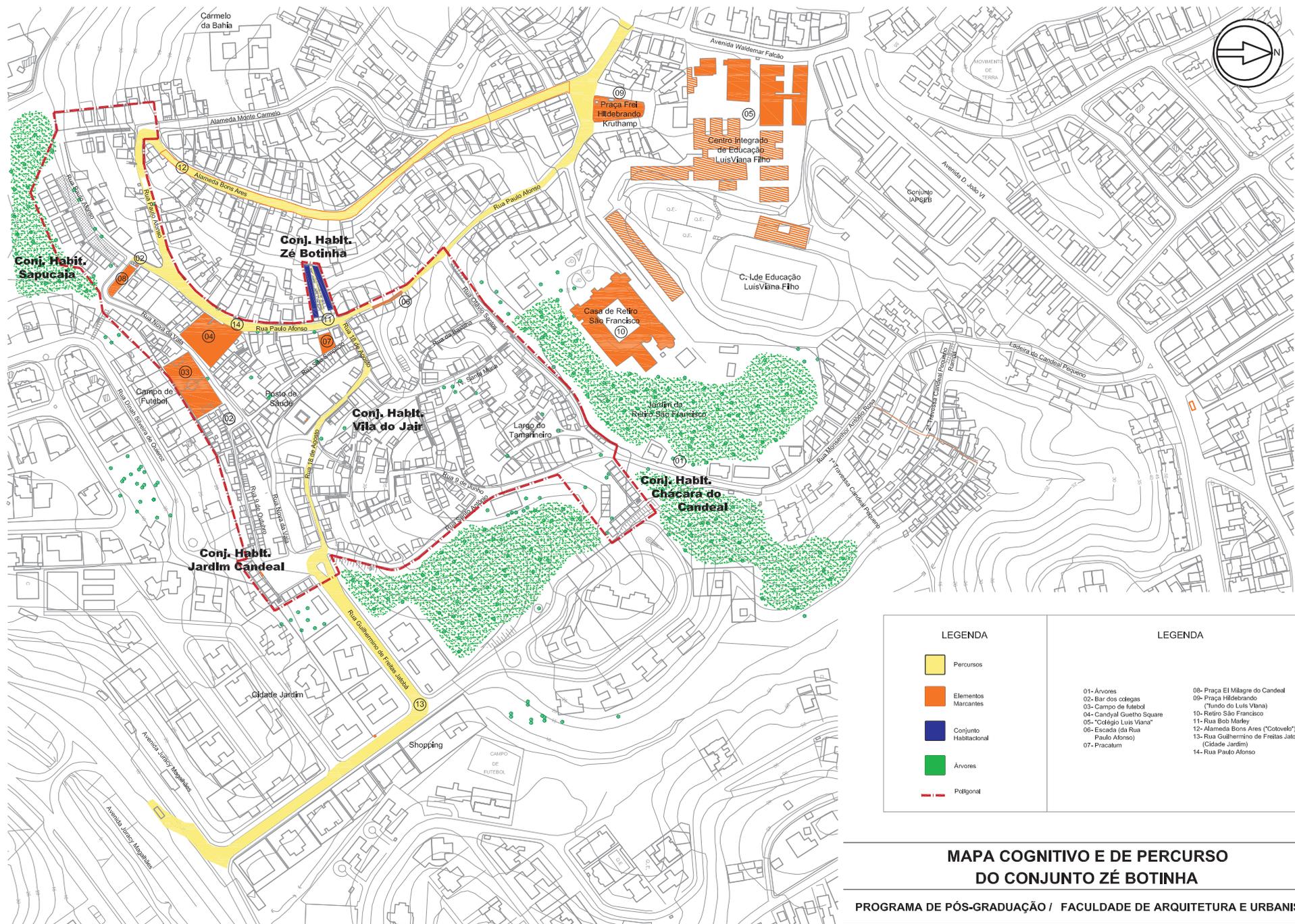


LEGENDA		LEGENDA	
	Percurso	01- Árvores	10- Escadas (da Rua Paulo Afonso e da Rua Nova da Vala)
	Elementos Marcantes	02- Barraca das cobras	11- Lactônia
	Conjunto Habitacional	03- Barraca de Art	12- Pracatum
	Árvores	04- Bar dos colegas	13- Praça El Milagre do Candeal
	Poligonal	05- Bica	14- Predio velho
		06- Candyal Gueltho Square	15- Quadra de esporte
		07- Campo de futebol	16- Alameda Bons Ares ("Cotovelo")
		08- Centro Madre Helena	17- Rua 9 de Outubro
		09- Conjunto Sapucaia	18- Rua Paulo Afonso

MAPA COGNITIVO E DE PERCURSO DO CONJUNTO SAPUCAIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

MESTRANDA	KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	DATA	2º SEM. / 2004	FIGURA	38
FONTE	LEVANTAMENTO DE CAMPO, 2004	ESCALA	1/3300		



LEGENDA		LEGENDA	
	Percursos	01- Árvores	08- Praça El Milagre do Candeal
	Elementos Marcantes	02- Bar dos colegas	09- Praça Hildebrando ("Tundo do Luis Viana")
	Conjunto Habitacional	03- Campo de futebol	10- Retiro São Francisco
	Árvores	04- Candeal Quatro Square	11- Rua Bob Marley
	Polygonal	05- "Colégio Luis Viana"	12- Alameda Bons Ares ("Cotovelo")
		06- Escada (da Rua Paulo Alfonso)	13- Rua Guilherme de Fretas Sobral (Cidade Jardim)
		07- Pracaum	14- Rua Paulo Alfonso

MAPA COGNITIVO E DE PERCURSO DO CONJUNTO ZÉ BOTINHA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFBA

MESTRANDA	DATA	FIGURA
KARLA EUGÊNIA DE SOUZA ANDRADE	2º SEM. / 2004	40
FONTE	ESCALA	
LEVANTAMENTO DE CAMPO, 2004	1/3300	

Capítulo VI

Considerações Finais

Para desenvolvimento desta dissertação, cruzou-se duas vertentes do conhecimento sensível das relações ambiente-comportamento, a Avaliação Pós-Ocupação (APO) e a percepção e cognição ambiental, analisando no mesmo trabalho aspectos comportamentais e cognitivos. Através da APO obteve-se a apreensão do conhecimento técnico do objeto de estudo, com resultados quantitativos e qualitativos sobre o desempenho funcional das unidades habitacionais, como também em relação às adequações promovidas pelos moradores em suas residências e à satisfação dos moradores em relação às unidades habitacionais e aos serviços urbanos. A partir da metodologia sugerida por LYNCH (1980), foi possível o conhecimento sobre a percepção e cognição dos moradores em relação à localidade Candeal Pequeno, assim como, evidenciou-se problemas enfrentados pelos moradores, que não foram identificados com a aplicação dos questionários.

A síntese das informações coletadas através das duas ferramentas possibilitou a identificação dos problemas de cada tipologia e de cada conjunto habitacional, mesmo porque, se considerássemos apenas as tabelas resultantes dos questionários, os problemas não apareceriam, ficariam camuflados nos resultados quantitativos, não permitindo, portanto, um maior aprofundamento nas questões. Evidenciou-se principalmente nas questões relacionadas à adaptação ao deficiente físico e ao idoso, e às questões relacionadas à segurança contra terceiros, quanto ao fogo e quanto a acidentes. Muitos moradores optaram pelo valor “não sabe” do que emitirem sua opinião. Outro exemplo, diz respeito às unidades escalonadas em relação à “estrutura” da unidade habitacional, pois o resultado da pesquisa foi satisfatório para a maioria dos moradores entrevistados, apesar de conviverem com problemas de infiltrações e rachaduras nas unidades habitacionais.

Ressalta-se aqui alguns fatores que limitaram o desenvolvimento do trabalho:

1. O fato da maioria dos componentes da equipe técnica fazedora do projeto estar morando em outros Países impossibilitou a aplicação das entrevistas prejudicando o conhecimento do partido arquitetônico. Tentou-se contacto via internet, mas não obteve-se resposta da maioria. Apenas a arquiteta Neyse Souto respondeu o e-mail enviado

negando-se a responder o questionário, justificando que já estava desvinculada do escritório e que achava melhor que aquelas questões fossem respondidas por este.

2. A profissional responsável pelo escritório, a engenheira Patrícia Marchesine, também não respondeu à entrevista, justificando que estava atarefada. Foram feitas várias tentativas no período, no entanto, a mesma fez duas longas viagens, uma para os Estados Unidos e outra para a Espanha, impossibilitando definitivamente este contato.

3. Com a impossibilidade de acesso aos documentos do Projeto Tá Rebocado pelo Escritório da Pracatum, buscou-se conseguir-los na CONDER, que disponibilizou plantas do projeto urbanístico e arquitetônico, porém desatualizadas.

4. Também não foi possível entrevistar o músico Carlinhos Brown.

6.1. Sobre o Programa Viver Melhor

Tendo em vista os resultados encontrados nas Avaliações Pós-Ocupações realizadas pela CONDER nos anos de 1998 e 1999, e pelos estudantes da UNEB no ano de 2001(CASTRO, 2001), em áreas beneficiadas pelo Programa Viver Melhor, comentados no capítulo I, e os resultados da Avaliação Pós-Ocupação no Candeal Pequeno, objeto desta dissertação, observa-se que estas comunidades enfrentam problemas comuns no ambiente construído: **esgotamento sanitário, segurança pública, regularização do imóvel e precarização das obras.**

O **esgotamento sanitário** é um problema enfrentado pelos moradores do Candeal Pequeno e pelos moradores das áreas analisados nas APOs pela CONDER e UNEB (ver capítulo I). Nestas áreas o problema de esgotamento sanitário deve-se ao sub-dimensionamento da rede e à precarização das obras, apresentando problemas constantes de entupimento, causados porque os moradores jogam lixo no vaso, na pia da cozinha e também porque a drenagem pluvial é conectada à rede de esgotamento sanitário, provocando o carregamento da tubulação com lixo e areia. Além disso, segundo estudantes da UNEB em algumas áreas a rede de esgotos não foi instalada.

No caso do Candeal Pequeno, os moradores queixam-se de entupimentos constantes na rede de esgotos, como também em relação à calha de drenagem pluvial que desenvolve-se a céu aberto e desembocam informalmente em terrenos vizinhos ou na própria rua, não estando ligados com a rede de esgotos da rua. Além disso, a rede de esgotos condominial apresenta constantes problemas de entupimentos e extravasamento dos dejetos, levando a crer que a rede foi sub-dimensionada (ver capítulo IV).

A falta de **segurança** nestas áreas pesquisadas pela CONDER e UNEB, como também no Candéal Pequeno, é um problema real destas comunidades que reivindicam a implantação de postos policiais, como também, a necessidade de realizar-se rondas nestas áreas. 90,55% dos moradores das áreas avaliadas pela CONDER no ano de 1999, afirmam não haver segurança no local; 33,9% dos moradores pesquisados em 1998 e 43,67% em 1999 gostariam que houvesse posto policial no local. 63% dos moradores do Candéal Pequeno estão insatisfeitos com a segurança pública do local.

Identifica-se que o processo de **regularização** da posse das unidades habitacionais encontra-se suspenso na maioria das áreas pesquisadas. Dos moradores pesquisados em 1999 pela CONDER, 75,89% não têm conhecimento do valor da prestação e apenas 17,23% sabem quanto vão pagar pela melhoria. Das nove áreas pesquisadas em 1998 pela CONDER, apenas três delas estavam em fase final de comercialização. No Candéal Pequeno, o processo da comercialização das casas, até o período da pesquisa que realizou-se em 2004, ainda não havia iniciado. 100% das famílias pesquisadas informaram não conhecer o valor da prestação, como também, não possuíam nenhum documento que comprovasse a posse da habitação.

Quanto à qualidade construtiva dos conjuntos habitacionais implantados pelo Programa Viver Melhor, segundo APO realizada pelos estudantes da UNEB (2001), as obras na maioria das áreas apresentam problemas de **rachaduras e infiltrações**, evidenciando a **precarização das obras** realizadas. Houve casos em que a CONDER teve que demolir várias unidades habitacionais devido à construção inadequada (ver capítulo I). Além disso, algumas unidades foram construídas diferentes do Projeto. O Conjunto Zé Botinha, no Candéal Pequeno, implantado em terreno de declive, também apresenta problemas desta natureza (ver capítulo IV).

A partir dos resultados aferidos por estas avaliações, qual o encaminhamento por parte do Programa Viver Melhor para minimizá-los ou erradicá-los? Qual está sendo a dificuldade de implementar junto aos moradores a regularização da posse do imóvel? Partindo-se do princípio que problemas com esgotamento sanitário são apontados pela maioria dos moradores das áreas pesquisadas, por que não rever o dimensionamento das redes implantadas até então, e implantar paralelamente um projeto que vise orientar os moradores quanto ao uso e manutenção das unidades sanitárias? Quanto à segurança pública, por que não prever para cada área a implantação de um posto policial? **As avaliações pós-ocupações só têm sentido se os problemas identificados forem corrigidos ou minimizados, se não, por que realizá-las?**

Além dos aspectos destacados anteriormente, observa-se que apesar do “discurso competente” (CHAUI, 1993) que embasa os objetivos do Programa Viver Melhor, pode-se afirmar que estes não estão sendo cumpridos, principalmente no que diz respeito a: **implantar equipamentos comunitários; a intensificar os mecanismos de incentivo à geração e ampliação de renda, à educação comunitária e à promoção social.**

A partir dos resultados das APOs realizadas pela CONDER em 1998 e 1999, e pela UNEB (2001) o salário das famílias atendidas pelo Viver Melhor é de 1 a 2 salários mínimos, além da maioria dos chefes da família possuírem ocupações incertas ou trabalharem por conta própria. No caso do Candeal Pequeno, a renda per capita para 77,29% dos entrevistados é de até 1 salário mínimo, e para 16,93% de 1 a 3 salários mínimos (PRACATUM, 2000). Estes indicadores demonstram que as famílias beneficiadas pelo Programa Viver Melhor enfrentam problemas de inserção no mercado formal de trabalho e que a maioria possui condições financeiras precárias.

Estes dados confirmam a necessidade da implantação de programa que possa **capacitar as famílias para inserção no mercado de trabalho**, apoiando estas comunidades no sentido de profissionalizá-las, de orientá-las e de impulsioná-las no processo de criação de alternativas de emprego-renda na própria localidade. Este apoio originando-se do próprio Programa Viver Melhor, ou de entidades parceiras ao Programa, se faz imprescindível para estas comunidades carentes. No caso específico do Candeal Pequeno, **sugere-se a criação de cooperativas aproveitando-se a tendência do que já existe na localidade, cujos moradores já trabalham com lixo reciclado, como também com atividades do lar ou da construção civil.** É necessário que estas ações sejam precedidas de um trabalho anterior de formação profissional em cada área, através da capacitação da mão-de-obra local.

6.2. Sobre a adequação das unidades habitacionais

A maioria dos moradores entrevistados promoveu intervenções em suas moradias, alterando o número de cômodos, ampliando verticalmente ou horizontalmente. Além disso, mesmo com o mínimo de recurso que possuem, melhoraram as instalações da unidade habitacional revestindo piso, paredes, fachadas, trocando esquadrias, etc. Mesmo aqueles que por falta de recursos não puderam fazer

alterações construtivas na unidade habitacional, promoveram divisões dos ambientes com cortinas de tecido ou plástico, plantaram jardins, colocaram vasos de plantas nas frentes das casas, etc. Demonstrando com isso, que possuem um cuidado especial com o espaço privado.

A experiência do Candeal Pequeno comprova que os moradores não tiveram assessoria técnica no processo das ampliações que realizaram em suas moradias. Conforme capítulo IV, as habitações reformadas que foram cadastradas apresentam problemas de falta de ventilação e iluminação natural, de má distribuição dos cômodos com perda de área em circulação, escadas desconfortáveis, além da apropriação das áreas comuns ao condomínio como recuos e áreas livres para ampliação da unidade habitacional. Também alteram as fachadas a partir de critérios estéticos próprios, pois cada morador dá personalidade à sua fachada descaracterizando o projeto original.

Com isso, **identifica-se a necessidade de ação educativa, promovendo orientação técnica aos moradores beneficiados por programas habitacionais em relação aos princípios básicos de construção, no intuito de evitar maiores problemas estruturais, funcionais e de má distribuição do espaço.** No caso de soluções de pé-direito duplo para ampliação vertical ou de plantas livres, sem subdivisões internas, **é importante que seja disponibilizado aos moradores alguns modelos de projeto prevendo ampliações para que sejam escolhidas por estes.**

Ressalta-se a peculiaridade do Projeto Tá Rebocado, e os avanços em relação a outros projetos implantados pelo Programa Viver Melhor , pois:

1. Foi realizado por equipe de profissionais contratados pela Associação Pracatum e não por profissionais vinculados ao Governo do Estado;
2. Realizou-se **pesquisa censitária, anteriormente à elaboração do projeto**, a fim de identificar as condições reais de vida da população. A pesquisa abrangeu temas como condições de habitabilidade, atendimento à infra-estrutura e aos serviços urbanos, dados sócio-econômicos da população, levantamento das habitações existentes com cadastramento, registros fotográficos, etc;
3. **Promoveu-se e realizou-se reuniões com a população** da localidade para definição das diretrizes norteadoras do partido urbanístico e arquitetônico do Projeto Tá Rebocado. Estas reuniões ocorreram antes e durante a realização do Projeto, com a presença dos técnicos envolvidos no processo projetual, dos líderes da localidade e dos moradores interessados. Continuaram a acontecer, posteriormente à conclusão da obra, a fim de viabilizar a instalação das famílias

nas novas moradias; segundo resultados da pesquisa de Avaliação Pós-Ocupação, fruto desta dissertação, realizada com 81 famílias atendidas pelo Programa Viver Melhor, com novas unidades habitacionais, obteve-se os seguintes resultados: 63% destas participavam sempre das reuniões promovidas pelo Projeto Tá Rebocado, 12% freqüentavam de vez em quando, 23% nunca e 2% raramente, significando que a maioria dos moradores, atendidos pelo Programa Viver Melhor no Candeal Pequeno, estava presente nas reuniões.

4. **Valorizou a cultura local** na definição do Projeto de intervenção, procurando resgatar os valores e a história do lugar, com a revitalização da “Fonte da Bica”, lugar respeitado pelos adeptos do Candomblé, faz parte da história do Candeal, alvo de muitas recordações e de grande importância para os moradores que utilizam para diversos fins. Adotou-se a disposição das unidades habitacionais em “vila”, conservando as características existentes, promovidas pelos moradores anteriormente.
5. O partido arquitetônico adotou **três tipologias diferenciadas**: verticalizada, isolada e escalonada. Buscou-se uma aproximação às expectativas dos moradores e uma adequação às condições físicas do terreno e à disponibilidade de terras na localidade para implantação dos conjuntos.
6. Optou-se pela **flexibilidade dos projetos**, respeitando o hábito dos moradores de “bater a laje”, possibilitando a ampliação vertical das unidades habitacionais, efetivado na tipologia verticalizada e isolada.
7. O Projeto Tá Rebocado adotou, para as unidades habitacionais, **áreas superiores às praticadas pelo Programa Viver Melhor**, que tem construído usualmente unidades de aproximadamente 25m². Adotou-se 35 m² para Tipologia Verticalizada, 38,08m² para Tipologia Escalonada e para Tipologia Isolada 39,33m², significando que houve um ganho de área para os moradores do Candeal Pequeno, resultando na densidade de 7m²/hab, 7,61m²/hab e 7,86 m²/hab respectivamente, contra a densidade de 5m²/hab nas outras unidades habitacionais construídas pelo Viver Melhor.

Mesmo com todos estas premissas, registra-se insatisfações dos moradores dos conjuntos habitacionais, principalmente **os moradores das unidades escalonadas que encontram-se insatisfeitos** em relação aos seguintes aspectos: Qualidade dos materiais de revestimento, 46%; qualidade das portas e janelas, 54%; distância da casa em relação

à do vizinho, 54%; ampliação do imóvel, 54%; adaptação ao idoso, 54%; adaptação ao deficiente, 62%; localização do sanitário, 47%. **Observa-se, a partir destes resultados, que existiu uma incoerência entre o projeto arquitetônico e as aspirações dos moradores, principalmente no que diz respeito à possibilidade de ampliação do imóvel, considerada como premissa básica pelos moradores, nas reuniões que ocorriam semanalmente com os fazedores do projeto.**

Os moradores das unidades escalonadas estão proibidos de ampliar verticalmente e de intervir nas fachadas das casas. Esta imposição deve-se à conservação do aspecto visual do conjunto, devido à proximidade à Escola de Música Pracatum, que é “ponto turístico” da localidade. Pretende-se vender uma imagem, priorizando a aparência e o espetáculo. O *marketing*, neste caso, inviabilizou a flexibilidade do Conjunto Zé Botinha, prejudicando o conforto dos moradores, que são forçados a viver com área mínima sem promover adequações espaciais. A partir daí, questiona-se: **De onde vem esta determinação? Para que existir reuniões com os moradores, anteriormente à concepção e construção do projeto, se este, no final, não atende às suas expectativas? Por que os moradores do Zé Botinha?**

Os moradores das unidades isoladas promoveram poucas intervenções construtivas nas casas. Demonstraram, também, maior grau de satisfação quanto à adequação da unidade habitacional em comparação aos moradores das demais tipologias. No entanto, 62,5% dos moradores encontram-se insatisfeitos quanto ao espaço livre da casa, decorrente da implantação destas unidades, com pouca área de circulação e de recuo, ficando, portanto, impossibilitados de ampliar a casa horizontalmente, para construção de varanda ou quintal.

Os moradores das unidades verticalizadas foram os que mais fizeram intervenções construtivas nas unidades habitacionais, principalmente os moradores das unidades térreas, que as receberam sem subdivisões internas, apenas com a unidade sanitária construída. 76% destes demonstram satisfação quanto à possibilidade de ampliação do imóvel e insatisfação em relação aos materiais de revestimento (40%), à qualidade das portas e janelas (47%), ao conforto quanto a ruídos e barulhos (43%) e à segurança quanto ao fogo (36%).

Os moradores das três tipologias adotadas estão satisfeitos quanto aos aspectos relativos às instalações elétricas e hidráulicas, à estrutura da edificação, ao conforto quanto à ventilação, à temperatura e à iluminação natural:

- Instalações elétricas: são 54% dos moradores das unidades verticalizadas, 77% das unidades escalonadas, 75% das unidades isoladas.
- Instalações hidráulicas: 70% das unidades verticalizadas, 69% das escalonadas, 100% das unidades isoladas.
- Estrutura: 76% das unidades verticalizadas, 54% das unidades escalonadas e 87,5% das unidades isoladas.
- Conforto quanto à temperatura: 69% verticalizada, 69% escalonada, 75% isoladas.
- Conforto quanto à ventilação: 76% das unidades verticalizadas, 100% das escalonadas e 75% das isoladas.
- Conforto quanto à iluminação natural: 93% das unidades verticalizadas, 100% das escalonadas, 75% das isoladas.

O projeto Tá Rebocado, no âmbito habitacional, **não demonstrou preocupação em relação ao deficiente físico e ao idoso**, ou seja, o projeto não foi concebido visando os critérios do desenho universal, a partir da NBR 9050. O respeito aos critérios estabelecidos por esta norma não está presente no partido arquitetônico das unidades habitacionais, como também não está presente nas áreas externas dos conjuntos, assunto abordado no capítulo IV.

Outro aspecto que precisa ser avaliado com mais profundidade pelos fazedores do projeto diz respeito à **adequação das unidades residenciais do uso residencial para o uso misto**. Trata-se de unidades habitacionais geminadas, que passam a funcionar como estabelecimentos comerciais ou de serviços. Com isso, ocorre a abertura ao acesso de pessoas de fora para o Conjunto, causando problemas de privacidade aos moradores. Além disso, deve-se atentar para questões de segurança a terceiros, problemas com som alto em horas inoportunas, além das condições de instalações destes estabelecimentos.

6.3. Sobre a adequação dos moradores aos serviços e equipamentos urbanos

Quanto à adequação dos moradores aos serviços urbanos, os resultados são satisfatórios na maioria dos aspectos pesquisados: facilidade de transporte público (72%), iluminação pública (77%), pavimentação (63%), limpeza urbana (69%), coleta

de lixo (86%), energia elétrica (93%), fornecimento de água (89%), espaços livres para crianças brincarem (45%). A insatisfação está evidenciada nos aspectos: área de lazer para uso dos adultos (49%) e segurança pública (63%).

Os problemas identificados no decorrer da pesquisa no Candéal Pequeno dizem respeito à dificuldade que os moradores demonstram em conduzir e administrar os problemas comuns dos conjuntos habitacionais, relativos aos serviços urbanos e aos espaços abertos dos conjuntos. A pesquisa demonstra que os Conjuntos estão bem servidos em serviços urbanos, no entanto, quando algum problema acontece, como entupimento da rede de esgotos, queima de lâmpada do poste, a necessidade de construção de muros, ou de instalar grades para segurança do conjunto, os moradores não sabem como resolver, recorrem geralmente à Associação Pracatum, para solução de qualquer problema, demonstrando uma dependência em relação a esta entidade, talvez por ter sido esta que promoveu as reuniões com a comunidade no processo de concepção projetual e por ter papel importante na conquista da implantação do Programa Viver melhor na localidade. **O grande problema é que não foram constituídos condomínios nos conjuntos, ou seja, não existe oficialmente quem administre estas questões. O resultado deste problema são áreas externas problemáticas, mal cuidadas, sujas, sem beneficiamento, com problemas de diversas ordens.**

“Tem que falar com Patrícia, né? Ou com Cláudio da Pracatum” (Maria Silva, casa 117, Sapucaia).

“(…) Logo que ganhamos aqui reclamávamos na Pracatum” (Josevan Ramos dos Santos, casa 208, Sapucaia).

“A gente tenta fazer reunião, mas acaba não resolvendo porque não chega num consenso” (Arima de Jesus de S. Leão, casa 102, Chácara do Candéal).

Com estes depoimentos evidencia-se **que não foi realizado um trabalho social consistente com a comunidade, implicando em práticas paternalistas que levaram os moradores a ficarem dependentes da Associação Pracatum.**

“A regularização do conjunto habitacional e/ou a Constituição do Condomínio em nível meramente jurídico não adianta, devendo ser acompanhadas de uma forte motivação comunitária que devolva aos moradores- ou constitua por primeira vez- um sentido de coletividade. Um trabalho de acompanhamento social e comunitário é fundamental (MEDVEDOVSKI, 2002, p.156).

Nirce Saffer MEDVEDOVSKI em sua análise dos Conjuntos Habitacionais de Pelotas conclui que os “conjuntos habitacionais estão conectados por um ‘**cordão umbilical**’ aos serviços urbanos e dependentes do beneplácito das administrações municipais”. Para ela existe a necessidade de um “debate transparente” entre as administrações municipais e as associações de moradores do Conjunto a fim de definir-se “quais serão as responsabilidades públicas, condominiais e privadas na manutenção dos espaços públicos e ou semi-públicos em cada caso, bem como serviços urbanos” (MEDVEDOVSKI, 2002, p.156).

“A indefinição espacial bem como legal dos limites entre o público e o privado, bem com a indefinição de competências sobre sua propriedade e manutenção, tem sido uma constante nestes ambientes urbanos. O abandono e a depredação destas áreas são a evidência maior do problema, assim como a inadequada gestão das redes de serviços públicos” (MEDVEDOVSKI, 2002, p.135).

No caso do Candeal Pequeno, segundo Ana Carla Godoi, assistente social da CONDER, que acompanhou os moradores no decorrer da obra do Viver Melhor e no período posterior de instalação das famílias nas novas unidades, em entrevista concedida no âmbito desta pesquisa, foram realizadas várias reuniões com os moradores, no sentido de harmonizar os conflitos gerados em relação a questões de vizinhança e de gestão dos problemas comuns. A orientação era direcionada para a constituição de um condomínio por conjunto, “(...) só que ninguém quer assumir, ninguém quer ficar à frente”. A entrevistada relatou que estes problemas também ocorriam anteriormente às intervenções, os moradores brigavam muito, incorrendo muitas vezes em agressões físicas. Quando foi realizada a relocação, procurou-se instalar as famílias oriundas daquela localização juntas, por exemplo, as famílias que moravam na rua da vala foram para o Jardim Candeal, as famílias oriundas do Zé Botinha foram para o Zé Botinha depois da reforma. O que aconteceu é que alguns moradores não queriam ficar perto de outros, pois já tinham desavenças anteriores.

Outro motivo dos problemas oriundos das relações de vizinhança é que alguns moradores beneficiados pelo programa venderam o imóvel a pessoas de fora do lugar. Os antigos moradores não aceitam bem este tipo de situação, pois consideram que os moradores novos não participaram da luta pela conquista da casa própria como eles, que não pertencem ou não têm direito ao usufruto por não terem lutado por ele. Ao mesmo

tempo, o entrosamento é difícil, pois os novos têm hábitos diferentes dos antigos, o que é motivo de mais desavenças e de novos conflitos.

Por que a dificuldade de cuidar do bem comum, já que ficou comprovado que estes moradores mesmo com poucos recursos cuidam e melhoram o espaço de sua moradia? Principalmente se resgatarmos a história de luta que enfrentaram quando chegaram no Candeal Pequeno e ocuparam uma área pública para assentarem seus casebres, foi com união que por muitos anos conseguiram ir melhorando as condições de saneamento da rua e das casas, pois faziam mutirão para realizar as obras de melhoramento. **Por que agora que conquistaram uma condição melhor, tão almejada, saem do controle da situação e colocam a responsabilidade em outrem: no vizinho, nas associações locais, no Estado, na Prefeitura, etc?** Supõe-se que a partir do momento em que o Estado assume a sua parcela de responsabilidade, os moradores passam a esperar que as instituições e os organismos competentes resolvam todos os problemas. **Não identificam os limites das obrigações do Estado, do Município, das associações locais, do condomínio e do morador. Como pode ser amenizado este problema?**

Com a mudança para a nova moradia, as pessoas sentem dificuldade de adaptação à nova realidade, pois passam de uma situação de instabilidade para outra de estabilidade, passam a sentir-se amparadas pelo poder público. Não precisam mais se preocupar com a falta de água, com o mau cheiro do esgoto, com as inundações. A vizinhança também está diferente, mesmo que os técnicos tenham tido o cuidado de instalar as famílias atendidas, respeitando o lugar onde moravam, tentando conservar a vizinhança que existia, o lugar é outro, a casa é outra. Principalmente para os moradores dos Conjuntos Verticalizados, que moravam em casas térreas, muitas com quintais, passam a conviver com um espaço mais adensado, com unidades acima da sua. Agravando-se ainda quando as unidades estão implantadas umas em frentes das outras prejudicando a privacidade das famílias, a exemplo do Zé Botinha e do Chácara do Candeal (ver capítulo IV).

O espaço urbano também está diferente, modificado inicialmente com a implantação da Escola de Música Pracatum e do *Candyall Guetho Square* construídos anteriormente ao Programa Viver Melhor, e posteriormente à atuação deste, as ruas foram pavimentadas, facilitando o acesso dos moradores aos lugares, o rio poluído, conhecido como a “vala”, foi canalizado e em seu lugar existe uma rua pavimentada. Estes aspectos somados à implantação de equipamentos como o campo de futebol, o

posto de saúde, a bica e a Praça *El Milagre do Candéal* vão promover a transformação do aspecto visual da localidade e da qualidade de vida dos moradores.

Com tantas mudanças e com a realidade cultural destas famílias, será justo esperar que saibam resolver os problemas referentes aos espaços comuns dos conjuntos, da mesma forma que os moradores da cidade formal que moram em edifícios ou condomínios fechados, que apesar de estarem mais acostumados do que aqueles, também demonstram dificuldades em cuidar do bem comum? Estas famílias carentes atendidas em habitação de interesse social precisam de orientação, de suporte educacional, para que possam transpor as dificuldades iniciais e estabelecerem algum mecanismo de controle e de manutenção das áreas comuns.

6.4. Como os moradores do Candéal Pequeno percebem, vivenciam as transformações ocorridas em seu lugar de moradia? Qual o “sentido” do Candéal Pequeno para os moradores?

Os resultados da Pesquisa de percepção e cognição ambiental, tendo como produtos as entrevistas e os mapas cognitivos realizadas pelos moradores do Candéal Pequeno, possibilitaram a análise do “sentido” que estes possuem em relação ao seu lugar de moradia.

“O sentido de determinado local varia consoante os diferentes observadores, tal como a capacidade de determinada pessoa se aperceber da forma varia consoante os locais” (LYNCH, 1981, p.127).

Percebe-se que a localização da residência e os percursos percorridos usualmente pelos moradores vão influenciar na percepção destes em relação à estrutura formal do Candéal Pequeno. Os percursos usuais realizados pelos moradores de cada Conjunto variam conforme a localização deste em direção ao Bairro de Brotas ou à Avenida Juracy Magalhães, áreas bem servidas por transportes públicos.

Nos mapas cognitivos dos moradores do Conjunto Chácara do Candéal identifica-se uma maior quantidade de ruas percorridas, demonstram também nos desenhos que possuem uma visão abrangente do Candéal Pequeno, ao contrário dos moradores dos outros Conjuntos localizados em área de baixada, que demonstraram a partir dos mapas que possuem uma visão mais restrita que aqueles, representando menos elementos nos mapas e percorrendo menos ruas também.

Acredita-se que a localização do Conjunto Chácara do Candéal em área de altitude e equidistante do bairro de Brotas e da Avenida Juracy Magalhães contribui diretamente na apreensão do lugar de moradia por estes moradores.

“Existem algumas características constantes, significativas e fundamentais na experiência de um mesmo local por pessoas diferentes. Estas características constantes têm origem na base biológica comum da nossa percepção e cognição, em certas experiências comuns do mundo real (gravidade, inércia, abrigo, incêndio, e perspicácia, só para nomear alguns) e nas normas culturais comuns que se podem encontrar entre as pessoas que habitualmente utilizam um local específico” (LYNCH, 1981, p.127).

A percepção dos moradores em relação ao Candéal Pequeno extrapola os limites estabelecidos pela poligonal do Projeto Tá Rebocado, indo da Avenida D. João VI, no Bairro de Brotas, à Avenida Juracy Magalhães. Os moradores do Candéal Pequeno compreendem o seu lugar de moradia contido numa localidade maior, no Bairro de Brotas e no Candéal. Nas entrevistas referem-se aos elementos da Cidade Jardim e do Bairro de Brotas como se estes fizessem parte do Candéal Pequeno, porém percebem as diferenças tipológicas e de tratamento urbanístico existentes nestas áreas.

Nos mapas cognitivos captura-se a noção de relevo que os moradores do Candéal Pequeno possuem, representada sempre com elementos como escadarias e ladeiras interligando as áreas de baixada às áreas de encosta.

A representação dos elementos nos mapas cognitivos realizados pelos moradores independe de estarem localizados no caminho que percorrem usualmente, relacionam-se principalmente com a “identidade” (LYNCH, 1981) e com o “elo afetivo” (TUAN, 1980) que estabelecem com os lugares, como distintos de outros, destacando-se dos demais. Porém, o significado destes elementos varia de pessoa a pessoa, o vínculo ao lugar é pessoal e particular.

“A familiaridade intensa cria um sentido de local, tal como faz uma forma espacial. A nossa casa ou paisagem da nossa infância são cenários habitualmente muito identificáveis. Quando a forma e a familiaridade trabalham juntos o resultado emocional é muito forte” (LYNCH, 1981, p.128).

A “casa” e a “árvore” são os elementos mais representados nos mapas cognitivos dos moradores do Candéal Pequeno, a “casa” representando a grande conquista da casa própria e a “árvore” significando beleza, proteção, ar puro (ver tabela 20, capítulo V).

Outros lugares como a Escola de Música Pracatum e o *Candyall Gueto Square*, inaugurados anteriormente às intervenções do Programa Viver Melhor, são bem aceitos pelos moradores que se identificam com a estrutura formal das edificações, com as pinturas, com os desenhos, como também com as atividades que são desenvolvidas nestes equipamentos. Os moradores representam nos mapas cognitivos os elementos formais, as atividades, os fundadores, a banda Timbalada, os instrumentos musicais, para eles todos estes elementos fazem parte e representam aqueles equipamentos.

A Praça *El Milagre del Candéal*, apesar do pouco tempo de inaugurada, já está sendo usada pelos moradores e estes já estabeleceram vínculo de identidade com a mesma, seja pelas atividades que ali ocorrem, pelos painéis pintados no muro, pela estrela diagramada no piso, ou pelas pessoas que a freqüentam. No entanto, o Posto de Saúde, inaugurado há cinco anos, identificado pela comunidade como equipamento prioritário no Censo realizado anteriormente à concepção projetual, está pouco presente nos mapas cognitivos, destacando-se os moradores do Conjunto Sapucaia e do Zé Botinha que não o representaram em seus mapas cognitivos. É importante salientar também, que a rua onde o posto está implantado faz parte do roteiro cotidiano dos moradores do Zé Botinha.

“Os nomes contêm memória e significados para grupos sociais específicos. (...) Em muitos exemplos o fato de por nomes é algo essencial, já que com o fim de ordenar o meio ambiente este se identifica com os nomes dos lugares e de suas atividades dentro de cada grupo social específico” (RAPOPORT, 1978, p.115).

Os nomes de ruas e avenidas são muito utilizados nos mapas cognitivos, estes nem sempre coincidem com os nomes formais utilizados pelos correios, os moradores nomeiam os lugares de acordo com as características físicas destes: ladeirona, cotovelo; ou associando-os com acontecimentos que já tenham ocorrido ali: rua 9 de outubro, rua nova da vala, “OAS”; ou ainda identificam os lugares com seus fundadores: Escola de Carlinhos Brown, Sede de Tita, Sede de Ciete, Vila do Jair. Os nomes peculiares que os moradores dão aos lugares da localidade em que moram têm a ver com a “identidade” e com a “legibilidade” dos moradores em relação a estes, ou seja, tem a ver com o sentido de lugar, com o sentido de ocasião e com o significado que estes lugares possuem para estes moradores.

6.3.Recomendações

Ressaltando os aspectos positivos do Projeto Tá Rebocado, recomenda-se para concepção projetual de habitação de interesse social:

- Em projetos habitacionais para comunidades carentes é importante respeitar a cultura dos moradores, a partir daí, indica-se a necessidade de conhecimento da população a ser atendida e a apreensão das expectativas destes em relação ao projeto.
- Os projetos de habitação de interesse social, tendo em vista o usual que é a construção de uma unidade habitacional mínima, precisam ser flexíveis, permitindo ampliações, para que as famílias beneficiadas possam ao longo do tempo, melhorar as instalações adequando-as às necessidades de sua família.

A partir da análise sobre o critério “adequação”, desenvolvida no capítulo IV, recomenda-se:

- Com a finalidade de que as intervenções promovidas pelos moradores estejam de acordo com princípios técnicos, sugere-se que o Programa Habitacional:
 - a) Disponibilize projetos com sugestões de ampliações verticais e horizontais para os moradores, com diferentes possibilidades;
 - b) Promova orientação aos moradores quanto a intervenções construtivas, esclarecendo a necessidade de aproveitar os recursos naturais de iluminação e ventilação natural para conforto e salubridade dos espaços internos da casa, orientar quanto a dimensões mínimas para os ambientes, distribuição dos espaços, evitando-se o desperdício destes com circulações excessivas; como também definições quanto a dimensionamento de escadas, esquadrias;
 - c) Estabeleça critérios para ampliações, principalmente em relação à apropriação indevida das áreas públicas e áreas de recuos pelos moradores.
- Os projetos de habitação social precisam ser realizados de acordo com as exigências do desenho universal, respeitando a NBR 9050, a fim de permitir o uso e o direito à acessibilidade a todas as pessoas, inclusive a portadores de deficiência física, a idosos e a crianças.

- Evitar ambientes conjugados, a exemplo de sala e cozinha, caso não haja possibilidade de separar, prever uma área total que quando separadas futuramente possam ter o mínimo de conforto para cada uma destas.
- Evitar posicionar o acesso do sanitário em frente ao acesso principal da casa.
- Prever pontos de iluminação nas áreas comuns dos conjuntos, nas escadarias, nas circulações, nos pátios externos, etc.;
- Os projetos habitacionais devem prever a segurança quanto a incêndios, principalmente em conjuntos habitacionais de tipologia verticalizada, é importante que sejam distribuídos extintores de incêndio ao longo de cada circulação, como também, promover a orientação aos moradores quanto à prevenção de incêndio.
- As áreas comuns de circulação precisam ser cobertas, promovendo segurança e proteção aos moradores.

Retomando-se o critério “sentido”, recomenda-se que as estratégias de percepção e cognição ambiental, sugeridas por LYNCH (1981), sejam utilizadas como ferramentas metodológicas no processo de concepção projetual, contribuindo para o conhecimento aprofundado sobre os sentimentos dos habitantes em relação aos lugares que vivenciam, os valores e significados que atribuem a estes, além de como compreendem a estrutura formal e a maneira que se comunicam entre si atribuindo nomes particulares aos lugares. Acredita-se que através da apreensão deste conhecimento, pode-se projetar lugares apropriados, que despertam a identificação, as emoções, as percepções de seus habitantes, além de atender um propósito educacional.

Referências Bibliográficas

ARRETCHE, M. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. **Espaço e Debates**, n.31, n.p. 1990.

AZEVEDO, Sergio de e ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Habitação e Poder: da Fundação da casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Pró-moradia e Habitar Brasil: Uma Avaliação Preliminar**. Salvador, 1998.

_____. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Diplan; Deaso; Gecap. **Avaliação das áreas que sofreram intervenção do Programa Viver Melhor: pós-ocupação**. Salvador: 1999.

_____. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia; Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Programa de Urbanização e Desenvolvimento Integral de Áreas carentes no Estado da Bahia: Viver Melhor II**. Salvador: 2002.

BECHTEL, Robert B. **Environment & Behavior Research: Na Introduction**. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, Inc., 1997.

BLACHÈRE, G. **Savoir Bâtir – Habitabilité – Durabilité – Economies des Bâtiments**. Paris: Éditions Eyrolles, 1966.

BLAY, E. A. **Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil; ANDRADE, Carlos R. M.; ROSSETO, Rossela (org.). **Arquitetura e habitação social em São Paulo: 1892-1992**. São Paulo: USP, 1993.

_____. **Habitat II e a Emergência de um Novo Ideário em Políticas Urbanas**. In: Habitar Contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/Lab-Habitar, 1997.

BORGES, Ângela Maria Carvalho. **Expansão Capitalista e Habitação Popular em Salvador**. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em ciências Sociais. Salvador: UFBA/FFCH, 1982.

BOUERI FILHO, J. J. **Antropometria: Fator dimensional da habitação. 1989**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: Secretaria de Política Urbana, 1996.

_____. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Brasil Nosso Teto**. Brasília: Secretaria de Política Urbana, 1996.

_____. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Habitação, Pró-Moradia: Programa de Atendimento Habitacional Através do Poder Público**. Brasília: Secretaria de Política Urbana, 1996.

BRANDÃO, Maria David de Azevedo. **“Origens da expansão periférica de Salvador”**. In: BAHIA, Governo do Estado. Revista Planejamento, v.6, n.º. 2..Salvador: SEPLANTEC/CPE, 1978 (original de 1963).

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CASTRO, Cássio Marcelo Silva. **A Evolução das Políticas Habitacionais e o Atendimento das Demandas da População de Baixa renda: Estudo de Caso do Programa Viver Melhor em Salvador**. Monografia Graduação em Urbanismo. Curso de Bacharelado em Urbanismo. Salvador: UNEB, 2001.

CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, M. C. Habitação popular: avaliação e propostas de reformulação do sistema Financeiro da Habitação. **Estudos Econômicos**, n.16 (1), p.77-121, 1986.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1993.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades uma antologia**. São Paulo: Perspectiva S.A, 1998.

CHOMBART de LAUWE, P. H. **Pour une sociologie des aspirations éléments pour des perspectives nouvelles em sciences humains**. Paris: Editions Penoël, 1969.

_____. **La culture et le pouvoir**. Paris: Stock, Monde Ouverte, 1975.

COELHO, Leandro de Oliveira. **A provisão habitacional e a análise de seu produto**. 2000. 129f.. Dissertação (Pós-graduação em Engenharia Civil) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COELHO, Antônio B.; PEDRO, J. B. **Do bairro e da vizinhança à habitação: tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais**. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1998 (Informação Técnica Arquitectura – ITA 2).

COLETÂNEA HABITARE – ANTAC. **Avaliação Pós-ocupação: Métodos e Técnicas Aplicados à Habitação social**. São Paulo, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, ano.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **Ekabó: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX**. Dissertação para o Mestrado de Arquitetura/UFBA, Salvador, 1989.

CRUZ, A. de O. **Avaliação pós-ocupação dos espaços gerados em habitações auto-construídas: o caso da favela Nossa Senhora Aparecida em São Miguel Paulista, São Paulo**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 1983, p.3.

DEL RIO, Vicente et al (org.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

_____. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: PINI Editora, 1990.

_____; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. (org.). **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Proarq, 2002.

DÜTTMAN, Martina; SCHMUCK, Friedrich; UHL, Johannes. **Color in Townscape**. London: The architectural press, 1981.

ESTEVES JUNIOR, Milton; URIARTE, Urpi Montoya (org.). **Panoramas Urbanos: reflexões sobre a cidade**. Salvador: EDUFBA, 2003.

FERRARA, Lucrecia D'Álèssio. **Ver a cidade: cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.

GHOUBAR, K. **Alguns indicadores econômicos e funcionais de habitações unifamiliares autoconstruídas em bairros periféricos de São Paulo**. In G. G. Serra et. al (ed.). Seminário Nacional sobre Desenvolvimento Tecnológico dos Pré-moldados e Auto-construção. São Paulo: FAUUSP, 1995, p. 281-189.

GILBERT, A. **The Latin American City**. London: The Latin America Bureau, 1994.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. **Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2000.

_____. **Novas interações e intervenções no habitar contemporâneo**. In: ANAIS do VII ANPUR. Recife: ANPUR, mai. 1997 a.

_____(org.). **Habitar Contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90**. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/Lab-Habitar, 1997.

_____. **Invasões e Intervenções na Dinâmica da Estruturação urbana em Salvador**. In: ANAIS IV ANPUR. Salvador: ANPUR, 1991.

HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA BAHIA (URBIS). **Relatório de Atividades 95/97**. Salvador 1998a.

_____. **Viver Melhor Programa de Melhorias Urbanísticas e habitacionais**. Salvador, 1998b.

HALL, Edward T. **A dimensão Oculta**. Lisboa: Relógio D'Água Ed. Ltda, 1980, p.205.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT. Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade da Qualidade e Produtividade da Construção Habitacional. **Critérios mínimos de desempenho para habitações térreas de interesse social**. São Paulo: Mandarim Ltda, 1998.

_____. **Manual de Tipologias de Projeto e de Racionalização das Intervenções por Ajuda Mútua**. São Paulo: IPT, 1987.

JACOBS, Jane. *The death and life of great American cities*. New York: Random House, 1961.

KLEIN, A. **Vivenda Mínima: 1906 – 1957**. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da forma da cidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

LAY, Maria Cristina D.; REIS, Antônio T. L. **Métodos e Técnicas para levantamento de Campo e Análise de Dados: Questões Gerais**. In: WORKSHOP AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO, 1994, São Paulo. Anais. São Paulo: FAU-USP, ANTAC, NUTAU, 1994.

LAUWE, P. H. Chombart de. **Pour une sociologie des aspirations**. Paris : Editions Denöel, 1969.

LENCLOS, Jean Philippe; LENCLOS, Dominique. **Le couleurs de la France**. Paris: CEP Edition, 1982.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1981.

MACCA, Marcelo. **Cuidados pela Vida: Crônicas e Receitas de Saúde no Brasil**. São Paulo: Ed. Terra Virgem, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Enfrentando desafios: a política de habitação e desenvolvimento urbano da Prefeitura de São Paulo, 1989/1992.** São Paulo: FAUUSP, 1997.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MASCARÓ, Juan Luís. **O Custo das Decisões Arquitetônicas.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Qualidade das obras urbanas.** In: AU – Arquitetura e Urbanismo nº 80. São Paulo: Pini, out/nov, 1998.

_____. **Loteamentos Urbanos.** Porto Alegre: L, Mascaró, 2003.

MATTEDI, Maria R. Et al **Salvador: O Processo de Urbanização.** In: Fundação de Pesquisas CPE. Habitação e Urbanismo em Salvador. Salvador, 1979. 353-375.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. **A vida sem condomínio: configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social.** Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Diretrizes especiais para regularização urbanística, técnica e fundiária de conjuntos habitacionais populares.** São Paulo, SP. 2002. p. 130-159. ABIKO, Alex Kenya; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Ed.). Inserção urbana e avaliação pós-ocupação (APO) da habitação de interesse social. Editores da Coletânea Roberto Lamberts e Maria Lúcia Horta de Almeida. São Paulo, SP: FAUUSP, 2002. cap. 6.

MOORE, Gary T. **Estudos de comportamento ambiental.** In: SNYDER, James C.; CATANESE, Anthony (coord.). **Introdução à arquitetura.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1984.

MORETTI, Ricardo de S. **Normas Urbanísticas para Habitação de Interesse Social.** São Paulo: FINEP, 1997.

NBR 9050/94 – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos visando o “desenho universal” (ABNT).

NEWMAN, O. **Defensible Space, a new physical planning tool for urban revitalization.** In: NASAR, J.L.; BROWN, B. B (ed.). Public and Private Places. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE ENVIRONMENTAL DESIGN RESEARCH ASSOCIATION, 27º, 1996, Salt Lake City. **Proceedings...** Utah: EDRA 27, 1996.

NUNES, Débora (org.). **Salvador: o arquiteto e a cidade informal.** Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA/ Lab-habitar, 2000.

NÚCLEO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA DA ARQUITETURA E URBANISMO – NUTAU. Fundação Para Pesquisa Ambiental. **Procedimentos Metodológicos para Aplicação da Avaliação Pós-Ocupação em Conjuntos Habitacionais:** do Desenho Urbano à Unidade Habitacional. São Paulo: 1999.

OLIVEIRA JÚNIOR, João P. **Processos Educativos, força identitária e mobilização comunitária na luta pela moradia no Candeal Pequeno:** Programa Tá Rebocado. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e comportamento:** visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Mackenzie, 2002.

ORNSTEIN, Sheila; BRUNA, Gilda; ROMÈRO, Marcelo. **Ambiente construído e comportamento:** avaliação pós-ocupação e qualidade ambiental. São Paulo: Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1995.

_____; ROMÈRO, Marcelo (colaborador). **Avaliação Pós-ocupação do ambiente construído.** São Paulo: Studio Nobel; EDUSP, 1992.

_____. **Avaliação pós-ocupação : produção nacional e internacional recentes e as tendências rumo ao século XXI.** In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUIDO, São Paulo, 1993. **Anais.** São Paulo: 1993. Vol.2, p. 855-864.

OTT, Carlos. **Formação e Evolução Étnica de Salvador.** Salvador: Manu, 1957.

PADILHA, Nino (org.). **Cidade e Urbanismo**: história, teorias e práticas. Salvador: FAUFBA, 1998.

PIVETTA, Marcos; Gentile, Rogério. Habitação – Preço de Conjunto habitacional varia até 561%/ Favelas de São Paulo não acabam antes de 2036. In: Folha de São Paulo, 4 de janeiro de 1998. p.3.13.

PORTAS, N. **Funções e exigências dos espaços da habitação**. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1969.

RABINOWITZ, Harvey Z. Avaliação de Pós Ocupação. In: SNYDER, James C.; CATANESE, Anthony (coord. Ed.). **Introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1984.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la paisagem**: hacia una confrontacion de las ciencias sociales com el diseño de la forma urbana. Barcelona: Gustavo Gili, S.A., 1978.

RELPH, Edward C. **As bases fenomenológicas da geografia**. Geografia. Rio Claro: UNESP, vol. 4, n. 7, abril 1979.

RIBEIRO, Cláudia R. Vidal. **A dimensão simbólica da arquitetura**: parâmetros intangíveis do espaço concreto. Belo Horizonte: FUMEC-FACE; C/ Arte, 2003.

ROSSO, T. **Racionalização da Construção**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1990.

SAARINEN, Thomas F. **Perception of environment**. Washington: Association of American Geographers, 1969.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Formas urbanas**: cidade real & cidade Ideal: contribuição ao estudo urbanístico de salvador. Salvador: Quarteto Editora, 1999.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Novas e Velhas ocupações na Salvador republicana (1890-1930)**. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A.de F. Cidade e História: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Anais IV ANPUR, 1991.

SERPA, Ângelo. **Urbana baianidade, baiana urbanidade**. Salvador: UFBA, 1998.

_____. (org.). **Fala Periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: UFBA, 2001.

_____. **Paisagem e Percepção da paisagem:** Estudos de caso na Áustria e no Brasil. Paisagem Ambientais. São Paulo: FAUUSP, 1995 (Ensaio, vol.7).

_____. **Percepção e fenomenologia:** em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar. In: **OLAM- Ciência e tecnologia.** Rio Claro, vol. 1., 2001.

SERRA, Geraldo Gomes. Habitação e Tecnologia no Espaço Brasileiro. **Sinopses.** São Paulo: FAUUSP, p. 68-72, nov. 1989.

SCHWARZ, Roberto. **As Idéias Fora do Lugar.** In: Estudos CEBRAP, n.3. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda., 1973.

SHERER-WAREN, Ilse. **Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais.** In: COLÓQUIO SOBRE PODER LOCAL, VI, 1994, Salvador. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994.

SILVA, Elvan. **Geometria funcional dos espaços da habitação:** contribuição ao estudo da problemática da habitação de interesse social. Porto Alegre: UFRGS, 1982.

SNYDER, James C.; CATANESE, Anthony (coord.). **Introdução à arquitetura.** Rio de Janeiro: Campus, 1984.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia.** São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999).** Ilhéus: Editus, 2002.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois Séculos de Pensamento sobre a Cidade.** Ilhéus: Editus, 1999.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Global Editora, 1986.

VILLASANTE, Tomás R. **Metodologia dos conjuntos de ação**. In: COLÓQUIO SOBRE PODER LOCAL, VI, 1994, Salvador. **Anais...**Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994.

ZEISEL, J. **Inquiry by design: Tools for environmental** – Behavior research. London: Cambridge University Press, 1984.

VOORDT, T. J. M. Van der. **Building adaptable housing – from theory to practice**. In: Architecture & Behaviour vl.6, nº 1, 1990b. pp. 17-38.

_____. **Testing building plans for public safety: usefulness of the Delft checklist**. In: Netherlands Journal of Housing and environment Research, vol. 5, nº 2, 1990a.

Referências em Meio Eletrônico

A TARDE. Salvador, 9 de setembro de 1996. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2005.

_____. Salvador, 12 de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2005.

_____. Salvador, 17 de fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2005.

_____. Salvador, 13 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2005.

BAHIA. Ministério Público. Disponível em: <http://www.mp.ba.gov.br/noticias/2003/fev..>. Acesso em: 01 de abril de 2005.

CORREIO DA BAHIA. Salvador, 6 de fevereiro de 2003. Disponível em: <http://www.correiodabahia.com.br>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2005.

PRACATUM, **Nome do cd**. Salvador: 2000. CD-ROM.

TIMBALADA. **Candyall Guetho Square**. Disponível em <www.timbalada.com.br>. Acesso em: janeiro de 2005.

SEDUR. [http:// www.conder.ba.gov.br/propeg-viver.htm](http://www.conder.ba.gov.br/propeg-viver.htm)
Acesso em: outubro de 2005.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. <http://www.cidades.gov.br>
Acesso: outubro, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil. Municípios selecionados e microrregiões geográficas. Minas Gerais: Ministério das Cidades, 2004-2005. <http://www.f.j.p.mg.gov.br> ou www.cidades.gov.br
Acesso: Outubro, 2005.

Jornais

A TARDE, Jornal. Projeto rebocando o Candeal. Salvador, Caderno 2, p.1, 09/09/96.

A TARDE, Jornal. Candyall Guetho Square: timbaus a postos. Salvador, Caderno 2, p.8, 16/11/96.

PESQUISA DE AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO NO CANDEAL PEQUENO / 2004

QUESTIONÁRIO

Identificação

- 1 Unidades Escalonadas
 3 Conjuntos
 4 Melhoria Habitacional

2 Unidades Individuais

Nome do conjunto: _____

Identificação

Nome:	
Sexo:	Idade:
Escolaridade:	Religião:
Ocupação/profissão:	Renda:
Onde nasceu:	Onde se criou:
Endereço/ telefone:	
Local de trabalho:	
Há quanto tempo mora no Candéal?	
Há quanto tempo você usa esta casa?	

Você frequentava as reuniões com a equipe de projeto?

- 1 Sempre 2 De vez em quando 3 Raramente 4 Nunca

Quantas pessoas moram na sua casa?

1- Como o Sr.(a) avalia a sua moradia quanto a:

	Ótimo	Bom	Regular	Ruím	Péssimo	Não Sabe
a) Conforto quanto a temperatura						
b) Conforto quanto a ruídos, barulhos						
c) Conforto quanto a iluminação						
d) Quantidade de móveis						
e) Ventilação da casa						
f) Segurança contra fogo						
g) Segurança contra terceiros						
h) Segurança contra acidentes						
i) Quantidade de sanitários						
j) Localização do sanitário						
k) Funcionamento do sanitário						
l) Quantidade de quartos						
m) Tamanho da cozinha						
n) Espaço livre de sua casa (quintal, varanda)						
o) Adaptação da casa ao uso do deficiente						
p) Adaptação da casa ao uso do idoso						
q) Ampliação do imóvel						
r) Distância da casa em relação à dos vizinhos						

2- Qual foi a intervenção do Viver Melhor em sua moradia?

- 1 sanitário 2 área de serviço
 3 revestimento de paredes
 4 telhado 5 sala
 6 fachada (pintura e reboco)
 7 outros

3- Como o Sr.(a) avalia a qualidade da construção da melhoria feita pelo Viver Melhor em sua moradia?

Ótimo	Bom	Regular	Ruím	Péssimo	Não Sabe

4- Como o Sr.(a) avalia a localização da sua moradia quanto a:

	Ótimo	Bom	Regular	Ruím	Péssimo	Não Sabe
a) Distância de escolas						
b) Distância de postos de saúde						
c) Facilidade de compras e abastecimento						
d) Distância do trabalho						
e) Distância de locais para lazer						

5- Como o Sr.(a) avalia os seguintes serviços e equipamentos urbanos:

	Ótimo	Bom	Regular	Ruím	Péssimo	Não Sabe
a) Fornecimento de água						
b) Rede de esgoto						
c) Fornecimento de energia elétrica						
d) Coleta de lixo						
e) Limpeza Urbana (varrição)						
f) Pavimentação						
g) Iluminação pública						
h) Transporte						
i) Segurança pública						
j) Espaços livres para crianças brincarem						
k) Áreas e equipamentos de lazer para adultos						

6- Como o Sr.(a) avalia o acesso (disponibilidade de vagas e atendimento) aos seguintes serviços sociais:

	Ótimo	Bom	Regular	Ruím	Péssimo	Não Sabe
a) Vaga na creche						
b) Vaga na escola						
c) Atendimento nos serviços de saúde						

7- Comparando com a sua moradia antes das obras de urbanização, o Sr.(a) acha que suas condições de vida:

	Melhoraram	Pioraram	Não Houve Alteração
a) Situação econômica			
b) Relações familiares			
c) Relações de vizinhança			
d) Condições de saúde			
e) Condições de acesso ao trabalho			
f) Segurança (violência, atropelamentos)			
g) Riscos de enchentes			

8-Comparando com a sua moradia antes da intervenção, o Sr.(a) considera que esta moradia é:

1 Melhor 2 Pior 3 Não houve alteração

9- Qual a sua avaliação sobre as obras de urbanização?

1 Ótimo 2 Bom 3 Regular 4 Ruím 5 Péssimo

10- Situação de ocupação do imóvel**Regime de Ocupação**

1-Próprio 2-Invadido 3-Cedido 4-Alugado Valor do aluguel R\$_____

Uso do Imóvel

1-Residencial 2- Residencial multi-familiar 3- Misto (comércio e residencial)

11- Condições de Urbanização**A- O acesso a moradia é pavimentado?**

Antes da intervenção 1 Sim 2 Não
Depois da intervenção 1 Sim 2 Não

B- Abastecimento de água	Antes	Depois
a) Sim, com medidor individual		
b) Sim, com medidor coletivo		
c) Não		
d) Não sabe		

Se sim, falta água na rede? 1 Não
2 Sim, vezes por semana

C- Se não é ligada a rede de água, como é o abastecimento?

	Antes	Depois
a) Bico de empréstimo/gato		
b) Fonte		
c) Rio		
d) Nascente		
e) Poço		
f) Bica		
g) Chafariz		
h) Caminhã pipa		
i) Aguadeiro ou vendedor de água		
j) Outros. Quais?		
k) Não sabe		

D- Se é ligado, a rede possui outra fonte de abastecimento de água?

1 Sim 2 Não

- | | |
|--------------------------------|-------------------------------|
| a) Poço | e) Caminhão pipa (Prefeitura) |
| b) Rio, córrego, nascente | f) Caçamba, |
| c) Bica, chafariz (Prefeitura) | g) "Gato" |
| d) Fonte (particular) | h) Outros. Quais? |

E- Esgotamento Sanitário (Moradia ligada a rede de esgoto)

1 Sim 2 Não sabe 3 Não. Porquê?

F- Se não, como é a destinação do esgoto doméstico?

- | | |
|---------------------------|--------------------------|
| a) Direto no córrego, rio | d) A céu aberto |
| b) Galeria pluvial | e) Condominial |
| c) Fossa | f) Outros. (especificar) |
| | g) Não sabe |

G- Rede elétrica (Moradia ligada a rede)

- | | |
|-----------------------------------|---|
| a) Sim, com medidor individual | d) Sim, ligação direta ao poste de luz/gato |
| b) Sim, com medidor coletivo | e) Não |
| c) Sim, com empréstimo do vizinho | |

H- Precisa acender a luz durante o dia?

1 Sim 2 Não

Se sim, em qual cômodo?

I- Iluminação pública

Antes da intervenção	1 Sim	2 Não	3 Não sabe
Depois da intervenção	1 Sim	2 Não	3 Não sabe

J- Ocorrência de invasão de água de chuva no lote

Antes da intervenção	1 Sim	2 Não	3 Não sabe
Depois da intervenção	1 Sim	2 Não	3 Não sabe

K- Resíduo domiciliar

Coleta de Lixo	Antes	Depois
1 Sim, coleta na porta		
2 Sim, só caçamba ou container		

Se não, a destinação do lixo doméstico:

	Antes	Depois
1 Terreno baldio vazio		
2 Rio, córrego		
3 Enterrado		
4 Queimado		
5 Outros		
Regularidade na Colocação do lixo para coleta		
Número de vezes na semana	Não sabe	

12- Caracterização física do imóvel

	total	sala	cozinha	dormitório	área de servi	sanitário	outros
Número de cômodos							

Sanitário

- a) Não tem b) Dentro da casa c) Coletivo d) Fora da casa

13- Algum membro da sua família utiliza os serviços e equipamentos de lazer localizados nas proximidades da sua moradia? Quais?

Serviços	Existe		Não existe
	Usa	Não usa	
Campo de futebol			
Quadras de esporte			
Praças			
Parquinho para crianças			
Centro de convivência (sede comunitária, associação de moradores)			
Clube público			
Posto de saúde			
Anfiteatro			
Candyall Gueto Square			
Escola de música Pracatum			
Outros			

14- Como considera a localização de sua casa quanto a realização de algum trabalho em casa?

- 1 Ótima 2 Boa 3 Regular 4 Ruím 5 Péssima

15- Como você considera a sua casa em relação ao espaço para realização de algum tipo de trabalho?

- 1 Ótima 2 Boa 3 Regular 4 Ruím 5 Péssima

16- Qual a sua opinião em relação a aparência da sua casa? E da sua rua?

- a) Interna 1 Ótimo 2 Bom 3 Regular 4 Ruim 5 Péssimo
b) Externa 1 Ótimo 2 Bom 3 Regular 4 Ruim 5 Péssimo
c) Rua 1 Ótimo 2 Bom 3 Regular 4 Ruim 5 Péssimo

17- Como está a sua satisfação em viver nesta área, viver aqui facilita a sua vida?

- 1 Ótima 2 Boa 3 Regular 4 Ruim 5 Péssima

18- Como considera a sua vizinhança quanto a socialização e amizade?

- 1 Ótima 2 Boa 3 Regular 4 Ruim 5 Péssima